



Universidade Federal da Bahia

Instituto de Letras

Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura

Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3283-6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

LÉA COSTA SANTANA DIAS

**EUCLIDES DA CUNHA EM TERRAS BAIANAS E
AMAZÔNICAS: IMPRESSÕES DE UM VIAJANTE SOBRE
SERTÕES BRASILEIROS E OUTROS ESPAÇOS**

Salvador

2015

LÉA COSTA SANTANA DIAS

**EUCLIDES DA CUNHA EM TERRAS BAIANAS E
AMAZÔNICAS: IMPRESSÕES DE UM VIAJANTE SOBRE
SERTÕES BRASILEIROS E OUTROS ESPAÇOS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Literatura e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Salvador

2015



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura

Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3283-6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

LÉA COSTA SANTANA DIAS

**EUCLIDES DA CUNHA EM TERRAS BAIANAS E AMAZÔNICAS:
IMPRESSÕES DE UM VIAJANTE SOBRE SERTÕES BRASILEIROS E OUTROS
ESPAÇOS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Literatura e Cultura,
Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, na linha de
pesquisa Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais,
como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Evelina de Carvalho Sá Hoisel (orientadora) – UFBA
Dr. Francisco Foot Hardman – UNICAMP
Dr^a. Iraci Simões da Rocha – UNEB
Dr^a. Antônia Torreão Herrera – UFBA
Dr^a. Elizabeth Santos Ramos – UFBA

SUPLENTES:

Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira – UNEB
Dr. Aleilton Fonseca – UEFS
Dr^a Cássia Dolores Costa Lopes – UFBA
Dr^a Lígia Guimarães Telles – UFBA

Salvador

2015

Para Ana Beatriz,

Cheia de graça, abençoada;

Aquela que me trouxe muitas alegrias;

Aquela que me traz muitas alegrias;

Aquela que me trará muitas alegrias.

E para todos os bons engenheiros civis espalhados pelo mundo.

Não porque Euclides da Cunha era um deles, como poderiam pensar alguns.

Mas porque, se eu não estivesse aqui, certamente estaria em outros lugares, envolvida com outras construções.

Nesse instante, sigo construindo com palavras, sem nenhum desejo de ir para o lado de lá.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque há infinitas coisas que eu não consigo apreender.

À professora Evelina de Carvalho Sá Hoisel, orientadora da pesquisa, pelos preciosos diálogos e conversas.

À família, sobretudo à minha mãe, pelos cuidados com a Ana Beatriz nas longas horas de ausência necessárias à escrita deste trabalho, e também aos amigos, pela paciência e compreensão.

Às cuidadoras da Ana Beatriz durante este percurso de doutoramento – Camila, Isabela, Itamara, Auzenir, Fátima, Michele e Olávia –, pois sem elas teria sido impossível escrever.

À UNEB, pelo afastamento das atividades em sala de aula para a realização do Doutorado e pela concessão da Bolsa PAC.

Aos professores da Banca de Defesa, pela disponibilidade em contribuir para o melhoramento desta tese: Francisco Foot Hardman, um dos mais conceituados pesquisadores da obra euclidiana, em quem também encontro lições de boa linguagem; Iraci Simões da Rocha e Antônio Torreão Herrera, estudiosas às quais reitero minha gratidão pelos comentários e sugestões de leitura durante o Exame de Qualificação, realizado no dia 01 de agosto de 2013; e Elizabeth Santos Ramos, a quem não poderia deixar de agradecer pelas contribuições teóricas importantes para a escrita do terceiro capítulo desta tese, fornecidas durante o componente curricular LET 691 – Tópicos em Tradução II.

Aos suplentes da Banca de Defesa, pela solicitude com que acolheram o convite.

Ao amigo Nelson Nascimento da Silva, não apenas pela elaboração do abstract desta tese e de muitos outros ao longo de minha vida acadêmica, como também pela presença constante em minha vida.

Ao professor Leopoldo Bernucci, pela partilha de textos e recortes de jornais antigos e por sua constante disponibilidade para ajudar.

À professora Lidiane Santos de Lima Pinheiro, pela partilha de importante material jornalístico do jornal *O Estado de S. Paulo*, objeto de estudo de sua tese de doutorado.

Aos professores João Batista Pereira e Juan Carlos Pires de Andrade, pela partilha de artigos importantes para a realização da pesquisa.

Aos amigos do grupo “Altos papos euclidianos”, do facebook, porque também se faz pesquisa acessando dados nas redes sociais.

Aos professores Rubens Edson Alves Pereira e José Carlos Barreto de Santana, orientadores do Mestrado, na UEFS, pelo rigor e brandura com o qual, na época, fizeram as necessárias intervenções na pesquisa.

Ao professor Francisco Ferreira de Lima, avaliador da Banca de Mestrado, por ter me despertado paixão pelo tema das viagens.

Ao professor Valentim Facioli, também avaliador da Banca de Mestrado, pelas contribuições teóricas que me fizeram permanecer, com entusiasmo, no universo dos estudos euclidianos.

A Maria da Conceição e Jusemário Miranda, pela solicitude com que me atenderam nas visitas ao Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia.

Ao Arquivo Teodoro Sampaio / Biblioteca Ruy Barbosa, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, à Biblioteca Pública do Estado da Bahia e ao acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, pela disponibilização de consulta de material raro e antigo.

Ao professor Oniram Soares, do Educandário Oliveira Brito, pela compreensão e tolerância durante meu afastamento da unidade de ensino.

Ao professor Marco Antonio Carneiro (em memória), por ter facilitado a minha vida o máximo que pôde.

Então... eu não creio em Deus?! Quem te disse isto? Pusete-me na mesma roda dos singulares infelizes, que usam do ateísmo como usam de gravatas – por *chic*, e para se darem ares de sábio... Não. Rezo, sem palavras, no meu grande panteísmo, na perpétua adoração das coisas; e na minha miserabilíssima e falha ciência sei, positivamente, *que há alguma coisa que eu não sei...*

(CUNHA, 1997, p. 191, grifos do autor).

E assisti à missa numa saleta modesta, tendo aos cantos espingardas, cinturões e cantis e um selim suspenso no teto – servindo uma mesa tosca de altar e estando nove décimos dos crentes fora, na rua, ajoelhados. E ajoelhei-me quando todos se ajoelharam e bati, como todos, no peito, murmurando com os crentes o *mea culpa* consagrado.

Não me apedrejeis, companheiros de impiedade; poupai-me[,] livres-pensadores, iconoclastas ferozes! [...] eu não menti às minhas crenças e não traí a nossa fé, transigindo com a rude sinceridade do filho do sertão...

(CUNHA, 2000a, p. 153, grifos do autor).

RESUMO

Esta tese analisa as impressões de Euclides da Cunha produzidas em decorrência das duas viagens mais importantes para sua carreira intelectual e profissional: a primeira, aos sertões baianos, do final de agosto ao início de outubro de 1897, como correspondente de guerra do jornal *O Estado de S. Paulo*; a segunda, aos sertões amazônicos, de meados de dezembro de 1904 ao início de janeiro de 1906, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. Além dos sertões brasileiros na Amazônia ou em Canudos, Euclides da Cunha percorre outros espaços através da palavra, seja para melhor aludir aos sertões que o encantam, seja para refletir sobre a própria capacidade comunicativa e/ou representativa da linguagem. Há a decisão, nesta pesquisa, de refletir sobre Euclides da Cunha, Canudos e *Os sertões*, porém não se repete a máxima de que sejam temas indissociáveis. Assim como é possível falar de Euclides da Cunha sem fazer alusões a Canudos e *Os sertões*, já que vasta é a obra do autor, também são muitas as leituras possíveis para o tema Canudos, a partir de inúmeras produções discursivas, desde as produzidas no calor dos acontecimentos até as mais recentes, não sendo imperiosa, portanto, a necessidade de negação ou afirmação da narrativa mais conhecida. Nesse contexto, o objetivo principal desta tese é flagrar impressões do viajante Euclides da Cunha associadas a suas viagens pelos sertões baianos e amazônicos e a suas viagens pelo espaço da palavra, da escrita. Flagrar impressões de viagem e refletir sobre elas significa lançar olhares sobre a história de sua gestação discursiva, sobre como são expressas em linguagem e sobre como são percebidas pela crítica e pelo autor. A discussão também enseja leituras sobre as condições de forjamento e sobrevivência dessas impressões no imaginário nacional. Não há outro meio de acesso ao passado senão a linguagem, o discurso e a interpretação. Em Euclides da Cunha, a objetividade não se inscreve distanciada da subjetividade do eu que se pronuncia. Ainda assim, nos discursos sobre o escritor, a subjetividade por vezes aparece associada a uma inclinação à ficcionalidade, servindo de argumento para desconsiderar as pretensões históricas, documentais e científicas de sua obra. É bastante rotineira a atribuição dos muitas vezes referidos e poucas vezes demonstrados equívocos científicos e históricos cometidos pelo autor à literariedade, como se esta fosse um sinônimo de falseamento do real e/ou adulteração de dados coletados à realidade observada. Não se questiona, nesta tese, a literariedade da obra euclidiana, tema bastante contemplado nos meios acadêmicos. São expostos outros caminhos para a reflexão sobre a permanência do interesse pelas impressões de viagem de Euclides da Cunha na contemporaneidade. Dessa decisão de leitura, resulta um estudo evocativo de um escritor que se destaca na cultura brasileira por sua potência para produzir textos que se disseminam e produzem discursividades.

Palavras-chave:

Euclides da Cunha. Viagem. Subjetividade. *Os sertões*. Guerra de Canudos. Amazônia.

ABSTRACT

This thesis analyzes Euclides da Cunha's impressions derived from the two most important trips for his intellectual and professional career: the first to Bahia's backlands from late August to early October, 1897, as a war correspondent to *O Estado de S. Paulo* newspaper; and the second to the Amazon's backlands from mid-December to early January, 1906, as the head of the Brazilian commission for reconnaissance of Alto Purus. Besides the Brazilian backlands in the Amazon or in Canudos, Euclides da Cunha visits other places through words, whether to make reference to the backlands that fascinated him, or to reflect on his own communicative and/or representative capability of using language. In this research, I have decided to reflect on Euclides da Cunha, Canudos uprising and the book *Rebellion in the backlands*, however the maxim that these themes are inseparable is dismissed. In the same way as it is possible to talk about Euclides da Cunha without referring to Canudos uprising and the book *Rebellion in the backlands*, given that this author has a vast body of work. Also, we can see Canudos uprising under different perspectives based on innumerable discursive productions, from those written in the heat of events to those written more recently. So there is no need for negation or affirmation of the most known narrative. In this context, the main objective of this thesis is to capture Euclides da Cunha's impressions of his trips to Bahia's backlands and to the Amazon's backlands, and his trips to the space of words/writing. Capturing his trip impressions and reflecting on them mean looking at the history of their discursive gestation, how they are expressed through language and how they are perceived by critics and by the author himself. The discussion also provides readings of the conditions of fabrication and continuation of these impressions in the national imaginary. There is not any other way to access the past saving through language, discourse and interpretation. In Euclides da Cunha's writings, objectivity is not far away from the subjectivity of the uttering self. Even so, in the discourses about the author, subjectivity is sometimes associated with an inclination to fictionality, which is used to disregard the historical, documental and scientific aspirations of his works. It is quite common to attribute the scientific and historical mistakes – frequently mentioned but insufficiently demonstrated – made by the author to literariness, as if it were a synonym for the fabrication of reality and/or the falsification of the data collected in the observed environment. In this thesis, the literariness in Euclides da Cunha's works is not questioned, which is frequently discussed in academic circles. Instead, I present other ways of reflecting on the lingering interest in Euclides da Cunha's trips in contemporary times. As a result of this reading, we have an evocative study about an author who stands out for his potency to write texts that disseminate and produce discursiveness in the Brazilian culture.

Keywords:

Euclides da Cunha. Trip. Subjectivity. *Rebellion in the backlands*. Canudos War. Amazon.

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2.	O CONSÓRCIO ENTRE CIÊNCIA E ARTE NO PENSAMENTO CRÍTICO DE EUCLIDES DA CUNHA	32
3.	O CONSÓRCIO ENTRE CIÊNCIA E ARTE NA FORTUNA CRÍTICA SOBRE EUCLIDES DA CUNHA	83
4.	A TRADUÇÃO NO FORJAMENTO E SOBREVIVÊNCIA DOS FENÔMENOS MUDIÁTICOS EUCLIDES DA CUNHA, GUERRA DE CANUDOS E OS <i>SERTÕES</i>	143
5.	EUCLIDES DA CUNHA E O TRABALHO DE PRODUÇÃO DE DISCURSIVIDADES	192
6.	EUCLIDES DA CUNHA NOS SERTÕES BAIANOS E AMAZÔNICOS	228
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
	REFERÊNCIAS	269

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vemos quanto é forte esta alavanca – a palavra – que alevanta sociedades inteiras, derriba tiranias seculares... [...].

Eu tenho um fanatismo tão insensato pela palavra, pela tribuna que, faça embora o que fizer de melhor para a sociedade, terei cumprido mal o meu destino se não tiver ocasião de, pelo menos uma vez, erguer a minha palavra sobre a frente de qualquer infeliz, abandonado de todos; e aí impávido, altivo, audaz e insolente arriscar em prol de sua vida obscura todas as energias de meu cérebro, todos os meus ideais – a minha ilusão mais pura, o meu futuro e a vida minha!... (CUNHA, 1995a, p. 572-3).

A declaração de Euclides da Cunha, proferida num texto¹ datado de 06 de agosto de 1888, mais parece um simples exercício retórico. Entretanto, não são poucas as oportunidades em que o autor demonstra vocação para a militância através da palavra, não importando se, para erguê-la, a própria vida ou carreira sejam colocadas em risco. Meses depois da produção de “Notas de leitura”, em 04 de novembro de 1888, o jovem cadete² da Escola Militar se envolve num episódio interpretado pelos jornais da época como uma audaciosa profissão de fé republicana, que até hoje reverbera como marca de ousadia e destemor. Juntando sua insatisfação com o regime monarquista e a revolta por não ter sido promovido ao posto de alferes-aluno ao qual fazia jus, Euclides sai de forma durante a revista das tropas pelo Ministro da Guerra, Conselheiro Tomás Coelho, e lança o sabre ao chão, após tentativas fracassadas de vergá-lo no joelho. Tinham direito à promoção os cadetes com boas notas nos dois primeiros anos do curso. Era o primeiro posto com fardamento especial, com aumento substancial nos vencimentos, e conquistado por méritos próprios. Pelo gesto de rebeldia, Euclides é imediatamente recolhido à enfermaria da Escola Militar, de onde é transferido para o Hospital Militar. Graças a um diagnóstico de esgotamento nervoso por excesso de trabalho intelectual, elaborado com base no relatório do médico Alexandre José Loeiro de Farias Guarani, o aluno não é responsabilizado pelo ato praticado. O desligamento do Exército tem como pretexto a suposta incapacidade física. Com esse argumento, o governo evita a aplicação da pena de enforcamento, prevista no Código Militar, e nega ao ato de

¹ O texto, intitulado “Notas de leitura”, versa sobre *Eloquence et improvisation*, de E. Paignon. Foi publicado na *Revista do Grêmio Euclides da Cunha*, número 26 (CUNHA, 1995a, p. 572-3).

² Em 26 de fevereiro de 1886, Euclides se matricula no curso de Estado-Maior e engenharia militar da Escola Militar, na Praia Vermelha, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro (VENTURA, 2003, p. 288).

indisciplina seu caráter político. Não convinha à Coroa oferecer um mártir ao movimento republicano, já bastante representativo nos quartéis e escolas militares³ (VENTURA, 2003, p. 66, 73-4, 289).

Euclides retorna ao Exército após a proclamação da República, mas suas ações de insubordinação direcionam sua carreira a outros rumos. A notoriedade conquistada com o episódio de 1888 lhe oportuniza contribuir com textos e artigos para o jornal *A Província de S. Paulo*, renomeado, a partir de 1890, de *O Estado de S. Paulo*.

A postura do escritor ao longo da vida é de alinhamento com o pensamento republicano, embora várias vezes exposto a situações que denunciavam a distância entre o sistema de governo que fora idealizado para o país e aquele efetivamente instaurado. Algum tempo depois de proclamada a República, Euclides confessa ao pai, em correspondência íntima, datada de 14 de junho de 1890, suas decepções com o novo regime:

Imagine o sr. que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – dói-me dizer isso – justamente desmoralizado. (CUNHA, 1997, p. 30).

Em 1894, o escritor assume o risco de erguer a palavra em oposição à política republicana, agora em âmbito público, através de cartas enviadas à *Gazeta de Notícias*, datadas de 18 e 20 de fevereiro, em protesto contra a execução sumária de prisioneiros políticos, solicitada pelo senador florianista João Cordeiro. Na primeira carta, Euclides condena a campanha movida pelo senador para que fossem explodidas as prisões onde se encontrassem rebeldes e opositoristas, caso não fossem encontrados e fuzilados os autores do atentado a dinamite contra a redação do jornal *O tempo*:

É, porém, profundamente condenável aliar-se à justíssima condenação de um crime uma represália talvez ainda mais criminoso. Assim é que o Sr. João Cordeiro sugeriu o alvitre singular e bárbaro de lançar-se mão das mesmas armas criminosas e reduzir a retalho as prisões onde estão os rebeldes, etc..., caso não se possa conseguir o fuzilamento dos dinamististas [*sic*]. (CUNHA, 1995b, p. 573).

³ Num texto anterior, Roberto Ventura destaca que a punição de enforcamento foi substituída pelo afastamento do Exército, devido à intervenção do pai do acusado, Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, perante o Imperador (VENTURA, 1996, p. 277).

Para Euclides, as ações dos revoltosos deveriam ser combatidas por meios legais, e não através de atos bárbaros e criminosos. Na carta de 20 de fevereiro, o autor demarca distanciamento ético, político e ideológico em relação ao senador João Cordeiro:

Não é invadindo prisões que se castigam criminosos. [...]. Há nos sentimentos que ambos tributamos à República uma diferença enorme. [...]. Persisto, pois, na deliberação fortemente tomada de o não considerar como um companheiro de lutas. O futuro dirá quem melhor cumpriu o seu dever. (CUNHA, 1995b, p. 574-5).

As palavras proferidas nas cartas em defesa de alguns “infelizes, abandonados de todos”, conforme assumido como missão em “Notas de leitura” (CUNHA, 1995a, p. 572-3), rendem ao escritor uma nova punição do Exército. Desta feita, ocorre a transferência do Rio de Janeiro para a cidade de Campanha, em Minas Gerais (VENTURA, 2003, p. 126-9).

Ao longo da vida, Euclides experimenta retaliações pelo uso político da palavra em pelo menos mais uma situação. Conforme Frederic Amory, ainda na cidade de Manaus, no início de 1906, quando de retorno da viagem ao Purus, Euclides esboça um manuscrito intitulado “Brutalidade antiga”, versando sobre as injustiças características da exploração da borracha e do trabalho servil que o acelerava, mais especificamente sobre os maus-tratos a que eram submetidas as tribos indígenas, desalojadas pelas incursões da exploração do látex. O ensaio seria incluído dentre os textos que compõem o livro *À margem da história*, publicado no Porto, em Portugal, em setembro de 1909, um mês após a morte do escritor, mas os editores optam pela exclusão, em razão das denúncias feitas contra os portugueses que escravizavam e chacinavam índios na Amazônia (AMORY, 2009, p. 252-3). Não há notícias sobre o paradeiro do texto. Trata-se de uma produção desaparecida⁴, ou de um “discurso interrompido”, conforme Francisco Foot Hardman prefere denominar, aventando a hipótese de que tenha sido desfeito no curso da obra de Euclides da Cunha e dos acontecimentos, como também a história do inconcluso *Um paraíso perdido*, arruinado como “prosa literária acabada e como manifesto social de intervenção na opinião pública” (HARDMAN, 2009a, p. 117).

⁴ Firmo Dutra, o amigo mais próximo de Euclides em Manaus, provavelmente tenha sido o único brasileiro a ler o ensaio perdido (AMORY, 2009, p. 252). Suas impressões sobre o texto estão registradas num artigo-testemunho, publicado no *Correio da Manhã*, em 06 de fevereiro de 1938: “A morte trágica não lhe permitiu rever sua última obra, resultado da observação profunda e da admiração quase explosiva, tão de seu temperamento, pela *Hylaea* prodigiosa. Daí, ao certo, a razão de não se encontrar no livro um capítulo, que foi esboçado, que se intitulava – “Brutalidade antiga” e era a pintura, com as fortes tintas de que sabia usar Euclides, da entrada dos povoadores para os altos rios, deixando atrás de si a devastação dos cauchais e o sulcro sangrento das caçadas aos índios.” (DUTRA, 1994, 275-6).

Confessada num escrito da juventude e demonstrada em diversas oportunidades, a paixão de Euclides pela palavra e a decisão de utilizá-la em defesa alheia encontram em duas viagens a motivação adequada de expressão: a primeira, aos sertões baianos⁵, do final de agosto ao início de outubro de 1897, como correspondente de guerra do jornal *O Estado de S. Paulo*; a segunda, aos sertões amazônicos, de meados de dezembro de 1904 ao início de janeiro de 1906, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus.

O termo sertão se adéqua a Canudos e à Amazônia, pois ambos são vistos pelo autor como territórios bravios, indômitos, desconhecidos, não desbravados. Para Euclides, conforme assinala Roberto Ventura, o sertão é “[...] tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia, que não foram mapeados de forma sistemática.” (VENTURA, 1998, p. 65). As terras de Canudos e as terras amazônicas também permitem ser compreendidas como desertos “[...] por seu isolamento geográfico e povoamento rarefeito, e sobretudo por serem territórios ainda não explorados pela ciência, que os viajantes evitavam e que os cartógrafos excluíaam de seus mapas.” (*ibid.*, p. 65). Sob essa perspectiva, Canudos é o não lugar, alinhado a imagens sugestivas de esvaziamento: “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato. Era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava.” (CUNHA, 2002a, 735). Igualmente à margem da história, da geografia e da literatura nacionais estaria a região amazônica⁶, conforme insinua a designação *À margem da história*, título do livro publicado postumamente, bem como a denominação de sua primeira parte – “Terra sem história (Amazônia)”. Muitas impressões prévias de Euclides da Cunha se dissolvem a partir do contato direto com os sertões baianos e amazônicos. Porém, mesmo sendo outro o escritor que volta das viagens, pois emocional e

⁵ Em 01 de agosto de 1897, Euclides da Cunha obtém licença na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, onde era engenheiro fiscal. Três dias depois, parte para a Bahia como correspondente de guerra do jornal *O Estado de S. Paulo* (ANDRADE, O. S., 2002, p. 130). Chega a Salvador no dia 07 de agosto, onde permanece até o dia 30 (VILLA, 1999, p. 249), dedicando-se a pesquisas em arquivos, acompanhando o movimento das tropas, entrevistando militares e prisioneiros conselheiristas, escrevendo telegramas e reportagens para *O Estado de S. Paulo*. A partir do dia 31, tem início sua viagem aos sertões baianos. Queimadas e Monte Santo são cidades percorridas no percurso. Somente no dia 16 de setembro, o autor chega a Canudos. Há controvérsias quanto à data da partida: 1º de outubro, conforme Marco Villa (VILLA, 1999, p. 254-61); 03 de outubro, segundo José Calasans da Silva e Roberto Ventura (SILVA, 1997a, p. 130; VENTURA, 2002a, p. 54).

⁶ Num texto de 2005, Wille Bolle acentua ainda prevalecer na contemporaneidade certo desconhecimento sobre a região amazônica, apesar de sua visibilidade midiática impulsionada por acontecimentos às vezes favoráveis – como é o caso da minissérie *Mad Maria*, exibida pela Rede Globo no início de 2005 –, às vezes desfavoráveis – a exemplo das notícias sobre o desmatamento desordenado e sobre assassinatos de cunho político, como o da freira Dorothy Stang, ocorrido em 12 de fevereiro de 2005 (BOLLE, 2005, p. 141). Uma importante contribuição da teledramaturgia brasileira para a ampliação do interesse pela temática amazônica é a minissérie *Amazônia: de Galvez a Chico Mendes*, exibida pela Rede Globo, entre os dias 02 de janeiro e 06 de abril de 2007.

intelectualmente atingido pelas cenas observadas e testemunhadas, prevalece nos escritos sobre os espaços visitados o desejo de apresentar ao país aspectos até então desconhecidos.

As experiências *in loco* da primeira viagem estão registradas no *Diário de uma expedição*⁷ (CUNHA, 2000a) e na *Caderneta de campo*⁸ (CUNHA, 2009b) – fontes primárias de *Os sertões* (CUNHA, 2002a). As experiências da segunda viagem estão registradas nos diversos ensaios que seriam utilizados na composição de *Um paraíso perdido*, livro que o autor não chegou a concluir e cujos originais foram perdidos. Dentre os textos amazônicos, há cinco artigos anteriores à viagem incorporados ao livro *Contrastes e confrontos*, publicado em 1907: “Conflito inevitável⁹”, “Contra os caucheiros¹⁰”, “Entre o Madeira e o Javari¹¹”, “Contrastes e confrontos¹²” e “Solidariedade sul-americana¹³”. Além desses, há os sete artigos integrantes da primeira parte do livro *À margem da história*: “Impressões gerais”, “Rios em abandono¹⁴”, “Um clima caluniado”, “Os caucheros”, “Judas-Asvero”, “Brasileiros¹⁵” e “A Transacreana”. Há ainda os seguintes escritos: “Fronteira sul do Amazonas: questão de limites¹⁶”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 14 de novembro de 1898; “Amazônia: a gestação de um mundo¹⁷”; “Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus”, publicado no *Jornal do Commercio*, Manaus, em 29 de outubro de 1905; o *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus*¹⁸, publicado pela Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, em 1906; as *Notas complementares* a esse Relatório; o “Relatório confidencial ao Barão do Rio Branco”, publicado em 1968, por Leandro Tocantins, em *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*; o ensaio “Entre os seringais”, publicado na

⁷ A primeira edição do *Diário de uma expedição* foi organizada por Antonio Simões dos Reis e publicada pela José Olympio, em 1939. O texto reúne as reportagens de Euclides da Cunha publicadas em *O Estado de S. Paulo* nos meses de agosto, setembro e outubro de 1897, durante sua atuação como correspondente de guerra. A denominação do livro retoma o subtítulo com o qual eram identificadas, na coluna “Canudos”, as correspondências do enviado especial.

⁸ A primeira edição da *Caderneta de campo* foi publicada em 1975, pela Cultrix, com introdução, notas e organização de Olímpio de Souza Andrade.

⁹ Publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 14 de maio de 1904.

¹⁰ Publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 22 de maio de 1904.

¹¹ Publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 29 de maio de 1904.

¹² Publicado em *O País*, RJ, em 21 de maio de 1904.

¹³ Publicado em *O País*, RJ, em 31 de maio de 1904.

¹⁴ Publicado no *Almanaque Brasileiro*, RJ, em 1908, sob o título “Um rio abandonado”; e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, RJ, em 1905, sob o título “Rio abandonado (o Purus)”.

¹⁵ Publicado no *Jornal do Commercio*, RJ, em 1907.

¹⁶ Comentário ao livro, de mesmo título, de Manuel Tapajós.

¹⁷ O texto é parte integrante do discurso de posse proferido por Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, em 18 de dezembro de 1906.

¹⁸ O documento editado pelo Itamarati, na Imprensa Nacional, em 1906, apresenta alguns anexos que não estão no texto publicado na coletânea de ensaios de Euclides da Cunha organizada por Leandro Tocantins, intitulada *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Na edição elaborada por Leandro Tocantins, o documento aparece com o título “O rio Purus” e os demais subtítulos que estão na obra original (CUNHA, 1994a, p. 109-39).

revista *Kosmos*, do Rio de Janeiro, em janeiro de 1906; o livro *Peru versus Bolívia*, publicado em 1907; e o preâmbulo do livro *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, de 1907.

Dentre as produções citadas compõem o *corpus* desta pesquisa: *Os sertões* (CUNHA, 2002a), a *Caderneta de campo* (CUNHA, 2009b), o *Diário de uma expedição* (CUNHA, 2000a) e os ensaios “Entre os seringais” (CUNHA, 1995l), “Impressões gerais” (CUNHA, 1999e), “Judas-Asvero” (CUNHA, 1999d), “A Transacreana” (CUNHA, 1999b), “Amazônia: a gestação de um mundo” (parte do discurso de recepção proferido na Academia Brasileira de Letras) (CUNHA, 1995m) e “O rio Purus (Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus)” (CUNHA, 1994a). Além dos sertões brasileiros na Amazônia ou em Canudos, Euclides da Cunha percorre outros espaços através da palavra, seja para melhor aludir aos sertões que o encantam, seja para refletir sobre a própria capacidade comunicativa e/ou representativa da linguagem, conforme sinalizam outros escritos seus também convocados para esta análise: a “Nota preliminar” (CUNHA, 2002b); as “Notas à segunda edição” (CUNHA, 2002c); a correspondência ativa (CUNHA, 1997 e 2009a); a conferência “Castro Alves e seu tempo” (CUNHA, 1995c); as crônicas publicadas na sessão “Dia a dia” do jornal *O Estado de S. Paulo* (CUNHA, 1995e); o prefácio “Antes dos versos” (CUNHA, 1995f); o discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras (CUNHA, 1995m); a crônica “Em viagem” (CUNHA, 1995i); a poesia reunida (CUNHA, 2009d); e os artigos “A nossa Vendaia” (CUNHA, 2000b e 2000c), “Estudos sobre higiene” (CUNHA, 1995d), “Estrelas indecifráveis” (CUNHA, 1999a), “A verdade e o erro” (CUNHA, 1995g), “A ideia do ser” (CUNHA, 1995h) e “Viação sul-americana” (CUNHA, 1999c).

Inúmeros textos¹⁹ nas mais diferentes áreas do conhecimento já foram escritos sobre Euclides da Cunha, sua vida e sua obra. A vastidão dos estudos inscreve como imperiosa a necessidade de que, em qualquer nova proposta de trabalho, sejam apreciadas as contribuições da crítica especializada. Norteiam este estudo, portanto, textos de Leopoldo Bernucci (1995, 2002a, 2002b, 2002c, 2002d, 2009 e 2011), Berthold Zilly (1997a, 1997b, 1999a, 1999b, 1999c, 2000, 2001 e 2002), Valentim Facioli (1990 e 1998), Roberto Ventura (1995, 1996, 1998, 2002a, 2002b, 2002c e 2003), Walnice Nogueira Galvão (1976, 1981,

¹⁹ Em *Euclides da Cunha*: bibliografia comentada, Adelino Brandão elenca 9.372 verbetes sobre Euclides da Cunha e sua obra. 1.330 desses verbetes se referem a trabalhos de Euclides da Cunha, publicados entre os anos de 1884 e 2000 – livros, artigos, poemas, prefácios, correspondências, conferências, relatórios, entrevistas, textos esparsos, traduções, reedições, coletâneas e antologias. Os demais verbetes remetem a textos sobre Euclides da Cunha, publicados no Brasil e no exterior – livros, opúsculos, separatas, folhetos, boletins, textos de cordel, teses, dissertações, artigos em jornais e revistas, suplementos literários, cadernos especiais, almanaques, anuários, publicações comemorativas, filmes e reportagens (BRANDÃO, 2001, p. 12-3).

1993, 1994a, 1994b, 2001, 2002, 2009 e 2010), José Carlos Barreto de Santana (2001 e 2005), Lourival Holanda Barros (1992), Regina Abreu (1998), Francisco Foot Hardman (1992, 2005, 2009a, 2009b, 2009c e 2009d), Leandro Tocantins (1992), Luiz Costa Lima (1989, 1997, 2000, 2006 e 2009), Frederic Amory (2009), dentre outros. Embora esses pesquisadores, em sua maioria, tendam a acentuar a presença do consórcio entre ciência e arte nos escritos euclidianos, o autor de *Terra ignota* insiste em negar o caráter híbrido de *Os sertões*, destinando à ciência o lugar-centro, o lugar de tema; e à literatura, o lugar-margem, o lugar de ornato (LIMA, 1997, p. 146). São essas algumas vozes enunciadas em torno da ontologia discursiva da obra de Euclides da Cunha convocadas ao debate para tornar mais profícuas as análises ao longo deste trabalho investigativo.

Estudar Euclides da Cunha nos dias atuais continua um desafio. Mais ainda quando se propõe a análise simultânea de ensaios amazônicos e dos textos sobre Canudos. Perscrutá-los significa pôr em evidência um intelectual em contínuo movimento de releitura ou abandono de convicções ideológicas e doutrinárias, que não só interpreta o Brasil do ponto de vista teórico, como também intervém nos destinos da nação e elabora propostas plausíveis. Nos escritos sobre Canudos, sobretudo em *Os sertões* (CUNHA, 2002a, p. 682) e no artigo datado de 15 de agosto de 1897 (CUNHA, 2000a, p. 92), Euclides apresenta o acesso à educação como alternativa possível para a integração dos sertanejos ao modelo de civilização considerado ideal para o país pela maior parte da comunidade letrada do período. Nos ensaios amazônicos, o autor demonstra preocupação com questões ambientais²⁰ em uma época em

²⁰ Em *Os sertões*, aparecem como responsáveis pelo surgimento dos desertos as intervenções na natureza realizadas pelo homem: “Este, de fato, não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo o decorrer da História, o papel de um terrível fazedor de desertos.” (CUNHA, 2002a, p. 138). A sensibilidade para os temas ambientais reverbera nos ensaios amazônicos. Em “O rio Purus”, Euclides alerta para os danos causados à selva amazônica pela ação do homem. O cultivo da seringueira (*hevea brasilienses*) seria ecologicamente mais viável por possibilitar a retirada da seringa sem a derrubada da árvore. O cultivo do caucho (*castilloa elastica*), ao contrário, intensificaria o desmatamento na região, pois a árvore, bem mais sensível que a árvore brasileira, raramente sobrevivia aos golpes dos extratores: “De fato, é geralmente sabido que o caucho, depois dos golpes oblíquos com que o sangram, e dos talhos nas sapopembas, mui poucas vezes resiste. A árvore morre de incisão, onde se geram logo inúmeros carunchos que a atrofiam. Por isto o caucheiro não a conserva numa exploração permanente: derruba-a logo para aproveitar, por meio de incisões circulares, de meio em meio metro, todo o leite que ela possui. / A seringueira, pelo contrário, resiste indefinidamente quase aos talhos metodicamente dispostos nas *arriações* conhecidas – embora a degenerescência da casca nos pontos feridos e, ao fim de alguns anos, o aspecto das frondes estioladas e pobres de folhas, denunciam o enfraquecimento geral da árvore. De qualquer modo, porém, resiste; e um trabalho inteligente atenua consideravelmente os males destas sangrias anuais. Por isto o seringueiro a conserva.” (CUNHA, 1994a, p. 137, grifos do autor). Em “Os caucheros”, Euclides fornece maiores detalhes sobre os prejuízos à natureza decorrentes do cultivo do caucho: “O caucheiro é forçadamente um nômade votado ao combate, à destruição e a uma vida errante ou tumultuária, porque a *castilloa elástica*, que lhe fornece a borracha apetecida, não permite, como as *heveas* brasileiras, uma exploração estável, pelo renovar periodicamente o suco vital que lhe retiram. É excepcionalmente sensível. Desde que a golpeiem, morre, ou definha durante largo tempo, inútil. Assim o extrator derruba de uma vez para aproveitá-la toda. Atora-a, depois, de metro em metro, desde as sapopembas aos últimos galhos das frondes; e abrindo no chão, ao longo do madeiro derrubado, rasas cavidades retangulares

que isso não era comum, e denuncia a exploração a que eram submetidos os trabalhadores na selva. O livro *Peru versus Bolívia*, de argumentação favorável à Bolívia, escrito a pedido do Barão do Rio Branco, contribuiu para a incorporação definitiva do Acre ao Brasil²¹. Em maio de 1904, em dois artigos publicados em *O País*, Euclides sugere alternativas para amenizar os efeitos das longas estiagens na região atualmente denominada de Nordeste, como a construção de açudes e poços artesianos – proposta que já aparecera n’*Os sertões* (CUNHA, 2002a, p. 145-7) – e o desvio das águas do rio São Francisco (CUNHA, 1995k, p. 153-60). Algumas propostas do escritor são pragmáticas e utilitárias. Porém, numa alusão às palavras de Lourival Holanda Barros (1992), são escritas com “tintas nada neutras”, o que concede coloração peculiar às suas impressões de viagem sobre os sertões baianos e amazônicos.

Não são neutras as tintas de Euclides da Cunha, como também não o são as tintas de todos aqueles que se utilizam da palavra na composição discursiva. Nesta tese, há a decisão de refletir sobre Euclides da Cunha, *Canudos* e *Os sertões*, porém não se repete a máxima de que sejam temas indissociáveis. Assim como é possível falar de Euclides da Cunha sem fazer alusões a *Canudos* e *Os sertões*, já que vasta é a obra do autor, também são muitas as leituras possíveis para o tema *Canudos*, a partir de inúmeras produções discursivas, desde as produzidas no calor dos acontecimentos até as mais contemporâneas, não sendo imperiosa, portanto, a necessidade de negação ou afirmação da narrativa mais conhecida. O objetivo geral desta tese é flagrar (e refletir sobre) impressões do viajante Euclides da Cunha decorrentes de suas viagens pelos sertões baianos e amazônicos e de suas viagens pelo espaço da palavra. Há um Euclides da Cunha crítico de linguagem que se pronuncia sobre textos

correspondentes às secções dos toros, delas retira, ao fim de uma semana, as *planchas* valiosas, enquanto os restos aderidos à casca, nos rebordos dos cortes, ou esparsos a esmo pelo solo, constituem, reunidos, o “sernambi” de qualidade inferior.” (CUNHA, 1999f, p. 42, grifos do autor).

²¹ Com o Tratado de Petrópolis, assinado em 1903 entre o Brasil e a Bolívia, passa a pertencer ao primeiro país parte da região que compõe o atual estado do Acre. O acordo desagradou ao Peru, que reivindicava da Bolívia as terras incorporadas ao Brasil e ainda outras, com área total de cerca de 720.000km². A pretensão peruana dá origem a um litígio de fronteiras com a Bolívia, arbitrado pela Argentina. A decisão, anunciada em 09 de julho de 1909, desfavorece a Bolívia, por anexar ao Peru terras tradicionalmente ocupadas por bolivianos. Finalmente, em 08 de setembro de 1909, após um longo período de negociações, o Barão do Rio Branco assina o Tratado Brasileiro Peruano sobre o Alto Purus e o Alto Juruá, para firmar as fronteiras definitivas entre os dois países (AMORY, 2009, p. 285-308; TOCANTINS, 1992, p. 242-54; TOLEDO, 2012, p. 169-78). Em *Peru versus Bolívia*, Euclides da Cunha não se declara favorável à Bolívia ou contrário às pretensões peruanas. Seu intento é denunciar um erro e defender o Direito: “Não combatemos as pretensões peruanas. Denunciamos um erro. / Não defendemos os direitos da Bolívia. / Defendemos o Direito.” (CUNHA, 1995n, p. 892). Para o autor: “[...] a base principal das pretensões peruanas, no vertente litígio com a Bolívia, submetida ao exame e ao juízo do Governo argentino, além de ser incaráterística e vaga, ilógica e inviável, nula de direito e de fato, volúvel ou passiva ante os caprichos de todos os cartógrafos – está errada, flagrantemente errada – geométrica, astronômica, geográfica, política, jurídica e historicamente errada.” (*ibid.*, p. 827-8). A obra de Euclides da Cunha apresenta certa influência na história do litígio entre os dois países, recompensando, então, o trabalho do autor, uma vez que a Argentina, contrariando o desejo peruano, exclui da demanda as terras do Acre, de posse do Estado brasileiro desde o Tratado de Petrópolis (TOCANTINS, 1992, p. 245).

alheios e sobre sua própria produção, sinalizando ao leitor suas percepções sobre escrita. A opção pela objetividade é uma marca do discurso euclidiano, mas esta não se dissocia da expressão de uma subjetividade e da fluidez discursiva. Nesse contexto, flagrar impressões de viagem e refletir sobre elas significa lançar olhares sobre a história de sua gestação discursiva, sobre como são expressas em linguagem e sobre como são percebidas pela crítica e pelo autor. A discussão também enseja leituras sobre as condições de forjamento e sobrevivência dessas impressões no imaginário nacional.

Como se trata de uma produção discursiva sobre as impressões de um *eu viajante*, convém acentuar que, à época de Euclides da Cunha, a distância demarcada entre o *eu observador* e o *outro observado* fazia prevalecer em nossos autores, na composição de relatos, aquilo que Flora Süssekind denomina de “sensação de não estar de todo” (SÜSSEKIND, 2008, p. 21). A autora se refere aos narradores de ficção da primeira metade do século XIX e ao trânsito que marca sua produção literária entre prosa ficcional e literatura de viagens. São narradores divergentes, unidos pela necessidade de ver o país com um “olhar-de-fora”. Em Euclides, porém, a escrita ganha contornos diferenciados. O deslocamento para regiões até então pouco exploradas pela ciência funciona como uma recusa a ver o país com “um olhar-de-fora”, como um desterrado na pátria, como o fizeram outros pensadores do tempo e de períodos anteriores. Com a viagem, a partir da qual advém a percepção de que não eram correspondentes o conhecimento adquirido através de leituras e o conhecimento adquirido através da observação *in loco*, consolida-se o rompimento com a “sensação de não estar de todo”, típica de muitos viajantes e paisagistas que propuseram hipóteses de Brasil – o que não significa um compromisso com uma tarefa simples e livre de contradições. Flora Süssekind chama a atenção para as dificuldades de se falar de espaços mapeados por outros autores, através de crônicas, relatos, romances, enfim, por “[...] uma sucessão de miradas, estrangeiras ou não, que lhe demarcam os contornos, tonalidades, sombreados.” (*ibid.*, p. 32). A observação se aplica ao caso de Euclides da Cunha porque, trasladadas em linguagem mediadas por leituras prévias, suas impressões de viagem evocam a distância entre o que se vê e o que se lê, tornando a escrita tensa e conflituosa, por vezes questionando os pressupostos teóricos da prática científica, por vezes disseminando suspeitas quanto à capacidade representativa da linguagem.

A própria decisão pelo consórcio entre a ciência e a arte na tessitura de suas produções sinaliza uma inclinação para o manejo de antinomias e ideias controversas. Nos estudos sobre o tema, costumam ser referenciados um artigo de José Veríssimo sobre a configuração discursiva de *Os sertões*, publicado no *Correio da Manhã*, em 03 de dezembro

de 1902 (VERÍSSIMO, 2003, p. 46-54), e uma carta de Euclides ao crítico, de mesma data (CUNHA, 1997, p. 143-4). As duas produções são o ponto de partida para a elaboração do primeiro capítulo desta tese, intitulado “O consórcio entre ciência e arte no pensamento crítico de Euclides da Cunha”, pois instauram uma linha interpretativa para as pesquisas sobre o autor. Na carta, o missivista assente com a leitura do crítico no que tange ao consórcio entre ciência e arte, sinalizando ser esta a concepção de escrita previamente elaborada para o norteamento de sua produção discursiva. Seus textos anteriores às viagens aos sertões baianos e amazônicos já prenunciam a vocação para a elaboração de um pensamento crítico sobre linguagem. A predileção pelo consórcio entre ciência e arte e a exposição de ideias sobre o tema aparecem em pelo menos dois textos anteriores a *Os sertões*: uma crônica publicada em 08 de maio de 1892, na sessão “Dia a dia” do jornal *O Estado de São Paulo* (CUNHA, 1995e); e um artigo denominado “Estudos sobre higiene”, publicado no mesmo jornal, em 04 de maio de 1897 (CUNHA, 1995d).

As discussões sobre os usos da linguagem são retomadas e ampliadas em outros textos nos quais o escritor se inscreve como um narrador consciente da incidência da subjetividade na elaboração discursiva, como a conferência “Castro Alves e seu tempo” (CUNHA, 1995c), o prefácio “Antes dos versos” (CUNHA, 1995f) e os artigos “Estrelas indecifráveis” (CUNHA, 1999a), “A verdade e o erro” (CUNHA, 1995g) e “A ideia do ser” (CUNHA, 1995h). Os escritos citados versam sobre temas diversificados, como é característico da prosa do autor, e anunciam um intelectual consciente do caráter móvel e relativo da verdade, sempre a defender a presença da subjetividade na representação de realidades, tornando coerente sua opção pela tessitura de impressões sobre os espaços sertanejos e amazônicos visitados nas viagens.

A fluidez discursiva perpassa toda a obra de Euclides da Cunha, desde os primeiros escritos até os ensaios que seriam transformados no processo de composição de *Um paraíso perdido*. Suas oscilações perceptivas encontram no complexo entrelaçamento entre ciência e arte o modelo adequado de expressão, pois permite que andem lado a lado – não sem conflitos – a busca pela objetividade científica e histórica, e a busca pela expressão da subjetividade de um eu que observa e tece impressões. Seja nas referências à instabilidade das proposições científicas, ou no manejo de ideias contraditórias na composição de um mesmo texto, há um potencial implícito no discurso do escritor que sinaliza a dificuldade de decisão entre uma e outra possibilidade de leitura, tornando possível a convivência de contrários, dispostos como elementos que não se anulam uns aos outros.

Para a abordagem dessas e outras questões atinentes às relações de Euclides da Cunha com a linguagem, a fundamentação crítica e teórica norteadora do capítulo que inicia esta tese se baseia em estudos de José Veríssimo (1908, 2003, 2009 e 2013), Luiz Costa Lima (1989), Francisco Foot Hardman (2005, 2009a, 2009b e 2009c), Walnice Nogueira Galvão (1994a e 2009), Machado de Assis (1962), Valentim Facioli (1998), George Steiner (2001), Boaventura de Sousa Santos (1995), Roberto Ventura (2003), Evando Nascimento (2004), Juan Carlos Pires de Andrade (2009), Silviano Santiago (1976), Leopoldo Bernucci (1995, 2002a e 2009), Raimundo Nonato Pereira Moreira (2007), Sílvio Romero (2003), Michel Foucault (2007), Judith Revel (2005), Frederic Amory (2009), Daniel Piza (2010), Berthold Zilly (1999b), Lélis Piedade (2002), Manoel Antonio dos Santos Neto (2008), Élio Serpa (1999), Patricia Mariuzzo (2006), Cristina Romanelli (2012), Sigmund Freud (2010a), Fábio Fujita (2011), Eldon Canário (2002) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2001).

O segundo capítulo, denominado “O consórcio entre ciência e arte na fortuna crítica sobre Euclides da Cunha”, prossegue com as discussões sobre a configuração discursiva dos escritos de Euclides da Cunha. A maior parte dos estudos sobre a obra do autor está concentrada em *Os sertões*. Desde a publicação, o livro vem sendo valorizado pela crítica como um documento literário. Porém, a subjetividade e a fluidez discursiva por vezes são interpretadas como uma inclinação à ficcionalidade, servindo de argumento para desconsiderar suas pretensões históricas, documentais e científicas. É bastante rotineira a atribuição dos muitas vezes referidos e poucas vezes demonstrados equívocos científicos e históricos cometidos pelo autor ao veio artístico, como se fossem correspondentes os termos literariedade e falseamento do real e/ou adulteração de dados coletados à realidade observada. Ao sugerir que os equívocos do autor seriam devaneios da imaginação, invencionices literárias, a leitura ignora que nos mais variados discursos, e não apenas naqueles valorizados como literários, há a presença de um *eu* que se pronuncia e inscreve impressões. A tendência é característica, por exemplo, do testemunho atribuído ao general Siqueira Meneses²², supostamente ocorrido em 1911 e transcrito em livro de Gilberto Amado; das declarações dos escritores Mário de Andrade e José Lins do Rego, apresentadas em textos de 1928 e 1942, respectivamente; e dos artigos do engenheiro militar Moreira Guimarães e do botânico José de

²² Euclides da Cunha utiliza, no sobrenome do militar, a preposição “de” – “Siqueira de Meneses”. No “Índice onomástico” de sua edição comentada de *Os sertões*, Leopoldo Bernucci apresenta a ocorrência como um equívoco gráfico do autor (BERNUCCI, 2002a, p. 849). Optam pelo sobrenome preposicionado alguns estudiosos de Euclides da Cunha, a exemplo de Luiz Costa Lima, conforme se observa nos livros *Terra ignota e O controle do imaginário*, nos quais, além da referida incidência, também se observa a letra “z” na grafia do sobrenome. Ao longo desta tese, porém, uma vez consideradas plausíveis as hipóteses e juízos aventados por Leopoldo Bernucci, a preferência é pela grafia “Siqueira Meneses”.

Campos Novaes, publicados em 1903 (AMADO, 1956; ANDRADE, M., 2002; GUIMARÃES, 2003; NOVAES, 1903; REGO, 1942a e 1942b).

Outros escritos de Euclides da Cunha, como o ensaio “Entre os seringais”, também sofrem restrições análogas, sinalizando um alinhamento temático e estético entre os textos sobre Canudos e os ensaios amazônicos. Plácido de Castro acusa o escritor de “Entre os seringais” de ter plagiado umas “despretensiosas notas” de sua autoria, que lhe teriam sido oferecidas quando ambos sulcavam o rio Purus, no Acre. As notas teriam sido “truncadas e extremamente adulteradas” pelas “flores de estilo”, características da “linguagem burilada e castiça” de Euclides da Cunha (CASTRO, 2005, p. 174-5). Olímpio de Souza Andrade e Afrânio Coutinho utilizam o termo “ficção” em algumas referências a *Os sertões*, numa sugestão de que a literariedade da obra estaria associada à infidelidade factual do autor e à sua parcialidade na exposição de ideias e acontecimentos (ANDRADE, O. S., 2002, p. 448; COUTINHO, 1995, p. 61). Conforme Olímpio de Souza Andrade, seria a tendência à ficcionalização o potencial capaz de conceder perenidade ao livro (ANDRADE, O. S., 2002, p. 448).

A leitura de *Os sertões* nestes moldes funciona como uma retomada e/ou atualização da tese de dupla inscrição aventada por José Veríssimo, em dezembro de 1902. Embora transformada em pensamento majoritário nas reflexões sobre as particularidades do discurso euclidiano, a tese por vezes se depara com vozes dissonantes, como é o caso das proposições elaboradas por Luiz Costa Lima (LIMA, 1989, 1997, 2006 e 2009). Ainda que insuficientes para a refutação da tese de dupla inscrição, os argumentos apresentados pelo teórico maranhense são relevantes por destacarem a imprecisão da expressão “obra de arte da linguagem” em referência ao livro (LIMA, L. C., 2009, p. 132), e por rejeitarem a correspondência entre a literariedade do texto e os equívocos científicos e históricos do autor. Outra provocação significativa de Luiz Costa Lima se efetiva nas acusações à tradição crítica euclidiana de promover a integração de *Os sertões* à literatura por receio de que sua perenidade seja ameaçada pelo desuso das teorias que o orientam. Para o teórico, independente da natureza ontológica, há na obra sociológica *Os sertões* predicativos que justificam sua sobrevivência (LIMA, 1989, p. 239).

Mesmo não sendo esta a sinalização de Luiz Costa Lima, suas ressalvas são importantes por possibilitarem uma reflexão sobre o livro de Euclides da Cunha a partir da retomada do pensamento de Michel Foucault, quando em referência a textos que conservam “algo como um segredo ou uma riqueza”, que lhes permite continuar sendo ditos (FOUCAULT, 2009a, p. 22). Sob essa perspectiva teórica, à capacidade de serem traduzidos

ou ditos de novo pode ser tributada a revitalização dos textos, sejam literários ou não. Euclides da Cunha despendeu esforços para que *Os sertões* recebesse uma inscrição literária, conforme sinalizam os constantes diálogos com a intelectualidade da época, mas não cabe ao escritor decidir a ontologia discursiva de sua produção, tampouco forjar sua própria sobrevivência.

Para o aprofundamento destas questões, além de *Os sertões* e “Entre os seringais”, outros textos de Euclides da Cunha estão contemplados na análise: a *Caderneta de campo* (CUNHA, 2009b), o *Diário de uma expedição* (CUNHA, 2000a), a correspondência ativa (CUNHA, 1997 e 2009a), o discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras (CUNHA, 1995m), a “Nota preliminar” (CUNHA, 2002b), as “Notas à segunda edição” (CUNHA, 2002c), a conferência “Castro Alves e seu tempo” (CUNHA, 1995c), as crônicas publicadas na sessão “Dia a dia” do jornal *O Estado de S. Paulo* (CUNHA, 1995e) e os artigos “A nossa Vendaia” (CUNHA, 2000b e 2000c), “Impressões gerais” (CUNHA, 1999e) e “Estudos sobre higiene” (CUNHA, 1995d).

A fundamentação crítica e teórica para o desenvolvimento do capítulo está pautada em estudos desenvolvidos por Moreira Guimarães (2003), José de Campos Novaes (2003), Mário de Andrade (2002), José Lins do Rego (1942a e 1942b), Lidiane Santos de Lima Pinheiro (2008), Walnice Nogueira Galvão (1976, 1981, 1993 e 1994a), Valentim Facioli (1998), Gilberto Freyre (1987), José Carlos Barreto de Santana (2001), Sylvio Rabello (1983), Leopoldo Bernucci (1995, 2002c e 2002d), Roberto Ventura (2002a e 2002b), Gilberto Amado (1956), Alan Unterman (1992), Modesto de Abreu (1963), Plácido de Castro (2005), Carlos Corrêa Teixeira (2009), Ataliba Nogueira (1997), Berthold Zilly (2000 e 2001), Leandro Tocantins (1992), Frei João Evangelista de Monte Marciano (1895), Marco Antonio Villa (2002), José Calasans Brandão da Silva (1971, 1997a e 1997b), Juan Carlos Pires de Andrade (2009), Olímpio de Souza Andrade (2002 e 2009), Ruth Villela Cavalieri (1987), Luiz Costa Lima (1989, 1997, 2006 e 2009), Afrânio Coutinho (1995), Afrânio Peixoto (1947), Franklin Oliveira (1983), Adelino Brandão (2001), Paul Ricoeur (2007), Teodoro Sampaio (1919), Raimundo Nonato Pereira Moreira (2007), Terry Eagleton (2001), Regina Abreu (1998) e Michel Foucault (2009a). Produções discursivas de Euclides da Cunha e/ou sobre sua obra aparecem em cotejo com textos de Alfredo Silva (1994), Siqueira Meneses (1994) e Marcos Evangelista da Costa Villela Júnior (1997), com o objetivo de evidenciar, sobre aspectos da vida em Canudos, assonâncias entre a interpretação do autor de *Os sertões* e as leituras de outros autores.

O terceiro capítulo desta tese investiga a proliferação de sentidos em torno de *Os sertões*. O texto também se ocupa da potência seminal do conflito nos sertões baianos, e reflete sobre aspectos biográficos do escritor fluminense. Euclides da Cunha, *Os sertões* e a Guerra de Canudos são abordados como fenômenos midiáticos fundados e consagrados pela tradução nas modalidades interlingual, intralingual, intersemiótica e intercultural. O termo tradução aparece na análise conforme o entendimento de Roman Jakobson. A “tradução interlingual ou tradução propriamente dita” relaciona-se à interpretação de signos verbais através de outra língua (JAKOBSON, 2003, p. 43). A modalidade é adequada para designar as diversas versões de *Os sertões* em diversos países do mundo. A “tradução intralingual ou reformulação” interpreta signos verbais por meio de outros signos da mesma língua (*ibid.*, p. 43). Euclides da Cunha, *Os sertões* e a Guerra de Canudos permitem ser pensados a partir dessa perspectiva quando considerado o interesse que ainda despertam nos tempos contemporâneos, desencadeando estudos em diferentes áreas do saber – Estudos Literários, História, Geologia, Jornalismo, Comunicação, Sociologia, Geografia, Antropologia, Etnografia etc. A “tradução intersemiótica ou transmutação” consiste na interpretação de signos verbais através de sistemas de signos não verbais, ou na transposição de um sistema de signos para outro – da arte verbal para a música, a dança, o cinema ou a pintura, por exemplo (*ibid.*, p. 43 e 47). Nessa modalidade de tradução, podem ser incluídas as inúmeras produções artísticas e culturais que rememoram e transformam os signos Euclides da Cunha, Guerra de Canudos e *Os sertões*. Com o surgimento das teorias feministas, pós-coloniais e multiculturalistas, as percepções de mundo foram modificadas, e o conceito de tradução ganhou novos contornos. Passou-se a falar, então, em tradução intercultural, que envolve aspectos linguísticos, históricos, sociais e culturais. Portanto, mais do que um exercício meramente interlingual, a tradução é uma negociação intercultural, um ato de interpretação, uma reescrita, uma transformação de textos a partir dos quais se constroem novos sentidos, não hierarquizados, que tornam nulas ou inadequadas concepções como original, cópia e fidelidade (ou traição) a um modelo. Nesse sentido, a noção se mostra apropriada para nomear as múltiplas e contínuas transformações dos signos Euclides da Cunha, Guerra de Canudos e *Os sertões*.

A Campanha de Canudos é o primeiro evento histórico brasileiro a ter cobertura diária na imprensa. Lançado em dezembro de 1902, *Os sertões* converte-se, ao longo da história, numa referência obrigatória para as pesquisas sobre o tema. A potência seminal do livro e a favorável recepção crítica desde o lançamento estão entre os principais fatores responsáveis pela fundação e consolidação do fenômeno midiático Euclides da Cunha. Além

disso, devem ser consideradas a morte trágica do autor e a cobertura do fato pelos jornais da época, bem como a atuação dos biógrafos na construção e difusão da imagem de um homem ético, de conduta ilibada, que teria sacrificado a vida pessoal por amor ao Brasil. A confluência desses aspectos dá origem a diversas ações em homenagem ao escritor, a exemplo do euclidianismo, com sede em São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo. O movimento tem início no dia 15 de agosto de 1912, terceiro aniversário da morte do autor, quando alguns amigos e intelectuais que o admiravam fazem uma romaria cívica com o intuito de homenageá-lo, e perdura até os dias atuais.

Numa correspondência a Francisco Escobar, datada de 14 de maio de 1902, Euclides dá pistas de como gostaria de ser lembrado e *cultuado* na posteridade. O texto aparenta ser um programa de atividades que poderiam ocorrer em sua homenagem, em 18 de maio de 1902, o primeiro aniversário da ponte reconstruída em São José do Rio Pardo (CUNHA, 1997, p. 134). Em outra carta, endereçada ao mesmo destinatário, datada de 08 de abril de 1908, Euclides confessa sentir saudades da cidadezinha paulista que o recebera anos antes, e sinaliza o desejo de retorno (*ibid.*, p. 357). Não são raros os momentos em que as cartas são lembradas nos encontros de *adoração* a Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo nesses mais de cem anos de história do movimento, quando a cidade aproveita o ensejo para exaltar-se como o berço de *Os sertões* e enaltecer as relações afetivas do autor com os rio-pardenses e os intelectuais importantes para a escrita do livro, quer naturais da cidade, ou nela radicados, a exemplo do mineiro Francisco Escobar.

Para a eficiência da rememoração, é também fundamental que muitas coisas sejam esquecidas, silenciadas e impedidas de circular. Nesse contexto, estão os polêmicos *Cânticos euclidianos*, objeto desencadeador do processo 998/94, instaurado pela Promotoria Pública de São José do Rio Pardo contra os diretores d'A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos. Os textos são paródias de composições musicais bastante conhecidas na época, elaboradas com o propósito de abordar eventos da vida de Euclides da Cunha em tom jocoso e irreverente. São temas constitutivos das canções aspectos que põem sob suspeição a masculinidade do escritor. A amizade entre Euclides da Cunha e Francisco Escobar, tantas vezes demonstrada em correspondências e sempre rememorada pelos rio-pardenses como motivo de orgulho para a cidade, aparece satirizada nos *Cânticos* como indício da existência de um suposto relacionamento homoafetivo entre os dois. O episódio não é a única história relacionada à vida de Euclides da Cunha a ganhar destaque nos tribunais. Anos antes, experimentam um processo judicial Judith Ribeiro de Assis e Jeferson de Andrade, autores do livro *Anna de Assis*. O livro aborda a tragédia da Piedade sob o olhar de Judith Ribeiro de

Assis, filha de Dilermando Cândido de Assis e Anna Ribeiro de Assis, que teria crescido ouvindo da mãe relatos destoantes da versão oficial. A partir da Lei de Imprensa e do Código Penal, a família de Euclides da Cunha consegue retirar do mercado a primeira edição do livro, preparada pelo Círculo do Livro, em 1987, e processar os autores pelo crime de injúria à memória do morto.

A tendência nos estudos euclidianos tradicionais é ignorar os episódios da biografia de Euclides da Cunha que não o inscrevam como um homem justo, incompreendido pela família, que teria sacrificado a vida pessoal em dedicação a causas importantes para a história do país, pois considerados irrelevantes quando confrontados com a “incomparável obra” do “grande escritor”. Vista por essa perspectiva, a obra do autor recebe uma projeção aurática, compreendida aqui conforme a concepção benjaminiana, que aponta para o *hic et nunc* daquilo que é único, autêntico, e que não admite reprodução (BENJAMIN, 2008). *Os sertões* é a obra mais afeita à atribuição, por seus leitores, de valor aurático, que se desconstrói a cada instante em que o livro evoca discursos passados e ressurge, transformado, em novas produções culturais. Esse parece ser o contexto em que se inserem a telenovela *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, e o filme *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha – duas produções de grande sucesso de público e de crítica, que se apropriam de trechos veiculados em *Os sertões*, acrescentando a estes significados novos, que se mantêm imortalizados no imaginário nacional.

Para a abordagem destas e outras questões relacionadas à potência seminal dos signos Euclides da Cunha, Guerra de Canudos e *Os sertões*, a fundamentação crítica e teórica se baseia em estudos e produções dos autores Robert M. Levine (1995), Walnice Nogueira Galvão (1976, 1994b e 2011), Berthold Zilly (1997a, 1997b, 1999a, 1999b e 2002), Leopoldo Bernucci (1995, 2002a, 2002b e 2009), Marco Antonio Villa (1999), Valentim Facioli (1990 e 1998), Roman Jakobson (2003), Regina Abreu (1998), Iraci Simões da Rocha (2007 e 2008), Cármen Cecília Trovatto Maschietto (2002), Márcio José Lauria (2002), Rubem Braga (1940), Rachel Aparecida Bueno da Silva (2012), Leonor Arfuch (2010), Rodolpho José Del Guerra (1998), Adelino Brandão (2001), Judith Ribeiro de Assis e Jeferson de Andrade (2009), Luiza Nagib Eluf (2009), Mary Del Priore (2009), Roberto Ventura (2003), Dirce de Assis Cavalcanti (1998), Joel Bicalho Tostes e Adelino Brandão (1990), Frederic Amory (2009), Olímpio de Souza Andrade (2009), Jacques Derrida (2006 e 2011), Cristina Carneiro Rodrigues (2000), Rosemary Arrojo (1993a), Silviano Santiago (1976), Alfredo Silva (1994), Felipe Pereira Rissato (2010 e 2011), Walter Benjamin (2008), Pedro Vasconcellos (2004), Jacqueline Hermann (1998), Alfredo Dias Gomes (1998, 2005 e 2008), Lidiane Santos de

Lima Pinheiro (2004) e Mauro Alencar (2008). Também é objeto de análise o extinto e polêmico jornal *O Berrante* (1992, 1993, 1994a, 1994b, 1994c, 1995a, 1995c e 1997), que se apresenta como o órgão informativo ou órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos.

O quarto capítulo desta tese retoma a noção de “produtores de discursividades”, de Michel Foucault, em referência ao escritor Euclides da Cunha. Conforme o teórico francês, os “produtores de discursividades” são os autores construtores de alguma coisa além de suas próprias obras e livros: “[...] a possibilidade e a regra de formação de outros textos.” (FOUCAULT, 2009b, p. 58). A característica básica da instauração de discursividade é a exigência de “retorno”, que se dirige ao que está presente no texto, ao texto em sua nudez, e também aos seus vazios, ausências e lacunas (*ibid.*, p. 63-5). Embora aplicada a Marx e Freud, considerados os primeiros e mais importantes “instauradores de discursividade” (*ibid.*, p. 59), a teoria permite ser estendida à análise da obra de Euclides da Cunha, pois sempre parece ser possível a formação de novos textos a partir de *Os sertões*, a mais seminal das obras do autor. A força disseminadora do livro possibilita ainda sua inclusão dentre os discursos classificados por Michel Foucault como “narrativas maiores”, “que se contam, se repetem e se fazem variar” (FOUCAULT, 2009a, p. 22). Segundo o teórico, há os discursos que envelhecem e os discursos que permanecem despertando o interesse dos leitores. Os últimos “[...] estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer.” (*ibid.*, p. 22, grifos do autor). São os textos literários, religiosos ou jurídicos (*ibid.*, p. 22). Aceita essa perspectiva crítica, a literariedade de *Os sertões* estaria associada à capacidade de ser dito, permanecer dito e continuar por se dizer, e não a elementos exclusivamente intrínsecos ao texto.

A fundamentação teórica para o desenvolvimento do capítulo se baseia em estudos de Michel Foucault (2009a e 2009b), Paul Ricoeur (2007) e Sigmund Freud (2010a e 2010b). Além de *Os sertões*, outras produções de Euclides da Cunha são contempladas na análise: a correspondência ativa (CUNHA, 1997), a “Nota preliminar” (2002b) e as “Notas à segunda edição” (2002c). Também são analisadas reportagens sobre o autor e sua produção, publicadas em *O Estado de S. Paulo*, nos dias 16 de agosto de 1909 e 13 de dezembro de 1952. O *corpus* argumentativo para a exposição das ideias conta ainda com leituras críticas de Denise Carrascosa (2010), Anabelle Loivos Considera Conde Sangenis (2008), Lidiane Santos de Lima Pinheiro (2012), Sylvio Rabello (1983), Leopoldo Bernucci (2002c), Sidney Chalhoub (1996), Roberto Ventura (2002c), Cícero Antônio de Almeida (1997), Marco

Antonio Villa (1998 e 1999), Frei João Evangelista de Monte Marciano (1895), Berthold Zilly (1999b e 1999c), Regina Dalcastagnè (2008), José Calasans Brandão da Silva (1997c e 2002), Iraci Simões da Rocha (2007), Walnice Nogueira Galvão (2001), Edmundo Moniz (1981), Pedro Barboza (2001) e Antoine Compagnon (2003).

Quando se pensa Euclides da Cunha como um produtor de discursividades, reafirma-se, ao mesmo tempo, sua postura de intelectual consciente da instabilidade da noção de verdade, pois sua produção discursiva, mesmo com fins históricos e científicos, é sempre perpassada pela subjetividade do eu que a elabora, o que torna nulas ou questionáveis concepções críticas que associam ao veio artístico seus equívocos científicos e históricos. Nesse contexto, a literariedade da obra se associa à potência seminal, e a esta se relaciona sua permanência na posteridade. É o que parece acontecer com *Os sertões*, seu texto mais traduzido nos mais diversos contextos e linguagens. Como discurso, a obra euclidiana se inscreve como veículo de disseminação de impressões sobre os sertões baianos e amazônicos ou sobre o próprio espaço textual, como é o caso das reflexões sobre linguagem que marcam a produção crítica do escritor. No registro das impressões sobre os sertões baianos e amazônicos, há um viajante que se alinha à tradição das narrativas de viagens europeias para se projetar como um descobridor de espaços ainda não devidamente mapeados pela ciência. É para este sujeito que está voltado o quinto e último capítulo desta tese.

Fernando Cristóvão reconhece três etapas na literatura de viagens de filiação europeia: a tradicional, a nova e a novíssima. Em qualquer das etapas, as narrativas apresentam marcas linguísticas, literárias e históricas próprias, temas recorrentes e metáforismos que, embora não sendo uma exclusividade sua, impõem-se pela frequência, originalidade ou modo de tratamento. São marcas da literatura de viagens: o desejo de ver; a indiferença pelos riscos da viagem; o compromisso com a verdade; a associação entre fé e império; a busca pelo paraíso perdido; o encantamento com a nudez edênica dos índios; o maravilhamento; a busca de mensagens escondidas na natureza, cujas significações estariam nos *Bestiários*, *Lapidários* e na *Bíblia*; as narrações e descrições em obediência aos tópicos retóricos da grandeza, abundância e similitude; e a ânsia por medir, pesar e classificar (CRISTÓVÃO, 2009a, p. 13-52). Das marcas elencadas, a maioria caracteriza os textos da segunda etapa da literatura de viagens, iniciada no século XIX, com o advento do turismo e o progresso da ciência, da qual se aproximam as narrativas de Euclides da Cunha sobre os sertões baianos e amazônicos.

Para ver, parecem necessárias ao viajante as comparações entre o novo e o velho, ainda que a pretensão de simetria por vezes não passe de uma quimera. Nas duas viagens

protagonizadas por Euclides da Cunha, o contato com o desconhecido torna não correspondentes a imagem mental e a imagem apresentada aos olhos. Instaure-se uma crise interpretativa provocada pelo outro que parece recusar nomeação. Na escrita, emerge um observador desorientado perante o que vê, muitas vezes oscilante entre a fidelidade às próprias conclusões e o compromisso de interpretar o novo a partir do arsenal teórico de que dispõe. Porque sempre rebelde, o objeto visto impõe ao observador uma forma própria de apresentação, que requer saberes novos, provavelmente apenas possíveis *in loco*, pois se mostram lentamente, à medida que o viajante se entrega à aventura do ver e do conhecer. São essas viagens que credenciam o narrador a chamar a atenção dos compatriotas para o alheamento que dispensam aos temas brasileiros, e ao mesmo tempo apresentá-los ao *outro* indesejado, mantido à margem da história, da geografia e da literatura nacionais. O posicionamento do escritor é uma crítica à intelectualidade da época, mais afeita aos costumes e valores europeus, e também uma sinalização de que nele haveria um diferencial, por se voltar para os sertões brasileiros, que legitimaria suas leituras sobre o país.

Para o estudo dessas questões, estão contempladas na análise as seguintes produções de Euclides da Cunha: *Os sertões* (CUNHA, 2002a), a *Poesia reunida* (CUNHA, 2009d), a correspondência ativa (CUNHA, 1997), a “Nota preliminar” (CUNHA, 2002b), o *Diário de uma expedição* (CUNHA, 2000a), a *Caderneta de campo* (CUNHA, 2009b), a reportagem “O batalhão de São Paulo” (CUNHA, 2000d), o discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras (CUNHA, 1995m), a crônica “Em viagem” (CUNHA, 1995i), os artigos “Plano de uma cruzada” (CUNHA, 1995k) e os ensaios “Impressões gerais” (CUNHA, 1999e) e “O rio Purus (Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus)” (CUNHA, 1994a). A fundamentação crítica e teórica se baseia em textos dos autores Roberto Ventura (1996, 1998, 2002a e 2003), Walnice Nogueira Galvão (2001 e 2002), Guilherme Giucci (1993), José Carlos Barreto de Santana (2001 e 2005), Prudente de Moraes (1990), José de Campos Novaes (2003), Valter Guimarães Soares (2014), Marco Antonio Villa (1999 e 2002), Berthold Zilly (1999c), João Evangelista de Monte Marciano (1895), Junito de Souza Brandão (1999), Francisco Ferreira de Lima (1998 e 2009), Fernando Cristóvão (2002a e 2009a), Silvio Lima Figueiredo (2010), Laura de Mello e Souza (2002), Isabel Nery (2009), Victor Segalen (2009), René Girard (2009), Flora Süssekind (2008), Daniel Piza (2010) e Leandro Tocantins (1992).

Em seus escritos, Euclides da Cunha se pronuncia sobre suas viagens pelos sertões baianos e amazônicos e realiza viagens em linguagem. Sobre as impressões do autor sobre os espaços visitados em viagem ou em linguagem, não há, nesta tese, palavras

conclusivas, nem perspectiva de acabamento. O último capítulo parece fazer um retorno ao primeiro, à espera de um recomeço, de um dizer de novo, de outra maneira, pois em ambos se acentuam a subjetividade e a fluidez discursiva do eu narrador. Sob esse aspecto, a movimentação revive a própria experiência de Euclides da Cunha nas inscrições de permanência na história da cultura brasileira, já que seus textos estão sempre se referindo a outros textos, num contínuo processo de adiamentos e remissões. Desde o primeiro capítulo, nas abordagens sobre o pensamento crítico do autor, evidencia-se haver um *corpus* de pesquisa além de *Os sertões*, que merece ser investigado. Lançar olhares sobre a subjetividade do narrador Euclides da Cunha é a escolha de quem decide abandonar as pouco atraentes e repetitivas discussões sobre seus supostos equívocos históricos e científicos, pois pressupõem a existência de uma verdade inquestionável, para assumir a perspectiva de que, sobre o passado, nada há além de discurso, linguagem e interpretação. A aceitação do passado como linguagem a ser transcrita em linguagem é a principal contribuição deste trabalho de tese aos estudos sobre Euclides da Cunha, sua obra e sobre outras produções culturais e discursivas que rememoram o acontecimento de Canudos.

2. O CONSÓRCIO ENTRE CIÊNCIA E ARTE NO PENSAMENTO CRÍTICO DE EUCLIDES DA CUNHA

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos. (CUNHA, 2002a, p. 205).

Nos estudos sobre *Os sertões*, os críticos tendem a aceitá-lo como um texto híbrido, marcado pelo consórcio entre ciência e arte, mantendo uma estabilidade interpretativa que teve início com a tese de dupla inscrição aventada por José Veríssimo na primeira análise da obra, um artigo publicado no *Correio da Manhã*, em 03 de dezembro de 1902:

O livro, por tantos títulos notáveis, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d'alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as “secas” que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos. (VERÍSSIMO, 2003, p. 46).

Nessa leitura rápida e superficial – já que trazida a público um dia após o lançamento de *Os sertões*, não tendo havido, portanto, tempo bastante para a realização de uma análise acurada do tema –, Veríssimo elenca três modos possíveis para a utilização da palavra. A expressão de sentimentos seria de responsabilidade do discurso artístico. As ciências, representadas pela geografia, geologia e etnografia, seriam o território da verdade, dos *fatos em si*, como se fosse possível apresentá-los além da mediação da linguagem, inevitavelmente subjetiva e preche de significados. A capacidade de expor um pensamento, de imediato associada à interpretação, seria uma atribuição de áreas como a filosofia, a sociologia e a história. Um ponto a ser ressaltado, na classificação de Veríssimo, é que a história não está circunscrita à mera transmissão de *fatos em si*. Nela haveria um homem pensando e emitindo opiniões sobre o mundo; e não simplesmente compondo um retrato, como se os signos representassem coisas presentes em algum lugar, e não implicassem um

adiamento contínuo de significados²³. Contudo, as palavras do crítico paraense sugerem que tais opiniões sobre o mundo não poderiam estar muito distantes da imparcialidade que se costuma atribuir às ciências, supostamente responsáveis pela busca de uma verdade inquestionável, pois a exposição de sentimentos seria um distintivo básico de poetas, romancistas e artistas, cujo compromisso maior seria o de emocionar o leitor. Desse modo, os atributos literários de Euclides da Cunha estariam na capacidade de se comover perante a realidade observada – o que, no leitor, desencadearia sentimentos análogos.

Comentando o excerto supracitado, no qual Veríssimo se posiciona a respeito de atribuições de cientistas e artistas, Luiz Costa Lima destaca os inconvenientes da leitura que inscreve a emocionalidade, em Euclides da Cunha, como o elemento demarcador do homem de letras. Nesse entendimento, conforme o teórico, “as qualidades opostas – observar, experimentar, calcular – estariam reservadas para seu lado de cientista.” (LIMA, 1989, p. 218). Costa Lima prossegue com alusões a mais dois dos primeiros comentadores de *Os sertões* – Araripe Júnior e Afrânio Peixoto –, para acentuar que também nestes Euclides da Cunha aparece como poeta, pelo manejo da linguagem, pela capacidade de comover e expressar sentimentos:

Reiteremos a conclusão: seria esta a força que distinguiria o poeta do cientista, senhor da observação transmitida a frio. Insistimos na conclusão porque ela demonstra cabalmente como até à geração do cientificismo se prolongou, adaptando-se, o culto da observação. [...] a capacidade de bem observar é reservada para a apreciação científica, exigindo-se do artista que, sobre ela, acrescente a mobilização da emocionalidade do leitor. Foi a partir deste tipo de reflexão que se firmou a idéia²⁴ de Euclides como misto de sociólogo e escritor, combinação de cientista e homem da literatura. As bases do juízo, não custa repeti-lo, supunham a diferença radical entre ciência e arte – a primeira cultivando faculdades cerebrais, a segunda, as cordas do coração. (*ibid.*, p. 219).

No artigo anteriormente referido, embora tenha, através da tese de dupla inscrição, acentuado a expressividade linguística do livro de Euclides da Cunha, Veríssimo faz-lhe ressalvas quanto à “artificialidade” da linguagem e, sobretudo, à presença de “termos técnicos”, demonstrando certo desconforto em lidar com a ciência e a arte num único texto:

²³ O adiamento de significados remete à noção de *différance*, de Jacques Derrida. A noção será retomada mais adiante, no capítulo “A tradução no forjamento e sobrevivência dos fenômenos midiáticos Euclides da Cunha, Guerra de Canudos e *Os sertões*”.

²⁴ Nesta tese, porque textos antigos foram pesquisados, optou-se por preservar, em todas as citações diretas e referências elencadas ao final do texto, as normas ortográficas em vigor na época em que as obras consultadas foram escritas ou publicadas.

Pena é que conhecendo a língua, como a conhece, esforçando-se evidentemente por escrevê-la bem, possuindo reais qualidades de escritor, força, energia, eloquência, nervo, colorido, elegância, tenha o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo, já pessoal e próprio, não obstante de um primeiro livro, sobrecarregando a sua linguagem de termos técnicos, de um boleio de frase como quer que seja arrevesado, de arcaísmos e sobretudo de neologismos, de expressões obsoletas ou raras, abusando freqüentemente contra a índole da língua, e contra a gramática das formas oblíquas em *lhe* em vez do possessivo direto, do relativo *cujo* e, copiosamente, de verbos por ele formados, e de outros modos de dizer, que, ainda quando filologicamente se possam justificar, não são, de fato, nem necessários, nem belos, antes, a meu ver, dão ao seu estilo um tom de gongorismo, de artificialidade, que certo não estava na sua intenção. Em uma palavra, o maior defeito do seu estilo e da sua linguagem é a falta de simplicidade; ora, a simplicidade que não exclui a força, a eloquência, a comoção, é a principal virtude de qualquer estilo. Mas este defeito é de quase todos os nossos cientistas que fazem literatura, até mesmo de alguns afamados escritores nossos, que mais sabem a língua, é quase um vício de raça, o qual no Sr. Euclides da Cunha, por grande que seja, não consegue destruir as qualidades de escritor nervoso e vibrante, nem sobretudo, o valor grande do seu livro. (VERÍSSIMO, 2003, p. 47, grifos do autor).

Sendo a literatura, conforme Veríssimo, sinônimo de boas ou belas letras, somente se configuraria como “arte literária” o escrito elaborado com “os artificios de invenção e de composição”, visando a despertar prazer intelectual no leitor (VERÍSSIMO, 2013, p. 9). Assim, por infringirem o “precioso cuidado com a linguagem” requerido às belas letras, fica justificada ou explicada a censura do crítico aos “modos de dizer” de Euclides da Cunha, considerados “nem necessários, nem belos” (VERÍSSIMO, 2003, p. 47). A partir da leitura da *História da literatura brasileira* (1919), pode-se também imaginar, a princípio, estar o autor comprometido, sem restrições, com a noção clássica de belas letras, segundo a qual a literatura abrangeria toda a produção da retórica e da poética, não somente a ficção, mas também a história, a filosofia, a ciência e a eloquência, quer fosse impressa ou manuscrita, incluindo-se também a literatura oral. O crítico, porém, esclarece a questão, rejeitando a suposta “pseudonovidade germânica”, que atribuiria à literatura não somente toda a produção escrita de um país – poesia lírica, economia política, romance, direito público, teatro, artigos de jornal –, como também toda a produção oral – discursos parlamentares, cantigas e histórias populares. Enfim, autores e obras de todo o gênero. Inspirando-se nos princípios defendidos pelo historiador Gustave Lanson, Veríssimo apreende a literatura como um discurso intrinsecamente interligado à filosofia. Entendida como uma espécie de “vulgarização da filosofia”, a literatura tornaria possível às sociedades serem atravessadas por todas as grandes correntes filosóficas determinantes do progresso e das mudanças sociais. Ela manteria nas almas, sem isso atormentadas pelas necessidades da vida cotidiana e pelas preocupações

materiais, a ânsia pelas grandes questões da humanidade (VERÍSSIMO, 2013, 9-10). Nesse sentido, a aproximação de Euclides com as correntes de pensamento em vigor na época, embora uma relação conflituosa, torna-se um requisito básico para sua inserção dentre os pensadores considerados como literatos pelo crítico paraense.

Ao acentuar, no artigo de 1902, os supostos vícios estilísticos e linguísticos de Euclides da Cunha, bem como a “falta de simplicidade”, que seria comum em “quase todos os nossos cientistas que fazem literatura” (VERÍSSIMO, 2003, p. 47), Veríssimo demonstra não entender como pacífica ou livre de contradições a convivência, em *Os sertões*, entre o “homem de ciência”, o “homem de pensamento” e o “homem de sentimento”. O “estilo pessoal e próprio”, mais afeito ao “homem de sentimento”, parece não se harmonizar com o emprego de “termos técnicos”, indispensáveis ao “homem de ciência”. Para o crítico, seriam correlatos os termos escritor, literato e “homem de sentimento”; e, dentre as características que lhes seriam inerentes, destacam-se o poder de comoção, a força verbal, a energia, a eloquência, o nervo, o colorido e a elegância. Inserido nessa categoria, Euclides da Cunha estaria tendo suas “reais qualidades” de escritor ameaçadas pelas interferências do “homem de ciência” e do “homem de pensamento”. No primeiro caso, os prejuízos adviriam dos “termos técnicos” presentes no texto, que poderiam despertar no leitor a sensação de estar diante de um compêndio ou de um árido romance de teses científicas. No segundo, dos muitos neologismos e arcaísmos, do tom gongórico e artificial, das expressões obsoletas ou raras, das infrações gramaticais e linguísticas, que poderiam requerer de críticos e autores posicionamentos perante a língua e a literatura que os tornassem distanciados da percepção e/ou exercício daquelas que seriam, conforme Veríssimo, as “reais qualidades” de um escritor – predominantemente alinhadas aos aspectos textuais mais estéticos e/ou formais.

Sendo um conhecedor da língua – conforme acentua José Veríssimo no artigo de 1902 –, não seria temerária a hipótese de que os desvios gramaticais e linguísticos de Euclides da Cunha tenham sido intencionais e com fins específicos, já que mantidos em edições posteriores, após inúmeras revisões, tornando possível sua inserção numa corrente estética bem próxima do que viria a ser, anos depois, o movimento de 1922, conspícuo por renovações estéticas e linguísticas. Num texto em que amplia os sentidos dos termos moderno e modernista, Francisco Foot Hardman aponta como plenamente modernos diversos autores que não participaram da composição da Semana de Arte Moderna em São Paulo. São pensadores orientados por filosofias positivistas, evolucionistas e materialistas, responsáveis por um movimento amplo e heterogêneo, com produção nas áreas literária, jornalística, sociológica e filosófica, tendo também abrigado, sobretudo a partir de 1890, as reivindicações da classe

operária, de tendência social-democrata e libertária. Conforme o estudioso, tais pensadores e autores seriam os “antigos modernistas” e, dentre eles, estaria Euclides da Cunha (HARDMAN, 2009b).

O entendimento de Hardman a respeito do que seria “modernismo” ou “pensamento moderno” parece próximo da postura assumida por José Veríssimo, já que, na *História da literatura brasileira*, o movimento é associado à retomada do positivismo de Comte, do transformismo de Darwin, do evolucionismo de Spencer e do intelectualismo de Taine e Renan. Segundo Veríssimo, esse movimento de ideias chegado ao Brasil por volta do decênio de 1870, pondo fim ao domínio exclusivo do Romantismo, teve as primeiras manifestações no Rio de Janeiro, também se disseminando em São Paulo e no Ceará pelo menos, a partir do contato de nossos intelectuais com a leitura dos franceses Littré, Quinet, Taine e Renan. Somente em 1882, teria sido notada, no Recife, a ação de Tobias Barreto, um dos principais fomentadores do movimento, já que apontou e/ou abriu novos caminhos e direções à inteligência nacional, suscitou discussões e polêmicas, e criou discípulos que se tornaram propagadores de seus ensinamentos. No entanto, apesar de destacar a importância do pensador sergipano para a mentalidade brasileira, por ter atuado, primeiro, como um demolidor de valores que travavam o progresso, depois como uma força de estímulo reformista, Veríssimo nega a existência da Escola de Recife – no seu entender, apenas um grupo constituído por discípulos diretos de Tobias Barreto, com pouca expressividade no país (VERÍSSIMO, 2013, p. 151-5).

O historiador restringe-se ao aspecto filosófico do movimento e a uma querela com o crítico sergipano, numa tentativa de minimizar a importância da Escola de Recife; e não faz menção à renovação linguística, estética e temática que já se fazia presente em alguns autores, aproximadamente desde 1870 – meio século, portanto, antes da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Nessa leitura, o “modernismo” ou “pensamento moderno” estariam associados ao naturalismo, ao parnasianismo e à chamada poesia científica, e não às tendências do período comumente denominado pela periodização literária como “pré-modernista” – porém, plenamente moderno, conforme perspectiva crítica de Francisco Foot Hardman.

Em virtude desses equívocos, ausências e/ou omissões, pode-se inferir que, no artigo anteriormente referido, publicado em 1902, ao destacar as infrações gramaticais e linguísticas de Euclides da Cunha, Veríssimo não as percebia como parte integrante de um projeto de ruptura com um modelo literário, ainda em vigor na época, que não contemplava de forma satisfatória as contradições e impasses característicos do processo de adequação do

Brasil aos pilares da modernidade²⁵. É importante ressaltar que, no final do século XIX, o país passava por mudanças significativas na estrutura política, social e econômica. Vivia-se a abolição da escravatura, o fim da Monarquia e a implantação do regime republicano. A indústria experimentava crescimento acelerado; e o movimento operário, cujas primeiras ações foram forjadas ainda em plena sociedade escravista, ganhava força com o incremento da imigração de trabalhadores assalariados europeus. A conjuntura desencadeou inúmeros conflitos sociais no país, que passaram a requerer não apenas espaço de discussão na literatura, como também novas formas de expressão, condizentes com a realidade a ser transposta em linguagem.

Neste caso, não mais se podia esperar do literato uma simples postura de “homem de sentimento”, movido pela ânsia de emocionar o leitor; mas ações típicas de um “homem de pensamento”, comprometido com a elaboração de uma leitura crítica e política acerca do momento histórico em que estava inserido. É este o perfil no qual se encaixa o intelectual Euclides da Cunha, uma vez que não pretende apenas sensibilizar o leitor, mas alertá-lo para os dramas vividos por uma população excluída do processo de modernização do país. Na condição de pensador envolvido com membros da comunidade científica e um de seus integrantes, conforme ele sempre reconhecia, Euclides empenha-se na mobilização do leitor, acrescentando à emocionalidade do “homem de sentimento” e à consciência política do “homem de pensamento” a autoridade das pesquisas do “homem de ciência” e a conotação de verdade que seu discurso implica. Em carta²⁶ a Veríssimo datada de 03 de dezembro de 1902, ao defender o consórcio entre ciência e arte como procedimento relevante no processo de elaboração de um discurso, o escritor demonstra perceber *Os sertões* a partir dessa perspectiva. A missiva concentra comentários ao artigo do crítico paraense, publicado no *Correio da Manhã*, em 03 de dezembro de 1902. Devido à “competência do juiz”, o escritor confessa ter visto nele renascida “[...] uma velha comoção que já suponha morta – a de calouro, nos bons tempos passados, em véspera de exame.” (CUNHA, 1997, p. 143). O tom é elogioso e de agradecimento à avaliação crítica dirigida ao livro, com apenas algumas ressalvas aos juízos emitidos quanto ao emprego de “termos técnicos”:

²⁵ O termo “modernidade”, neste contexto, faz alusão ao movimento de ideias chegado ao Brasil por volta do decênio de 1870, e às transformações estéticas, políticas, sociais e econômicas dele decorrentes e/ou a ele relacionadas (HARDMAN, 2009b; VERÍSSIMO, 2013).

²⁶ A correspondência de Euclides a Veríssimo é datada de 03 de dezembro de 1902 – a mesma data da publicação, no *Correio da Manhã*, do conhecido artigo do crítico paraense sobre *Os sertões*. Contudo, como Euclides inicia a carta referindo-se a ontem, supõe-se ter sido 04 de dezembro a data da escrita: “Ao ler no *Correio* de ontem a notícia do seu juízo crítico sobre os [*sic*] *Sertões* [...]” (CUNHA, 1997, p. 143).

Num ponto apenas vacilo – o que se refere ao emprego de termos técnicos. Aí, a meu ver, a crítica não foi justa.

Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras – sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano. Um grande sábio e um notável escritor, igualmente notável como químico e como prosador, Berthelot, definiu, faz poucos anos, o fenômeno, no memorável discurso com que entrou na Academia Francesa.

Segundo se colhe de suas deduções rigorosíssimas, o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências.

[...]. Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta – e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnografia própria se impõe obrigatoriamente – e é justo desde que se não exagere ao ponto de dar um aspecto de compêndio ao livro que se escreve, mesmo porque em tal caso a feição sintética desapareceria e com ela a obra de arte. (CUNHA, 1997, p. 143-4).

A gratidão de Euclides reiterada ao longo da carta não parece simples cordialidade, pois, em outras oportunidades, a postura é mantida. Numa carta a Escobar, datada de 25 de dezembro de 1901, Euclides confessa-se um “devedor” da “extraordinária gentileza” do crítico paraense, a ele se referindo como “um fiador de alto coturno”, que teria sido levado à presença dos “honrados saxônios” da editora Laemmert, durante as negociações para a publicação de *Os sertões* (*ibid.*, p. 129). O conteúdo é semelhante ao de uma carta²⁷ de Euclides a Veríssimo, datada de 24 de dezembro de 1901, divulgada na íntegra, por Walnice Nogueira Galvão, em *Euclidiana*. No texto, o missivista agradece a “grande gentileza” com que o crítico o acolheu e o “eficaz amparo” dado à sua pretensão de publicar um livro; e comunica-lhe ter sido essa, afinal, satisfeita, já que contratara, “[...] embora em condições pouco vantajosas, a impressão dos *Sertões* [*sic*], com Laemmert; devendo, por uma das cláusulas, estar pronto e entregue à publicidade, o livro, em fins de abril do ano vindouro.” (CUNHA, 2009a, p. 200). Em outra correspondência, datada de 12 de junho de 1903 e também direcionada a Veríssimo, Euclides mais uma vez registra sua gratidão, acentuando não se tratar de “lisonjaria vã”: “[...] ao sr. devo o favor da apresentação do meu nome, então obscuro, à sociedade inteligente da nossa terra, amparando-o com extraordinária generosidade.” (CUNHA, 1997, p. 166).

²⁷ A correspondência não está inserida na *Correspondência de Euclides da Cunha*, organizada por Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (CUNHA, 1997). Foi divulgada em *Euclidiana* mediante autorização de seu possuidor, o Dr. Jorge Veríssimo, neto do crítico (GALVÃO, 2009, p. 303).

São muitas as demonstrações de gratidão de Euclides a José Veríssimo, mas estas não sinalizam necessariamente a existência de laços afetuosos entre as duas personalidades. Numa carta de Veríssimo endereçada a Mário de Alencar, datada de 17 de agosto de 1909, dois dias após a morte de Euclides da Cunha, o missivista a este assim se refere:

Apesar das aparências contrárias, creio que não havia entre nós muita real simpatia, e que ambos nos esforçávamos por nos tolerarmos, e até nos amarmos, mais do que nossos temperamentos e a nossa índole literária diversa quereria. [...] havia nele um egotismo que me era insuportável e me fazia talvez julgá-lo às vezes com acrimônia ou injustiça. Pelo lado literário V. [sic] sabe que eu não podia absolutamente estimá-lo senão com muitas restrições, e, ainda admirando-o o quanto podia, sempre achei excessiva a sua fortuna literária, que estou certo não lhe sobreviverá muito tempo. (VERÍSSIMO, 2009, p. 304).

Embora as palavras de Veríssimo estejam registradas numa carta pessoal, pressupondo a partilha de sentimentos ou impressões que não seriam confessadas em público, não seria prudente ignorar seu distanciamento das homenagens póstumas prestadas a Euclides da Cunha. Na contramão do que se tornara consenso afirmar sobre um autor sucesso de crítica e de público, Veríssimo não apenas declara estimá-lo, sob o ponto de vista literário, “com muitas restrições”, como também admite considerar “excessiva a sua fortuna literária”, por não se tratar de um escritor com características que parecessem duradouras (*ibid.*, p. 304). O crítico é um dos responsáveis pela apresentação de Euclides à intelectualidade da época, com sua recepção favorável a *Os sertões* logo após a publicação. Pode-se conjecturar, então, serem pessoais as razões determinantes do desabafo ao amigo Mário de Alencar. O mal-estar talvez tenha sido gerado ou intensificado por uma referência não elogiosa de Euclides, na conferência “Castro Alves e seu tempo²⁸”, a um “crítico reportado e sabedor” (CUNHA, 1995c, p. 475), entendida por alguns estudiosos como uma menção a José Veríssimo. O historiador paraense comenta brevemente o episódio na coluna “Revista literária”, publicada no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 06 de janeiro de 1908. No texto, são feitas críticas a alguns autores e produções textuais, figurando, dentre estas, a conferência “Castro Alves e seu tempo”, proferida por Euclides da Cunha, no Centro XI de Agosto, em São Paulo, no dia 02 de dezembro de 1907. A recepção ao texto euclidiano é elogiosa, porém com certas restrições ao estilo que o caracteriza:

²⁸ O texto foi publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 03 de dezembro de 1907.

São brilhantes paginas, mais talvez de arroubo e imaginativa que de segura e justa apreciação. Não sei se, quer pelo discurso, quer pelo estylo, contentarão plenamente a “critica reportada e sabedora”, a que allude o autor [...]. Mas todas as reservas que essa pudesse fazer aquelles dous aspectos da brilhante prelecção do autor dos *Sertões*, não diminuiriam a impressão de calor communicativo, de entusiasmo juvenil, de caprichoso gosto da phrase, do verbo, do paradoxo que são a principal feição, e para muitissimos também o principal encanto do seu estylo. (VERÍSSIMO, 1908, p. 1).

Numa carta a Veríssimo datada de 06 de janeiro de 1908, Euclides menciona a crítica recebida, e nega ter feito, no Centro XI de Agosto, qualquer comentário com o objetivo de atingir o “distinto amigo”:

Depois de ler a sua *Revista Literária*, de hoje, onde, sempre coerente, aponta os pecados originais da minha maneira de escrever – devo repetir o que já tive o prazer de dizer-lhe: não pensei, absolutamente, em fazer-lhe uma alusão, indireta ou disfarçada, quando me referi a um “crítico reportado e sabedor”. (CUNHA, 1997, p. 347, grifos do autor).

Os “pecados originais” seriam a escrita arrevesada e a falta de simplicidade estilística, já apontados anos antes, na carta datada de 03 de dezembro de 1902. Nesta, no entanto, para além da animosidade insinuada por Veríssimo em 1909 e do clima amistoso demonstrado por Euclides em várias oportunidades, o que sobressai é a exposição de uma tese e das pretensões do missivista. Caracterizando a poligrafia como um sinal distintivo do “escritor do futuro” e o consórcio entre a ciência e a arte como a “tendência mais elevada do pensamento humano” – e tendo escrito *Os sertões* norteado por essa perspectiva –, é esse o entendimento que Euclides advoga para a própria escrita. Embora tenham aborrecido o escritor as restrições de Veríssimo aos “termos técnicos”, estas funcionam como uma demarcação de seu pertencimento à comunidade científica da época. São úteis, portanto, à ambicionada qualificação de pensador polígrafo, que garantiria a sobrevivência na posteridade – ou no futuro, como Euclides prefere denominar –, tornando dispensável a apresentação de provas ou evidências da cientificidade de *Os sertões* e/ou do *status* de cientista do escritor. Ameaçada pela presença dos “termos técnicos”, a literariedade da obra é que precisaria ser afirmada. Daí as referências a Berthelot, membro da Academia Francesa, pois, “igualmente notável” como literato e como cientista, teria aberto um precedente para que Euclides também se julgasse apto a pleitear uma vaga na Academia Brasileira de Letras.

Assim como não seria legítimo considerar casual a indicação de Euclides para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, podendo ser atribuída aos muitos contatos do autor com a comunidade científica do tempo e aos muitos esforços para dela fazer parte, também

não se pode ignorar o empenho do autor para o ingresso na Academia de Letras, conforme demonstram as muitas correspondências dirigidas aos acadêmicos e ao amigo Escobar. Antes de solicitar a Machado de Assis, na época presidente da Academia Brasileira de Letras, a inclusão entre os candidatos à vaga existente nesta instituição, o que ocorre através de carta, em 21 de junho de 1903 (CUNHA, 1997, p. 169), Euclides dá sinais de apreensão, referindo-se a “insucesso inevitável” (*ibid.*, p. 166) e à “derrota inevitável” (*ibid.*, p. 168), conforme se observa em cartas a José Veríssimo e Lúcio de Mendonça, com datas de 12 e 20 de junho de 1903, respectivamente. Após o recebimento, em 03 de julho, de uma carta de João Ribeiro, bastante animadora quanto ao sucesso da candidatura, é que começa a campanha propriamente dita, e o escritor se empenha na conquista dos votos dos acadêmicos. Escreve a José Veríssimo²⁹, em 04 de julho de 1903, pedindo que se recorde de sua “situação de engenheiro errante”: “[...] preso pelos empreiteiros e absorvido em orçamentos, quase sem tempo para curar dos meus próprios interesses. Os outros candidatos, mais folgados e num outro meio, têm elementos práticos de sucesso que eu não posso ter.” (*ibid.*, p. 169-70). Posteriormente, também por carta e com o mesmo intuito, comunica-se com Artur Azevedo³⁰, Afonso Celso³¹, Oliveira Lima³², Barão do Rio Branco³³, Machado de Assis³⁴, Salvador de Mendonça³⁵, Afonso Arinos³⁶ e Coelho Neto³⁷. Com esse último, Euclides partilha a lista dos votos de sua “absoluta confiança” (*ibid.*, p. 179), assim como também já o fizera anteriormente com o amigo Escobar, em cartas datadas de 24 de julho e 22 de agosto de 1903 (*ibid.*, p. 176 e 178), sinalizando, nas três oportunidades, estar de fato desejoso de ser integrado à Academia Brasileira de Letras.

Os diálogos com a intelectualidade literária do tempo demonstram um escritor à busca de reconhecimento nesta área do saber – o mesmo podendo ser dito de suas relações com a comunidade científica. Embora, nas conversas com os amigos influentes, muitas vezes tenha arrogado modéstia a respeito das qualidades de *Os sertões*, Euclides jamais omitiu o desejo de ser lido – e não apenas entre seus pares, mas também entre leitores de outras nacionalidades, conforme demonstram as investidas, antes mesmo da publicação do livro, para que este fosse traduzido para o francês, língua franca dos homens cultos da época.

²⁹ Na correspondência, Euclides se refere à carta de João Ribeiro, recebida no dia anterior.

³⁰ Carta de 06 de julho de 1903 (CUNHA, 1997, p. 170).

³¹ Carta de 07 de julho de 1903 (CUNHA, 1997, p. 171).

³² Carta de 09 de julho de 1903 (CUNHA, 1997, p. 171).

³³ Carta de 09 de julho de 1903 (CUNHA, 1997, p. 172).

³⁴ Carta de 10 de julho de 1903 (CUNHA, 1997, p. 172).

³⁵ Carta de 10 de julho de 1903 (CUNHA, 1997, p. 173).

³⁶ Carta de 10 de setembro de 1903 (CUNHA, 1997, p. 180).

³⁷ Carta de 10 de setembro de 1903 (CUNHA, 1997, p. 179).

Quando ainda se encontrava na Bahia como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, o escritor teria recebido de Pethion de Villar a proposta para traduzir para o francês o livro que se dispusera a escrever sobre o conflito nos sertões baianos. A promessa é mencionada numa carta endereçada ao franco-brasileiro, datada de 15 de maio de 1900:

[...] o meu livro sobre a interessantíssima luta nos sertões da tua terra ainda não apareceu. Está, porém, agora – finalmente, pronto e ainda que seja o primeiro a considerá-lo lardeado de defeitos sérios entre os quais avulta certa falta de unidade oriunda das condições em que foi escrito – tem, preponderante, uma qualidade que o nobilita: a sinceridade com que foi traçado.

Será seu único valor.

Por isto, talvez não faça jus à consagração de uma versão para o francês a que espontânea e cavalheirescamente te propuseste quando aí estive. Transplantado à mais vibrátil das línguas, por um parisiense dos trópicos, temo que o meu estilo, algo bárbaro, não se afeiçoe a tão delicado relevo. (CUNHA, 1997, p. 118-9).

Tempos depois, após a publicação de *Os sertões*, Euclides retorna ao assunto numa carta ao mesmo destinatário, datada de 06 de fevereiro de 1903:

E venho lembrar-lhe uma velha promessa, feita aí, quando os *Sertões* [*sic*] eram apenas um projeto: traduzi-lo em francês. Se quiser fazê-lo cedo-lhe todos os direitos, abrindo mão de todos os lucros materiais que disso me possam advir; e estou pronto a firmar qualquer compromisso escrito, nesse sentido. (*ibid.*, p. 147).

Apesar do interesse do escritor, predispondo-se a ceder os direitos autorais e abrir mão dos lucros materiais advindos do projeto, Pethion de Villar declinou da proposta – somente concretizada em 1947, quando Sereth Neu disponibilizou ao público a primeira tradução de *Os sertões* para o francês.

Contudo, não se deve incorrer num entendimento inadequado da tese defendida na carta a Veríssimo de 03 de dezembro de 1902, como se fosse apenas uma justificativa para as pretensões do autor. Subjacente a ela, emerge a proposta para a elaboração de uma produção intelectual baseada em aspectos estéticos e ideológicos dos quais o próprio Euclides seria um divulgador na imprensa, não fossem suas muitas demandas de “*commis-voyageur* da engenharia” (*ibid.*, p. 144). O empecilho o leva a sugerir para a empreitada o crítico José Veríssimo, por ser “mais competente” e ter “grandes responsabilidades pelo nosso movimento literário”, embora jamais tenha “agitado” a questão, contrariando o desejo do missivista (*ibid.*, p. 144). A tese esboçada na carta se configura como uma continuidade ou retomada de ideias

expostas em pelo menos dois textos anteriores: uma crônica publicada em 08 de maio de 1892, na sessão “Dia a dia” do jornal *O Estado de São Paulo*; e um artigo, denominado “Estudos sobre higiene”, publicado no mesmo jornal, em 04 de maio de 1897. Numa situação, o pensamento de Euclides se estrutura a partir de uma reflexão sobre uma obra científica; na outra, são as obras literárias que dele reivindicam um posicionamento crítico. Porém, nas duas oportunidades, os juízos emitidos sobre obras alheias permitem que se anteveja a concepção estética norteadora de seus textos futuros – não somente *Os sertões*, como também os ensaios amazônicos e outros escritos.

Em “Estudos sobre higiene”, Euclides discorre sobre o tratamento dado a informações científicas na composição de um livro de título análogo, de Torquato Tapajós, fazendo restrições ao acúmulo de citações, não necessariamente por serem abundantes, mas por não estarem, na página receptora, diluídas, por meio de um toque pessoal, no discurso que as convocou. Tendo operado uma “assimilação imperfeita” do discurso do outro, o livro estaria despido da “nota pessoal”, “única capaz de imprimir-lhe um indispensável caráter de unidade”, configurando-se apenas como “uma mistura de excertos”, uma “acumulação mecânica de citações e fragmentos” (CUNHA, 1995d, p. 440-1). Somente através da assimilação adequada das vozes alheias, num despojamento das noções de fidelidade e obediência ao discurso predecessor, pois teriam dificultado a identificação de fontes e origens, é que teria sido preservada a personalidade do autor. Desse modo, seria garantido ao livro um estilo “original”, entendido este como algo distanciado da expectativa de novidade ou daquilo que deve ser imitado ou copiado. Tampouco os “empréstimos” significam uma dívida do texto receptor em relação aos textos consultados, já que se institui como imperiosa a necessidade de preservação do toque pessoal na assimilação do discurso alheio:

[...] os trabalhos desta ordem, naturalmente complexos, erigem-se sempre sintéticos, repelindo notavelmente a distensão, a inconsistência e a descontinuidade derivada de longos e sucessivos empréstimos aos mais variados autores. Os ensinamentos promanados das mais diversas fontes – unificados através de um temperamento e fundidos num só estilo – podem muitas vezes revestir-se de uma feição original, ligados de um novo modo, subordinados a um outro método, à luz do qual muitas vezes conduzem a novas deduções.

Nem é outra a originalidade da maioria dos livros de ciência, na altitude atual do pensamento humano, em que é tão difícil o descobrimento de uma verdade nova.

É que os materiais estranhos fornecidos combinam-se neles de tal modo numa síntese inteiriça e tão perfeita, às vezes, que se torna difícilimo discriminar no aspecto geral do trabalho, o que pertence a cada um dos mestres consultados. (*ibid.*, p. 440-1).

Perpassa por essas questões o entendimento de Euclides da Cunha a respeito do modo como um escritor deveria se relacionar com os textos dos quais se apropria na elaboração discursiva. Supõe-se, então, ser este o modelo estético a ser transplantado para sua escrita. Na carta a Veríssimo datada de 03 de dezembro de 1902, na qual se projeta como um crítico da própria obra, a “feição sintética” exigida do polígrafo do qual ele se pretendia representante aparenta estar associada apenas à eliminação, nos textos “estritamente científicos”, da “aridez característica das análises e das experiências”, a fim de que lhes fosse concedida uma “impressão artística” (CUNHA, 1997, p. 144). No artigo de 04 de maio de 1897, porém, há elementos que permitem o acréscimo de novos significados à expressão. Enquanto, na carta de 1902, a “feição sintética” está intimamente relacionada ao consórcio entre ciência e arte, o aglutinador de enredos idealizado no artigo de 1897, em sua síntese “pessoal”, “inteiriça” e “perfeita” dos empréstimos tomados aos mais variados autores, aparece descrito não apenas como cientista “original”, mas como artista polígrafo (CUNHA, 1995d, p. 440-1). Nos dois casos, há “pessoalidade autoral”, ou uma predisposição para a preservação da subjetividade no ato de escrita.

Outra produção de Euclides voltada à elaboração de um pensamento crítico sobre linguagem é a crônica publicada em 08 de maio de 1892, na sessão “Dia a dia” do jornal *O Estado de São Paulo*. No texto, tomando como pretexto para a elaboração dos argumentos o anúncio da publicação dos livros de poemas dos escritores Júlio César da Silva e Ezequiel Ramos Júnior, o autor faz incursões acerca da configuração de um “verdadeiro artista”, atribuindo à arte a expressão das particularidades nacionais; e à ciência, a difusão de conhecimentos universais:

[...] é pela arte, de uma maneira geral, que se pode formar a mais pronta, a mais ampla e a mais segura idéia da superioridade afetiva e mental de um povo.

A ciência, altamente cosmopolita, define na história as épocas sucessivas de elevação humana; o seu caráter de universalidade é tal que é vulgar o fato de notáveis descobertas feitas simultaneamente em pontos diferentes: define de um modo geral o espírito humano – competindo a [*sic*] arte mais especial, definir o espírito das nacionalidades. (CUNHA, 1995e, p. 672).

Assim pensando, e julgando a ciência e a arte como necessárias à produção do “verdadeiro artista”, mais do que o mero diálogo entre modalidades discursivas aparentemente contraditórias, o que Euclides propõe é um modelo estético capaz de marcar, na escrita, duas peculiaridades do país: a busca pela afirmação de singularidade, e o esforço

agônico para se fazer (ou se sentir) integrado à “universalidade” da ciência e ao que se considerava, naquele momento histórico, o padrão ideal de civilização e modernidade. Conformado por essa orientação estética, ao serem impressos tons nacionais à narração/comunicação de conteúdos, o “verdadeiro artista” não se afastaria da universalidade, concedendo a Euclides, enquanto idealizador da proposta, certo alinhamento com Machado de Assis, no que concerne às ideias apresentadas em “Instinto de nacionalidade”, publicado em *Novo Mundo*, em 24 de março de 1873. No artigo, a partir da constatação da presença de um “instinto de nacionalidade” na literatura brasileira, Machado defende ser necessário a esta, ao lado da valorização das “cores nacionais”, o compromisso com os temas universais:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (ASSIS, 1962, p. 804).

A princípio, o “verdadeiro artista” mencionado na crônica publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* – atraído, ao mesmo tempo, pela expressão de temáticas universais e pela busca de traços representativos da singularidade nacional – parece não se relacionar com o cientista idealizado no artigo “Estudos sobre higiene”. Contudo, para os dois manipuladores da palavra, Euclides reivindica a poligrafia, dispendo-os bem próximos do “escritor do futuro”, delineado na carta a Veríssimo datada de 03 de dezembro de 1902. Ao discorrer sobre a poligrafia – característica, segundo Euclides, do “escritor do futuro”, ou dele mesmo, se for considerada a predisposição autocrítica da carta –, Valentim Facioli a compreende como um “relativo fracasso”. Apesar de reconhecê-la como um traço distintivo da obra euclidiana, sucesso inquestionável de crítica e de público, Facioli se pronuncia a partir dessa perspectiva em atenção à tendência, nos tempos contemporâneos, de predileção pelas especializações e pela parcelização do saber. Conforme o estudioso, fruto do enciclopedismo do autor e do tempo, a poligrafia teria estatuído para a *Os sertões*, ao ser aplicada a este, uma espécie de “marginalidade”, tornando-o recusado, no tempo presente – o futuro de Euclides –, não apenas pelas ciências humanas, que costumam preteri-lo em favor de pesquisas e estudos especializados, como também pelas ciências naturais, que não o tomam muito a sério, em razão de erros atribuídos ao saber da época e a certas generalizações em que o escritor incorreu (FACIOLI, 1998, p. 52).

Não obstante a coerência do pesquisador nas alusões a certas tendências anacrônicas da crítica contemporânea, que ainda insistem em acentuar equívocos científicos e históricos de *Os sertões*, como se houvesse uma *verdade única* sobre Canudos a ser perscrutada, a busca pela expressão de conteúdos enciclopédicos não parece ser o aspecto mais importante no forjamento do modelo estético pensado por Euclides da Cunha para orientar a própria escrita. Inferindo-se a partir do pensamento crítico euclidiano, o “escritor do futuro” – polígrafo por excelência – não seria um simples compilador de discursos, fadados ao envelhecimento no tempo e no espaço. Seria, antes, um pensador situado na fronteira entre a ciência e a literatura, apto a realizar uma “síntese mais delicada” dos dados coletados da realidade observada, a fim de que, no processo de transfiguração destes em linguagem, os escritos se distanciassem do “aspecto de compêndio”, embora mantendo sua natureza científica, e fossem inseridos no território da arte.

Prosseguindo com a leitura de textos críticos de Euclides da Cunha – a despeito de sua natureza díspar e multifacetada, pois versam sobre os mais variados assuntos e temas –, observa-se haver neles ideias retomadas com frequência, concedendo uma feição de unidade ao conjunto da obra, o que permite serem inscritos como manifestações de um projeto de escrita conscientemente elaborado. A carta a Veríssimo de 03 de dezembro de 1902, por exemplo, à medida que promove a retomada de juízos defendidos em produções anteriores, também aparece revisitada em escritos posteriores. No texto, ao acentuar a plausibilidade do consórcio entre ciência e arte, Euclides julga conveniente não conceder ao livro que se escreve um “aspecto de compêndio”, pois seria destituído de sua configuração artística. A ideia reaparece na conferência “Castro Alves e seu tempo”, de 1907, quando anuncia ser indispensável, nas pesquisas científicas, na “contemplação artística” ou nos “inumeráveis aspectos da ordem prática”, a submissão da imaginação à observação, “porém de modo que esta não anule aquela”. À ciência caberia evitar que os fatos fossem anunciados por meio de “uma pesada e árida erudição”, a fim de que as informações ou descobertas não se revestissem de um aspecto meramente pragmático ou utilitário. Por outro lado, nos objetos e modelos destinados à fruição artística, as alusões “à ordem material” não poderiam ser tão extremadas a ponto de nos fazerem ingressar “num raso realismo”. Também se deveria evitar que “as exigências utilitárias da vida prática”, “o ansiar pelo sucesso” e “a nobre vontade de vencer” nos fechassem o coração e nos exsicassem o espírito, deixando-nos “sem as fontes inspiradoras da afetividade e das nossas fantasias” (CUNHA, 1995c, p. 480).

Aliada ao pressuposto de que a imaginação é componente básico no processo criativo nas ciências ou nas artes, nota-se também, em “Castro Alves e seu tempo”, a

consciência de que a apreensão do real é sempre uma impossibilidade. Logo nas primeiras incursões sobre o vate baiano, do qual se encontrava separado por uma distância temporal, Euclides reivindica para si, perante os compatriotas de seu tempo, uma proximidade com o astrônomo – profissional separado dos objetos que contempla por distâncias espaciais. A escolha se dá em razão da mobilidade com que este elabora seus postulados, e por sua postura respeitosa, na observação de realidades, a “todas as consequências da distância e dos meios interpostos”. Euclides acentua algumas ilusões provenientes da contemplação do mundo físico, emparelhando-as com as evocações do passado via linguagem – igualmente suscetíveis ao engano dos sentidos, já que também distanciadas do eu que as rememora:

[...] quando observamos o sol, sabemos que ele *não está* no ponto em que o vemos: deslocam-no-lo muitas circunstâncias intermédias. [...]. Destarte a própria visão material nos é errônea. Envolve-nos uma ilusão tangível. E todo o trabalho das observações mais simples está em eliminarem-se as aparências enganadoras da realidade, por maneira que, ao fim de longos cálculos, possamos ver o que os nossos olhos não mostraram. Acontece o mesmo, contemplando-se o passado. A nossa visão interior alongando-se no tempo, como a exterior ao desatar-se no espaço, é sempre falsa, quando se atém só ao que divisa, e não atende aos erros oriundos menos do objeto observado que da nossa posição e do meio que nos circula. (CUNHA, 1995c, p. 465, grifos do autor).

Conforme se infere das palavras do autor, nas alusões a realidades, sobretudo por serem estas suscetíveis ao engano dos olhos que veem ou imaginam ver, o eu que se pronuncia também as deturpa, ao transfigurá-las em linguagem, ratificando a intangibilidade do real que se deseja apreender. Na astronomia, as realidades observadas à distância necessitam parecer palpáveis, a fim de serem contempladas – como se vistas fossem – pelos olhos que não as veem. Desse modo, por versarem sobre conteúdos intangíveis, estão sempre sob suspeição, perante seus próprios analistas, os saberes decorrentes de observações. Por sua vez, em outras áreas de produção do conhecimento, nas ciências naturais ou nas humanidades, a proximidade com o objeto tende a iludir o observador, fazendo-o acreditar diante de conteúdos plenamente dissecáveis e desdobráveis em linguagem. Porém, assim como é falsa, quando atenta somente ao que divisa, a “visão exterior” do astrônomo nas incursões pelo espaço intangível; também o é a “visão interior” do pensador que rememora o passado, quando não atento a seu lugar de fala, à posição que ocupa no meio que o circunda e à instabilidade do saber, já que sempre passível das reformulações e desdobramentos decorrentes de novas descobertas ou teorias.

Outra discussão a respeito dos usos da linguagem aparece em “Antes dos versos”, prefácio ao livro *Poemas e canções*, de Vicente de Carvalho, publicado em 1908. Logo no início do texto, Euclides alerta o leitor para não se surpreender ao “ver a prosa do engenheiro antes dos versos do poeta”, pois nem tudo é “[...] decisivo nesta profissão de números e diagramas.” (CUNHA, 1995f, p. 483). Em seguida, tece considerações a respeito do caráter instável e provisório da matemática, ao mesmo tempo em que enaltece a figura do astrônomo, por sua capacidade para “libertar a imaginação”; e chama a atenção para a dinâmica operacional de áreas que se utilizam dos saberes matemáticos na elaboração de postulados, como a química, a física, a astronomia e a físico-química. Suas palavras evocam a subjetividade como algo que perpassa a práxis científica, na transmutação em linguagem dos dados coletados à realidade observada:

É ilusório o rigorismo matemático imposto pelo critério vulgar às formas redutíveis da verdade. Baste atender-se em que o objetivo das nossas vistas teóricas está no descobrir uma simplicidade que não existe na natureza; e que desta nos abeiramos, sempre indecisos, já tateantes, por meio de aproximações sucessivas, já precipitadamente, fascinados pela miragem das hipóteses. A própria unidade das nossas mais abstratas construções é enganadora. Nos últimos trinta anos – nesta matemática tão, ao parecer, definitiva – idearam-se não sei quantas álgebras, através de complicados silogismos; e o número de geometrias elementares, como no-lo mostra H. Poincaré, é hoje logicamente, incalculável. Ainda mais: na mesma geometria clássica, sabe-se como se definem pontos, retas e planos, que não existem ou se reduzem a conceitos preestabelecidos sobre que se formulam postulados arbitrários. Continuando: vemos a mecânica basear-se, paradoxalmente, no princípio da inércia universal, e instituir a noção idealista do espaço absoluto, em contradição com tudo aquilo que vimos e sentimos.

[...]. Assim nós vamos – idealizando, conjeturando, devaneando. Na astronomia resumem-se as leis conhecidas menos imperfeitas; no entanto, à medida que ela encadeia os mundos, vai libertando-nos a imaginação. Os mais duros experimentadores sonham neste momento aos clarões indecisos das nebulosas, vendo abrir-se em cada estrela incandescente um vasto laboratório onde trabalham os químicos da terra descobrindo surpreendentes aspetos da matéria... Prosseguimos, idealizando flagrantemente a física, com a estrutura subjetiva de sólidos e fluidos perfeitos, e sistemas isolados, e até singularíssimos fios inextensíveis, de todo em todo inexistentes, e romanceando a química definida pelo simbolismo imaginoso da arquitetura atômica de seus corpos simples, irrealis.

Até na físico-química, recém instituída e já intensamente iluminada pela percepção transsubstancial dos raios X, admitamos todas as utopias do misticismo transcendental dos alquimistas, e não nos maravilhemos de que os pensadores mais robustos estonteiem e delirem como faquires esmaniados, vendo, improvisamente, resplandecer no radium a alma misteriosa da matéria... (*ibid.*, p. 483-4).

No final do século XIX e início do século XX, a matemática testemunhou uma intensa crise filosófica em seus fundamentos. Na oportunidade, voltaram à baila antigas inquietações lógicas e metafísicas quanto à sua natureza. Seria ela um saber convencional e arbitrário? Seria um construto natural dispendo de correspondentes reais na ordem empírica do mundo? (STEINER, 2001, p. 33). Passou-se a questionar, com mais veemência, se o mundo físico confirmava os postulados da matemática, bem como a própria noção de demonstração, uma vez verificados equívocos na exposição de teoremas. Constatado o relativismo no interior das formulações matemáticas, também começou a ser admitida a ideia de aproximação, o que significava refutar o conceito de correspondência exata entre o real e a representação. Permanecem até hoje sem resposta algumas das questões formuladas à época a respeito das bases lógicas, da coerência interna e das fontes psicológicas ou existenciais do raciocínio matemático e de suas conclusões. Dentre as formulações matemáticas altamente complexas, de difícil solução, destaca-se a célebre “Conjectura de Poincaré”, proposta pelo francês Henri Poincaré no início do século XX, e somente resolvida em 2003, pelo matemático russo Grigory Perelman, após ter permanecido por mais de cem anos despertando o interesse dos mais variados pesquisadores.

Ao eleger Henri Poincaré como referência teórica, Euclides sinaliza ter participado de discussões em torno da não plausibilidade do estatuto de verdade absoluta concedido à matemática, pois já eram recorrentes na intelectualidade de sua época. É também possível que seus primeiros contatos com o tema datem do período em que foi aluno do curso de Estado-Maior e engenharia militar da Escola Superior de Guerra, da qual recebeu, no dia 16 de janeiro de 1892, o diploma de bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Há uma tonalidade significativa na escolha do nome do cientista francês, em virtude das singularidades de sua produção teórica. Poincaré se destaca por ter sido o primeiro intelectual a considerar a possibilidade de caos na estruturação das órbitas planetárias, e por ter contestado o princípio de que leis precisas e estáticas governam o universo, numa antecipação do que se tornaria corrente, na física, a partir de 1980. Ainda em 1904, ao perceber incongruências em sua própria teoria – a “Conjectura de Poincaré” –, o matemático optou por refutá-la, sinalizando serem instáveis e passíveis de reformulação os postulados científicos. Desse modo, ao figurar na “prosa do engenheiro antes dos versos do poeta” prefaciado (CUNHA, 1995f, p. 483), Poincaré é acolhido como um modelo teórico para embasar uma reflexão sobre a instabilidade dos postulados matemáticos, que fragiliza o entendimento da ciência enquanto expressão de conteúdos verdadeiros.

O matemático também pode ser convocado para encetar uma leitura sobre as artes e as ciências, numa reivindicação de que também nestas – e não apenas naquelas – sejam percebidas a indecisão, as “aproximações sucessivas” e a “miragem das hipóteses” daqueles que estariam “idealizando, conjecturando, devaneando” (CUNHA, 1995f, p. 483). Tanto na matemática, cujo rigorismo é ilusório, quanto nas ciências que nela vão buscar seus fundamentos, pairam dúvidas e oscilações. É objetivo da ciência a tentativa de simplificar a complexidade da natureza. Porém, segundo Euclides, os estudiosos dela se aproximam indecisos, tateantes, por meio de aproximações, fascinados pelas miragens que as hipóteses propiciam, tornando difícil diferenciar, nos pronunciamentos sobre o desconhecido, o poeta do naturalista: o primeiro em suas espiritualizações dos fatos do mundo físico; o segundo em suas incursões em torno de fatos misteriosos ou difíceis de serem apreendidos (*ibid.*, p. 483-4). Portanto, porque ilusório o rigor dos princípios matemáticos nos quais as leis da natureza buscam fundamentação, torna-se frágil a distância demarcatória das atribuições características aos profissionais das ciências e das artes:

Assim nos andamos nós – do realismo para o sonho, e deste para aquele, na oscilação perpétua das dúvidas, sem que se possa diferenciar, na obscura zona neutral alongada à beira do desconhecido, o poeta que espiritualiza a realidade, do naturalista que tateia o mistério.

[...].

Vede quanto é falso o prejuízo da esterilidade das coisas positivas. Em pleno critério determinista, somos talvez mais sonhadores do que nos tempos em que ao ingênuo finalismo teológico bastavam duas sílabas para descrever as maravilhas da Criação. (*ibid.*, p. 484).

Com a revolução científica do século XVI, a ciência começa a ser presidida por um novo modelo de racionalidade, basicamente no domínio das ciências naturais, depois se estendendo às ciências sociais. Embora, no século XVIII, tenha havido prenúncios do traslado de saberes das ciências naturais para as ciências sociais emergentes, a consolidação se processa no século XIX. A partir de então, pode-se falar de um modelo global de racionalidade que postula como não científicos os conhecimentos advindos do senso comum e das humanidades – nas quais se incluem os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos. Trata-se de um modelo teórico totalitário, pois rejeita o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não estejam pautadas por seus princípios epistemológicos e regras metodológicas. Em busca de uma – e uma só – forma de conhecimento verdadeiro, os protagonistas do novo paradigma refutam o cientificismo aristotélico, e primam pela desconfiança das evidências da experiência imediata, que estariam

na base do conhecimento vulgar, considerando-as como ilusórias (SANTOS, 1995, p. 10-12). Julgando-se o homem senhor e possuidor da natureza e aspirando a ter desta um conhecimento mais profundo e rigoroso, suas observações e experimentações passam a ser presididas por conceitos claros e simples, tais como os encontráveis na matemática, na qual se buscava “o instrumento privilegiado de análise”, “a lógica da investigação” e “o modelo de representação da própria estrutura da matéria” (*ibid.*, p. 13-4). Deste lugar privilegiado concedido à matemática pela ciência moderna derivam duas consequências importantes. Primeiro, “conhecer” e “quantificar” se fazem ações indissociáveis, levando aquilo que não pode ser quantificado a ser considerado cientificamente irrelevante. Segundo, passa a ser propósito do método científico reduzir a complexidade do mundo, pois, considerado complexo, não poderia ser compreendido plenamente pela mente humana. “Dividir” e “classificar” tornam-se, então, as palavras de ordem na busca pelo conhecimento. A partir da divisão e da separação é que seriam determinadas as “relações sistemáticas entre o que se separou” (*ibid.*, p. 15). Formulam-se leis gerais, a partir das regularidades observadas na natureza, visando a prever o modo de ocorrência dos fenômenos futuros. O pressuposto básico do conhecimento baseado na formulação de leis gerais é a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, como se o passado fosse capaz de se repetir no futuro (*ibid.*, p. 16-7).

Conforme a mecânica newtoniana, o mundo da matéria é uma máquina estática determinada por leis físicas e matemáticas, tornado cognoscível pelo racionalismo cartesiano, por meio da decomposição de seus elementos. Firmando-se como a “grande hipótese universal da época moderna”, o mecanicismo é um dos pilares da ideia de progresso no pensamento europeu a partir do século XVIII e “o grande sinal intelectual da ascensão da burguesia” (*ibid.*, p. 17). Porém, por ter propiciado a relativização do rigor das leis de Newton, o próprio avanço no conhecimento capitaneado pela ciência moderna trouxe à tona a fragilidade de seus sustentáculos: primeiro na astrofísica, por Einstein; depois, na microfísica, pela mecânica quântica. Einstein anuncia a “relatividade da simultaneidade”, a partir da observação de diferenças entre a simultaneidade de acontecimentos espacialmente próximos e a simultaneidade de acontecimentos distantes, sobretudo dos acontecimentos separados por distâncias astronômicas – quando a simultaneidade não pode ser verificada, apenas definida (*ibid.*, p. 17-25). “Não havendo simultaneidade universal, o tempo e o espaço absolutos de Newton deixam de existir.” (*ibid.*, p. 25). Na mecânica quântica, por sua vez, Heisenberg e Bohm reconhecem “[...] que não é possível observar ou medir um objecto [*sic*] sem interferir nele, sem o alterar, e a tal ponto que o objecto [*sic*] que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou.” (*ibid.*, p. 25). Posteriormente, com as investigações de Gödel,

quando se põe em xeque o veículo formal em que a medição é expressa, ou seja, o rigor da matemática, o rigor da medição já questionado pela mecânica quântica sofre abalos ainda mais expressivos. O teorema da incompletude (ou do não completamento) e os teoremas sobre a impossibilidade, em certas circunstâncias, de ser encontrada dentro de um sistema formal a prova de sua consistência evidenciaram que, mesmo seguidas à risca as regras da lógica matemática, há a possibilidade de serem formuladas proposições indecidíveis, que não podem ser demonstradas nem refutadas, sendo uma delas justamente a que postula o caráter não-contraditório do sistema (SANTOS, 1995, p. 26-7).

Gödel anuncia a existência de proposições indecidíveis em 1931. O princípio da incerteza de Heisenberg se torna conhecido a partir de 1927. A primeira parte da teoria da relatividade de Einstein é publicada em 1905; a segunda, em 1916. Não houve tempo, portanto, para que Euclides da Cunha tivesse acesso a essas teorias. Porém, enquanto leitor assíduo do matemático Henri Poincaré, retomado por Albert Einstein na elaboração da teoria da relatividade, o escritor certamente estava acompanhando de perto os debates que marcavam a ciência na virada do século XIX para o século XX, conforme sinalizam não apenas o prefácio “Antes dos versos” e a conferência “Castro Alves e seu tempo”, mas também outros textos, escritos principalmente a partir de 1907. Em “Estrelas indecifráveis”, publicado em setembro de 1909, ao passar em revista as tentativas da astronomia para identificar as estrelas variáveis de curto período, Euclides acentua nossa “magnífica ignorância inflada de teoremas”:

Não é apenas a ingerência anárquica do sobrenatural, ou do divino, que havemos de remover da frente, [...] ao mesmo tempo havemos de repelir o que até agora parecia intangível e inabalável: as nossas fórmulas mais bem decoradas, os sistemas mais rígidos, todos os raios vetores e elipses [...]. (CUNHA, 1999a, p. 206).

Mais uma vez ocorre a evocação do astrônomo, às voltas com um real fugidio que escapa a quaisquer tentativas de enquadramento em fórmulas ou sistemas já conhecidos, possibilitando rememorar o profissional com quem Euclides reivindica uma aproximação em “Castro Alves e seu tempo”, por sua mobilidade na elaboração de leituras sobre o mundo (CUNHA, 1995c, p. 465). Ou, ainda, o pensador delineado em “Antes dos versos”, já que libertaria a imaginação para a apreensão daquilo que se entende por realidade (CUNHA, 1995f, p. 483).

Em “A verdade e o erro”, prova escrita apresentada em 17 de maio de 1909 ao concurso de lógica do Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II, o então candidato associa a noção de “verdade” ao princípio da “relatividade”:

A verdade é do domínio da Lógica indutiva. Só podemos alcançá-la por meio da observação, já interior, da consciência, já exterior, dos sentidos, assistida dos métodos experimentais e completada pela generalização das experiências que as leis naturais resumem. Daí se lhe deriva um caráter essencial, a relatividade. E no desconhecimento maior ou menor dessa relatividade essencial está em grande parte a explicação dos conflitos filosóficos que tão profundamente têm perturbado a consciência humana. (CUNHA, 1995g, p. 508).

No artigo, apesar de as “verdades matemáticas” serem vistas de forma diferenciada em relação aos saberes das demais ciências, como se permanecessem “imóveis no fluxo contínuo da existência universal”, a noção de “verdade” aparece descrita como algo “móvel”, colocando sob suspeição a suposta hegemonia concedida pelo autor à matemática, já que, conforme suas próprias palavras, esta também sofreria modificações à medida que novas propriedades se desvendassem (*ibid.*, p. 507):

[...] todas as definições, desde as mais simples definições de palavras às mais seguras definições das coisas, se acham perenemente abertas, em um perpétuo devenir, sujeitas a modificações permanentes, constantemente provisórias e refletindo continuamente nas suas transformações o dinamismo indestrutível do pensamento humano e a sua evolução contínua [...]. (*ibid.*, p. 506-7).

Em “A ideia do ser”, prova oral apresentada em 26 de maio de 1909 à mesma instituição e para os mesmos fins³⁸, são feitas alusões à “fluidez correntia da realidade” e à “hipótese dos turbilhões” nos estudos astronômicos (CUNHA, 1995h, p. 510-11). Seriam, segundo Francisco Foot Hardman, possíveis ecos dos estudos sobre hidrodinâmica apresentados na obra *Théorie des tourbillons* (1892), de Henri Poincaré, de onde partiu, em tempos recentes, o novo paradigma do caos (HARDMAN, 2009c, p. 93).

As ideias arroladas nos cinco últimos textos citados³⁹ anunciam um autor alinhado com a comunidade científica de seu tempo, mas também crítico de modelos científicos instituídos, pois consciente do caráter móvel e relativo da verdade, sempre a defender a

³⁸ Embora classificado em segundo lugar no concurso, Euclides conseguiu a nomeação para o cargo pleiteado, o que se atribui não apenas ao renome de escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas também ao apoio do Barão do Rio Branco e do escritor Coelho Neto. Este último interferiu a seu favor junto ao presidente da República, Nilo Peçanha, levando-o a preterir o filósofo Farias Brito, que obtivera a primeira colocação (VENTURA, 2003, p. 255). Por outro lado, conforme Francisco Foot Hardman, se forem considerados os ditames da metafísica e da lógica formal vigentes no início do século XX, é possível que a classificação de Euclides da Cunha em segundo lugar no concurso do Colégio Pedro II esteja relacionada com o caráter heterodoxo de suas provas escrita e didática (HARDMAN, 2009c, p. 93).

³⁹ “Estrelas indecifráveis”, “Castro Alves e seu tempo”, “Antes dos versos”, “A verdade e o erro” e “A ideia do ser”.

presença da subjetividade na representação de realidades. É assim que, anos antes, contrariando as expectativas dos que anseiam por verdades inquestionáveis nos escritos com intenção historiográfica, Euclides se propôs a reproduzir, “intactas”, sobre os sertões baianos, “impressões, verdadeiras ou ilusórias” (CUNHA, 2002a, p. 205). Trata-se de impressões colhidas a partir dos meios dos quais fez uso para ter acesso a uma realidade singular e desconhecida: as pesquisas em livros, jornais da época, documentos, compêndios e relatos testemunhais orais e escritos; e a viagem ao local dos conflitos como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, que lhe permitiu o confronto entre o real lacunar apresentado aos olhos por meio da observação direta, e o real igualmente lacunar, chegado à mente por meio de leituras prévias.

A crise nos fundamentos da matemática testemunhada por Euclides da Cunha e problematizada em sua produção crítica encontra similitudes na crise posteriormente instaurada no campo da palavra, no que concerne à conceituação e utilização da linguagem, afetando não apenas os estudos linguísticos, gramaticais, semânticos ou semiológicos, mas também a filosofia, a poética, a psicanálise e a crítica da linguagem. Segundo George Steiner, Kant se destaca na filosofia como um precursor da ruptura. Mesmo não havendo em sua doutrina a dissociação entre linguagem e realidade, entre designação e percepção, suas conjecturas possibilitam uma reflexão sobre o tema, por trazerem indícios de uma nova maneira de pensar as relações entre a palavra e o mundo. Em Kant, “o foco da percepção lógica e psicológica” é deslocado para a mente humana. “Sua convicção de que ‘o objeto em si’, de que a realidade-substância final que se situa ‘lá fora’ não pode ser definida analiticamente ou demonstrada, sequer articulada, abriu os caminhos para o solipsismo e para a dúvida.” (STEINER, 2001, p. 34). É neste pressuposto que se encontra um potencial implícito que possibilitou aos poetas e à poética dissociarem linguagem e realidade. São dois os poetas apontados por Steiner como apropriadores do potencial implícito da doutrina de Kant: Mallarmé e Rimbaud.

Em Mallarmé tem origem a tentativa metodológica de dissociação entre a linguagem poética e as referências externas. Consumado o divórcio entre a palavra e o mundo, as experiências encerradas no discurso poético passam a ser mais ricas que as captadas pelos sentidos, que seriam vagas e ilusórias. Para Mallarmé, por exemplo, como a textura e o perfume da rosa são indefiníveis e impossíveis de serem captados, devem ser buscados na própria palavra rosa, “[...] e não em algo fictício e externo a ela que corresponda ao conceito e o valide.” (*ibid.*, p. 34). É isso que faz o cheiro da rosa ser construído dentro do espaço do poema. Dissociadas de referências ao mundo exterior, as palavras reportam a outras

palavras. Na tradição judaico-cristã, Adão recebe o poder de nomear as coisas (GÊNESIS 2: 11). Na produção de Mallarmé, esta é uma atribuição do discurso poético. Enquanto Mallarmé dissocia a linguagem da realidade, Rimbaud dissocia o *eu* do *si mesmo*, através do postulado *Je est un autre*. Steiner reconhece na expressão um potencial a ser explorado posteriormente pelas teorias que se ocupam da dispersão da individualidade (STEINER, 2001, p. 35).

Segundo o crítico, há uma reatualização do manifesto anárquico de Rimbaud na proclamação do fim do *self* clássico ou judaico-cristão anunciada por Foucault; na refutação, empreendida pelos desconstrutivistas, da ideia de uma *autorictas* pessoal; na declaração de Heidegger de “[...] que ‘a língua fala’ a partir de uma fonte ontológica anterior ao homem – este apenas seu meio de expressão, o instrumento mais ou menos opaco de significados autônomos [...]” (*ibid.*, p. 35). As discussões atuais sobre gramáticas generativas transformacionais, *speech-acts* e formas estruturalistas ou desconstrutivistas⁴⁰ de leitura textual remontam à prática poética experimental de Mallarmé e de Rimbaud. Entre 1870 e meados de 1890, época em que ambos os poetas estavam produzindo, são encontradas motivações para a agenda de debates contemporânea. No período, o problema da natureza da linguagem começou a ser pensado como central nas ciências humanas, filosóficas e aplicadas (*ibid.*, p. 34). A subversão da associação entre a palavra e a realidade exterior praticada por Mallarmé, e a diluição e disseminação do *self*, embrionária em Rimbaud, ambas revisitadas por teóricos dos tempos atuais, são reforçadas pela psicanálise de Freud (*ibid.*, p. 35). A partir de Freud, o homem é rerepresentado a si mesmo como um ser dividido, fragmentado, multifacetado. Essa nova *consciência do si* torna-o mais inseguro quanto às possibilidades do conhecer.

Com a crise nos fundamentos da matemática no final do século XIX e início do século XX, passaram a ser questionados os postulados da disciplina em sua capacidade de explicação e demonstração dos fenômenos da realidade física. Com o aparecimento da psicanálise, é a própria possibilidade de expressão do *eu* que se torna questionável. Havendo,

⁴⁰ O pensamento da desconstrução tem em Jacques Derrida um de seus principais expoentes. Desconstruir não significa destruir, mas desmontar, decompor os elementos da escrita. A desconstrução oportuniza um abalo no pensamento metafísico ocidental, com sua tendência à utilização de relações binárias para estabelecer hierarquias ou supremacias. Conforme o *Glossário de Derrida*, a leitura desconstrutora propõe-se como uma ação descentrada, independente da cadeia dos signos. Isso significa o abandono declarado de toda referência a um centro, a um sujeito, a uma referência privilegiada, a uma origem absoluta. A operação denuncia num determinado texto (o da filosofia ocidental) aquilo que é valorizado e em nome de quê, e recalca o que foi estruturalmente dissimulado nesse texto (SANTIAGO, 1976, p. 17-8). Três discursos teóricos são importantes para se pensar o ato de descentramento: a crítica nietzschiana da metafísica, em que os conceitos de ser e de verdade são substituídos pelas noções de jogo, de interpretação e de signo (porém, sem o compromisso com o fonocentrismo ou com a “verdade presente”); a crítica freudiana da presença, que oportuniza novas leituras sobre a consciência, o sujeito, a identidade a si, a proximidade ou a propriedade a si; e o questionamento heideggeriano da metafísica e da determinação do ser como presença (DERRIDA, 2009, p. 410).

abaixo de cada significado consciente, “camadas e mais camadas de significados percebidos em maior ou menor medida”, além de múltiplos outros significados alojados no mais recôndito das estruturas e pré-estruturas do inconsciente, não há mais, conforme ressalta Steiner, como ser considerada definitiva nenhuma atribuição de sentido. A maneira pela qual Freud concebe e utiliza a fala e a escrita desloca e abala radicalmente as antigas e convencionais certezas sobre a linguagem (STEINER, 2001, p. 35). Posteriormente, ao tempo que amplia o pensamento freudiano, ratificando o entendimento do real como algo intangível ou inatingível, por ser o homem feito de linguagem, Lacan lança outros olhares ao que se chama de *eu*:

O “ego”, o *moi*, depois de Freud, Foucault ou Lacan já não é apenas, como disse Rimbaud, *un autre*, porém uma Nebulosa de Magalhães⁴¹ onde as energias interagem e se transformam, um conjunto de introspecções parciais, momentos de consciência de si por vezes adensados, por vezes fluidos, instáveis – tudo isso girando em torno de uma região central ainda mais indeterminável, o buraco negro do subconsciente, do inconsciente, do pré-consciente. (*ibid.*, p. 41, grifos do autor).

O texto de George Steiner, inicialmente apresentado como conferência na Universidade de Cambridge, em 1985, foi escrito no auge de uma crise que questionava a literatura enquanto representação da realidade, bem como a própria razão de ser da crítica literária. Neste momento de quebra da ligação entre a linguagem e o mundo, preconiza-se o texto enquanto pré-texto, sempre a gerar novos textos e a se referir a outros textos, não havendo, portanto, qualquer hierarquia entre a obra e o comentário, tampouco um significado a ser buscado. As proposições e enunciados, sejam eles primários, secundários ou terciários (o comentário do comentário, a interpretação da interpretação, a crítica da crítica), fariam parte de uma intertextualidade que a todos abarca, tornando equivalentes todas as produções. Steiner concorda com os pós-estruturalistas e desconstrutivistas, quando defendem não haver diferença de “substância” entre o texto primário e o comentário, explicação ou crítica (*ibid.*, p. 40). O termo “substância”, nesse caso, remonta à filosofia de Aristóteles, e designa tudo aquilo que existe, que é em si mesmo. Ao mesmo tempo, o crítico francês posiciona-se diante

⁴¹ Ao permitir que se pense num conteúdo inconsciente, anterior à fala, a psicanálise fornece utensílios teóricos para o abalo tanto da oposição tradicionalmente aceita entre a fala e escrita, quanto da priorização da primeira sobre a segunda. Sob esse aspecto, a metáfora “Nebulosa de Magalhães” encontra correspondência na noção de arquiescritura, de Jacques Derrida. Conforme o *Glossário de Derrida*, a arquiescritura é a “escritura primeira”, não no sentido de algo que precede a palavra proferida, mas no sentido de anterioridade à linguagem falada e à escrita vulgar (SANTIAGO, 1976, p. 11). É nesse sentido que Derrida subverte a concepção tradicional que considera a escrita como uma representação secundária da fala, uma cópia degradada, assim como seria a literatura em relação à realidade que diz representar.

da crise instaurada na linguagem, declarando que não é apenas no sentido temporal que o texto primário vem em primeiro lugar (STEINER, 2001, p. 44). A definição aristotélica de “substância” é mais uma vez retomada, agora para justificar o aparente paradoxo. As duas propriedades reconhecidas na “substância”, a “essência” e o “acidente”, ilustram a relação entre o texto primário e o texto secundário. Conforme Steiner, o texto primário não é um simples pré-texto, destinado a um tratamento exegético ou metamórfico. Ele possui uma prioridade de “essência”, de necessidade ontológica. A crítica é “acidental” em relação ao texto primário, ou seja, é dependente, secundária, contingente. “O poema dá forma a e é forma de algo singular que é sua própria *raison d’être*. O texto secundário não contém este imperativo de ser. [...]. O poema é; o comentário significa. O significado é um atributo do ser.” (*ibid.*, p. 44, grifos do autor). Tratar como equivalentes e não estabelecer distinções entre uma e outra produção textual seria confundir *poiesis*, o ato da criação, com o ato derivado e secundário da interpretação ou da adaptação (*ibid.*, p. 44). O crítico apresenta um modelo de leitura herdado da tradição teológica para defender a existência do significado, como se o texto “[...] *encarnasse* (esse conceito tem origem sacra) *a presença real de um ente significante*.” (*ibid.*, p. 46-7, grifos do autor). Ressalva, no entanto, não perseguir “um significado único”, mas aquele capaz de despertar, “com sua força vital, o desejo de resposta”. Tampouco se refere o autor a um significado ao qual se chega através de algum processo de acumulação e consenso. O significado que se deseja alcançar jamais será esgotado, jamais será atingido como um todo por qualquer exegese, crítica, interpretação, comentário, tradução, paráfrase ou decodificação psicanalítica ou sociológica. (*ibid.*, p. 46).

As inquietações arroladas pelo crítico francês envolvendo linguagem e representação são típicas da contemporaneidade, porém já podem ser antevistas na obra de Euclides da Cunha, embora de forma tênue e a partir de outra perspectiva. Em “Antes dos versos”, ao assumir o lugar de um engenheiro prefaciando a obra de um poeta, Euclides destaca que os avanços científicos teriam tornado o mundo físico maior que a capacidade do homem para apreendê-lo. Seria a incapacidade humana para entender a vida e os eventos do mundo físico a responsável pelos *devaneios* comuns na poética de seu tempo – isso apesar da mediação das ciências, e principalmente por causa destas, por reagirem sobre tudo e a tudo transfigurarem, como se chamassem a atenção para o ininteligível, ou o difícil ou talvez impossível de ser dissecado e apreendido em linguagem:

Numa intimidade mais profunda com o mundo exterior, a nossa idealização aumenta de um modo quase mecânico. Estira-se-nos na visão deslumbrada.

Alarga-se-nos nos novos quadros reveladores das imagens infinitas da natureza. E à medida que se nos torna mais claro o sentimento das energias criadoras que nos circulam, e vai eliminando-se do nosso espírito o velho espantinho da “discórdia dos elementos”, de que tanto se apraziam os deuses vagabundos, e nos sentimos mais equilibrados, mais fortes, mais solidários com a harmonia natural – maior se torna a fonte inspiradora do nosso idealismo, fortalecido por impressões mais dignas da majestade da vida.

Se tivéssemos dúvidas a este respeito, no-las dissiparia o próprio espetáculo da última fase revolucionária da poesia contemporânea, caracterizada pelo contraste entre a decadência dos que a falseiam e a expansão crescente do sentimento estético da humanidade. Realmente, o que se afigura a tantos profetas agourentos a morte próxima da poesia, é a demonstração *ad absurdum* da sua vitalidade mais ampla. Nas várias escolas esporádicas – que vão do parnasianismo, com a idiotice de seu culto fetichista da forma, ao simbolismo, com a loucura de suas idéias exageradamente subjetivas – o que parece a decadência da poesia é apenas o desequilíbrio e as emoções falsificadas dos que não podem mais compreendê-la na altitude a que chegou o nosso pensamento. Considerando-se, de relance, apenas um dos extremos dessa longa cadeia de agitados – não seria difícil mostrar no desvio ideativo de Mallarmé, ou Verlaine, como outrora no satanismo de Baudelaire, os gritos desfalecidos de todos os fracos irritáveis, reconhecendo-se inaptos para entenderem a vida numa quadra em que o progresso das ciências naturais, interpretadas pelo evolucionismo, reage sobre tudo e tudo transfigura, desde a ordem política, onde se instaura o predomínio econômico dos povos mais ativos, glorificados na inspiração prodigiosa de Rudyard Kipling, até a filosofia moral, onde se levanta a aristocracia definitiva do homem forte, lobrigada pela visão estonteadora do gênio de Frederico [sic] Nietzsche. (CUNHA, 1995f, p. 485).

George Steiner entende a poética de Mallarmé como um prenúncio das discussões contemporâneas sobre linguagem (STEINER, 2001, p. 34). Euclides interpreta o poeta a partir de outra perspectiva: alheio às transformações concernentes ao progresso das ciências naturais, seria um inapto para compreender a vida e a poesia. Conforme o escritor brasileiro, à medida que ampliam o nosso conhecimento do mundo exterior, as ciências naturais nos forneceriam “impressões mais dignas da majestade da vida”, que seriam a garantia da vitalidade da poesia e de sua permanência na posteridade. Este sentimento seria deficitário em Mallarmé, assim também como em Verlaine, tornando-os “profetas agourentos”, anunciadores da “morte próxima da poesia”, num momento de ascensão e progresso dos estudos nas ciências naturais (CUNHA, 1995f, p. 485). Steiner não faz referências explícitas às ciências naturais. O foco de sua atenção incide sobre a crise instaurada no campo da linguagem, antecipada, sob muitos aspectos, pela crise nos fundamentos da matemática, ciência que fornece muitas ferramentas utilizadas nos estudos das ciências naturais. Haveria na matemática, nesse caso, um potencial de questionamento, então transportado para as ciências da palavra. Há divergências teóricas entre George Steiner e Euclides da Cunha, tributárias, talvez, do fosso temporal que os separa. Porém, assim como procede o crítico

francês em relação à matemática, Euclides sinaliza haver nas ciências naturais um potencial para transformar os postulados de outras áreas do saber ou para fazer emergir novas formas de entendimento sobre o mundo. A filosofia de Nietzsche seria uma destas áreas tocadas pelo potencial aglutinador e transformador das ciências naturais. Não deixa de ser significativo que, embora um intelectual de poucos livros⁴², Euclides tenha mantido em sua biblioteca particular um exemplar de *A genealogia da moral*⁴³, de Friedrich Nietzsche. O fato merece destaque por ser o filósofo um dos autores mais importantes do pensamento contemporâneo, nas discussões sobre a crise da cultura ocidental nos campos da filosofia e da literatura, tendo sido reapresentado primeiro nos textos de Martin Heidegger e, posteriormente, nos textos de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida.

Em “Antes dos versos”, Euclides demonstra alinhamento com questões que, tempos depois, seriam marcantes na história das ciências. A rememoração dos estudos de Henri Poincaré para anunciar como “ilusório o rigorismo matemático” (CUNHA, 1995f, p. 483), não obstante ser essa uma postura que já mobilizava a heterogênea intelectualidade da época, parece antever a teoria, proposta por Kurt Gödel, de que há na matemática proposições *indecidíveis*, nem verdadeiras nem falsas. Não há uma origem fixa para a noção de *indecidível*. Quanto ao termo em si, Evando Nascimento entende que estaria associado ao teorema enunciado por Gödel, em 1931 (NASCIMENTO, 2004, p. 12). Enquanto noção, o *indecidível* apresenta grande relevância na produção de Jacques Derrida. O discurso da filosofia ocidental, conforme destaca o *Glossário de Derrida*, repousa sobre o princípio da discernibilidade, ou seja, a possibilidade de distinção entre o verdadeiro e o falso. Derrida questiona a coerência desse sistema, chamando a atenção para a ocorrência de propriedades verbais, nominais e semânticas que não se deixam compreender a partir de oposições binárias. Não sendo possível decidir sobre tais propriedades, o pensador francês convoca a noção de

⁴² Após a morte de Euclides da Cunha, a divisão dos bens foi feita por ordem judicial. Os livros foram elencados por um oficial de cartório, que foi pouco cuidadoso com a tarefa de que fora incumbido, talvez por não dispor, na época, das condições necessárias para melhor desempenhá-la. Por isso, a identificação de autores e títulos tem demandado esforços dos estudiosos especializados. A proposta é reconstruir os dados bibliográficos para cada livro, ou seja, identificar a edição a que Euclides teria tido acesso, com indicação de editor, local e data de publicação. Num texto em que elenca a coleção de livros e periódicos de Euclides da Cunha, Juan Carlos Pires de Andrade faz referência a 251 livros e 09 periódicos. Na relação organizada pelo pesquisador, estão acrescentados 13 registros que não constam no inventário de Euclides da Cunha, mas que teriam pertencido à sua biblioteca pessoal. Outros 27 registros que aparecem no inventário não conseguiram ser decodificados pelo pesquisador, não fazendo parte, portanto, da lista por ele organizada. As informações colhidas por Juan Andrade estão baseadas em indicações bibliográficas do Grêmio Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, bem como em pesquisas realizadas a partir de textos inéditos, manuscritos e/ou parcialmente datilografados, de autoria do euclidianista Oswaldo Galotti, morto em 2001. Os textos de Galotti consultados por Juan Andrade são datados de 1984, e estão disponibilizados no Acervo da Casa de Cultura Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo (ANDRADE, J. C. P., 2009).

⁴³ Trata-se de uma edição publicada em Paris, pela Société du Mercure de France, no ano de 1900.

indecidível para aludir a elementos ambivalentes, sem natureza própria, irreduzíveis a qualquer forma de operação lógica ou dialética (SANTIAGO, 1976, p. 49). Evando Nascimento também reconhece no *indecidível* de Jacques Derrida a inexistência de conceitos ou ideias filosóficas em sua produção discursiva, mas noções e categorias não fechadas (NASCIMENTO, 2004, p. 12). Na enunciação de novos discursos, Derrida sempre parte de discursos anteriores, elaborados por outros autores, filósofos ou escritores, ao mesmo tempo se afastando deles, para fazê-los dizer o que jamais teriam dito (*ibid.*, p. 18). As noções ou operadores textuais agenciados em sua escrita, muitos destes nomeados de *indecidíveis*, são engendrados a partir do acesso e transformação dos textos de partida. Nesse processo, os textos então elaborados assumem a configuração de tecido, ou seja, de “[...] composição heterogênea feita de muitos fios, os quais uma vez entrelaçados implicam muitas camadas de leitura.” (*ibid.*, p. 15).

Utilizado na matemática a partir de 1931, com os postulados de Kurt Gödel, e nos estudos da cultura a partir da década de 1960, com as provocações de Jacques Derrida, o termo *indecidível* está ausente da produção de Euclides da Cunha. Porém, seja nas referências à instabilidade das proposições científicas, seja no manejo de ideias contraditórias na composição de um mesmo texto, há um potencial inscrito no discurso do autor que sinaliza a dificuldade de decisão entre uma e outra possibilidade de leitura, tornando possível a convivência de contrários, dispostos como elementos que não se anulam uns aos outros. Sua indecisão, ou melhor, sua decisão por *uma* e *outra* perspectiva ao mesmo tempo parece antecipar a noção de suplemento, um dos *indecidíveis* que orientam a produção de Jacques Derrida. O suplemento, conforme o *Glossário de Derrida*, neutraliza as oposições binárias simples entre o positivo e o negativo, o dentro e o fora, o *mesmo* e o *outro*, a essência e a aparência, a presença e a ausência. Sua lógica consiste em escapar sempre ao dualismo, na medida em que pode ser uma coisa e outra ao mesmo tempo. Sua especificidade reside, pois, no deslizamento entre os extremos, na ausência total de uma essência (SANTIAGO, 1976, p. 90). É o que também sinaliza Evando Nascimento, ao destacar que a noção de suplemento opera uma reversibilidade dos contrários, por possibilitar que estes deixem de ser o simples complemento opositivo um do outro (NASCIMENTO, 2004, p. 28).

Embora não faça remissão a Derrida e aos *indecidíveis*, Walnice Nogueira Galvão aparenta estar atenta ao processo em questão, quando destaca o “pensamento oximorótico” de Euclides da Cunha, ou seja, sua predileção por antinomias, doutrinas e ideias contraditórias (GALVÃO, 1994a, p. 630). Em *Os sertões*, segundo a pesquisadora, “as idéias vão e voltam, o argumento que se expõe num dado passo é seguido de seu contrário, logo depois ou

centenas de páginas adiante.” (GALVÃO, 1994a, p. 631). As demonstrações de indecisão são perceptíveis, por exemplo, quando o autor oscila em suas observações, ora afirmando, ora negando semelhanças entre a insurreição sertaneja e o movimento ocorrido na região da Vendéia, na França, no final do século XVIII. São três as referências no livro ao movimento francês. Na primeira delas, Euclides rejeita o paralelo, por estar convencido de que os sertanejos seriam inaptos para apreender tanto o regime republicano quanto o regime monárquico (CUNHA, 2002a, p. 316):

Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes.
E Canudos era a Vendéia... (*ibid.*, p. 318).

Páginas depois, a metáfora é retomada e aceita, com a exclusão apenas da hipótese de restauração monárquica: “Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia. [...]. O mesmo misticismo, [...]; as mesmas ousadias [...], e a mesma natureza adversa, permitiam que se lembrasse aquele lendário recanto da Bretanha [...]” (*ibid.*, p. 365-6). Mais adiante, a metáfora é novamente questionada, ao lado de duras críticas à postura da imprensa brasileira durante a guerra:

[...] a opinião nacional, pela imprensa, extravagava, balanceando as mais aventureiras hipóteses que ainda saltaram dos prelos.
O espantinho da restauração monárquica negrejava, de novo, no horizonte político atreado de tormentas. A despeito das ordens do dia em que se cantava vitória, os sertanejos apareciam como os *chouans* depois de Fontenay.
Olhava-se para a história através de uma ocular invertida: o bronco Pajeú emergia com o fâcies dominador de Cathelineau. João Abade era um Charette de chapéu de couro. (*ibid.*, p. 626-7, grifo do autor).

A negação e a afirmação da metáfora são duas leituras igualmente admissíveis. A *nossa Vendéia* é o título inicial do livro sobre o conflito deflagrado em Canudos. Posteriormente, apesar da substituição do título por *Os sertões*, a metáfora continua a orientar a construção discursiva do texto⁴⁴. Conforme Leopoldo Bernucci: “Se Canudos já não é a Vendéia em sua forma mais completa, ao menos se parecerá com ela, e é assim que no próprio discurso do autor está marcado o duplo movimento” (BERNUCCI, 1995, p. 26).

⁴⁴ Em sua tese de doutorado, Raimundo Nonato Pereira Moreira reflete sobre imagens e símbolos associados à Revolução Francesa retomados na construção da narrativa de *Os sertões* (MOREIRA, 2007).

No Arquivo Teodoro Sampaio, mantido no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, encontra-se a cópia de uma carta endereçada ao engenheiro baiano, na qual se aventa a hipótese de ter sido a partir de uma conversa com este que Euclides da Cunha teria optado pelo título *Os sertões* para denominar sua obra:

Recordo-me de uma estada em sua casa em que o mallogrado Euclides da Cunha tratou com Vê. (*sic*) do título e frontespício (*sic*) do seu livro – *Os Sertões* –, então em elaboração, e ahi e nesse dia – assim baptisado. De ambos ouvi que a esthetica de um título como a do frontespício tem grande influência sobre os que o vão adquirir, mesmo os mais eruditos [...]. (CARTA..., 1914, f. 1).

A correspondência, datada de 22 de fevereiro de 1914, foi escrita por um funcionário da Companhia Mogiana de São Paulo, da qual Teodoro Sampaio era o engenheiro-chefe. O nome do missivista não aparece registrado no documento. A assinatura, ao final do texto, é de difícil compreensão, aparentando ser uma rubrica. Não há, na produção dos intelectuais Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio, nenhum registro que negue ou confirme a conjectura proposta pelo funcionário. Todavia, o documento supracitado aparenta ser bastante confiável, pois seu autor, que exercia a função de copiador a serviço do engenheiro-chefe da Companhia Mogiana, demonstra, ao longo do texto, possuir certa intimidade com o pesquisador baiano, não apenas tecendo críticas à linguagem e ao estilo empregados no livro *O tupi na geografia nacional*, como também fazendo a indicação de páginas em que havia termos a serem submetidos à revisão ortográfica.

A carta do funcionário da Companhia Mogiana demarca um instante temporal para a inscrição do título *Os sertões*, mesmo sem referência a uma data específica, mas não menciona razões ou circunstâncias que teriam motivado o autor a desistir da denominação *A nossa Vendéia*. A desistência possivelmente está relacionada ao fechamento sugerido pela metáfora, por remeter a uma simetria absoluta entre o movimento brasileiro e a insurreição francesa. Por sua vez, a pluralidade do título *Os sertões* promove não apenas a manutenção da Vendéia como metáfora, permitindo à comunidade de Canudos ser compreendida como *uma coisa e outra coisa* ao mesmo tempo, mas também o aliciamento de outras vozes, metáforas, saberes e discursos, que fazem da obra um objeto sem fronteiras demarcadas, de interesse de variadas e múltiplas áreas do conhecimento. Tanto quanto o livro, os sertões não possuem fronteiras ou limites demarcados. Suas terras recobrem boa parte dos estados brasileiros, com a exclusão da região costeira, percorrendo desde o polígono das secas, onde as chuvas são escassas, até os espaços de boas pastagens naturais. Tanto quanto os sertões, o livro remete a

um significado e outros simultaneamente. A fluidez do título abarca as indecisões do autor em sua forma de perceber o conflito sertanejo. A nossa Vendeia é a escolha do narrador orientado por leituras prévias, que opunham bárbaros e civilizados no espaço geográfico dos sertões. Os sertões é a marca do narrador tocado pela experiência da viagem, que inscreve conselheiristas e soldados republicanos como vítimas e autores da mesma barbárie, sem abandonar por completo a metáfora motivadora da denominação do título preterido.

Flagrar instantes discursivos nos quais Euclides opera o deslizamento dos contrários, como os relacionados à construção da metáfora da Vendeia, permite o direcionamento de um olhar mais amplo para o período histórico em que o autor está inserido⁴⁵, pois lá se encontram sinalizações de problemáticas que agitam os tempos contemporâneos. George Steiner situa no período compreendido entre 1870 e meados de 1890 os embriões para as discussões contemporâneas sobre linguagem, nos campos das ciências humanas, filosóficas e aplicadas (STEINER, 2001, p. 34). Discorrendo sobre a configuração desse mesmo período histórico no espaço brasileiro, Sílvio Romero declara terem sido os decênios que vão de 1868 a 1888 os mais notáveis do século XIX. Segundo o crítico, até 1868 o catolicismo reinante não teria sofrido o menor abalo, nem a filosofia espiritualista católica e eclética a mais insignificante oposição. Também não teriam sido expostos a ataques sérios os direitos tradicionais da aristocracia e dos grandes proprietários de terra, tampouco o modelo monárquico e a organização escravocrata da sociedade. Além disso, os princípios e valores românticos ainda permaneciam válidos (ROMERO, 2003, p. 136).

Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe ilustre que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país.

De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. (*ibid.*, 136-7).

⁴⁵ A visibilidade de *Os sertões* mantida desde a publicação até os dias atuais concede a Euclides da Cunha a aparência de escritor de uma obra única – o que deixa em segundo plano o restante da produção, seja em prosa ou em verso. Os primeiros textos do autor são os poemas que compõem o caderno *Ondas*, escritos aproximadamente entre outubro de 1883 e julho de 1884. São composições cujos temas e motivos estão presentes em poetas que são seus antecessores ou contemporâneos, sinalizando um alinhamento com o pensamento do tempo também através da poesia. Leopoldo Bernucci e Francisco Foot Hardman destacam a presença dos seguintes temas na poética do autor: repúdio à escravidão negra, anticlericalismo, utopia revolucionária republicana, militância antimonarquista, angústia do eu separado da religião, denúncia da miséria social, glorificação do sertão e da natureza, repulsa pela vida nas cidades etc. Conforme os críticos, os versos de Euclides da Cunha são relevantes para a história da cultura, literatura, crítica e poesia brasileiras, por dialogarem com a estética, a filosofia e a política modernas ocidentais, mais particularmente no que concerne à complexa transição do Romantismo ao Modernismo, entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX (BERNUCCI; HARDMAN, 2009, p. 13).

As falhas de nossa organização militar e a incipiência de nossos progressos sociais são expostas pela guerra do Paraguai⁴⁶. O movimento antiescravagista ganha força. Eclode a questão religiosa⁴⁷. Excluído do poder, o Partido Liberal lança um programa com nuances democráticas e socialistas. O Partido Republicano se organiza e inicia uma potente propaganda antimonarquista (ROMERO, 2003, p. 137).

O crítico sergipano ignora ou desconsidera os movimentos populares e sociais brasileiros anteriores ao ano de 1868. Para ele, a partir de meados da década de 1860 é que tudo se transforma em objeto de discussão: os problemas econômicos, o processo eleitoral, o sistema de arrocho das instituições policiais e da magistratura etc. No pensamento teórico, a movimentação seria “[...] ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso.” (*ibid.*, p. 137). Partindo da Escola do Recife, “um bando de ideias novas” teria agitado o país: positivismo, evolucionismo, cientificismo na poesia e no romance, novos processos de crítica e de história literária, transformações nos campos da política e do Direito etc. (*ibid.*, p. 137).

Nem tudo, porém, estava tão adormecido quanto sugere Sílvio Romero; nem as mudanças foram tão repentinas; tampouco se tratava de um movimento coeso e uniforme, com sede no Recife. Embora não seja conveniente minimizar a relevância da Escola do Recife na cultura brasileira, o “bando de ideias novas” a que se refere Romero não teve uma origem fixa. Ele é parte integrante do “movimento subterrâneo” que expôs as fragilidades do regime monárquico (*ibid.*, p. 136), e eclodiu, ao mesmo tempo, em diversas partes do país, modificando mentalidades e incitando a emergência de discursos diferenciados, muitas vezes divergentes. Segundo Francisco Foot Hardman, no espaço temporal de 1870 a 1890 e/ou a partir deste, nossos pensadores e autores eram orientados por correntes de pensamento muitas vezes antagônicas, elaboradas a partir de múltiplas e contraditórias combinações. Na virada do século XIX para o século XX, haveria uma conjuntura ideológica caracterizada por duas polaridades básicas: o polo eufórico-diurno-iluminista e o polo melancólico-noturno-romântico. O primeiro seria o “[...] lugar da adesão plena e incontida aos valores próprios da civilização técnica industrial, numa configuração que lembra determinada sorte de deslumbramento reificado, responsável pela produção, em alguns casos, de certas *utopias tecnológicas futuristas* [...]” (HARDMAN, 2009b, p. 171, grifos do autor). O segundo, o

⁴⁶ A guerra do Paraguai perdurou de 27 de dezembro de 1864 até 08 de abril de 1870. Foram aproximadamente setenta e um mil mortos no confronto.

⁴⁷ Conflito ocorrido na década de 1870, envolvendo inicialmente a Igreja Católica e a maçonaria, posteriormente transformado numa grave questão de Estado.

[...] lugar por excelência da rejeição, às vezes sob o signo da revolta, mas, de todo modo, agônica e desesperada, do mundo fabricado nas fornalhas da revolução industrial, figurando, assim, imagens emblemáticas de máquinas satânicas e criaturas monstruosas, em todas as suas possíveis variantes, herdadas, na origem, de tradição anticapitalista e anticivilização moderna própria do romantismo. (HARDMAN, 2009b, p. 171).

A euforia e o desencanto são sentimentos demarcatórios do período – ou de sua *episteme*, caso haja preferência pelo emprego de uma noção cara ao pensamento de Michel Foucault. O termo é utilizado desde Aristóteles. Conforme Jacques Derrida, a *episteme* tem a idade da ciência e da filosofia ocidentais (DERRIDA, 2009, p. 407). Em *As palavras e as coisas*, publicado em 1966, Foucault evidencia que há uma ordem na disposição das coisas para o saber. Essa ordem, que se confunde com o discurso de cada época, recebe a denominação de *episteme*. Para o teórico, são três as configurações epistêmicas da cultura ocidental: a *episteme* do Renascimento ou era da semelhança, até o final do século XVI, quando as coisas e os seres estão ligados entre si numa relação de parentesco e analogia; a *episteme* da Idade Clássica ou era da representação, do século XVII até a segunda metade do século XVIII, quando a linguagem passa a traduzir o mundo, rompendo com a anterior união entre as palavras e as coisas; e a *episteme* da Modernidade ou era da história, do final do século XVIII até os dias atuais, quando há o rompimento com a representação, e a história passa a ser o modo de saber que dá acesso ao ser (FOUCAULT, 2007).

Os indicadores cronológicos utilizados em *As palavras e as coisas* sinalizam mutações, descontinuidades ou rupturas na ordem do saber, excluindo a hipótese de sistemas unitários, coerentes e fechados, destinados a orientar o pensamento de uma época. A *episteme* alude a desvio, distância, oposição, diferença e dispersão. Para Judith Revel, mais do que a “soma de conhecimentos” ou a “forma geral da consciência”, a *episteme* designa “[...] um feixe de relações e de deslocamentos; não um sistema, mas a proliferação e a articulação de múltiplos sistemas que remetem uns aos outros.” (REVEL, 2005, p. 41-2). Considerando-se essa perspectiva teórica, pode-se afirmar que são as dualidades típicas da *episteme* do período no qual se insere a produção discursiva de Euclides da Cunha que possibilitam o afloramento daquilo que Walnice Nogueira Galvão classifica como o “pensamento oximorótico” (GALVÃO, 1994a, p. 630). Na escrita do autor, o complexo entrelaçamento entre ciência e arte é o procedimento estético adequado para dar forma às suas oscilações perceptivas, pois permite que andem lado a lado – não sem conflitos – a busca pela objetividade científica e histórica, e a busca pela expressão da subjetividade de um eu que observa e tece impressões. São conflitos e problemáticas que parecem ecoar nos tempos contemporâneos, quando a atual

crise nos estudos sobre a linguagem remonta à crise outrora testemunhada por Euclides da Cunha no campo das ciências naturais.

Desde a adolescência, já se percebe em Euclides uma inclinação para a formalização de opiniões controversas a respeito de temas afins. Em 1883, o estudante frequenta o Colégio Aquino, no Rio de Janeiro, onde se torna aluno de Benjamin Constant, professor de matemática. Na oportunidade, a instituição se destacava por preparar os alunos para o ingresso nas escolas de ensino superior do Império, como a Politécnica e a Militar, comprometidas com a propagação e implantação do que se entendia, naquele momento, como modelos ideais de modernidade, civilização e progresso. Contudo, em 1884, mesmo em contato com o “bando de ideias novas” referido por Sílvia Romero (ROMERO, 2003, p. 137), Euclides publica a crônica “Em viagem”, na qual protesta, desencantado, contra o avanço da civilização e do progresso (CUNHA, 1995i, p. 567). Tempos depois, consternado, o escritor se propõe a denunciar o crime contra Canudos; e ao mesmo tempo constata, eufórico, que a campanha estava empenhada numa missão civilizatória, apesar de sua conotação de barbárie (CUNHA, 2002b, p. 66-7). Bastaria que os sertanejos, os “rudes compatriotas retardatários”, fossem incorporados ao “tempo” e à “existência” considerados ideais:

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a se combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitasse os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários. (CUNHA, 2002a, p. 682).

Em dezembro de 1904, nomeado chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, na Amazônia, Euclides demonstra euforia com a estrutura arquitetônica da cidade de Belém e dos “hábitos europeus” de seus moradores (CUNHA, 1997, p. 249). Pode-se imaginar que mantivesse a mesma postura ao se referir a outras cidades brasileiras que experimentavam intervenções urbanísticas com fins modernizadores⁴⁸. No entanto, apesar de aficionado pelo progresso, o escritor manifesta repulsa pelas reformas implantadas no Rio de Janeiro pelo prefeito Francisco Pereira Passos, entre os anos de 1903 e 1906. Conforme assinala Frederic Amory, para se desvencilhar de seu passado colonial e se

⁴⁸ O termo “modernizadores” se insere no contexto do movimento de ideias chegado ao Brasil por volta do decênio de 1870, e às transformações estéticas, políticas, sociais e econômicas dele decorrentes e/ou a ele relacionadas (HARDMAN, 2009b; VERÍSSIMO, 2013).

revestir de uma estrutura arquitetônica alinhada aos moldes europeus, o Rio de Janeiro experimentou alterações diversas. A abertura da Avenida Central, denominada posteriormente de Rio Branco, exigiu a destruição de cerca de 590 construções. As ruas ganharam nova pavimentação. Passaram a ser proibidos o comércio ambulante de alimentos e leite ordenado, a falta de pintura na fachada das construções e os festejos populares carnavalescos. Novas praças e jardins foram construídos e decorados em estilo arquitetônico francês⁴⁹ (AMORY, 2009, p. 313). As mudanças são alvo das críticas de Euclides da Cunha, sobretudo em declarações aos amigos, conforme se observa numa correspondência a Domício da Gama, datada de 16 de novembro de 1907:

Há um delírio de automóveis, de carros, de *corsos*, de banquetes, de recepções, de conferências, que me perturba – ou que me atrapalha, no meu *ursismo* incurável. Dá vontade da gente representar a ridícula comédia da virtude de Catão, saindo por estas ruas de sapatos rotos, camisa em fiapos e cabelos despenteados. Que saudades da antiga simplicidade brasileira... (CUNHA, 1997, p. 341, grifos do autor).

O desencanto é patente. E talvez tenha sido decisivo, segundo Frederic Amory, para que o autor admitisse como possível um retorno à Amazônia, quando, em 1907, o Barão do Rio Branco o indica para fiscalizar a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Seriam cerca de cinco anos dedicados a um trabalho difícil, numa das áreas mais insalubres da região (AMORY, 2009, p. 314-6). Em cartas ao pai e amigos, o engenheiro-escritor parece entusiasmado com o projeto. Em 07 de julho de 1906, comenta com Firmo Dutra sobre a possibilidade de nomeação como chefe da fiscalização das obras da ferrovia: “Realmente as coisas se encaminham para isto – e se obstáculo sério que encontro – a oposição de meu pai – for desviado, aí estarei em breve, calçando de novo as minhas botas de sete léguas.” (CUNHA, 1997, p. 307). Em carta datada de 24 de julho de 1906, empenha-se por convencer o pai acerca da magnitude da missão para sua carreira de engenheiro, pois lhe possibilitaria um envolvimento direto com a construção de uma obra relevante para o desenvolvimento da economia brasileira e da América do Sul. Ademais, um novo contato com a região amazônica

⁴⁹ Nicolau Sevchenko assinala que o advento da República proclamou a vitória do cosmopolitismo na cidade do Rio de Janeiro. O prefeito Pereira Passos chegou ao extremo de importar para cidade pardais, símbolos de Paris. Para se harmonizarem com os pássaros, as novas praças e jardins foram decorados com estátuas compradas na França ou, eventualmente, em outros grandes centros europeus. No auge desse comportamento cosmopolita, que coincidiu com o início da primeira Guerra Mundial, as pessoas na rua, ao se cumprimentarem, costumavam substituir as tradicionais saudações “boa tarde” ou “boa noite” por um “Viva a França” (SEVCENKO, 1999, p. 36-7).

seria oportuno para a formalização e amadurecimento de ideias a serem expandidas em *Um paraíso perdido*:

Anteontem recebi um recado do Ministério da Viação para ir falar ao ministro. Atendi-o; e fui lá – sendo então convidado por ele para o cargo de fiscal do Governo junto da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que se vai construir por conta do Brasil, em virtude do Tratado de Petrópolis⁵⁰. A comissão é a mais séria e brilhante entre todas [*sic*] que possa aspirar hoje um engenheiro. Conforme a linguagem do ministro, o engenheiro fiscal – cuja autonomia será absoluta – representará diretamente o governo – junto da grande linha continental que irá transformar a América do Sul. Aceitei. Não pude resistir a esta atração. Será mais um sacrifício; mais uma arrancada valente para o futuro; e sei que o sr. não reprovará o meu ato, que será o meu último ato de temeridade. Além disto irei completar as minhas observações, ainda falhas, sobre a Amazônia. (CUNHA, 1997, p. 310-11).

Em correspondência datada de 30 de julho de 1906, Euclides comenta com Henrique Coelho sobre a ferrovia Madeira-Mamoré, que seria construída sob sua fiscalização (*ibid.*, p. 311). Posteriormente, em 30 de setembro de 1906, partilha com Firmo Dutra ter recusado a fiscalização da Madeira-Mamoré: “[...] não só por evitar grande contrariedade a meu pai – como por não perder viagem que me será mais útil: a demarcação dos limites com a Venezuela⁵¹ – que só não terei se o barão não continuar no governo.” (*ibid.*, p. 313).

Todavia, por ser este um momento profícuo para a engenharia das grandes companhias construtoras de vias férreas, não soa estranha a continuidade do interesse do escritor pelo tema, conforme demonstrado nos ensaios “A Transacriana” e “Viação sul-americana”, ambos incluídos em *A margem da história*. Nos dois textos, há referências, embora breves, a ganhos econômicos que seriam trazidos ao Brasil com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, sobretudo através do comércio da borracha. Prevalece uma visão conservadora e mercantilista sobre o tema. No primeiro ensaio, o autor idealiza, eufórico, a

⁵⁰ O entusiasmo de Euclides da Cunha com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré é antecedido por uma avaliação favorável ao Tratado de Petrópolis. Em “Solidariedade sul-americana”, publicado em maio de 1904, o escritor se refere ao acordo como uma medida pacífica, com o objetivo de evitar o confronto direto e violento entre nações vizinhas: “Ora esta campanha iminente com o Peru pode ser um magnífico combate contra essas guerrilhas extravagantes. / Fizemos tudo por evitá-la, sobrepondo à fraqueza belicosa da nação vizinha o generoso programa da nossa política exterior nos últimos tempos, tão elevada no sacrificar interesses transitórios aos intuítos mais dignos de seguirmos à frente das nações sul-americanas como os mais fortes, os mais liberais e os mais pacíficos. O recente Tratado de Petrópolis – resolvido há quarenta anos, quase pormenorizado por Tavares Bastos e Pimenta Bueno – todo ele resultado de uma inegável continuidade histórica – é o melhor atestado dessa antiga irradiação superior do nosso espírito, destruindo ou dispensando sempre o brilho e a fragilidade das espadas. Nada exprime melhor a nossa atitude desinteressada e originalíssima, de povo cavaleiro-andante, imaginando na América do Sul, robustecida pela fraternidade republicana, a garantia suprema e talvez única de toda a raça latina diante da concorrência formidável de outros povos.” (CUNHA, 1995j, p. 192).

⁵¹ A viagem para a Venezuela não chegou a ocorrer (VENTURA, 2003, p. 245).

construção de uma ferrovia⁵² para potencializar o desenvolvimento da região (CUNHA, 1999b, p. 82). Seria “modestíssima, de caráter quase local”, se comparada à Madeira-Mamoré. Porém, com a conclusão desta, teria ampliada sua importância, e se transformaria numa “[...] grande estrada internacional de aliança *civilizadora*, e de paz.” (*ibid.*, p. 84, grifo meu). Euclides se aproxima dos norte-americanos na forma de perceber a engenharia de estradas de ferro, também interpretando os investimentos na área como “[...] a arte de fazer um dólar ganhar o maior juro possível.” (*ibid.*, p. 80-1). No segundo ensaio, o autor mais uma vez faz referências favoráveis à construção da Madeira-Mamoré, e relaciona o progresso de um país à implantação de sistemas ferroviários (CUNHA, 1999c, p. 92).

A civilização e o progresso possuem custos peculiares, sendo um deles a exploração humana, comum nos projetos de construção de linhas férreas no Brasil e em outros países do mundo. Conforme Francisco Foot Hardman, durante a segunda metade do século XIX, a internacionalização da indústria das estradas de ferro configura-se como um dos fatores básicos para a articulação plena do mercado mundial. Inúmeros operários foram contratados para a construção de vias imprescindíveis para a circulação de mercadorias. No processo, nasceram e morreram cidades, populações nativas foram dizimadas, e houve uma aceleração no crescimento da migração e da colonização na Ásia, África, Américas e Oceania. Sob esse ponto de vista, nada de original possui o advento e a expansão das ferrovias no Brasil (HARDMAN, 2005, p. 150). A construção de uma ferrovia no Congo, entre 1887 e 1898, período que vai dos primeiros estudos da obra até o término dos seus 388 quilômetros de extensão, é bastante semelhante, por exemplo, à história da implantação da ferrovia Madeira-Mamoré, nas duas fases do empreendimento: a primeira, de 1878 a 1879; e a segunda, de 1907 a 1912.

Tanto no Brasil quanto no Congo, houve escassez da força de trabalho, intensificada pelas deserções em massa e pelo morticínio provocado por epidemias tropicais e acidentes nos locais de trabalho. No Congo, tentou-se compensar a falta de operários com a importação, em 1892, de centenas de negros barbadianos, das Antilhas, e trabalhadores braçais de origem chinesa, de baixo *status* social. Os primeiros eram considerados fisicamente aptos por sua atuação na abertura do canal do Panamá, outro empreendimento do século XIX bastante custoso em vidas humanas. Os últimos eram conhecidos pela produtividade em obras ferroviárias dos EUA e Indonésia. Os resultados, no entanto, foram desastrosos: os

⁵² A ferrovia Transacreeana não chegou a ter as obras iniciadas. Conforme Daniel Piza, a rodovia BR-364 possui um traçado semelhante ao idealizado por Euclides da Cunha para uma linha ferroviária (PIZA, 2010, p. 76-7). A rodovia se inicia em Limeira, em São Paulo; vai até a divisa com Minas Gerais; passa por Goiás, Mato Grosso e Rondônia; e termina em Rodrigues Alves, no Acre.

barbadianos não suportaram os rigores do meio ambiente; e os chineses debandaram para o sul e o leste. Os números finais⁵³ sobre mortos – 132 operários europeus e 1800 negros e amarelos – subestimam, em favor da boa imagem do nacionalismo empreendedor, as baixas reais ocorridas na construção da primeira ferrovia do Congo Belga⁵⁴. Nos mais diversos países, sempre foram necessários às grandes obras de produção dos caminhos de ferro contingentes numerosos de trabalhadores, embrenhados em espaços dos mais insalubres. A história dos que se aventuraram nessas empreitadas é uma narrativa repleta de mortes, doenças, fugas, motins frustrados e anônimos. Operários os mais diversos igualam-se na condição de escravizados modernos, condenados a perecer perante os senhores do novo maquinismo (HARDMAN, 2005, p. 151-2). “A liberdade, aqui, era mais do que aberração: era o sumo da ironia, já que esses exércitos de proletários nômades estavam livres somente para morrer.” (*ibid.*, p. 152).

No Brasil, o Tratado de Petrópolis dispunha a construção de uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que chegasse à Bolívia. O acordo entre os dois países foi assinado em 17 de novembro de 1903, sob a égide do Barão do Rio Branco, para demarcar o fim da Guerra do Acre (*ibid.*, p. 160). De acordo com Francisco Foot Hardman, para o trabalho de implantação da ferrovia, entre os anos de 1907 e 1912, a empresa construtora registrou a contratação de 21817 trabalhadores de aproximadamente cinquenta nacionalidades diferentes. Desse número, 1593 mortes foram computadas pelo serviço sanitário da companhia. As mortes oficiais estão restritas aos contratados que perderam a vida no percurso da via férrea e/ou no Hospital da Candelária, construído pela companhia nas proximidades de Porto Velho. Porém, como boa parte da força de trabalho em exercício não possuía contrato formal com a empresa, o número total de trabalhadores pode ser estimado em mais de trinta mil, com aproximadamente seis mil mortos, caso sejam somadas aos números oficiais as mortes ocorridas entre os trabalhadores informais, bem como entre os que abandonaram o local, vindo a perecer em trânsito ou nos países ou regiões de origem (*ibid.*, p. 163-4). A esse respeito, há uma lenda enraizada no

⁵³ Os números finais referidos por Francisco Foot Hardman foram retomados dos estudos de René Cornet. Conforme o estudioso brasileiro, o próprio Cornet reconhece que as cifras seriam maiores, caso fossem consideradas as muitas mortes ocorridas após o desengajamento do trabalho, de difícil cômputo (HARDMAN, 2005, p. 151-2).

⁵⁴ O Congo tornou-se colônia da Bélgica a partir de 15 de novembro de 1908, quando passou a ser denominado Congo Belga. Em 30 de junho de 1960, conquistou a independência, tornando-se República Democrática do Congo.

imaginário popular local que toma como correspondentes o número de mortos e o número de dormentes⁵⁵ dispostos na ferrovia⁵⁶ (HARDMAN, 2005, p. 209).

Segundo Euclides da Cunha, na comunidade de Canudos, a “campanha seria um crime inútil e bárbaro”, apenas se “os caminhos abertos à artilharia” não fossem aproveitados “para uma propaganda tenaz, contínua e persistente”, visando trazer ao tempo e existência considerados civilizados os “rudes compatriotas retardatários” (CUNHA, 2002a, p. 682). A reflexão das páginas de *Os sertões* é uma retomada da proposta enunciada em artigo⁵⁷ publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 22 de agosto de 1897, quando o acesso à educação é apontado como um dos caminhos possíveis para a integração dos sertanejos ao modelo de nação idealizado para o país naquela oportunidade:

Quando voltarem vitoriosas as forças que ora convergem aqui, – completemos a vitória.

Que pelas estradas, ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, que por essas estradas amanhã silenciosas e desertas, siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será no caso vertente, o verdadeiro vencedor:

O mestre-escola. (CUNHA, 2000a, p. 92).

Há uma mudança de perspectiva entre um texto e outro, em decorrência da experiência da viagem. As ações do Exército republicano descritas com entusiasmo no artigo são denunciadas no livro como vergonha para o Estado nacional (CUNHA, 2002a, p. 732). Entretanto, apesar da conotação de morte e destruição que o signo guerra encerra, o artigo projeta para Canudos uma perspectiva eufórica de futuro, que reverbera em *Os sertões*, depois da violenta destruição da comunidade sertaneja e do quase completo extermínio de seus moradores. A criança com o rosto mutilado nas páginas finais do livro talvez seja a imagem que melhor traduza a atmosfera antinômica que marca as circunstâncias e consequências da guerra nos sertões:

Uma velha megera assustadora [...] rompia, em andar sacudido, pelos grupos miserandos, atraindo a atenção geral. Tinha nos braços finos uma menina, neta, bisneta, tataraneta talvez. E essa criança horrorizava. A sua face esquerda fora arrancada, havia tempos, por um estilhaço de granada; de sorte que os ossos dos maxilares se destacavam alvíssimos, entre os bordos vermelhos da ferida já cicatrizada... A face direita sorria. E era apavorante

⁵⁵ Travessas de madeira que assentam os trilhos das ferrovias.

⁵⁶ Os estudos consultados por Francisco Foot Hardman desmistificam a correspondência entre o número de mortos e o número de dormentes. De todo modo, conforme o crítico, a Madeira-Mamoré foi a mais custosa em vidas, dentre as principais ferrovias brasileiras (HARDMAN, 2005, p. 304).

⁵⁷ Artigo escrito em Salvador, datado de 15 de agosto de 1897.

aquele riso incompleto e dolorosíssimo aformoseando uma face e extinguindo-se repentinamente na outra, no vácuo de um gilvaz. Aquela velha carregava a criação mais monstruosa da campanha. [...]. (CUNHA, 2002a, p. 775).

O excerto é parte integrante da cena que narra a rendição dos sertanejos às forças republicanas, em 02 de outubro de 1897, momentos após a apresentação de Antônio Beatinho ao general Artur Oscar. Na oportunidade, o sertanejo teria sido encorajado a convencer os companheiros a se entregarem, com a promessa, descumprida horas depois, de que suas vidas seriam poupadas: “Não morrerão. Garanto-lhes a vida. Serão entregues ao governo da República. E diga-lhes que o governo da República é bom para todos os brasileiros.” (*ibid.*, p. 772). Conforme Euclides da Cunha:

A entrada dos prisioneiros foi comovedora. [...]. Os combatentes contemplavam-nos entristecidos. Surpreendiam-se; comoviam-se. [...]. Repugnava aquele triunfo. Envergonhava. Era, com efeito, contraproducente compensação a tão luxuosos gastos de combates, de reveses e de milhares de vidas, o apresamento daquela caqueirada humana – do mesmo passo angulhenta e sinistra, entre trágica e imunda, passando-lhes pelos olhos, num longo enxurro de carcaças e molambos... Nem um rosto viril, nem um braço capaz de suspender uma arma, nem um peito resfolegante de campeador domado: mulheres, sem-número de mulheres, velhas espectrais, moças envelhecidas, velhas e moças indistintas na mesma fealdade, escaveiradas e sujas, filhos escanchados nos quadris desnalgados, filhos encarapitados às costas, filhos suspensos aos peitos murchos, filhos arrastados pelos braços, passando; crianças, sem-número de crianças; velhos, sem-número de velhos; raros homens, enfermos opilados, faces túmidas e mortas, de cera, bustos dobrados, andar cambaleante. (*ibid.*, p. 774).

Neste agrupamento faminto e claudicante, Euclides destaca uma criança, e projeta sobre ela o epíteto de “criação mais monstruosa da campanha”, sinalizando não apreendê-la apenas como mais um dentre os muitos mutilados da guerra, mas como o resultado fracassado da intervenção do Estado na comunidade de Canudos. O sorriso era “apavorante”, por exibir uma deformidade física, mas também encerrava uma “dolorosíssima” ironia à vitória do Exército republicano, chamando a atenção para a crueldade do apresamento de pessoas completamente fragilizadas pelos reveses da guerra, sem qualquer possibilidade de reação.

A comoção do narrador na cena da rendição excede a força expressiva das palavras. O próprio texto forja-se incompleto, como se concentrasse em si mesmo o meio sorriso da criança, ou enunciasse a suspeita de que muitas outras cenas e imagens da guerra estariam irremediavelmente perdidas, pois jamais seriam narradas ou evocadas em linguagem.

As imagens visuais, quando alocadas pelo narrador, aparentam receber a atribuição de suplemento⁵⁸ ao texto cuja propriedade básica é parecer incompleto. Nessa perspectiva, é como suplemento que a clássica fotografia “400 jagunços prisioneiros⁵⁹”, assinada por Flávio de Barros, intensifica a dramaticidade da cena narrada nas páginas de *Os sertões*. Na fotografia, os prisioneiros aparecem em primeiro plano, sentados no chão, tendo ao fundo, como a vigiá-los, alguns soldados republicanos, talvez algozes dos muitos sertanejos condenados à degola, instantes depois da rendição. No texto, que se inscreve com a aparência de legenda da produção fotográfica, Euclides demonstra desconforto ao mencionar o desaparecimento de prisioneiros que se entregaram voluntariamente às forças republicanas, no dia 02 de outubro, sob a liderança de Antônio Beatinho:

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antônio Beatinho que se nos entregara, confiante – e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa história? (CUNHA, 2002a, p. 779).

A pergunta que figura sem resposta nas páginas finais do livro alude a um fenômeno para o qual não haveria explicação plausível na sociedade supostamente civilizada que se propusera a combater a barbárie nos confins baianos, e da qual o escritor se anunciava um dos representantes. A degola não aparece de forma explícita no excerto, mas informações anteriores permitem a inferência de que seria esse o “fato singular” a que se refere o autor. Antes mesmo que a primeira vítima fosse decapitada, a imagem já aparecera no discurso de *Os sertões*, metaforizada nos cabeças-de-frade, que surgem “[...] sobre a pedra nua, dando, realmente, no tamanho, na conformação, no modo por que se espalham, a imagem singular de cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali, a esmo, numa desordem trágica.” (*ibid.*, p. 124). As referências do escritor ao tratamento dispensado pelos soldados da República aos prisioneiros em Canudos sinalizam que o procedimento era corriqueiro no contexto da guerra:

Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. (*ibid.*, p. 726).

⁵⁸ O suplemento é um dos *indecidíveis* frequentes na produção do francês Jacques Derrida. A noção não faz parte do glossário de Euclides da Cunha. Porém, é possível reconhecer um potencial para a indiscernibilidade na tendência do autor para a alocação de antinomias e ideias opostas.

⁵⁹ Conforme Leopoldo Bernucci, a denominação da fotografia de Flávio de Barros induz a erro, já que não passa de trezentos o número de prisioneiros, dentre homens, mulheres e crianças (BERNUCCI, 2009, p. 21).

Cena vulgar em Canudos, a prática adquirira na comunidade um sentido ainda mais cruel e bárbaro, pois “[...] o supremo pavor dos sertanejos era morrer a ferro frio, não pelo temor da morte senão pelas suas conseqüências, porque acreditavam que, por tal forma, não se lhes salvaria a alma.” (CUNHA, 2002a, p. 730). Então, possivelmente para imputar aos algozes, mesmo que de forma simbólica, a condenação que julgavam justa e merecida, os sertanejos recorreram à degola para tripudiar de cadáveres de soldados derrotados na terceira expedição: “[...] recolhidas as armas e munições de guerra, os jagunços reuniram os cadáveres que jaziam esparsos em vários pontos. Decapitaram-nos.” (*ibid.*, p. 492).

A maior parte dos prisioneiros fotografados por Flávio de Barros é constituída por mulheres⁶⁰, algumas amamentando seus filhos. Talvez por esta razão Euclides da Cunha tenha alterado o título da fotografia para “As prisioneiras⁶¹”. É possível que a criança imortalizada na linguagem do escritor integre a imagem de Flávio de Barros. Entretanto, nada se sabe sobre seu destino. Com o término do conflito em Canudos, tornou-se procedimento comum a entrega de crianças órfãs a oficiais, militares e civis. O próprio Euclides⁶² recebeu um menino do general Artur Oscar, posteriormente levado para São Paulo, onde foi adotado por Gabriel Prestes, recebendo deste o nome de Ludgero Prestes. Na oportunidade, nem todos os órfãos foram recebidos por famílias idôneas. Conforme relatos do *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, muitas crianças⁶³ chegaram a ser submetidas ao trabalho escravo e à prostituição (PIEIDADE, 2002). No dia 17 de novembro de 1897, durante uma reunião do Comitê Patriótico em Salvador, Lélis Piedade, secretário da instituição, refere-se às mulheres e crianças “distribuídas como se fossem animais” e ao incalculável número de crianças abandonadas, entregues a pessoas que não sabiam educá-las (*ibid.*, p. 119).

Seja como for, o fato é que, enquanto “criação” da Campanha de Canudos, a criança das páginas de *Os sertões* assume a configuração de metonímia da fotografia de Flávio de Barros. Ambas exibem a ferida encravada na alma nacional. A chaga do rosto da

⁶⁰ Berthold Zilly atribui a presença majoritária de mulheres na fotografia à degola de quase todos os homens prisioneiros, entre eles Antônio Beatinho, o altareiro de Antônio Conselheiro (ZILLY, 1999b, p. 108).

⁶¹ Na edição de *Os sertões* organizada por Leopoldo Bernucci, a fotografia aparece sem numeração, entre as páginas 772 e 773 (CUNHA, 2002a).

⁶² Na *Caderneta de campo*, Euclides faz referências ao estado de saúde da criança: “Noto com tristeza que o jaguncinho que me foi dado pelo general continua doente e talvez não resista à viagem para Monte Santo.” (CUNHA, 2009b, p. 141). Não há referências quanto à idade do menino no período da adoção. Sabe-se apenas que, onze anos após a guerra, Ludgero Prestes atuava como professor. É o que afirma Euclides, numa carta a ele endereçada, datada de 07 de outubro de 1908: “A minha ação verdadeiramente útil foi confiar-te a Gabriel Prestes. A ele, sim, deves a tua maior e até incalculável gratidão. [...]. O modesto professor complementar de agora – iniciado, como foi, na vida, por um mestre daquele porte, há de subir mais alto.” (CUNHA, 1997, p. 380).

⁶³ O drama vivido pelas crianças de Canudos durante e após o conflito aparece em artigo assinado por Manoel Antonio dos Santos Neto, publicado na revista *Outros Sertões* (SANTOS NETO, 2008, p. 13-25).

criança é uma lembrança contínua do triunfo duplamente ignominioso: primeiro, pelo aprisionamento de pessoas inaptas para a guerra, que não ofereciam qualquer risco à ordem republicana; segundo, pelo descumprimento da negociação feita entre Antônio Beatinho e o general Artur Oscar, no que tange à garantia de vida para os prisioneiros. A fotografia é o registro dos inglórios despojos da guerra – uma população mutilada, faminta e claudicante. Por outro lado, a imagem também evoca a esperança daqueles que se entregaram, confiantes, ao governo da República. Nesse sentido, mesmo como imagem que não se dissocia da cena de degola, a fotografia concentra uma perspectiva de futuro, assim como o rosto disforme destacado por Euclides da Cunha. O contexto é de morte, mas a pouca idade da criança remete a vida longa. Da chaga insurgia um protesto silencioso, mas o sorriso possibilitava a inscrição da esperança eufórica de que, num futuro não muito distante, as necessidades dos sertanejos fossem incluídas dentre as prioridades nacionais – o que seria um feito equivalente à incorporação, à qual se reporta Euclides da Cunha, dos “rudes compatriotas retardatários” do sertão baiano ao tempo e existência considerados civilizados (CUNHA, 2002a, p. 682). Seria superada, dessa forma, a crise marcada pelo conflito entre as expectativas de progresso, civilização e modernização, forças motrizes e justificativas para a Guerra de Canudos, e a decepção com seus custos e consequências, que ambas as imagens – a fotografia e o rosto disforme – não ensejam esquecer.

Em outros sertões brasileiros, na região amazônica, a perspectiva de progresso e modernização também está cercada, como em Canudos, por uma aura de euforia. É o que permitem inferir as impressões de Euclides da Cunha sobre o projeto de construção da ferrovia Madeira-Mamoré⁶⁴, confiadas em cartas ao pai e amigos (CUNHA, 1997, p. 307,

⁶⁴ Em uma nota textual breve, no ensaio *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*, Hardman chama a atenção para a necessidade de ser feita uma análise comparativa entre os desastres históricos de Canudos, Contestado e Madeira-Mamoré, os três com um número de mortes de proporções semelhantes, à luz mortífera de noções como *res publica* e cidadania (HARDMAN, 2005, p. 292-3). São todos fenômenos tributários das demandas do progresso, da civilização e da modernidade. O crítico lembra que as empresas construtoras das estradas de ferro possuíam privilégios para explorar a longo prazo as terras em volta de cada empreendimento construído, o que possibilitava o estabelecimento de monopólios nos setores do transporte, da colonização de terras e da agroindústria. O fenômeno mais violento produzido por esse tipo de penetração monopólica garantida pelo Estado teria sido a guerra do Contestado, deflagrada na região litigiosa dos estados do Paraná e Santa Catarina, durante os anos 1912 a 1916. O conflito está diretamente relacionado à construção e exploração da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul. Por volta de 1909, somente nos 372 quilômetros de obras da ferrovia em território catarinense, foram contratados cerca de oito mil trabalhadores, em sua maioria vindos de diversas localidades do país, incluído nesse número uma quantidade considerável de estrangeiros. Predominava o sistema de barracão, ou seja, os trabalhadores eram coagidos a comprar nos armazéns da empresa construtora, que monopolizavam o fornecimento de gêneros ao longo da linha férrea. É nesse contexto de exploração que muitos ex-trabalhadores da ferrovia abandonados à própria sorte compõem o grupo de militantes do Contestado, contrários à República e seus símbolos – inclusive os trilhos avassaladores –, ao lado de camponeses, pequenos comerciantes e artesãos das vilas e vilarejos, agregados, antigos membros das tropas imperiais, foragidos da justiça e posseiros expulsos das terras exploradas pelas empresas construtoras das ferrovias (*ibid.*, p. 167-8). Élio Serpa enfatiza que eram péssimas as condições de trabalho nas obras de construção da ferrovia São Paulo-Rio

310-11, 313), e suas observações sobre o tema, registradas nos ensaios “A Transacreana” e “Viação sul-americana”. Porém, conforme destaca Francisco Foot Hardman, desde a inauguração, o empreendimento deu mostras de que estava fadado ao fracasso. Os fretes cobrados no percurso estariam entre os mais caros do mundo, inviabilizando uma circulação de mercadorias diversificada e em grande escala. A exportação do látex, o produto mais valioso produzido na região, não era uma justificativa plausível para a construção da ferrovia naquela localidade. Quando concluída a obra, em 1912, a borracha experimentava um momento de decadência, ocasionada pela queda vertiginosa dos preços do látex no mercado internacional, afetado pela concorrência da produção asiática. Ademais, desde o início do século XX, a Bolívia passou a utilizar outros meios para alcançar o Atlântico, mais baratos e mais rápidos, tornando dispensável a estrada de ferro brasileira: por navegação fluvial, via Assunção, até Buenos Aires; pelo mar, a partir de 1914, através do canal do Panamá; por ferrovia, de Santa Cruz de la Sierra e Corumbá, até Santos (HARDMAN, 2005, p. 161). Nesse contexto, as dúvidas quanto à utilidade da ferrovia acabaram por imprimir na consciência nacional a suspeita de que os altos custos em vidas humanas e investimentos financeiros não passaram de “um crime inútil e bárbaro”, incapaz de assegurar o desenvolvimento da região. No lugar da esperança eufórica inicial, ganhou destaque a memória incômoda daquilo que o Estado tem aparentado despende esforços por fazer esquecer: as mortes, as condições de trabalho aviltantes e o desperdício de dinheiro público.

Segundo Francisco Foot Hardman, os arquivos sobre a ferrovia foram destruídos pela administração militar, que assumiu o controle do patrimônio após a desativação⁶⁵, em 1972 (*ibid.*, p. 210). A política favorável ao esquecimento teve continuidade nos anos seguintes, com o descaso do poder público. Em 1979, o Ministério dos Transportes publicou um edital, anunciando um leilão para a venda como sucata de peças do acervo da ferrovia. A medida gerou reação da opinião pública em Rondônia, contrária ao sucateamento de trilhos, locomotivas a vapor e carros de passageiros. A venda acabou suspensa, e começaram os primeiros movimentos em favor da preservação e tombamento do patrimônio. Ainda assim, o material continuou abandonado, sujeito a deteriorações em decorrência do tempo e das ações da população (MARIUZZO, 2006; ROMANELLI, 2012, p. 43).

Grande do Sul. Os pagamentos não eram feitos em dia, e muitos trabalhadores eram assassinados e jogados no rio. Com o término das obras, em 1910, a empresa construtora requisitou, conforme previsto no contrato, a posse de 15 km de cada lado da ferrovia, passando também a proibir a permanência dos desempregados na área (SERPA, 1999, p. 16-7).

⁶⁵ Depois da Segunda Guerra Mundial, o sistema ferroviário entra em declínio. A concorrência com o transporte rodoviário e aéreo motiva a desativação de linhas ferroviárias em vários países. No Brasil, pelo menos três fatores justificam a desativação da ferrovia Madeira-Mamoré: a concorrência com o transporte rodoviário, a alegação de inviabilidade econômica e a falta de manutenção (MARIUZZO, 2006).

O esquecimento na esfera estatal se estende à historiografia oficial, pelo pouco destaque dedicado ao tema, e à postura dos habitantes de Porto Velho e demais localidades atravessadas pela linha Madeira-Mamoré. Em viagem a Porto Velho, em 1982, Francisco Foot Hardman percorre um cemitério de trens na cidade, e experimenta a atmosfera de abandono que envolve a história da ferrovia. Conforme o crítico, à exceção de um número reduzido de ferroviários anciãos e seus descendentes, que ainda preservavam certa tradição oral em torno dos acontecimentos, a maior parte dos novos povoadores de Rondônia, importante fronteira da agropecuária e da extração mineral no Brasil, desconhecia informações básicas sobre o empreendimento (HARDMAN, 2005, p. 210). Para Cristina Romanelli, mesmo com o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2005, ainda perduram as dificuldades para a preservação do patrimônio, visto que a área de proteção está restrita ao pátio ferroviário no centro de Porto Velho, à estrada de ferro até Santo Antônio, a três caixas d'água do período da construção, e ao cemitério de Candelária, onde eram enterrados os operários (ROMANELLI, 2012, p. 42).

As iniciativas do Governo Federal através do Iphan possibilitam o acesso aos fragmentos de uma memória enferma, ferida, que parece requerer o esquecimento do malogro desonroso. Nesse caso, por mais que a intenção seja lembrar, o que se tem é uma memória esquecida, que possibilita a ocorrência daquilo que Freud identifica em seus pacientes, quando não se recordam de alguma coisa esquecida ou reprimida, mas a expressam através da ação, sem, naturalmente, saberem que a estão repetindo⁶⁶ (FREUD, 2010a, p. 199-200). O mesmo Estado que propõe a preservação do patrimônio da ferrovia e a rememoração de sua história, também incita o esquecimento, inscrevendo no imaginário nacional novas imagens de progresso, em substituição às malogradas lembranças do passado. Por essa perspectiva podem ser compreendidas as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, construídas em Rondônia, a partir de 2008. Através da impressão das marcas do progresso ao mesmo espaço do passado, a perspectiva eufórica de futuro, frustrada com a estrada de ferro Madeira-Mamoré, aparenta ser transferida para outro projeto de engenharia, que entra em cena com novas sinalizações de crescimento econômico para a região. Por sua vez, ao tempo que realiza projeções de futuro, o empreendimento

⁶⁶ Freud exemplifica a “compulsão de repetição” com situações que teriam sido protagonizadas por seus analisandos, durante o tratamento. O paciente não diz que se lembra de ter sido teimoso e rebelde com os pais, mas se comporta dessa maneira com o médico. Não se recorda como chegou a um impotente e desesperado impasse em suas pesquisas sexuais infantis, mas apresenta sonhos e pensamentos confusos, queixa-se de não conseguir ter sucesso em nada, e assevera estar fadado a nunca concluir um empreendimento. Não se recorda de ter se envergonhado de certas atividades sexuais e de ter sentido medo de elas serem descobertas, mas demonstra constrangimento com o tratamento a que se submete, procurando escondê-lo de todos etc. (FREUD, 2010a, p. 200).

promove um recuo para o passado, mais uma vez devolvendo à população os custos e consequências do progresso e da modernização, como a exploração da força de trabalho⁶⁷, a alteração dos ciclos fluviais e da biodiversidade, o desmatamento e a desorganização dos modos de vida das populações indígenas. As intervenções do Estado na região mais parecem retomadas de estratégias de infraestrutura pensadas em tempos passados. Sob esse aspecto, não soa despropositado evocá-las à luz das proposições de Freud, em “Recordar, repetir e elaborar”, quando sugere que a repetição assume o lugar da lembrança em situações nas quais a ação de lembrar se torna um trabalho incômodo (FREUD, 2010a).

Em nome do progresso e do avanço tecnológico, as águas necessárias ao funcionamento das usinas do rio Madeira ameaçam a preservação do acervo da antiga ferrovia. Segundo Cristina Romanelli, as usinas são acusadas pelo Iphan de deixarem submersas partes do patrimônio da ferrovia Madeira-Mamoré, e não cumprirem devidamente as medidas⁶⁸ indicadas pela instituição e pelo Ibama para compensar o impacto das obras. Para a autora, “[...] a estrada construída a ferro e sangue só escapará de ficar com parte de sua história debaixo d’água se as iniciativas tantas vezes anunciadas se tornarem realidade.” (ROMANELLI, 2012, p. 44).

O acontecimento possibilita a rememoração de outro instante da história do país, quando uma localidade nos sertões baianos foi coberta pelas águas do rio Vaza-Barris, para dar lugar à construção do açude de Cocorobó. Logo nos primeiros anos do século XX, começou a ser re-habitado e reconstruído o povoado onde ocorrera o massacre de Canudos.

⁶⁷ Segundo Fábio Fujita, foram registradas na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia duas denúncias sobre operários da Usina Hidrelétrica de Jirau mantidos em condições análogas à escravidão. O primeiro caso ocorreu em 2009, referente a trinta e oito trabalhadores encontrados na cidade de Jaci Paraná, em casas com instalações sanitárias degradantes. Não havia nem mesmo água para beber. A água utilizada pelos operários era retirada de um poço próximo a uma fossa. O segundo registro aconteceu em 2010, quando um grupo de trabalhadores nordestinos foi encontrado em condições similares. A denúncia partiu de peões que fugiram do local e chegaram de carona a Porto Velho, onde procuraram a Superintendência. Em 15 de março de 2011, no canteiro de obras da usina, um desentendimento entre um funcionário e um motorista teria sido o estopim para a deflagração de um conflito que já vinha sendo esboçado há dias, em resposta à precariedade das condições de trabalho e dos serviços oferecidos nas áreas de alimentação, alojamento e assistência de saúde. Também houve denúncias de maus tratos, horas extras não pagas e imputação de faltas inexistentes. Na obra, moravam mais de dez mil operários. Ao final dos três dias do conflito, havia quarenta e cinco ônibus e quinze carros incendiados, cem alojamentos incinerados ou depredados. As salas de cinema, de jogos e de televisão estavam inutilizadas. Os escritórios, posto de saúde, agência bancária, lanchonete, lan house e refeitório estavam parcialmente destruídos. Como consequência, quatro mil trabalhadores foram demitidos (FUJITA, 2011, p. 38-41).

⁶⁸ Em sua maioria, as medidas compensatórias financiadas pelas usinas estão relacionadas à recuperação do patrimônio ferroviário. Um dos compromissos é a reativação do passeio turístico de trem, criado na década de 1980, do centro de Porto Velho até Santo Antônio, com extensão de sete quilômetros. O passeio inclui uma parada durante o percurso, onde podem ser vistas diversas sucatas de locomotivas, o hospital da Candelária e o cemitério, de denominação análoga. Também estão dentre as medidas compensatórias a urbanização da Igreja de Santo Antônio, localizada em frente ao ponto final do futuro passeio de trem, a recuperação de um galpão no distrito de Abumã, e a restauração da estação ferroviária de Guajará-Mirim, ponto final da antiga ferrovia (ROMANELLI, 2012, p. 41-3).

Segundo Eldon Canário, se o local não oferecesse condições de habitabilidade satisfatórias, certamente não teria sido escolhido por Antônio Conselheiro para a fundação da comunidade de Belo Monte⁶⁹ (CANÁRIO, 2002, p. 30). A hipótese também serve de explicação para o retorno das pessoas ou a chegada de novos moradores à região, após o término do conflito. Ainda conforme Eldon Canário, apesar das adversidades climáticas, havia uma movimentação econômica significativa no povoado reconstruído. Os roçados próximos às margens do Vaza-Barris permitiam o cultivo de melancia, abóbora, milho e feijão, além da criação de gado leiteiro e de corte. Nos quintais das casas, costumava haver parreiras irrigadas com água transportada do rio (*ibid.*, p. 91). Porém, nos longos períodos de estiagem, as águas se tornavam escassas, impelindo muitos sertanejos a abandonarem a região e partirem para outras localidades em busca de melhores condições de sobrevivência. Nesse contexto, surgiu a ideia da construção do açude⁷⁰ de Cocorobó, recebida com entusiasmo pelos moradores

⁶⁹ A cidadela dos sertões baianos dizimada pela guerra em 1897 possui duas denominações possíveis – Belo Monte e Canudos: a primeira, utilizada por Antonio Conselheiro e demais moradores; a segunda, utilizada pelas vozes externas à comunidade (GUERRA, 2000).

⁷⁰ A proposta parece extraída das páginas de *Os sertões*, quando Euclides sugere a construção de açudes e poços artesianos nas áreas atingidas pelas estiagens (CUNHA, 2002a, p. 145-7). Ideias similares são expostas nos dois primeiros artigos intitulados “Plano de uma cruzada”, publicados em *O País*, em maio de 1904 (CUNHA, 1995k, p. 153-60). No primeiro artigo, Euclides critica o Estado por não desenvolver um programa intensivo de combate aos efeitos das estiagens: “É que o fenômeno climático, tão prejudicial a um quinto do Brasil, só nos impressiona quando aparece; é uma eterna e monótona novidade; estudamo-lo sempre nas aperturas e nos sobressaltos dos períodos certos em que ele se desencadeia.” (*ibid.*, p. 154). Para o autor, as medidas do Estado seriam paliativas, com tendência a apelos emocionais, e não trariam resultados práticos à população: “Então a alma nacional, de chofre comovida, ostenta o seu velho sentimentalismo incorrigível desentranhando-se em subscrições e em sonetos, em manifestos liricamente gongóricos e em telegramas alarmantes; os poderes públicos compram sacos de farinha e organizam comissões, e os cientistas apressados – os nossos adoráveis sábios à *la minute* – anseando por salvarem também um pouco a pobre terra, imaginam hipóteses.” (*ibid.*, p. 154). As ações eficientes para amenizar o problema seriam o desvio das águas do rio São Francisco para as áreas atingidas pelas estiagens e a construção de açudes e poços artesianos: “[...] a açudada largamente disseminada, já pelo abarrear dos vales apropriados, já pela reconstrução dos lanços de montanhas que a erosão secular das torrentes escancelou em *boqueirões*, o que vale por uma restauração parcial da terra; [...] os poços artesianos, nos pontos em que a estrutura granítica do solo não apresentar dificuldades inseparáveis; e até mesmo uma provável derivação das águas do S. Francisco, para os tributários superiores do Jaguaribe e do Piauí, levando perpetuamente à natureza torturada do Norte os alentos e a vida da natureza maravilhosa do Sul...” (*ibid.*, p. 155). O discurso do autor está impregnado de uma ideologia que demarca distanciamento entre as regiões do país, prefigurando um fenômeno que ganharia grandes proporções nos anos seguintes, com a institucionalização do termo Nordeste. Conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior, inicialmente o termo Nordeste é utilizado para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919, passando em seguida a representar toda a parte Norte do país sujeita às estiagens e, portanto, merecedora de atenção especial do poder público. Com a “invenção” do Nordeste, descobriu-se que o drama das secas poderia ser utilizado para mobilizar a opinião pública, servindo de argumento para a exigência de recursos financeiros, construção de obras e privilégios no Estado, tornando-se objeto central no discurso dos representantes políticos nordestinos, que o instituíram como problema básico de suas regiões, responsável pelo banditismo, pelas revoltas messiânicas e pelo atraso econômico e social (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 58 e 68). Feita a ressalva ao conteúdo ideológico do discurso de Euclides da Cunha, convém acentuar seu interesse por temáticas que compõem a pauta das agendas de debates contemporâneas, como as questões hídricas e ambientais. Em “Plano de uma cruzada”, ao tempo que acentua “o empobrecimento contínuo das nossas fontes, dos nossos rios e até mesmo das poderosas artérias fluviais da Amazônia”, o autor alerta para a eficácia da arborização no combate aos efeitos das estiagens: “[...] a arborização em larga escala com os tipos vegetais que, a exemplo do juazeiro, mais se afeiçoem à rudeza climática das paragens [...]” (CUNHA, 1995k, p. 155).

locais, apesar de significar a destruição do vilarejo, pois trazia a expectativa de superação dos infortúnios causados pelo drama das secas.

Em 1952, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca inicia as obras para o represamento das águas do Vaza-Barris (CANÁRIO, 2002, p. 56). Os moradores recebem indenizações, e são transferidos para um novo povoado, também denominado de Canudos⁷¹, reconstruído nas proximidades do anterior, ocupado pelas obras de construção do açude. Somente em 1967, as obras são concluídas. No início do ano seguinte, com as primeiras enchentes, as águas do rio invadem toda a área prevista no projeto e submergem Canudos (*ibid.*, p. 57). Em 1968, o empreendimento experimenta obras complementares, realizadas para a correção de algumas falhas (*ibid.*, p. 30).

Com a construção do açude, o Estado promove o apaziguamento do massacre ocorrido no passado, já que a abundância de águas numa área inóspita e árida inscreve no imaginário local imagens de vida, em substituição às lembranças de ruína e morte evocadas pela guerra de 1897. Ainda assim, a perspectiva de destruição continua mantida: por um lado, porque as sinalizações de crescimento socioeconômico para a região ficaram associadas à submersão do vilarejo histórico; por outro lado, porque os açudes estão sujeitos ao fenômeno da evaporação, que implica desperdício intenso e acentuado de água potável. Avaliando o último aspecto, Eldon Canário destaca que, para a região de Canudos, o projeto mais viável seria a utilização de águas subterrâneas através de poços tubulares, pois não se salinizam nem evaporam (*ibid.*, p. 48).

Para a historiografia oficial, da qual Euclides da Cunha ecoa como um dos representantes, a Campanha de Canudos “[...] foi, na significação integral da palavra, um crime.” (CUNHA, 2002b, p. 67). Embora apreendido por essa perspectiva, o conflito nos

⁷¹ Até 25 de fevereiro de 1985, quando alcança a emancipação política, a localidade pertencia ao município de Euclides da Cunha. Os estudiosos do tema costumam demarcar a existência de três Canudos. A primeira seria a comunidade fundada por Antônio Conselheiro, em 1893. A segunda seria o vilarejo reconstruído em meio às ruínas, pouco tempo depois da destruição. A terceira seria o povoado construído nas proximidades do anterior, então submergido pelas águas do rio Vaza-Barris, em decorrência das demandas para a construção do açude de Cocorobó. Porém, como a denominação Canudos é anterior à chegada de Antônio Conselheiro à região, pode-se considerar a existência de quatro Canudos. Nesse caso, a primeira seria uma fazenda de gado de grande extensão, às margens do rio Vaza-Barris. Conforme Leopoldo Bernucci, as terras eram de propriedade da senhora Mariana Fiel de Carvalho (BERNUCCI, 2002a, p. 804). A denominação está relacionada à abundância dos canudos-de-pito, vicejantes à beira do rio. Em 1890, segundo Euclides da Cunha, Canudos era “[...] uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique.” (CUNHA, 2002a, p. 289). Retomando o testemunho do vigário do Cumbe, padre Vicente Sabino dos Santos, o autor insinua que lá viveria aglomerada uma “[...] população suspeita e ociosa, ‘armada até aos dentes’ e ‘cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão’, de tubos naturalmente fornecidos pelas solanáceas (*canudos-de-pito*) [...]” (*ibid.*, p. 289). Com a chegada de Antônio Conselheiro, o lugarejo experimenta um crescimento vertiginoso, e passa a ser chamado de Belo Monte. Destruído pelas forças republicanas em 1897, o vilarejo é acometido por uma segunda destruição, em 1968, quando submergido pelas águas do rio Vaza-Barris.

sertões baianos também recebe a conotação “de um primeiro assalto, em luta talvez longa”, para o avanço da civilização ((CUNHA, 2002b, p. 66). A ambiguidade parece avançar no tempo, para aludir à submersão do vilarejo de Canudos, pois também concentra um crime, “na significação integral da palavra”, desta feita contra o patrimônio histórico nacional, mais uma vez em favor do progresso e da modernização.

Também é a perspectiva de progresso e desenvolvimento regional que justifica a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, não importando ao Estado quantos milhares de trabalhadores tenham sido sacrificados. Há mais de um século, conforme Francisco Foot Hardman, a decisão de construir uma linha férrea numa região insalubre e quase inacessível possuía determinações específicas. Além da necessidade de afirmação nacional, havia o desejo de dominar o desconhecido e de percorrer territórios estranhos para transformá-los, neles imprimindo as marcas da engenharia moderna (HARDMAN, 2005, p. 160-1). Nos dias atuais, não seria acertado considerar as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau como obras motivadas pelo desejo de domínio do desconhecido, conforme aconteceu com a ferrovia Madeira-Mamoré, mas a engenharia ainda persiste associada às perspectivas de progresso e modernização. São os feitos da engenharia que realizam o duplo movimento de rememorar a história progressa, através das medidas de preservação do patrimônio desativado, e ao mesmo tempo promover o esquecimento dos insucessos do passado, com sinalizações de desenvolvimento econômico para a região, não obstante os riscos de submersão de parte do que restou da antiga ferrovia.

As quatro situações de intervenção republicana, pois feitas “[...] nos pontos extremos do território, em nome do progresso e da fixação dos marcos do poder do Estado nacional”, mais parecem demonstrações de um fenômeno reconhecido por Hardman como “brutalidades contemporâneas⁷²” (HARDMAN, 2009a, p. 116).

Euclides da Cunha não acompanhou a implantação da ferrovia Madeira-Mamoré. Não observou *in loco* que as condições de trabalho oferecidas pela empresa construtora equivaliam, na prática, à servidão, numa forma bastante próxima do sistema a que foram submetidos os seringueiros da Amazônia, que seriam vingados em *Um paraíso perdido*, assim como o foram, em *Os sertões*, os sertanejos de Canudos. Também não são conhecidos textos seus sobre a barbárie que envolve a construção do empreendimento, nos quais, considerados os traços correntes em sua escrita, provavelmente haveria um misto de euforia e desencanto perante as expectativas de progresso para o país. Faltou-lhe, talvez, a experiência da viagem,

⁷² O pesquisador se refere ao drama social dos seringueiros no Acre (HARDMAN, 2009a, p. 116).

indispensável para a emergência da revisão de convicções ideológicas e doutrinárias que marca os escritos sobre a Campanha de Canudos e sobre os conflitos desencadeados na região amazônica. O que se pode afirmar ao certo é que, respaldado pela autoridade da ciência e pelo prestígio da literatura notáveis em seu tempo, Euclides faz da escrita um instrumento político de denúncia, de ação social, com o fito de promover a integração das populações marginalizadas dos sertões brasileiros à plena vivência nacional.

3. O CONSÓRCIO ENTRE CIÊNCIA E ARTE NA FORTUNA CRÍTICA SOBRE EUCLIDES DA CUNHA

O que se segue são vãs conjecturas. Atravessamo-lo no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra. (CUNHA, 2002a, p. 102).

“Escritor do futuro”, “polígrafo”, “verdadeiro artista”, aglutinador de enredos, pensador aberto à mobilidade do saber – são esses alguns dos perfis que a obra crítica de Euclides da Cunha sinaliza lhe serem adequados. Configurando-se, na carta a Veríssimo datada de 03 de dezembro, como um dos primeiros comentadores de sua obra, Euclides incita o historiador a discorrer na imprensa sobre o consórcio entre ciência e arte, o que significaria abordar pelo menos dois desses perfis – “polígrafo” e “escritor do futuro”. O crítico não retomou o tema, conforme o missivista desejava, mas sua leitura de *Os sertões* acabou inaugurando uma linha de pensamento nos estudos euclidianos.

Num artigo publicado no *Correio da Manhã* em fevereiro de 1903, movido pelo afã de defender a instituição a que pertencia, Moreira Guimarães⁷³ revisita a temática iniciada por Veríssimo, e instaura mais uma polêmica. Segundo o engenheiro, seu “ilustrado colega” da Escola Militar é um “escritor de pulso”, com a “alma tangida pelas harmonias do verso”. “O vigor da frase é empolgante.” (GUIMARÃES, 2003, p. 88). Contudo,

[...] esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista que do observador e do filósofo. Por igual não se encontram nesse livro as virtudes da imaginação e os atributos da reflexão. Porque nem sempre, lado a lado, marcham pelas páginas emocionantes dessa encantadora obra o delicado cultor da palavra e o destemido pensador brasileiro. (*ibid.*, p. 87).

Nesse entendimento, os “atributos da reflexão” e as “virtudes da imaginação” transitarium em polos opostos. Estariam os primeiros restritos à área de atuação de pensadores e filósofos; e as últimas, à área de atuação de poetas e artistas. Ao fazerem uso das “virtudes da imaginação”, estes agiriam distanciados dos “atributos da reflexão”; e aqueles, na

⁷³ Conforme Adelino Brandão, os artigos de Moreira Guimarães foram publicados no *Correio da Manhã* nos dias 03 e 04 de fevereiro e 04 e 07 de março de 1903 (BRANDÃO, 2001, p. 479).

elaboração do pensamento reflexivo, estariam dispensando os atributos da imaginação. Dissociados o observador e o artista, o pensador e o poeta, a imaginação deixa de ser um componente básico do processo criativo humano, em quaisquer áreas do conhecimento ou saber; e passa a ser um distintivo dos homens de letras – supostamente mais comprometidos com o culto da palavra do que com a elaboração de um pensamento crítico e reflexivo sobre uma realidade observada. Predominando em *Os sertões*, conforme Moreira Guimarães, o labor verbal e a palavra burilada, estes seriam instrumentos eficazes para despertar a emoção do leitor, e não sua consciência crítica ou política, a partir da transmissão de um conteúdo verdadeiro. Nesse sentido, a literariedade do livro confundir-se-ia com adulteração de dados e ausência de seriedade documental, tornando tributários do talento literário de Euclides da Cunha seus equívocos, incongruências e contradições.

Postura análoga orienta o artigo de José de Campos Novaes, publicado em 31 de janeiro de 1903 na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*. O botânico faz referências elogiosas ao estilo de Euclides da Cunha, “novo, brilhante, repleto de surpresas e de imagens rutilantes”, requisitos importantes para que a narrativa recém-lançada alcançasse “sucesso literário imediato e esplendoroso” (NOVAES, 2003, p. 114). Por outro lado, estas mesmas características estariam dispensando um desserviço às pretensões científicas do livro. A linguagem da introdução e das páginas descritivas teria um ar rebarbativo, supostamente mais afeito aos escritos com intenção literária; e seria muito diversa do “estilo claro, preciso e técnico” (*ibid.*, p. 114), que se costuma atribuir às produções de caráter científico. Sob o ponto de vista literário, as “generalizações” do livro seriam “belas e arrojadas”, porém teriam tornado o autor “algum tanto injusto no aquilatar o valor intrínseco dos trabalhos dos especialistas, que amam o detalhe exato, congruente e conclusivo.” (*ibid.*, p. 112-3). Ademais, ainda conforme o crítico, algumas frases de Euclides seriam inexatas por serem excessivamente imaginosas (*ibid.*, p. 114). Nesse entendimento, a literariedade da obra estaria associada à recorrência do autor à imaginação e a um decorrente distanciamento da objetividade científica.

A princípio, as leituras do botânico e do engenheiro militar aparentam abrigar ideias circunscritas ao campo de atuação de profissionais não familiarizados com o universo das letras. Contudo, dentre os literatos, é possível vislumbrar depoimentos que lhe sejam assonantes, como é o caso de uma declaração do escritor Mário de Andrade, num texto escrito na cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte, em 21 de janeiro de 1928. Segundo o crítico, prevalece em *Os sertões* o falseamento do real, não necessariamente em relação aos eventos narrados; mas, sobretudo, pela maneira como são evocados, já que a beleza estilística

suplantaria os dramas da população nordestina. De feição ornamental, eloquente, com ares neoparnasianos, a linguagem do livro seria inadequada ao objeto que representa:

Pois eu garanto que *Os sertões* são um livro falso. A desgraça climática do Nordeste não se descreve. Carece ver o que ela é. É medonha. O livro de Euclides da Cunha é uma boniteza genial [*sic*] porém uma falsificação hedionda. Repugnante. Mas parece que nós brasileiros preferimos nos orgulhar duma literatura linda a largar da literatura duma vez pra encetarmos o nosso trabalho de homens. Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura, em epopeia... Não se trata de heroísmo não. Se trata de miséria, de miséria mesquinha, insuportável, medonha. Deus me livre de negar resistência a este nordestino resistente. Mas chamar isso de heroísmo é desconhecer um simples fenômeno de adaptação. Os mais fortes vão-se embora. (ANDRADE, M., 2002, p. 262-3).

Ao suprimir de *Os sertões* o compromisso com a denúncia das mazelas sociais de seu tempo, Mário de Andrade, um dos principais articuladores da Semana de 1922, nega a Euclides qualquer aproximação com o movimento. Suas viagens etnográficas pelo Nordeste brasileiro e pela região amazônica, realizadas entre maio de 1927 e fevereiro de 1928, ocorreram num período em que o escritor fluminense já havia experimentado o reconhecimento da crítica. Tendo, então, percorrido um caminho bem próximo daquele trilhado anos antes por Euclides da Cunha, aprouve a Mário de Andrade projetar-se como um viajante fiel à realidade observada, visando não apenas realçar a importância de seu próprio trabalho, como também desautorizar o discurso de seu antecessor mais conhecido. No texto supracitado, sem ter visitado nenhuma cidade do sertão baiano durante a viagem, e declarando que o nordestino “faz filho” por não ter “o que fazer” nos “dez meses de seca anual” (*ibid.*, p. 264), Andrade desconsidera a carga depreciativa de suas palavras, e se apresenta ao leitor como o autor do relato verdadeiro, numa contraposição ao viajante supostamente fantasioso, que teria sido leviano em suas descrições e análises. Apesar de reconhecer que a migração depauperou o Nordeste (*ibid.*, p. 265), o crítico assinala que “os mais fortes vão-se embora”. Para ele, quem permanece “[...] é a população mais velha, desfibrada pelo Sol [*sic*], apalermada pela seca, ressequida, parada, vivendo porque o homem vive, acha meio de viver até aqui! Mas fica porque... meu Deus! porque não sabe partir!... É medonho.” (*ibid.*, p. 264). Suas palavras refutam duas proposições de Euclides da Cunha: primeiro, que haveria no sertanejo migrante a perspectiva e a esperança de retorno à terra natal; segundo, que o êxodo somente seria admitido quando esgotadas todas as possibilidades de sobrevivência no sertão (CUNHA, 2002a, p. 237).

Num texto breve, no qual arroga a autoridade de filho da terra com o intuito de valorizar o testemunho de sua “última viagem ao Nordeste”, o paraibano José Lins do Rego também desautoriza as leituras de seu predecessor mais famoso. O autor refuta características e adjetivos presentes em “O sertanejo” – terceiro capítulo de “O homem” –, que ele, enquanto nordestino, julga inadequados à qualificação do homem do sertão: “Esse exagero de traços, essa deformação de linhas ganhara fama de retrato fiel. E, no entanto, este sertanejo de Euclides era mais uma ficção do gênio criador, era mais o homem da imaginação do poeta que o homem verdadeiro dos nossos sertões nordestinos.” (REGO, 1942a, p. 216-7). Mais adiante, em outro capítulo do livro, Lins do Rego volta a acentuar a deformidade que o “poeta” Euclides teria imprimido à realidade descrita, sugerindo que, em *Os sertões*, seriam correspondentes os termos poeticidade e falseamento do real (REGO, 1942b, p. 220).

A “boniteza genial” à qual Mário de Andrade se refere e contesta e as fantasias de poeta mencionadas por José Lins do Rego renderam, em muitos casos, comentários elogiosos ao livro – sobretudo quando se considera a literariedade. Porém, em outros momentos, foram utilizadas como argumento para desconsiderar pretensões históricas, documentais e/ou científicas. Mesmo dentre as críticas favoráveis, geralmente quando – ou por convicção ou por força da tradição – se acentuam as singularidades artísticas da obra, certas afirmativas ou conclusões depreciam o estatuto literário, por ser este associado a uma inclinação para a leviandade ou negligência com os dados coletados da realidade observada. São leituras que induzem à sugestão ou conjectura de que as análises ajuizadas de Euclides da Cunha pertenceriam à ciência, ao discurso verdadeiro; e os equívocos – possíveis e, até mesmo, inevitáveis, já que a linguagem é sempre insuficiente para aludir ao real, tornando-o, nesse sentido, um conteúdo irrepresentável – seriam devaneios da imaginação, invencionices literárias. Nesse contexto se insere a seguinte declaração de Lidiane Pinheiro: “[...] *apesar do teor literário* do livro, Euclides da Cunha apresenta fatos históricos e denuncia os muitos absurdos da guerra.” (PINHEIRO, 2008, f. 4, grifos meus). Trata-se de uma reflexão possibilitada ou endossada pela maneira como alguns estudiosos da literatura costumam se referir a *Os sertões*. Segundo Walnice Nogueira Galvão, ao ser estudado sob o ponto de vista literário, todos os defeitos e incorreções do livro desaparecem. “Porque o dever número um do artista que escreve literatura é com sua própria imaginação, é com estética, não é com fatos.” (GALVÃO, 1993, p. 23). Citando seu trabalho com a correspondência de Euclides da Cunha⁷⁴, a autora declara ter encontrado cartas de militares que participaram da Guerra de

⁷⁴ Walnice Nogueira Galvão se refere à *Correspondência de Euclides da Cunha*, organizada em parceria com Oswaldo Galotti.

Canudos nas quais são feitas ressalvas a erros e equívocos presentes na primeira edição de *Os sertões*. Mesmo em posse destas cartas que, a ele endereçadas, ter-lhe-iam possibilitado retificações, Euclides preferiu manter as informações como as havia escrito. “[...] era bonito, soava bem, combinava...” (GALVÃO, 1993, p. 24). O autor teria “deformado”, ou melhor, teria “adaptado” os fatos ao seu projeto estético (*ibid.*, p. 23). A esse respeito, numa linha de pensamento análoga, assim se expressa o crítico Valentim Fiacoli: “[...] onde a ciência não podia resolver, fosse por suas condições teóricas de base, fosse por carência de pesquisas, a imaginação poética estava a postos para suprir o vazio que se apresentasse.” (FACIOLI, 1998, p. 54). O raciocínio é bem próximo da ideia defendida, anos antes, por Gilberto Freyre. Para o sociólogo, em *Os sertões*, quando erra o cientista em detalhes de geografia, geologia, botânica ou antropologia, ou erra o sociólogo em leituras sobre o povo sertanejo; existe “o poeta, o profeta, o artista cheio de intuições geniais” para sanar as deficiências teóricas (FREYRE, 1987, p. 20-1). Orientado por essa perspectiva, num dos textos em que acentua o pertencimento de Euclides da Cunha à comunidade científica de seu tempo, José Carlos Barreto de Santana também atribui a fins estéticos⁷⁵ muitos dos equívocos científicos de *Os sertões*. Segundo o historiador, se assim não o fosse, provavelmente teriam sido corrigidos, já que o autor teve acesso a fontes que tornavam isso possível, além de ser notório o rigor de seu trabalho de revisão, conforme demonstram as muitas emendas, supressões e correções feitas no livro⁷⁶ (SANTANA, 2001, p. 106-8).

⁷⁵ É comum os estudiosos de *Os sertões* associarem à literariedade muitos dos equívocos científicos e históricos cometidos por Euclides da Cunha. Esta ideia – agora revista e questionada – marca alguns de meus textos anteriores. Dentre estes: a dissertação de mestrado, intitulada *O destecer de enredos: uma leitura d’Os sertões, de Euclides da Cunha*, defendida em 2003, na Universidade Estadual de Feira de Santana (DIAS, 2003); e o artigo “O consórcio da ciência e da arte enquanto projeto estético norteador d’*Os sertões*, de Euclides da Cunha”, publicado em 2009 na revista *A cor das letras*, da UEFS (DIAS, 2009).

⁷⁶ Em dezembro de 1901, *Os sertões* foi encaminhado à Livraria Laemmert para ser publicado (RABELLO, 1983, p. 161). Em janeiro de 1902, Euclides recebeu as primeiras provas, dedicando-se, nos meses subsequentes, a constantes revisões, emendas, supressões, acréscimos e correções (BERNUCCI, 2002c, p. 58). Segundo Sylvio Rabello, o autor corrigiu, em cerca de mil exemplares da 1ª edição, os erros tipográficos mais graves, utilizando nanquim e ponta de canivete. Foram oitenta emendas em cada exemplar. Oitenta mil ao todo (RABELLO, 1983, p. 165). A hipótese de que algum leitor mais exigente pudesse corrigir seu livro, página por página, linha por linha, deixava-o apavorado. Por isso, dedicou vários dias de sua vida “à tarefa de emendar com a maior vigilância tudo o que lhe parecia uma impropriedade, uma obscuridade ou um defeito nas suas páginas” (*ibid.*, p. 181). Roberto Ventura confirmou esse fato, apontando um número menor de correções, aproximadamente trinta e sete. Seriam doze acréscimos e vinte e cinco supressões, em cerca de mil e duzentos exemplares, perfazendo o total de pouco mais de quarenta e quatro mil emendas (VENTURA, 2002a, p. 41). O trabalho de revisão parecia interminável. Euclides emendou para a 2ª edição, publicada em 1903; emendou para a 3ª, publicada em 1905; e, finalmente, emendou para a 4ª, publicada em 1911. A edição de 1911 reproduzia fielmente a 3ª. Somente em 1914, com a 5ª edição, é que vieram a público as últimas correções do autor. Segundo Sylvio Rabello, o exemplar apresentava cerca de mil e quinhentas emendas (RABELLO, 1983, p. 186). Para Walnice Nogueira Galvão, as emendas chegavam a duas mil e seiscentas (GALVÃO, 1981, p. 97). Entretanto, a edição certamente não seria a definitiva. Na última entrevista, concedida a Viriato Correia e por este publicada em 15 de agosto de 1909, o dia do assassinato, Euclides confessou: “Não se diga que sejam erros de revisão, são defeitos meus, só

A valoração da obra, segundo os depoimentos supracitados, parece estar relacionada à literariedade, chegando esta a ser confundida com ficcionalidade. Quando não são postos em destaque os atributos literários – que são utilizados, por vezes, como argumento para indicar que, apesar de mentiroso, o texto apresenta aspectos dignos de nota –, é comum haver críticas desfavoráveis ao conteúdo, como se fosse possível, através da linguagem, a apreensão e registro de uma verdade única, inquestionável, fiel à realidade representada e completamente isenta de subjetividade. É este o tom que marca as palavras do general Siqueira Meneses, militar participante da Guerra de Canudos, numa entrevista concedida a Gilberto Amado, no Palácio do Governo do Estado do Sergipe, em dezembro de 1911⁷⁷:

- “É mentira! Não me fale neste...” (palavra difícil para mim de escrever sobre Euclides).
- “Nunca me viu! Tudo mentira! Não passou por lá! Nunca o vi! Ninguém o viu!”
- “Mas... General...”
- “Não me fale neste...”
- [...].
- “Não me fale nesse...” O epíteto injurioso chiou. “Nunca foi lá... Nunca se perdeu por aquelas bandas. Nunca me viu... Nunca o viram”.
- “Mas General... Foi um grande momento para o senhor, para Sergipe, para o Brasil. Uma glória para todos nós. Nunca um sergipano mereceu tanto, foi elevado tão alto como naquelas páginas!”
- “Não me fale nesse...!”
- [...].
- Lembro-me de que antes de estender-lhe a mão ao despedir-me... ainda balbuciei: “Mas General, os detalhes... as minúcias... Euclides mostra o senhor cavalgando, traçando *croquis*, atravessando grotas, estudando, contemplando, dirigindo...”
- [...].
- “Mentira! Não viu nada! Nada daquilo é verdade.” (AMADO, 1956, p. 177-80, grifo do autor).

Gilberto Amado relata ter iniciado a conversa com alusões a Euclides da Cunha, por acreditar que, assim, estaria sendo cordial e simpático com o general – em seu entender, um “homem”, um “soldado”, um “sábio”, um “herói” que inspirara um “belo panegírico”, numa “obra sem-par” da literatura de sua pátria. O crítico supunha haver entre Euclides da Cunha e Siqueira Meneses uma amizade “natural, palpitante, viva” (*ibid.*, p. 178). Louvado em *Os sertões*, ao ouvir falar de Euclides da Cunha, Siqueira Meneses certamente proferiria “[...] palavras de gratidão, de enternecimento, de felicidade. Tudo eu poderia esperar. Tudo...

meus. [...]. Hei de consertar isto por toda a vida. Até já nem abro *Os sertões* porque fico atormentado, a encontrar imperfeições a cada passo.” (CORREIA, 1995, p. 520).

⁷⁷ Na ocasião, o Palácio do Governo do Estado do Sergipe era presidido pelo general Siqueira Meneses (AMADO, 1956, p. 178).

menos o que ouvi. Tive surpresas na vida, mas nenhuma ultrapassou aquela.” (AMADO, 1956, p. 179). Desconcertado, Amado confessa ter descido “as escadas atarantado” (*ibid.*, p. 179), sem que a entrevista fosse concluída. Em casa, seus pais e amigos também teriam ficado espantados com o relato (*ibid.*, p. 179). Num cotejo entre a declaração destemperada de Siqueira Meneses e o retrato delineado por Euclides da Cunha, o crítico revela-se convencido de que as duas personalidades não se conheciam (*ibid.*, p. 180):

É forçosa a conclusão: Euclides poetizou o personagem obedecendo à mesma tendência magnificadora e romantizante que indignou Plácido de Castro. Forneceram-lhe algumas notas esparsas sobre a campanha... talvez uma fotografia de Siqueira, cujo nome, salientado ao acaso, impressionou-o. Talvez nem mesmo essas notas de que falo lhe tenham sido presentes. Comprove-se simplesmente, por vocação de temperamento e vício de formação, em representar, para seu uso, no cenário melancólico, onde a inépcia dos homens condizia com a sordidez da paisagem, um herói romântico, uma figura de ficção que lhe pareceu necessária à obra. Que importa que não existisse? (*ibid.*, p. 181).

Há pelo menos três pontos questionáveis na assertiva de Gilberto Amado: a associação entre poeticidade e falseamento do real, como se as pesquisas científicas, históricas e documentais fossem sempre prescindíveis nos textos valorizados pela crítica como literatura; a sugestão de que as observações *in loco* seriam a forma mais legítima para a validação de um discurso; e, por fim, o estatuto de verdade concedido às acusações de Plácido de Castro contra Euclides da Cunha. No primeiro caso, são desconsideradas as consultas de Euclides da Cunha a autores diversos, testemunhas, compêndios e documentos, bem como as longas horas folheando os jornais da época, primeiro na Bahia, depois em São Paulo e no Rio de Janeiro⁷⁸. No segundo caso, são desautorizadas as evidências históricas dos contatos entre Euclides da Cunha e Siqueira Meneses. Ademais, ainda que as duas personalidades jamais tivessem se encontrado, não seria esse um motivo para tornar falsas as observações de Euclides da Cunha, já que seu livro, apesar de sacramentado pelo testemunho de uma viagem, é mais tributário de uma séria investigação histórica e científica que das emoções vividas no cenário dos conflitos. No terceiro caso, ignora-se que não são os dados em si que compõem um enredo, mas a transfiguração destes em linguagem.

No relatório que apresentou, em 1907, a Augusto Tavares de Lira, Ministro da Justiça na época, Plácido de Castro faz alusões ao breve contato que manteve com Euclides da

⁷⁸ Em *A imitação dos sentidos*, Leopoldo Bernucci acentua a importância que representam para a escrita de *Os sertões* as pesquisas de Euclides da Cunha nos jornais da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro (BERNUCCI, 1995, p. 51-64).

Cunha, oportunidade em que este lhe pediu informações sobre o processo de implantação de um seringal na Amazônia. O encontro ocorreu em outubro de 1905, quando ambos sulcavam o rio Purus, no Acre. Conforme sugere o comandante da Revolução Acreana, as notas fornecidas ao escritor teriam sido plagiadas na composição do artigo “Entre os seringais”, publicado no Rio de Janeiro, na revista *Kosmos*, em 1906:

[...] o trabalho do illustre⁷⁹ autor d’*Os Sertões* não é (valha-nos isso) o resultado de uma observação pessoal... senão de informações colhidas aqui nessa região, informações que o illustre escriptor julgou dever adulterar com uma crueldade indizível.

Fomos nós, entre outros, quem lhe prestou o maior contingente para o trabalho depois publicado.

Em outubro de 1905, a bordo do vapor *Rio Branco*, da Companhia Amazonia, teve o Dr. Euclides da Cunha a franqueza de nos confessar a sua alheiação dos nossos costumes e, nessa ocasião pediu-nos lhe fornecêssemos algumas informações, ao que nos promptificámos em acceder ao seu pedido, escrevendo em sua propria carteira de notas uma ligeira monographia, onde procurámos discriminar, sem preocupação de fórma, a vida do singello industrial – o extrator da borracha.

Mais tarde vimos as nossas despretensiosas notas publicadas na *Kosmos*; vinham, então, revestidas de flores de estylo, numa linguagem burilada e castiça, mas, muito a pezar nosso, profundamente truncadas e extremamente adulteradas. Torceu-nos por completo o Dr. Euclides da Cunha as nossas informações para vir despertar a piedade do publico com as vivas cores do quadro em que pretende descrever o proletariado, os individuos desfigurados, os cadaveres ambulantes torpemente explorados pelos proprietarios – crueis esbanjadores do suor dos desgraçados seringueiros. (CASTRO, 2005, p. 174-5, grifos do autor).

Ao mesmo tempo em que faz ressalvas ao artigo de Euclides da Cunha publicado na revista *Kosmos*, o líder da Revolução Acreana também alude a uma produção de Miguel Calmon veiculada no *Jornal do Commercio*, sobre a qual não fornece informações sobre título e data de publicação. Conforme o político, em ambos os textos, inverdades teriam sido difundidas. As falhas seriam tributárias do alheamento de seus autores dos assuntos amazônicos. No caso de Miguel Calmon, em seu desfavor, haveria ainda as influências de Euclides da Cunha, a quem cita como autoridade no assunto (*ibid.*, p. 175). Plácido de Castro utiliza o suposto desconhecimento de Euclides da Cunha como argumento para justificar a insinuação de plágio na composição de “Entre os seringais”, embora admita terem sido suas notas modificadas pelo estilo do escritor fluminense, e reconheça outros colaboradores na elaboração do ensaio. Difícil precisar as contribuições do estadista, por não ser possível um

⁷⁹ A reedição de *O estado independente do Acre e J. Plácido de Castro*, publicada pelo Senado Federal em 2005, preserva a ortografia da 1ª edição, publicada em 1930.

cotejo entre as duas produções. O próprio crítico julga como “despretensiosas”, sem desvelos formais, as notas que teria escrito, de forma sintética, em um caderno de anotações de Euclides da Cunha. O que se pode conjecturar, a partir do excerto supracitado, é que Euclides teria recorrido a mais de uma fonte em busca de informações sobre o tema, demonstrando alinhamento com requisitos básicos da escrita científica. A hipótese de ausência de “observação pessoal” aventada no relatório apresentado ao Ministro Augusto Tavares de Lira imputaria questionamentos ao ensaio de Euclides da Cunha, porém não o suficiente para legitimar as acusações de plágio e adulteração de dados consultados. O desconforto aparente na crítica parece motivado pela linguagem do texto, “burilada e castiça”, com floreios de estilo e nuanças capazes de despertar a emoção do leitor, pois, conforme sugere Plácido de Castro, estariam essas características, normalmente atribuídas aos textos literários, associadas à violação dos dados coletados em pesquisa.

“Entre os seringais” é um dos primeiros textos brasileiros a abordar a infração aos direitos humanos em território nacional. E o pioneirismo do autor não se restringe ao Brasil. Segundo Leopoldo Bernucci, o ensaio precede por um ano as acusações de Benjamín Saldaña Rocca nos jornais de Iquitos *La Sanción* e *La Felpa*, em agosto de 1907. Há ainda outras publicações às quais Euclides se antecipa: *Por América del Sur* (1908), de Rafael Uribe; *The Putumayo – the devil’s paradise* (1912), de Walter Hardenburg; *Las crueldades en el Putumayo y en el Caquetá* (1910), de Vicente Olarte Camacho; *Blue book of the Putumayo* (1912), de Roger Casement; *The Putumayo red book* (1913), de Norman Thomson; além dos textos de Walter Hardenburg no periódico britânico *Truth* (1909) (BERNUCCI, 2011, f. 12-3). Em “Entre os seringais”, Euclides denuncia o sistema trabalhista operante nos seringais da Amazônia. Escassa a mão de obra para os seringais, os nordestinos migrantes passaram a ser requeridos como força de trabalho, já que fugiam da miséria que a seca impunha, tornando-se os principais responsáveis pelo período áureo de opulência financeira da região amazônica. Conforme Euclides da Cunha:

O cearense aventureiro ali chega numa desapoderada ansiedade de fortuna; e depois de uma breve aprendizagem em que passa de *brabo* a *manso*, consoante a gíria dos seringais (o que significa o passar das miragens que o estonteavam para a apatia de um vencido ante a realidade inexorável) – ergue a cabana de *paxiúba* à orelha mal destocada de um igarapé pinturesco, ou mais para o centro numa clareira que a mata ameaçadora constringe, e longe do barracão senhoril, onde o seringueiro opulento estadeia o parasitismo farto, pressente que nunca mais se livrará da estrada que o enlaça, e que ele vai pisar durante a vida inteira, indo e vindo, a girar estonteadamente no monstruoso círculo vicioso da sua faina fatigante e estéril. (CUNHA, 19951, p. 559, grifos do autor).

O excerto permite uma reflexão sobre o sistema comercial do aviamento, utilizado de forma ampla na Amazônia na virada do século XIX para o século XX, sobretudo durante o período em que a borracha das seringueiras tornou-se o produto mais importante para a economia da região. No regime, o patrão fornece crédito ao seringueiro, possibilitando-lhe a compra de produtos necessários ao trabalho e permanência na floresta, basicamente alimentação e equipamentos. Aberta uma “conta” para o registro da dívida, o extrator da borracha é tratado como “freguês” pelo gerente do barracão. Todavia, apesar da aparente liberdade comercial, a dívida passa a ser um instrumento de retenção da mão de obra, transformando o trabalhador considerado livre num servo cativo ao dono do seringal.

Atento a estas e outras questões referentes à prática do aviamento, Euclides transformou os ensaios amazônicos em instrumento de denúncia das injustiças impostas aos trabalhadores na selva, a maioria emigrantes nordestinos, principalmente cearenses. Em “Judas-Asvero”, o escritor se apropria de um ritual celebrado pelos seringueiros do Alto-Purus, no sábado de Aleluia, para denunciar o trabalho semiescravo a que eram submetidos os sertanejos migrantes nos seringais do Acre. Transformado em texto, o ritual passa a ser uma cerimônia de expiação da culpa dos sertanejos pela migração para a Amazônia:

[...] certo, o redentor universal não os redimiui; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão relegados se acham à borda do rio solitário, que no próprio volver das suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfrequentados rincões.

Mas não se rebelam, ou blasfemam. O seringueiro rude, [...], não abusa da bondade de seu deus desmandando-se em convícios. [...]. Resignou-se à desdita. Não murmura. Não reza. [...].

Além disto, só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, manietado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem – e este pecado é o seu próprio castigo, transmudando-lhe a vida numa interminável penitência. O que lhe resta a fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a, nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua...

Ora, para isso, a Igreja dá-lhe um emissário sinistro: Judas; e um único dia feliz: o sábado prefixo aos mais santos atentados, às balbúrdias confessáveis, à turbulência mística dos eleitos e à divinização da vingança. (CUNHA, 1999e, p. 53-4).

Sendo assim, não se utiliza na cerimônia um boneco qualquer, que poderia ser encontrado em outros rituais do sábado de Aleluia, pois um costume habitual nesse período do ano, mas um “Judas feito Asvero” (*ibid.*, p. 56). São dois os elementos míticos que se irmanam na composição da representação simbólica. O primeiro é Judas Iscariotes,

atormentado pela culpa de ter traído Jesus, entregando-o à morte na cruz (MATEUS 27:1-5). O segundo é Asvero⁸⁰, condenado a uma vida errante por ter descrito e zombado de Cristo, no momento da crucificação. Conforme Euclides da Cunha:

O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingasse de si mesmo: punesse, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafrontasse da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalcando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram. (CUNHA, 1999e, p. 55-6).

Ainda conforme o narrador, para se sentir redimido, perante o “redentor universal”, do pecado da ambição que o levou às terras amazônicas, o sertanejo sente necessidade de que todos ali contemplem “o seu infortúnio, o seu exaspero cruciante, a sua desvalia, o seu aniquilamento iníquo” (*ibid.*, p. 56). Explica-se a partir dessa perspectiva o preparo de uma jangada, desde a véspera do ritual, à espera do “viajante macabro”, para conduzi-lo rio abaixo:

E Judas feito Asvero vai avançando vagarosamente para o meio do rio. Então os vizinhos mais próximos, que se adensam, curiosos, no alto das barrancas, intervêm ruidosamente, saudando com repetidas descargas de rifles, aquele bota-fora. [...]. E a figura desgraçada, trágica, arpepiadoramente burlesca, com os seus gestos desmanchados, de demônio e truão, desafiando maldições e risadas, lá se vai na lúgubre viagem sem destino e sem fim, a descer, a descer sempre, desequilibradamente, aos rodopios, tonteando em todas as voltas, à mercê das correntezas, “de bubuia” sobre as grandes águas.

Não pára mais. À medida que avança, o espantalho errante vai espalhando em roda a desolação e o terror; as aves retransidas de medo acolhem-se, mudas, ao recesso das frondes; os pesados anfíbios mergulham, cautos, nas profunduras, espavoridos por aquela sombra que ao cair das tardes e ao subir das manhãs se desata estirando-se, lutuosamente, pela superfície do rio; os homens correm às armas e numa fúria recortada de espantos, fazendo o “pelo-sinal” e aperrando os gatilhos, alvejam-no desapiedadamente.

[...].

E vai descendo, descendo... por fim não segue mais isolado. Aliam-se-lhe na estrada dolorosa outros sócios de infortúnio; outros aleijões apavorantes sobre as mesmas jangadas diminutas entregues ao acaso das correntes, surgindo de todos os lados, vários no aspecto e nos gestos: ora muito rijos, amarrados aos postes que os sustentam, ora em desengonços, desequilibrando-se aos menores balanços, atrapalhadamente, como ébrios;

⁸⁰ As histórias sobre o judeu errante baseiam-se em antigas lendas medievais sobre Assuero (Ahashverosh). Segundo a tradição, Jesus o teria advertido de que, devido à descrença e zombaria, ele seria condenado a jamais morrer e a vagar até o dia do juízo final, tendo como descanso apenas o tempo suficiente para fazer as refeições. A história possui afinidades com a do bíblico Caim, que se tornou errante por causa do pecado; e simboliza, na mentalidade cristã, o destino do povo judeu, que perambula sem descanso em testemunho da “verdade” do cristianismo, como punição por ter rejeitado Jesus Cristo (UNTERMAN, 1992, p. 140).

ou fatídicos, braços alcançados, ameaçadores, amaldiçoados; outros humílimos, acurvados num acabrunhamento profundo; e por vezes, mais deploráveis, os que se divisam à ponta de uma corda amarrada no extremo do mastro esguio e recurvo, a balouçarem, enforcados... (CUNHA, 1999e, p. 55-7).

De estrutura semelhante a um conto, o texto emociona pela força expressiva das palavras. Talvez por essa razão, já que sempre primou pelo consórcio entre ciência e arte, Euclides tenha hesitado quanto à qualidade da obra, chegando a pensar em destruí-la, somente declinando do intento após a avaliação de Coelho Neto, que considerou o ensaio, com exceção de *Os sertões*, a melhor produção do autor (ABREU, 1963, p. 23-4).

O tema central de “Judas-Asvero” é a vida miserável nos seringais do Acre, assim como em outros escritos amazônicos. Talvez estejam em “Impressões gerais” as críticas mais enfáticas à organização dos seringais. O sistema de aviamento sob o qual estão regidos é descrito no texto como “a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo”. Numa “tremenda anomalia”, o seringueiro subjugado à gleba das estradas seria o “homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1999e, p. 13):

Vede esta conta de venda de um homem:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um *rifle* (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão* senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o *corte* da *madeira* e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encalçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 *paneiros* de farinha-d’água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso* experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000.

Admitamos agora uma série de condições favoráveis, que jamais concorrem: a) que seja solteiro; b) que chegue à barraca em maio, quando começa o *corte*; c) que não adoença e seja conduzido ao barracão, subordinado a uma despesa de 10\$000 diários; d) que nada compre além daqueles víveres [...]. Vamos além – admitamos que, malgrado a sua inexperiência, consiga tirar logo 350 quilos de borracha fina e 100 de sernambi, por ano, o que é difícil, ao menos no Purus.

Pois bem, ultimada a safra, este tenaz, este estóico, este indivíduo raro ali, ainda deve. O patrão é, conforme o contrato mais geral, quem lhe diz o preço

da fazenda e lhe escritura as contas. Os 350 quilos remunerados hoje a 5\$000 rendem-lhe 1:750\$000; os 100 de sernambi, a 2\$500, 250\$000. Total: 2:000\$000.

É ainda devedor e raro deixa de o ser. No ano seguinte já é *manso*: conhece os segredos do serviço e pode tirar de 600 a 700 quilos. Mas considere-se que permaneceu inativo durante todo o período da enchente, de novembro a maio – sete meses em que a subsistência lhe acarreta um excesso superior ao duplo do que trouxe em víveres, ou seja, em números redondos, 1:500\$000 – admitindo-se ainda que não precise renovar uma só peça de ferramenta ou de roupa e que não teve a mais passageira enfermidade. [...].

[...].

Além disto o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão [...].

[...].

É natural que ao fim de alguns anos o freguês esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. (CUNHA, 1999e, p. 13-5, grifos do autor).

As censuras ao sistema comercial do aviamento são mais explícitas que as inscritas no artigo “Entre os seringais”, texto duramente desmerecido por Plácido de Castro, no relatório apresentado ao Ministro Augusto Tavares de Lira, no ano de 1907. O líder da Revolução Acreana é lacônico nas referências às informações que teriam sido adulteradas por Euclides da Cunha nas descrições dos costumes dos seringais amazônicos. As discussões a respeito do sistema de aviamento possivelmente sejam a principal razão do desconforto, já que os dois pensadores apresentam sobre o tema posicionamentos opostos. Segundo Plácido de Castro, é injusto atribuir aos proprietários dos seringais as extorsões das quais eram vítimas os trabalhadores:

Proprietario e seringueiro são realmente “indignamente explorados”, mas pelo Governo Federal que tão pesadamente taxa a exportação de seu producto e pelos commercios aviador e exportador de Manáos e do Pará, que impiedosamente sugam a ultima gotta de seu sangue!

[...]

O aviamento é feito a credito em casas commerciaes de Manáos e do Pará, e consiste quasi que exclusivamente, em estivas [...].

A mercadoria é vendida mais caro ao proprietario do Acre do que a outro qualquer e, além disto, é onerada de avultadas commissões, porque as casas aviadoras quasi sempre compram a terceiros, o que vai a pouco e pouco encarecendo cada vez mais o seu valor.

Para que V. EX^a ajuíze melhor dos elevados preços por que chegam as mercadorias do Acre, basta-nos dizer que reunidas todas as despesas, inclusive frete e seguro, ellas nos veem com um onus de 70% do seu valor no Pará. [...].

Considere-se ainda mais as deteriorações que as mercadorias soffrem, neste clima, dentro de pouco tempo; que os productos para o nosso consumo desembarcados na praça do Pará, com quem temos maiores relações commerciaes, são contra todos os dispositivos de lei, sobrecarregados de

pesados impostos interestaduais, tanto pela intendência como pelo estado, e facilmente se avaliará por que preço irão os proprietários vendê-los aos seringueiros. (CASTRO, 2005, p. 181-2).

Nascido em São Miguel, no Rio Grande do Sul, Plácido de Castro se muda para a Amazônia em 1899. Era o ano de início da Revolução Acreana. Em 1902, torna-se líder do movimento, e proclama o “Estado Independente do Acre” (*ibid.*, p. 29-32). Em 1904, inicia suas atividades no comércio e indústria extrativa da borracha, adquirindo o seringal Capatará e suas dependências, em sociedade com P. Braga & Cia. Entre os anos 1905 e 1906, compra o seringal Montevidéu. Em 1907, compra o seringal Bagaço (*ibid.*, p. 323-4). Desse modo, ainda que sejam confirmadas historicamente suas denúncias às vultosas taxas impostas pelo Governo Federal ao comércio da borracha na Amazônia, a tolerância dispensada aos proprietários dos barracões soa como um argumento em defesa de sua própria categoria profissional. Não se sabe se as notas fornecidas a Euclides da Cunha pelo herói da Revolução Acreana continham informações sobre as taxas federais cobradas dos seringais. De qualquer sorte, mesmo que as informações tivessem sido acessadas através das notas de Plácido de Castro ou de outro texto, compete ao autor, no processo de escrita, a seleção dos dados consultados. Nesse caso, quando ocorre a omissão e/ou exclusão de informações, é difícil precisar o limite que separa a expressão da subjetividade do autor daquilo que tem aparência de adulteração.

Em suas pesquisas sobre a servidão humana nos seringais amazônicos, Carlos Corrêa Teixeira separa em duas categorias os comerciantes envolvidos com a venda e transporte das mercadorias consumidas na floresta e/ou com a compra e venda da borracha. No primeiro grupo, estariam os aviadores de Manaus e/ou regatões⁸¹, com lucros efetivos nas negociações com os seringalistas. No segundo grupo, estariam os seringalistas, responsáveis pelo repasse dos produtos aos seringueiros, não havendo certezas quanto à ocorrência de lucros abusivos na venda dos produtos (TEIXEIRA, 2009, p. 129). A dúvida legítima as observações de Plácido de Castro quanto ao comércio aviador de Manaus. Porém, os argumentos apresentados pelo militar gaúcho são insuficientes para fundamentar a defesa dos proprietários dos barracões e tornar refutáveis as denúncias veiculadas no artigo “Entre os seringais”, já que inúmeros estudos atestam a existência de formas extremadas de exploração da mão de obra nos seringais da Amazônia. O próprio Carlos Teixeira destaca que os seringalistas dispunham de instrumentos “contábeis” que lhes permitiam alterar, de forma

⁸¹ O termo “regatão” é empregado para designar o comerciante aviador e a embarcação destinada a esse tipo de comércio (TEIXEIRA, 2009, p. 168).

arbitrária, os preços dos produtos consumidos pelos seringueiros, a fim de os manterem sempre endividados, ainda que o mercado da borracha estivesse experimentando situações econômicas favoráveis (TEIXEIRA, 2009, p. 155). Caso houvesse o desvio⁸², ato de vender borracha às escondidas do patrão, castigos corporais costumavam ser impingidos aos seringueiros. Quando ocorria a expulsão do seringal, normalmente o seringueiro necessitava vender tudo o que possuía para reparar a dívida contraída. Havendo algum sinal de resistência, o seringalista geralmente recorria à ação policial (*ibid.*, p. 155). Além desses, havia mecanismos mais eficazes para o controle dos sujeitos nos seringais. É enganoso pensar que a sustentação do seringal dependesse, sobretudo, da perseguição e dos castigos corporais. Se a violência estava enraizada na dinâmica de funcionamento do seringal, também era necessário evitar, tanto quanto possível, sua emergência nas relações entre patrões e fregueses. Para tanto, procurava-se difundir na comunidade a imagem de um patrão generoso, justo no peso dos produtos, auxiliador do homem doente, protetor da criança e do idoso, patrocinador de eventos sociais e religiosos, devoto fervoroso de santos venerados pelos seringueiros (*ibid.*, p. 179). Tratados como fregueses e sentindo-se amigos dos patrões, os seringueiros eram induzidos a acreditar na retidão das relações comerciais e de trabalho firmadas com os patrões. Nesse sentido, o comportamento amistoso dos patrões funciona como um mecanismo de mascaramento da sujeição dos seringueiros, seja como trabalhadores, pois não possuíam liberdade para vender sua força de trabalho, seja como produtores da borracha, já que era vedada sua livre participação no mercado.

No período áureo do cultivo da borracha, a opulência econômica de cidades como Belém e Manaus está diretamente relacionada à exploração e coerção dos trabalhadores nos seringais amazônicos. O tema não é abordado por Plácido de Castro no relatório apresentado ao Ministro da Justiça. Em certo sentido, justifica a exclusão a própria natureza do documento, destinado a prestar contas sobre episódios ocorridos durante o período em que atuou como prefeito interino no Acre, e chamar atenção para as medidas necessárias ao desenvolvimento e prosperidade do departamento administrado. Na condição de proprietário de seringais, não seria conveniente para o autor a exposição de dados que pudessem gerar suspeitas quanto à sua participação na história do Acre. Este detalhe acentua a parcialidade

⁸² Conforme Carlos Teixeira, o desvio é uma forma de insurgência dos seringueiros contra a dominação dos donos de seringais (TEIXEIRA, 2009, p. 163). A borracha subtraída dos seringalistas normalmente era vendida aos regatões no comércio clandestino, gerando intensos conflitos nas relações entre ambos (*ibid.*, p. 50). Além da venda clandestina da borracha, havia outras práticas caracterizadas como desvio: a venda de couro de animais, a falta ao trabalho sob o pretexto de doença e o acréscimo de determinados objetos à borracha no momento de sua fabricação, como estopa, carvão e pedaços de tronco de bananeira (*ibid.*, p. 163).

das acusações em desmerecimento dos artigos de Euclides da Cunha e Miguel Calmon, publicados, respectivamente, na revista *Kosmos* e no *Jornal do Commercio*.

Ademais, são pouco plausíveis as acusações de plágio imputadas a Euclides da Cunha, e frágeis as ressalvas a Miguel Calmon por tê-lo citado como autoridade no assunto. Ao que parece, o militar gaúcho pretende arrogar para si a paternidade de um tema, talvez em nome de sua longa permanência em terras amazônicas. A Euclides, porém, segundo Leopoldo Bernucci, o que interessa é “[...] apagar as marcas alheias, borrar os rastros e extirpar as origens [...]” (BERNUCCI, 1995, p. 55). Tenham sido ou não as notas de Plácido de Castro aglutinadas ao artigo “Entre os seringais”, o fenômeno é recorrente na escrita de Euclides da Cunha. Bernucci reconhece a legitimidade da prática no romance, por exemplo, numa poética orientada pelos ditames da modernidade. Mesmo em tempos passados, a ficção esteve livre para recorrer à paródia e aos empréstimos não autorizados no processo de representação de realidades. No discurso predominantemente científico, independente de época, é que a prática seria discutível, podendo acarretar graves consequências (*ibid.*, p. 56). Analisando, em *Os sertões*, a manipulação de dados históricos e científicos, o estudioso se atém ao modo como Euclides utiliza as informações de livros e jornais. Nos livros, ao glosar, por vezes o autor teria cometido descuidos na transcrição de trechos, “uma reordenação de frase aqui, uma mudança de vírgula acolá”, sendo “respeitado”, no geral, o texto consultado. “Violência” maior se processaria com o discurso jornalístico, chegando a desfigurar a produção de significados e a ferir os brios de missivistas e articulistas (*ibid.*, p. 55). Berthold Zilly chega a conclusões semelhantes, num texto em que discute as relações de Euclides da Cunha com os documentos consultados e/ou citados:

[...] Euclides deu às fontes um tratamento pouco apropriado, menos de historiador que de jornalista, quando muito de ensaísta, tendo sido leviano ou mesmo irresponsável algumas vezes, se pensarmos naquilo que afirma sobre as prédicas do Conselheiro, as quais comenta, obviamente sem tê-las lido⁸³,

⁸³ Em 1974, Ataliba Nogueira edita um manuscrito de prédicas e discursos de Antônio Conselheiro. O documento foi encontrado em Canudos, em 05 de outubro de 1897, por João de Souza Pondé, um estudante de medicina que serviu na campanha. Antes da folha de rosto, o texto apresenta duas anotações. A primeira é assinada por João Pondé, datada de março de 1898, com informações sobre as circunstâncias em que o encontrou em Canudos: “No dia 05 de outubro de 1897, em que as tropas legais sobre o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães assenhoreavam-se vitoriosa e decisivamente do arraial de Canudos, dando busca no lugar denominado Santuário em que morou o célebre Antônio Conselheiro, foi este livro encontrado, em uma velha caixa de madeira, por mim, que me achava como médico em comissão do governo estadual e que fiz parte da junta de peritos que no dia 6 exumou e reconheceu a identidade do cadáver do grande fanático. Submetido ao testemunho de muitos conselheiristas, este livro foi reconhecido ser o mesmo que, em vida, acompanhava nos últimos dias a Antônio Maciel – Conselheiro.” (NOGUEIRA, 1997, p. 61). A segunda anotação é da lavra de Afrânio Peixoto, declarando ter recebido o documento do amigo João Pondé, passando-o, posteriormente, ao escritor Euclides da Cunha: “Este livro foi-me oferecido pelo meu amigo e companheiro de

como se seguisse o lema tácito de certos críticos literários: “Não li, não gostei.” (ZILLY, 2000, p. 296).

Percebe-se no discurso dos dois últimos críticos uma tendência à averiguação de fontes e influências, algo passível de contestações nos estudos literários contemporâneos. Porém – e isso é o que importa acentuar no momento –, ambos avaliam o conteúdo histórico e científico de *Os sertões*, associando os erros e equívocos do autor a desvios em relação às normas metodológicas destas áreas do saber; e não – como já se tornou convenção na crítica euclidiana – ao talento literário, como se literariedade e falseamento do real fossem termos correspondentes. Em outro texto, Berthold Zilly declara que Euclides da Cunha se utiliza de recursos ficcionais para representar o sertão e a comunidade sertaneja. O crítico se posiciona a partir dessa perspectiva por entender que “[...] todo texto historiográfico, principalmente quando narrativo, tem elementos ficcionais [...]” (ZILLY, 2001, p. 38). Não se trata de negar a *Os sertões* a intenção historiográfica, tampouco de atribuir-lhe a configuração de narrativa ficcional: “[...] o livro mais famoso sobre a Guerra de Canudos é, ao mesmo tempo, uma fonte histórica e uma narrativa historiográfica, a mais importante até hoje, sobre esse evento, que influencia decisivamente a interpretação da guerra até os nossos dias.” (*ibid.*, p. 40-1). Porém, conforme acentua o estudioso alemão, não é tarefa do historiador narrar as coisas como se passaram⁸⁴: “[...] categorias alheias aos fatos pesquisados entram na organização dos dados históricos, na periodização e principalmente na descrição de cenas e na narração de eventos e biografias.” (*ibid.*, p. 38). Ou seja, por mais que *Os sertões* esteja baseado em documentos e vise à comprovação daquilo que afirma como verdadeiro, conforme esperado para um texto com vocação historiográfica, a seleção e organização dos acontecimentos dependem da subjetividade e perspectiva cognitiva do autor responsável pela feitura da narrativa, qualidades mais afeitas aos textos ficcionais.

estudos João de Sousa Pondé, que no 6º ano médico partiu para Canudos como cirurgião da expedição militar Artur Oscar (1897). Passo-o a Euclides da Cunha na esperança de lhe informar alguma nota dos seus miríficos “Sertões”. (NOGUEIRA, 1997, p. 62). Na oportunidade, Euclides estava às voltas com a nomeação para o Ginásio Pedro II, certamente angustiado com o drama familiar. Nessas circunstâncias, é provável que não tenha lido o documento, que apareceu num sebo alguns anos depois, sendo adquirido pelo poeta Aristeu Seixas (*ibid.*, p. 35-6). No entanto, conforme lembra Berthold Zilly, Euclides teve acesso a escritos de Antônio Conselheiro bem antes, quando ainda se encontrava em Canudos. Mesmo assim, optou por conceder aos documentos um papel reduzido em *Os sertões*: “É que os preconceitos contra Antônio Conselheiro foram tão fortes que Euclides simplesmente não achou necessário ler os manuscritos do próprio Conselheiro, personagem principal do seu relato histórico.” (ZILLY, 2001, p. 42).

⁸⁴ Berthold Zilly rompe com o modelo aristotélico de separação entre as atribuições de poetas e historiadores. Conforme Aristóteles, “[...] o poeta conta, em sua obra, não o que aconteceu e sim as coisas quais poderiam vir a acontecer, e que sejam possíveis tanto da perspectiva da verossimilhança como da necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem por escrever em verso ou prosa; caso as obras de Heródoto fossem postas em metros, não deixaria de ser história; a diferença é que um relata os acontecimentos que de fato sucederam, enquanto o outro fala das coisas que poderiam suceder.” (ARISTÓTELES, 1999, p. 47)

Ainda sobre o manejo de documentos pelo pesquisador Euclides da Cunha, não parece fortuito o posicionamento pouco cerimonioso assumido perante o discurso do outro. Antes mesmo da escrita de *Os sertões* e dos ensaios amazônicos, seus textos já anunciam reflexões críticas sobre o tema da originalidade, conforme se observa em “Estudos sobre higiene”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 04 de maio de 1897. No artigo, são feitas ressalvas ao modo como os “empréstimos aos mais variados autores” são manipulados num livro científico, de título análogo, escrito por Torquato Tapajós. Segundo Euclides, embora no texto sejam averbadas “observações notáveis”, há nele uma assimilação inadequada das vozes alheias, tornando-o “uma mistura de excertos”, uma “acumulação mecânica de citações e fragmentos”:

Longos e sucessivos empréstimos tornaram-no grande demais, multiplicando-lhe as páginas, para enquadrar perfeitamente o assunto, o que, certo, não aconteceria se o Sr. Dr. Tapajós, aproveitando-se dos ensinamentos dos mestres prediletos, não lhes pedisse, a todo instante, o próprio estilo.

[...]. Assim é que a sucessão das citações é tão vertiginosa às vezes, que a falta das aspas consagradas não nos permite saber aonde [*sic*] termina a colaboração do cientista e recomeça a responsabilidade literária do autor. (CUNHA, 1995d, p. 441).

Sendo difícil, nas ciências, a descoberta de uma “verdade nova”, caberia ao texto receptor empreender retomadas dos “ensinamentos promanados das mais diversas fontes”, apagando, porém, as marcas alheias, através da impressão de uma marca pessoal, de modo a tornar difícil discriminar, “[...] no aspecto geral do trabalho, o que pertence a cada um dos mestres consultados.” (*ibid.*, p. 440-1). Não estando a originalidade, nesse caso, atrelada à noção de novidade de conteúdo, torna-se bastante tênue a linha divisória entre a assimilação adequada do discurso alheio e a “acumulação mecânica de citações e fragmentos.” (*ibid.*, p. 440-1). Poderiam, então, parecer contraditórias – porque presentes no mesmo texto – a defesa da indistinção de textos e autores consultados, e a condenação da prática “vertiginosa” de citações, que não permitem “[...] saber aonde [*sic*] termina a colaboração do cientista e recomeça a responsabilidade literária do autor.” (*ibid.*, p. 441). É o próprio Euclides, porém, quem desfaz o engano. Na primeira situação, seria difícil discriminar, “no aspecto geral do trabalho, o que pertence a cada um dos mestres consultados”, porque os “empréstimos” viriam revestidos da “nota pessoal” – o que significa a subordinação a “outro método” científico, a partir do qual “novas deduções” poderiam surgir (*ibid.*, p. 440-1). Nesse caso, chegariam até ao visitador do texto do outro apenas os ensinamentos a serem transfigurados, que trariam

rastros da “colaboração do cientista”, mas não o “estilo” do autor consultado, porque já haveria outro, em substituição àquele, a cargo da “responsabilidade literária do autor”, no próprio instante da visitação ao discurso alheio. Na segunda situação, inexistindo a “nota pessoal” na assimilação do discurso do outro, não haveria como se chegar a “novas deduções” e, portanto, também não poderia haver “responsabilidade literária do autor”.

Euclides apreende a originalidade científica a partir de uma perspectiva capaz de garantir, nos empréstimos textuais, a preservação da subjetividade do autor que a estes recorre – ou da “nota pessoal”, como prefere denominar. Sendo assim, não seria temerária a hipótese de ser este o tom a marcar seus escritos. Embora não tenha feito qualquer menção ao artigo “Estudos sobre higiene”, Leandro Tocantins direciona este entendimento à produção de Euclides da Cunha, ao refutar a suspeita de plágio aventada por Plácido de Castro, em 1907: “O que Euclides praticou foi simplesmente dar um *cunho bastante pessoal* na descrição dos fatos que o impressionaram, ou àqueles que pediu a alguém, para registrá-los.” (TOCANTINS, 1992, p. 133, grifos meus). A opção de Euclides da Cunha pela subjetividade aparece sugerida no espaço textual de *Os sertões*, em “A terra”, antecedendo suas observações sobre o clima, a vegetação e o drama das secas no sertão baiano:

O que se segue são vãs *conjecturas*. Atravessamo-lo no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa *impressão* isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas *emoções* da guerra. (CUNHA, 2002a, p. 102, grifos meus).

A primeira parte do livro é considerada por vários estudiosos como uma espécie de índice narrativo dos capítulos das partes seguintes. Para Leopoldo Bernucci, trata-se de uma matriz geradora de núcleos narrativos, com uma incomum capacidade antecipadora para articular cenas e formular ideias a serem posteriormente desenvolvidas ou expandidas (BERNUCCI, 2002d, p. 16). Em “A terra”, conforme Roberto Ventura, a paisagem é vista como um cenário trágico, que antecipa de modo simbólico cenas narradas nas páginas finais. A imagem de cabeças-de-frade espalhados pela caatinga seria um prenúncio, inscrito na própria natureza, do destino trágico dos sertanejos (VENTURA, 2002b, p. 452). Nessa perspectiva, antes da imolação da primeira vítima, já se podia antever a degola, anunciada pelos cabeças-de-frade, com sua aparência “[...] singular de cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali, a esmo, numa desordem trágica.” (CUNHA, 2002a, p. 124). Walnice Nogueira Galvão também destaca, em *Os sertões*, a retomada de cenas, imagens e ideias previamente anunciadas, concentrando nos capítulos de “A luta” retornos às duas partes

iniciais, “[...] onde se encontram sistemas de metáforas que prefiguram aquilo que vai ser episódio de crônica da guerra.” (GALVÃO, 1994a, p. 626).

Aparece no final de “O homem”, a segunda parte do livro, um dos instantes mais expressivos dessa decisão de Euclides da Cunha para antecipar ou sugerir cenas e acontecimentos que seriam narrados posteriormente. Conforme o autor, ao partir de Canudos, após tentativa fracassada de persuadir os sertanejos a desertarem, o frei João Evangelista de Monte Marciano teria sacudido o pó das sandálias, “apelando para o *verdictum* tremendo da Justiça Divina”, como outrora os apóstolos quando mal recebidos nas cidades que visitavam:

E abalou, furtando-se a seguro pelos becos, acompanhado dos dois sócios de reveses...
Galga a estrada coleante, entre os declives da Favela.
Atinge o alto da montanha. Pára um momento...
Considera pela última vez o povoado, embaixo...
É invadido de súbita onda de tristeza. Equipara-se ao “Divino Mestre diante de Jerusalém”.
Mas amaldiçoou... (CUNHA, 2002a, p. 327).

“Mas amaldiçoou...” é a última frase antes do começo de “A luta”. A partir dela, conforme destaca Berthold Zilly, “[...] o leitor fica na expectativa da realização ou não dessa maldição. Pura técnica de suspense.” (ZILLY, 2001, p. 45). Euclides referencia o *Relatório* do frei João Evangelista de Monte Marciano, chegando a fazer um número significativo de transcrições literais (CUNHA, 2002a, p. 308, 342, 321-7). As oito páginas da edição fac-similada do documento, inserida num volume publicado pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, sinalizam que o testemunho do religioso é o texto de partida para a narração, em *Os sertões*, de sua saída do vilarejo de Canudos. O missionário registra que a missão, iniciada em 14 de maio de 1895, teria sido bem sucedida (MARCIANO, 1895, p. 7). É o que sugerem os resultados, também transcritos em *Os sertões*: “55 casamentos de amancebados, 102 batizados e mais de 400 confissões” (CUNHA, 2002a, p. 326). Conforme o religioso, a rejeição no quarto dia da missão teria sido desencadeada por uma pregação sobre a necessidade, de orientação bíblica⁸⁵, de obediência às autoridades instituídas:

[...] a missão correu em paz até o quarto dia, em que eu preguei sobre o dever da obediência á autoridade, e fiz ver que, sendo a Republica governo

⁸⁵ A pregação do missionário está inspirada provavelmente no capítulo 13 da “Epístola do apóstolo Paulo aos romanos”: Toda a alma esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. [...]. Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra. (ROMANOS 13: 1-2, 7).

constituído no Brasil, todos os cidadãos, inclusive os que tivessem convicções contrárias, deviam reconhecê-lo e respeitá-lo. Observ [sic] que neste sentido já se pronunciara o Summo Pontífice, recomendando a concordância dos católicos brasileiros com o poder civil; e conclui, declarando que se persistissem em desobedecer e hostilizar um governo que o povo brasileiro quasi na sua totalidade aceitara, não fizessem da religião pretexto ou capa de seus odios e caprichos, porque a igreja catholica não é nem será nunca solidaria com instrumentos de paixões e interesses particulares ou com perturbadores da ordem publica.

[...] e, como outr’ora os apóstolos ás portas das cidades que os repelliam, eu sacudia alli mesmo o pó das sandalias, e retirava-me annunciando-lhes que se a tempo não se abrissem os olhos á luz da verdade, sentiriam um dia o peso esmagador da Justiça Divina, á qual não escapam os que insultam os enviados do Senhor e desprezam os meios de salvação. [...].

[...] e, galgando a estrada, ao olhar pela ultima vez o povoado, condoido da sua triste situação, como o Divino Mestre diante de Jerusalém, eu senti um aperto n’alma e pareceo-me poder tambem dizer-lhe:

“Desconheceste os emissarios da verdade e da paz, repelliste a visita da salvação; mas ahi vêm tempos em que forças irresistíveis te sitiarão, braço poderoso te derrubará, e arrazando as tuas trincheiras, desarmando os teos esbirros, dissolverá a seita impostora e maligna que te reduzio a seo jugo, odioso e aviltante.” (MARCIANO, 1895, p. 6-7).

Em *Os sertões*, com base nas informações fornecidas pelo *Relatório*, Euclides faz referências às circunstâncias que motivaram a suspensão dos trabalhos religiosos, mas substitui as advertências do missionário pela expressão “Mas amaldiçoou...” (CUNHA, 2002a, p. 327). As reticências encerram a segunda parte da obra, instaurando na consciência do leitor expectativas para a terceira parte, na qual seriam narrados os infortúnios dos sertanejos em guerra. A dinâmica de retorno a ideias, imagens e cenas anteriormente evocadas é constante no discurso do autor. Em “A terra”, imediatamente antes das observações sobre o clima, a vegetação e o drama das secas no sertão baiano, Euclides anuncia que registraria “vãs conjecturas” (*ibid.*, p. 102). A declaração também antecede as duas partes seguintes – “O homem” e “A luta” –, permitindo ser apreendida como prenúncio do tratamento que nestas seria dispensado às peculiaridades da vida sertaneja, à liderança religiosa e política de Antonio Conselheiro e aos acontecimentos que culminaram na destruição da comunidade de Canudos.

Os termos “conjecturas”, “impressão” e “emoções” estão intimamente relacionados à expressão de uma subjetividade. Escolhidos pelo autor para referenciar sua produção escrita (*ibid.*, p. 102), sinalizam a concepção de verdade que norteia seu pensamento. Porém, dentre os comentaristas da obra euclidiana, há aqueles que optam pelo afastamento entre subjetividade e verdade, sempre a requererem do escritor fidelidade às fontes consultadas. A própria autoridade de *Os sertões* – considerado, durante anos, o texto

oficial sobre a história de Canudos – desencadeou nas vozes que se consideravam silenciadas o desejo de rompimento com o discurso que não as contemplava, tornando comuns as buscas pela identificação de empréstimos não autorizados e/ou de equívocos históricos e científicos. A movimentação é salutar, pois favorece a emergência de discursos dissonantes. Por outro lado, nessa ânsia de verdade e fidelidade, por vezes são realizadas leituras equivocadas sobre Euclides da Cunha e sua obra. É o que se nota, por exemplo, quando Gilberto Amado revela-se convencido de que Euclides da Cunha e Siqueira Meneses não se conheciam (AMADO, 1956, p. 180), apesar de as pesquisas históricas anunciarem o contrário.

Além de citado em *Os sertões*, Siqueira Meneses aparece no *Diário de uma expedição* e na *Caderneta de campo* como uma personalidade com quem Euclides da Cunha mantinha contato. Um dos encontros mencionados na *Caderneta de campo* ocorreu na localidade denominada Juá, no dia 14 de setembro de 1897, quando Euclides viajava de Monte Santo para o acampamento de Canudos: “[...] almoçávamos, quando chegaram o tte.-coronel chefe da comissão de engenheiros Siqueira de [sic] Meneses e o ajudante-tte. do estado-maior Alfredo do Nascimento.” (CUNHA, 2009b, p. 137). Certamente havia assuntos comuns a aproximarem Euclides da Cunha e Siqueira Meneses, já que eram engenheiros militares, republicanos entusiasmados, e homens cultos interessados no estudo das peculiaridades da vida nos sertões. Na *Caderneta de campo*, nos registros dos dias 19 e 20 de setembro de 1897, há indicações explícitas da convivência entre ambos: “À tarde saí com o tte.-coronel Siqueira em passeio pelos arredores. [...]. Obtive do tte.-cel. Meneses algumas informações sobre a vida do sertanejo.” (*ibid.*, p. 139-40). No documento, também estão transcritas algumas notas de Siqueira Meneses sobre temperatura e pressão atmosférica, com registros que vão do dia 01 de agosto até o dia 25 de setembro de 1897 (*apud* CUNHA, 2009b, p. 180-5). As notas foram utilizadas posteriormente em *Os sertões* nas leituras sobre o clima de Canudos. No *Diário de uma expedição*, numa reportagem escrita em Canudos no dia 28 de setembro de 1897⁸⁶, Euclides volta a se referir à temperatura, pressão e altitude em Canudos, e mais uma vez menciona o coronel Siqueira Meneses. O militar não aparece apenas como o autor de notas consultadas, mas como um estudioso ao lado do qual Euclides teria realizado pesquisas sobre o clima dos sertões, provavelmente a partir do dia 16 de setembro,

⁸⁶ A reportagem foi publicada em *O Estado de S. Paulo*, no dia 21 de outubro de 1897.

data de sua chegada a Canudos⁸⁷, mais de um mês após o início dos registros de Siqueira Meneses:

Para não perder tempo continuo, com o tenente-coronel Siqueira de Menezes [*sic*] – um tipo interessantíssimo e notável, ao qual mais longamente me referirei – a observar sistematicamente, hora por hora, a temperatura, a pressão e a altitude em Canudos. Faremos com todo o cuidado estas observações que são as primeiras realizadas nestas regiões e das quais se derivará a definição mais ou menos aproximada do clima destes sertões. (CUNHA, 2000a, p. 197).

Na reportagem, Euclides também menciona um passeio feito na cidadela, acompanhado do coronel Siqueira Meneses: “[...] em companhia dos generais Artur Oscar, Carlos Eugênio, tenente-coronel Menezes [*sic*] e outros oficiais segui para uma excursão atraentíssima – um passeio dentro de Canudos!” (*ibid.*, p. 200).

Por serem de autoria de Euclides da Cunha, as alusões a Siqueira Meneses registradas no *Diário de uma expedição* e na *Caderneta de campo* podem se tornar alvo de questionamentos aos que julgarem dignas de crédito as palavras de Gilberto Amado: “Nunca me viu! Tudo mentira! Não passou por lá! Nunca o vi! Ninguém o viu!” [...]. “Nunca foi lá... Nunca se perdeu por aquelas bandas. Nunca me viu... Nunca o viram.” (AMADO, 1956, p. 177-9). Porém, se forem consultados os jornais da época, concorrentes de *O Estado de S. Paulo* na cobertura da Guerra de Canudos, são muitos os testemunhos dos que afirmam ter visto Euclides da Cunha.

Numa correspondência datada de 08 de setembro de 1897, e publicada em *A Notícia*, do Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 do mesmo mês, Alfredo Silva menciona um “delicioso passeio” até à igreja de Santa Cruz, em Monte Santo, feito em companhia do “distinto correspondente do *Estado de S. [sic] Paulo*, Dr. Euclides da Cunha [...]” (SILVA, 1994, p. 423). O passeio teria ocorrido na data da escrita da correspondência: “Fui hoje até à Igreja de Santa Cruz, depois de subir a pedregosa e íngreme ladeira.” (*ibid.*, p. 423). O jornalista faz comentários acerca das vestimentas com as quais Euclides chegara a Monte Santo, considerando-as inadequadas ao clima da região: “Dos nossos vestuários incontestavelmente destacava-se o do distinto colega que, chegado ainda anteontem, se apresentou de vistosas botas de verniz, calça branca, camisa de fina seda e chapéu de fina palha.” (*ibid.*, p. 423-4). Ao mencionar o termo “anteontem”, Alfredo Silva acaba fornecendo

⁸⁷ A data aparece registrada na *Caderneta de campo*, numa descrição detalhada de Euclides da Cunha sobre sua viagem aos sertões baianos (CUNHA, 2009b, p. 134-8). A crítica euclidiana tende a aceitá-la como legítima (VENTURA, 2002a, p. 54; VILLA, 2002, p. 30).

ao leitor a informação de que 06 de setembro de 1897 é o dia da chegada de Euclides a Monte Santo, data confirmada pelos historiadores. Também é do correspondente a notícia de que Euclides levava aos sertões uma câmera portátil com a qual teria fotografado alguns pontos de Monte Santo: “Durante a nossa ascensão o Dr. Euclides da Cunha conseguiu obter por meio de portátil máquina fotográfica alguns pontos de Monte Santo, enorme pedreira que o colega supunha de granito e verificou ser de quartzito puro.” (SILVA, 1994, p. 424). Na correspondência publicada em *A Notícia* nos dias 21 e 22 de setembro de 1897, Alfredo Silva mais uma vez faz referências ao colega de *O Estado de S. Paulo*, declarando ter testemunhado seu interesse pelo estudo da flora e da fauna sertanejas⁸⁸:

Foi ontem dia de festa. Reunimo-nos em Salgado, em casa do velho Francisco Martins de Andrade, que muito serviço prestou à comissão encarregada de estabelecer o telégrafo.

Dessa magnífica reunião fizeram parte os Srs. Drs. Euclides da Cunha [...].
[...].

A situação em que nos achávamos não permitiu o vinho, líquido quase desconhecido em meio do sertão e que é substituído profusamente pela aguardente.

Mas, como quem não tem cão caça com gato, o produto da cana foi o veículo para os brindes, quatro apenas, sendo o primeiro à *Notícia*, levantado pelo Sr. Dr. Domingos Leite, o segundo ao nosso benemérito hóspede [*sic*], lembrança do Sr. Dr. Euclides da Cunha, o terceiro e o quarto meus, um ao ilustre Dr. Domingos Leite e o outro ao Paganel de nossa viagem de instrução, Dr. Euclides da Cunha.

Verdadeiro Paganel que nos obrigou a viajar quatro horas para fazer légua e meia, parando para examinar a flora e a fauna e que não podia resistir a grandes explicações científicas, todas as vezes que encontrava uma pedra, uma flor, um fruto ou um pássaro.

E o caso é que devo ao distintíssimo engenheiro o meu cabedal de geologia. (*ibid.*, p. 427).

Na Bahia, muitas reportagens escritas à época também confirmam as visitas de Euclides da Cunha ao estado. O escritor não apenas esteve na capital, onde fez visitas às redações dos principais jornais, como também em Canudos, tendo sido visto por inúmeras pessoas (SILVA, 1997a, p. 129-31). Em 08 de agosto de 1897, *A Bahia* informa: “Tivemos hontem o prazer de cumprimentar ao sr. dr. Euclides Cunha, nosso distinto collega do *Estado de S Paulo* [*sic*], o qual seguiu para os Canudos, fazendo parte do estado-maior do sr. ministro da guerra.” (DR. EUCLYDES..., 1897, p. 2). A notícia também está registrada no *Diário da Bahia*, da mesma data: “Tivemos ontem a satisfação de receber nesta redação a visita do Sr. Euclides da Cunha, engenheiro militar chegado ontem a bordo do *Espírito Santo*,

⁸⁸ A correspondência foi escrita em Monte Santo, em 12 de setembro de 1897.

em companhia do ministro da Guerra, de cujo estado maior faz parte [...].” (*apud*⁸⁹ SILVA, 1997a, p. 129, grifos do autor). Na edição do dia 31 de agosto de 1897, o *Diário da Bahia* volta a falar sobre Euclides da Cunha, informando ao leitor que eram quase cotidianas suas visitas à redação do jornal, durante o período em que esteve em Salvador:

Durante sua estada entre nós o hábil escritor deu-nos a satisfação de visitar-nos quase cotidianamente, permitindo assim que admirássemos de perto seu belíssimo talento e profundidade de conhecimentos, um modo especial de encarar as coisas, revelador de grande critério e não menor espírito de observação. (*ibid.*, p. 130).

As pesquisas de José Calasans da Silva nos jornais da Bahia veiculados no período compreendido entre agosto e outubro de 1897 desautorizam a hipótese aventada pelo crítico Gilberto Amado de que Siqueira Meneses não teria sido visto por Euclides da Cunha. O historiador relata ainda ter ouvido do engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha, integrante da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, a informação de que, num encontro ocorrido no dia 30 de dezembro de 1904, “[...] Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes [*sic*] estiveram conversando, longamente, na maior cordialidade, defronte do teatro de Manaus.” (SILVA, 1997b, p. 126). Meses antes, numa carta a José Veríssimo datada de 24 de junho, quando ainda pleiteava ser enviado à Amazônia, Euclides se refere a Siqueira Meneses como um amigo. Embora admitindo ter havido certo mal-estar entre eles, provavelmente gerado pelos ataques registrados em *Os sertões* contra o Exército, já que o militar se configurava como um de seus principais representantes, o autor acentua: “Não há temer-se a oposição de um espectro, o Exército, por causa dos *Sertões* [*sic*]. Tenho lá, mesmo naqueles lugares, amigos – bastando citar o nome de Siqueira de Menezes [*sic*]. Além disto, o rancor despertado pelo livro vai muito atenuado...” (CUNHA, 1997, p. 208).

Das duas cartas de Siqueira Meneses⁹⁰ publicadas em *O País*, sob o pseudônimo de *Hoche*, e incorporadas ao discurso de *Os sertões*⁹¹, apenas parte de uma delas aparece

⁸⁹ São importantes para esta tese as referências a Euclides da Cunha nas publicações do *Diário da Bahia* dos meses de agosto e outubro de 1897. A Biblioteca Nacional, o Centro de Estudos Baianos e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia não possuem cópia desses documentos. Há cópia na Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Porém, o material não permite consulta, pois está bastante deteriorado, chegando a se desintegrar nas mãos dos pesquisadores. Por essa razão, as referidas publicações aparecem citadas através do texto “Euclides da Cunha nos jornais da Bahia”, do conceituado historiador José Calasans Brandão da Silva (SILVA, 1997a).

⁹⁰ Por serem extensas, as cartas foram subdivididas para serem publicadas. A primeira, datada de 21 de agosto de 1897, foi publicada nos dias 08 e 09 de setembro. A segunda, datada de 1º de setembro, foi publicada nos dias 21, 22, 23, 24, 25 e 26 do mesmo mês (MENESES, 1994, p. 457-95).

⁹¹ Segundo José Calasans da Silva, além das cartas publicadas em *O País*, há outro texto de Siqueira Meneses, não referido por Euclides da Cunha, que teria sido uma das fontes de *Os sertões*. Euclides teria acessado o documento através do próprio Siqueira Meneses, ou através da leitura da publicação oficial. Trata-se de um

citada no livro: a publicação do dia 09 de setembro de 1897. Sendo assim, pode-se conjecturar ser essa uma possível explicação para o aborrecimento do general, ao ouvir de Gilberto Amado alusões a Euclides da Cunha. Além disso, talvez a própria publicação de *Os sertões* tenha sido a causa da irritação, já que o militar idealizara um projeto de trabalho análogo, conforme anunciado na coluna “Canudos” do *Jornal de Notícias*⁹² de 27 de outubro de 1897:

Consta que o dr. Siqueira de Menezes [*sic*] deseja publicar um estudo sobre o ponto de vista militar, político, social e religioso do grupo conselheirista. Compreende também uma apreciação detida e imparcial das observações que fez sobre o original, o *sympathico typo* brasileiro do vaqueiro ou sertanejo. Este trabalho foi mostrado ao inteligente dr. Euclides da Cunha. Sabemos também que o illustre official vae remetter a *O Paiz* alguns autographos de cartas e poesias, que dão em synthese o modo de pensar e sentir do singular agrupamento e por falta de meios de transporte, apenas pequenos e incompletos espécimens mineralógicos da zona de Canudos. (CANUDOS..., 1897, p. 2).

Num cotejo entre *Os sertões* e os textos de Siqueira Meneses publicados em *O País*, facilmente se nota a coincidência de informações, mas não de linguagem. Seria leviano discorrer sobre o que teria sido o livro desejado por Siqueira Meneses, mesmo sendo um homem notadamente culto e de linguagem elaborada, conforme possibilitam inferir seus escritos (MENESES, 1994, p. 457-95). Também não seria lícito acusar Euclides da usurpação de um projeto alheio. Antes do anúncio do projeto do militar, os jornais já haviam noticiado que o correspondente de *O Estado de S. Paulo* tinha por missão escrever um livro. Em 23 de outubro de 1897, o *Jornal do Commercio* menciona a obra que seria escrita, e publica o esboço de suas duas primeiras partes – “A natureza⁹³” e “O homem” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1994, p. 339-40). Na ocasião, o texto era denominado *A nossa Vendeia*, numa retomada do título dos dois artigos publicados em *O Estado de S. Paulo*, nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897, nos quais o autor compara a rebelião sertaneja com a sublevação religioso-monarquista deflagrada na França, na região da Vendeia, de 1793 a 1795.

Euclides chega à Bahia em 07 de agosto de 1897. No dia seguinte, a imprensa local começa a fazer referências ao livro que o autor escreveria. As características elencadas

documento apresentado ao general Artur Oscar de Andrade Guimarães, em 17 de setembro de 1897. No texto, ainda conforme o historiador, Siqueira Meneses fornece informações sobre a abertura da nova estrada do Calumbi, que fora feita com o objetivo de facilitar o cerco de Canudos. O trabalho foi publicado em 1898, no Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra, sob o título *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de divisão João Thomaz Cantuária, Ministro do Estado dos Negócios da Guerra em maio de 1898* (SILVA, 1971, p. 40 e 43).

⁹² Documento acessado através dos arquivos de Leopoldo Bernucci.

⁹³ Com a alteração do nome do livro para *Os sertões*, a primeira parte recebeu a denominação de “A terra”.

pelos jornais são bastante próximas das atribuídas ao estudo idealizado por Siqueira Meneses, na reportagem veiculada pelo *Jornal de Notícias*, no dia 27 de outubro. O *Diário da Bahia* de 08 de agosto destaca: “[...] Dr. Euclides da Cunha vem incumbido pelo *Estado de São Paulo* [sic] de estudar as condições geológicas do terreno de Canudos e escrever um livro sobre a atual guerra em que naquela localidade se empenha o exército nacional contra o fanatismo.” (apud SILVA, 1997a, p. 129-30). *A Bahia*, da mesma data, anuncia:

Pretende esse nosso illustre collega estudar a região de Canudos sob o *ponto de vista militar e científico*.

Para levar avante tal projecto, não hesitou em abandonar a importante comissão que, como engenheiro militar, exercia em S. Paulo.

Agradecemos-lhe a gentileza da visita com que nos distinguiu. (DR. EUCLYDES..., 1897, p. 2).

Em 17 de outubro, O *Diário da Bahia* associa ao livro que seria escrito os estudos geológicos e étnicos realizados em Canudos por Euclides da Cunha:

A bordo do vapor nacional *Brasil* seguiu ontem para o Rio de Janeiro, de onde partirá para São Paulo, o ilustre jornalista Sr. Euclides da Cunha, que viera a este Estado, em comissão do *Estado de São Paulo* [sic], de que é emérito redator. Tendo partido em companhia do Sr. Ministro da Guerra para Canudos, onde esteve desde 17 de setembro até 3 de outubro, pôde assistir aos grandes combates de 24 daquele mês e 1º de outubro, conseguindo fazer os estudos que precisava para o livro que a respeito da guerra de Canudos, condições étnicas e geológicas daquele lugar vai escrever. (apud SILVA, 1997a, p. 130).

As referências a Euclides da Cunha nos jornais baianos fazem lembrar o colaborador de *O País*, seja pelo interesse dispensado a pequenas amostras mineralógicas de Canudos, seja pelo desejo de publicar um estudo sobre o grupo conselherista, com enfoque em questões étnicas, militares, políticas, sociais e religiosas. Porém, apesar do acesso às informações veiculadas nas cartas de Siqueira Meneses publicadas no mês de setembro de 1897, muitas delas incorporadas ao discurso de *Os sertões*, seria imprudente atribuir ao contato com esses textos o interesse do autor pela terra e pelo homem sertanejos e a predisposição para realizar sobre Canudos um estudo “sob o ponto de vista militar e científico”. O correspondente de guerra de *O Estado de S. Paulo*, um bacharel em matemática e ciências físicas e naturais, chega à Bahia acompanhando o Ministro da Guerra, o marechal Bittencourt, na condição de adido militar. O cargo lhe possibilita o contato com autoridades

militares e o acesso a informações restritas, importantes para a escrita das reportagens e telegramas, utilizados posteriormente na escrita do livro.

O conflito no sertão baiano se inicia em 1893, cem anos depois de deflagrada na França a sublevação da Vendéia. A coincidência torna comuns na comunidade letrada brasileira as comparações entre os dois movimentos. Mesmo antes de Canudos, havia no país a tendência de ser interpretada como insurreição monarquista qualquer manifestação contrária ao regime republicano. É este o entendimento que Euclides da Cunha dispensa a opositores do governo Floriano Peixoto, numa crônica publicada na sessão “Dia a Dia” do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 06 de abril de 1892:

A República brasileira tem também a sua Vendéia perigosa. Não fazemos, nesta aproximação histórica, a injustiça de compararmos em tudo, aos perturbadores de hoje os rudes bretões, que se fizeram os últimos cavalheiros da velha monarquia derruída, enquanto abrigava-se no estrangeiro, acobardada, a aristocracia francesa. (CUNHA, 1995e, p. 656).

Conforme o autor, as semelhanças estariam na maneira pela qual os vendeanos e os rebeldes brasileiros perturbavam o início da República. Todavia, enquanto os primeiros eram “rebelados e ousados”, unidos pelo “liame indestrutível de um sentimento comum”; os segundos eram simples perturbadores da ordem, sem propósito definido, motivados apenas pela “determinação de atirar por terra tudo o que [estivesse] feito” (*ibid.*, p. 656). Como na Vendéia, a República os venceria, “[...] com uma diferença fundamental porém – a glória do republicanismo francês foi verdadeiramente brilhante, graças à própria grandeza dos vencidos...” (*ibid.*, p. 656-7). Nos dois artigos de Euclides da Cunha publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* nos meses de março e julho de 1897, a insurreição da Vendéia reaparece como correlato histórico para a elaboração de uma leitura sobre a terra, a luta e o homem sertanejos. No primeiro deles, o autor imprime aos sertanejos a heroicidade negada aos rebeldes referidos na crônica de 1892:

Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império. A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se. O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados. A justeza do paralelo estende-se aos próprios reveses sofridos. A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia – heróis

intangíveis que se escoando céleres através das charnecas prendiam as forças republicanas em inextrincável rede de ciladas...

[...]

Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova. (CUNHA, 2000b, p. 51-2).

Em 1874, com o romance histórico *Noventa e três*, Victor Hugo interpreta o drama da Vendaia, sob o ponto de vista da paisagem, do homem e da luta. A organização discursiva é semelhante à utilizada por Euclides da Cunha na escrita de *Os sertões*. Em 1863, Hippolyte Taine⁹⁴ publica *História da literatura inglesa*. Os postulados desenvolvidos no livro orientam Euclides na organização de *Os sertões* em “A terra”, “O homem” e “A luta”. O diálogo é evidente no que tange ao princípio de interpretação histórica baseado nos três níveis da realidade: a raça, o meio e o momento. Ancorado nesse esquema geral, na primeira parte da obra, Euclides aborda aspectos relacionados à geologia brasileira e à geografia dos sertões baianos, incluindo estudos sobre o clima do semiárido, a vegetação da caatinga e o drama das secas que assolam a região. Na segunda parte, são feitas considerações sobre as origens do homem americano, a problemática da mestiçagem, as peculiaridades da vida sertaneja e a liderança religiosa e política de Antonio Conselheiro. Na última parte, são analisados os acontecimentos que resultaram na destruição de Canudos, como confluência de fatores naturais, étnicos e históricos. A inter-relação entre a terra, o homem e o conflito sertanejos aparece prefigurada no esboço das duas primeiras partes da obra, publicado pelo *Jornal do Commercio*, em 23 de outubro de 1897.

O modelo discursivo também norteia os artigos “A nossa Vendaia”, publicados meses antes em *O Estado de S. Paulo*. No artigo de 14 de março, o escritor associa as ações do sertanejo ao meio físico da região, prenunciando a orientação determinista que seria marcante no livro:

Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam.

⁹⁴ Hippolyte Taine é um dos autores preferidos de Euclides da Cunha. Conforme Juan Andrade, dentre os livros arrolados no inventário do autor, encontram-se as seguintes obras taineanas: *Ensaio sobre Tito Lívio*, de 1860; *O positivismo inglês: estudo sobre Stuart Mill*, de 1878; *Novos ensaios de crítica e de história*, de 1880; *As origens da França contemporânea: o antigo regime*, de 1878; *As origens da França contemporânea: a revolução*, de 1878; e *As origens da França contemporânea: o regime moderno*, de 1891. Existe a possibilidade de que o livro *Páginas escolhidas*, elencado no inventário, também seja da lavra de Hippolyte Taine. A dúvida se justifica porque Heinrich Heine possui uma obra de título análogo, que também poderia ter sido adquirida por Euclides da Cunha (ANDRADE, J. C. P., 2009).

O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título desse artigo. (CUNHA, 2000b, p. 50-1).

A análise do meio ambiente envolve estudos sobre a geologia, o relevo, o clima, a estiagem e a vegetação. No artigo de 17 de julho, ressurgem as observações sobre o tema. A natureza aparenta ser um elemento partícipe da luta, sempre pronta para proteger e auxiliar os sertanejos, não apenas lhes facilitando a fuga num meio físico impenetrável aos estranhos, como também compensando as deficiências de armamento:

[...] o *jagunço*⁹⁵ traiçoeiro e ousado, [...], zombando dos espinhos que não lhe rasgam sequer a vestimenta rústica, vingando célere como um acrobata as mais altas árvores, destramando, destro, o emaranhado dos cipoais. Não há persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto –.

[...].

[...] não lhes falta nunca a munição para os bacamartes grosseiros ou para as rudes espingardas de pederneira. A natureza que lhes alevantou trincheiras na movimentação irregular do solo – estranhos baluartes para cuja expugnação Vauban não traçou regras – fornece-lhes ainda a carga para as armas: as cavernas numerosas que se abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitos dos córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas. (CUNHA, 2000c, p. 57-9, grifo do autor).

Victor Hugo e Hippolyte Taine são escritores cujas obras orientaram Euclides da Cunha na elaboração de uma narrativa sobre o conflito sertanejo, envolvendo questões naturais, étnicas e históricas. Amplamente conhecidos pela intelectualidade brasileira do período, é provável ambos terem sido lidos por Siqueira Meneses e outros autores que escreveram sobre a Campanha de Canudos. Diversas obras foram publicadas na época, sob a orientação de projetos semelhantes ao noticiado pelo *Jornal de Notícias* de 27 de outubro de 1897, tornando ainda mais incoerente o destempero de Siqueira Meneses na declaração ao crítico sergipano, se de fato estiver relacionado ao lançamento do livro do escritor fluminense.

Antes de *Os sertões*, os eventos de Canudos já haviam despertado interesse nos letrados e não letrados do Brasil, suscitando a publicação de muitos textos, mais do que qualquer outro acontecimento semelhante ocorrido na história do país até aquele momento. Conforme assinala Berthold Zilly, Euclides foi um dos últimos autores da época a escrever

⁹⁵ O grifo no vocábulo “jagunço” condiz com o estranhamento do narrador em suas primeiras impressões sobre os sertanejos. Posteriormente, em *Os sertões*, o termo aparece sem o grifo, sinalizando uma mudança de perspectiva, quando o narrador reconhece os soldados republicanos como protagonistas da barbárie.

um livro sobre a Guerra de Canudos e uma de suas últimas testemunhas oculares. Quase todas as informações factuais e muitas das avaliações e reflexões presentes em *Os sertões* estão também em outros autores. Sem o receio de exageros, pode-se afirmar que seria possível aos leitores interessados no assunto saberem o mesmo que sabem hoje sobre Canudos, praticamente não havendo prejuízos quanto aos fatos apresentados, mesmo sem a existência de *Os sertões* (ZILLY, 2000, p. 296). Ademais, se muitos são os empréstimos de Euclides aos mais variados autores, também estes muitas vezes fizeram suas visitas à produção daquele. Dentre os contemporâneos de Euclides da Cunha, talvez seja Afonso Arinos o exemplo mais representativo dessa dinâmica, estejam os dois autores consultando ou não um texto comum.

Em 1897, Afonso Arinos atuava como diretor de redação do jornal monarquista *Comércio de São Paulo*. No dia 09 de outubro do mesmo ano, o periódico publica seu primeiro texto sobre a guerra nos sertões baianos – o editorial intitulado “Campanha de Canudos (o epílogo da guerra)”. No ano seguinte, o autor lança o romance *Os jagunços*. A publicação foi antecedida por uma versão folhetinesca, estampada nas páginas do *Comércio de São Paulo*, entre os dias 24 de outubro de 1897 e 01 de abril de 1898. Considerando-se essas datas, pode-se imaginar não haver em Afonso Arinos retomadas de *Os sertões*, já que foi lançado em dezembro de 1902. Porém, antes da publicação do editorial de Arinos e da versão seriada de *Os jagunços*, Euclides publicara, em 14 de março e 17 de julho de 1897, os dois artigos “A nossa Venda”, e redigira todos os textos advindos de sua atuação enquanto enviado especial do jornal *O Estado de S. Paulo*. Embora publicada apenas no dia 25 de outubro – devido à irregularidade com que geralmente os textos chegavam pelos correios à redação dos jornais –, a última correspondência do autor foi escrita em Canudos, no dia 01 de outubro de 1897. Euclides da Cunha e Afonso Arinos são dois intelectuais coetâneos, que mantinham contato entre si, conforme demonstra a correspondência ativa do primeiro autor⁹⁶, e com notório interesse pela insurreição nos sertões baianos, conforme sinalizam os textos de ambos na imprensa. Portanto, são grandes as probabilidades de que fossem leitores um do outro. Leopoldo Bernucci sugere haver entre os dois autores uma “imitação textual mútua”, um complexo “processo de retroalimentação”, que possibilita a transformação do material imitado (BERNUCCI, 1995, p. 65, 71-2). Não se trata apenas de empréstimos de Euclides a Arinos, ou de empréstimos deste àquele. Há momentos em que Euclides se apropria de

⁹⁶ Na *Correspondência de Euclides da Cunha* organizada por Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti, constam 04 cartas endereçadas a Afonso Arinos. A primeira foi escrita em São José do Rio Pardo, datada de 05 de dezembro de 1898, quando Euclides se encontrava envolvido com os trabalhos de reconstrução da ponte que desabara; a segunda, escrita em Lorena, datada de 10 de setembro de 1903, quando o autor se empenhava para conquistar uma vaga na Academia Brasileira de Letras; a terceira, escrita em Manaus, datada de 12 de janeiro de 1905; e a quarta, escrita no Rio de Janeiro, datada de 17 de julho de 1906.

informações do texto de Arinos, elaboradas a partir de dados retomados de sua própria produção. Há também momentos nos quais Arinos é quem retoma em Euclides – transformadas – suas próprias informações. Referindo-se ao mesmo fenômeno, Walnice Nogueira Galvão destaca haver trechos, episódios e imagens que estão em *Os jagunços* da forma como anteriormente estiveram nas reportagens que compõem o *Diário de uma expedição*; assim como também há trechos, episódios e imagens que estão em *Os sertões* tal como apareceram anteriormente em *Os jagunços*, e que não estão nas reportagens publicadas no *Diário de uma expedição* (GALVÃO, 1976, p. 77).

O intertexto entre Euclides e Arinos é uma das muitas evidências de que *Os sertões* jamais foi empecilho para a elaboração de qualquer discurso sobre o conflito no interior baiano. Ademais, houve tempo e oportunidade suficientes para publicarem suas obras os autores que porventura desejassem escrever sobre Canudos, uma vez que o livro de Euclides da Cunha foi lançado num momento em que o tema já era datado, conforme alerta o próprio autor, em “Nota preliminar”: “[...] este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a sua atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.” (CUNHA, 2002b, p. 65). Por outro lado, enquanto *Os sertões* experimentou a consagração desde o lançamento, tendo sido avaliado de forma favorável pelos críticos mais importantes da época, os textos coetâneos tiveram pouco destaque, e foram praticamente esquecidos ao longo do tempo. Desse modo, caso mantida em Siqueira Meneses a intenção de escrever sobre a Guerra de Canudos mesmo após o lançamento de *Os sertões* – hipótese plausível, já que o tema, bastante retomado na época, continua a despertar interesse na atualidade –, é possível que o prestígio do livro o tenha feito declinar da proposta, a fim de que ele, o *importante coronel*⁹⁷, não fosse confrontado pelas leituras do *simples adido militar*, que denunciara a barbárie cometida em Canudos pelo Exército republicano, incluindo-o, portanto, dentre os algozes da referida comunidade.

Num texto em que destaca a inconsistência das afirmações de Gilberto Amado ao reproduzir aquelas que teriam sido as palavras de Siqueira Meneses a respeito de Euclides da Cunha, o historiador José Calasans da Silva chama a atenção para as traições da memória na pesquisa histórica, e lança um questionamento: “Teria mesmo Siqueira de Menezes [*sic*] declarado que Euclides da Cunha nunca esteve em Canudos?” (SILVA, 1997b, p. 124). A

⁹⁷ Siqueira Meneses atuou em Canudos exercendo o posto de coronel. Conforme José Calasans, em 1904, antes da viagem de Euclides da Cunha à Amazônia, Siqueira Meneses ocupava o cargo de prefeito do Alto Purus, no Acre, já condecorado com a patente de general (SILVA, 1997b, p. 125).

inquietação procede porque, de fato, a suposta agressividade de Siqueira Meneses contrasta com a descrição elogiosa que lhe confere Euclides da Cunha em *Os sertões*:

Ninguém até então compreendera com igual lucidez a natureza da campanha ou era mais bem aparelhado para ela. Firme educação teórica e espírito observador tornavam-no guia exclusivo daqueles milhares de homens, tateantes em região desconhecida e bárbara. Percorrera-a quase só, acompanhado de um ou dois ajudantes, em todos os sentidos. Conhecia-a toda; e infatigável, alheio a temores, aquele campeador, que se formara fora da vida dos quartéis, surpreendia os combatentes mais rudes. Largava pelas chapadas amplas, perdia-se no deserto referto de emboscadas, observando, estudando e muitas vezes lutando. Cavalgando animais estropiados, inaptos a um meio galope frouxo, afundava nos grotões; varava-os; galgava os cerros abruptos, em reconhecimentos perigosos; e surgia no Caipã, em Calumbi e no Cambaio, em toda a parte, mais preocupado com a carreira de notas e os croquis ligeiros do que com a vida.

Atraía-o aquela natureza original. A sua flora estranha, o seu fâcies topográfico atormentado, a sua estrutura geognóstica ainda não estudada – antolhavam-se-lhe, largamente expandidas, em torno, escritas numa página revolta da terra que ainda ninguém lera. E o expedicionário destemeroso fazia-se, não raro, o pensador contemplativo. Um pedaço de rocha, o cálice de uma flor ou um acidente de solo, despeavam-no das preocupações da guerra, levando-o à região remansada da ciência.

Conheciam-no os vaqueiros amigos das cercanias e por fim os próprios jagunços. Assombrava-os aquele homem frágil, de fisionomia nazarena, que, apontando em toda a parte com uma carabina à bandoleira e um podômetro preso à bota, lhes desafiava a astúcia e não tremia ante as emboscadas e não errava a leitura da bússola portátil entre os estampidos dos bacamartes.

[...]. O tenente-coronel Meneses era o olhar da expedição. Oriundo de família sertaneja do Norte e tendo até próximos colaterais entre os fanáticos, em Canudos, aquele jagunço alourado, de aspecto frágil, física e moralmente brunido pela cultura moderna, a um tempo impávido e atilado – era a melhor garantia de uma marcha segura. (CUNHA, 2002a, p. 521-2).

Euclides aparenta falar de si mesmo, ao atribuir a Siqueira Meneses “firme educação teórica”, “espírito observador” e encantamento por uma região supostamente desconhecida. O interesse do militar por “um pedaço de rocha” também parece bem próximo daquele notado no escritor fluminense, já que levou de Canudos para São Paulo “um saco... de pedras, destinadas a exame cuidadoso...” (ANDRADE, O. S., 2009, p. 43). Elaborado em linguagem é o Siqueira Meneses apresentado ao leitor em *Os sertões*, assim como também aqueles que aparecem em todas as outras leituras e interpretações elaboradas por outros autores em contextos diversos. É impossível ao leitor o acesso ao homem real que esteve em Canudos e às intenções de Euclides em tão singular descrição. O que se pode fazer é cotejar perfis traçados por autores distintos em busca de características afins ou destoantes, no intuito de acentuar ou rejeitar a credibilidade de determinados relatos.

No início dos anos 1950, por temor de que se perdessem as velhas histórias de guerra ouvidas desde criança, Denizar Villela incentiva o pai, o brigadeiro Marcos Evangelista da Costa Villela Júnior, a registrá-las em papel (CAVALIERI, 1997, p. 21). Em 1951, aos 76 anos, o ex-combatente da quarta expedição anota em tom de diário suas lembranças dos tempos de jovem sargento no campo de batalha em Canudos, 54 anos após o ocorrido (*ibid.*, p. 15). Em 1986, Ruth Villela Cavalieri recebe do filho do militar, para publicação póstuma, o manuscrito escrito a lápis em papel almaço, já amarelado e manchado pelo tempo (*ibid.*, p. 21). Em 1988, o livro finalmente é disponibilizado ao público. Sem qualquer veiledade de pesquisador nas intenções do memorialista, não há referências a Euclides da Cunha ou a outros contadores e historiadores da guerra. No entanto, conforme Ruth Cavalieri, o grau de escolaridade do depoente não lhe permitia desconhecer a repercussão de *Os sertões*, tampouco as muitas reportagens veiculadas na época. Nesse caso, a omissão seria decorrente, talvez, de “uma espécie de sentimento de posse”. Tendo presenciado os acontecimentos de “dentro do conflito”, o brigadeiro possivelmente considerava discutíveis os olhares “de fora” dos repórteres e outros autores (*ibid.*, p. 18).

Por outro lado, mesmo havendo no memorialista a intenção clara de demarcar distância em relação aos predecessores, há momentos em que suas memórias de guerra são condizentes com relatos produzidos na época. Nas referências às façanhas intrépidas de Siqueira Meneses, por exemplo, suas palavras são bem próximas daquelas registradas em *Os sertões*, confirmando, portanto, o testemunho questionado por Gilberto Amado, em *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*: “Ele tinha um embornal de lona cheio de pentes de munição de fuzil e, com um mosquetão tiroteando, dava prova de sua bravura, pois não era combatente e, portanto, nada tinha com o que se passava na linha de frente.” (VILLELA JÚNIOR, 1997, p. 73).

Sem questionar se seriam pertinentes as declarações de Gilberto Amado (AMADO, 1956, p. 177-82), Luiz Costa Lima considera problemático o perfil de Siqueira Meneses delineado por Euclides da Cunha – embora não o configure como uma mentira –, mas não fornece argumentos suficientes o bastante para justificar a refutação (LIMA, 1997, p. 130). O teórico admite como possível o desconforto do general, avaliando-o como uma resposta aos ataques feitos em *Os sertões* à instituição a que pertencia: “[...] é de se supor que oficiais do Exército, sentindo a instituição agredida, assumiam o papel do positivismo duro e faziam a responsabilidade pela distorção dos fatos depender de um então ambíguo talento poético.” (*ibid.*, p. 127). Lima contesta a associação entre “distorção dos fatos” e “talento poético”, porque, visto a partir dessa perspectiva, *Os sertões* seria uma “[...] obra falseadora

dos eventos ou poética, entendendo-se a última como uma variante da primeira; uma espécie de sublime mentira.” (LIMA, 1997, p. 131).

A hipótese de obra falseadora norteia e torna convergentes certas considerações críticas sobre a obra de Euclides da Cunha, a exemplo do testemunho atribuído ao general Siqueira Meneses, que teria ocorrido em 1911; das declarações do engenheiro militar Moreira Guimarães e do botânico José de Campos Novaes, publicadas em 1903; e dos depoimentos dos escritores Mário de Andrade e José Lins do Rego, divulgados em textos de 1928 e 1942, respectivamente. Tendo atuado como oficiais do Exército republicano, instituição duramente atingida pelas críticas de Euclides da Cunha, os dois primeiros comentadores encontram nas *fantasias de artista* uma maneira de desautorizar o caráter denunciativo de *Os sertões*, numa tentativa de minimizar a participação do Estado no massacre do sertão baiano. Segundo o engenheiro militar, Euclides “[...] sempre tem uma frase ou ao menos uma palavra para empanar o brilho das glórias militares!...” (GUIMARÃES, 2003, p. 100). “Nefelibatismo” é o termo empregado pelo terceiro crítico, José de Campos Novaes, para designar as supostas fantasias de artista de Euclides da Cunha e desqualificar suas pretensões científicas (NOVAES, 2003, p. 114). Por fim, as palavras dos críticos viajantes parecem depor em causa própria, já que, à medida que inquirem sobre a autenticidade das impressões de viagem do predecessor mais conhecido, chamam a atenção para seus próprios testemunhos, induzindo o leitor a acreditar que seriam mais confiáveis. Em José Lins do Rego, a suposta autoridade está associada à identidade de nordestino, o que lhe garantiria a aparência de homem conhecedor dos fenômenos narrados. Em Mário de Andrade, a credibilidade é sugerida pela duração de sua viagem ao Nordeste, bem mais longa que a temporada de Euclides da Cunha em Canudos, o que lhe teria proporcionado maior conhecimento a respeito da região.

Num texto publicado no *Diário de Notícias* em 12 de outubro de 1952, Afrânio Coutinho alude ao talento poético de Euclides da Cunha, assim como os cinco autores anteriormente referidos. Suas palavras reforçam o entendimento de que os atributos literários de *Os sertões* seriam responsáveis pela infidelidade factual e parcialidade na exposição, numa sugestão de que, sobre Canudos, haveria uma verdade absoluta e estável a ser revelada, como se fosse possível fazê-la emergir em linguagem, sem as marcas da subjetividade do eu narrador. O crítico insere o livro numa discursividade cujo pacto entre autor e leitor se estabelece a partir de critérios que requerem maior fluidez na correspondência entre realidade e representação:

[...] o que avulta na obra, como arquitetura e como construção, é o caráter de narrativa, de ficção, de imaginação. *Os sertões* são uma obra de ficção, uma narrativa heróica, uma epopéia em prosa, da família de *A guerra e a paz* [sic], da *Canção de Rolando* e cujo antepassado mais ilustre é a *Iliada*. (COUTINHO, 1995, p. 61).

Segundo Coutinho, a tese não é original, tendo sido levantada, talvez, por João Ribeiro. O esquecimento ou o desprezo que lhe devotaram os críticos teria se dado em razão de uma leitura equivocada em que se fez dominante a interpretação de *Os sertões* como um estudo social e histórico de um povo e de um acontecimento, elaborado com imparcialidade e objetividade científica (*ibid.*, p. 61). As impressões do estudioso sugerem que não é de historiador o método de escrita do autor de *Os sertões*:

Não tem a objetividade, a fidelidade aos fatos, a imparcialidade, o respeito ao documento, característicos do método histórico. A vida real, o acontecimento, só lhe serviam como escorva para a imaginação criadora. O escritor partia habitualmente dos fatos, mas não permanecia preso a eles, deformava-os, modificava-os, pela lente de sua imaginação. Submetia-os ao processo de transfiguração artística. (*ibid.*, p. 65).

O perfil de ficcionista atribuído a Euclides da Cunha, além de sempre rejeitado em suas abordagens críticas, contradiz a proposição, delineada em “Nota preliminar”, de firmar um diálogo com “futuros historiadores”, a partir da construção de uma narrativa que fizesse “[...] jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a História como ela o merece” (CUNHA, 2002b, p. 67). Conforme permitem inferir as palavras do pensador francês citadas ao final da “Nota preliminar”, o “narrador sincero” não é o simples historiador comprometido com a exatidão das datas ou com a cópia dos fatos, apesar de sempre cuidadoso com os acontecimentos que observa e com a interpretação rigorosa dos documentos utilizados nas pesquisas:

...il s’ irrite contre les demi-vérités que sont des demi-faussetés, contre les auteurs qui n’altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les sentiments et les moeurs, qui gardent le dessin des événements et en changent la couleur, qui copient les faits et défigurent l’âme: il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien.⁹⁸ (*apud* CUNHA, 2002b, p. 67).

⁹⁸ Tradução de Leopoldo Bernucci, em sua edição comentada de *Os sertões*: “... Ele se irrita contra as meias verdades que são as meias falsidades, contra os autores que não alteram nem uma data, nem uma genealogia, mas desnaturam os sentimentos e os costumes, que conservam o desenho dos acontecimentos mudando-lhes a cor, que copiam os fatos desfigurando a alma: quer sentir como bárbaro entre os bárbaros e, entre os antigos, como antigo”. (CUNHA, 2002b, p. 67).

Euclides recusa as “meias verdades”, por acreditar que são “meias falsidades”, e se compromete a falar das coisas em sua inteireza. Daria importância aos acontecimentos, datas e genealogias – por ser essa uma das atribuições da pesquisa historiográfica –, mas não abandonaria os sentimentos, os costumes, a “alma” das coisas. Ganha destaque, neste projeto, um pensador atento à presença da subjetividade na elaboração dos discursos, o que não quer dizer inclinação à ficcionalidade ou à pieguice, pois o autor não abandona, em momento algum, o compromisso com a vocação historiográfica, tampouco significa uma abertura para fazer da escrita um espaço para o extravasamento de emoções pessoais, conforme sugerem os críticos Afrânio Peixoto e Gilberto Freyre. Para o primeiro estudioso, *Os sertões* “não é livro de história, estratégia ou geografia, é apenas o livro que conta o *efeito dos sertões* sobre a alma de Euclides da Cunha.” (PEIXOTO, 1947, p. 33, grifos do autor). Para o segundo, a paisagem que transborda de *Os sertões* não é “[...] um simples capítulo de geografia física e humana do Brasil que outro poderia ter escrito com maior precisão nas minúcias técnicas e maior clareza pedagógica de exposição.” (FREYRE, 1987, p. 17). Trata-se, ao contrário, da paisagem que “[...] a personalidade angustiada de Euclides precisou de exagerar para completar-se e exprimir-se nela [...]” (*ibid.*, p. 17). Mais do que o espaço e o homem sertanejos, seria o próprio Euclides a paisagem a transbordar dos limites de livro científico que *Os sertões* detém (*ibid.*, p. 17).

Porém, por mais emocional que seja o livro, não parece ser essa a subjetividade que nele se faz presente. O contato com os sertões não deixou incólume o pensamento de Euclides da Cunha, conforme sua própria escrita denuncia, mas quem sobressai no livro é o *outro* a quem o autor se predispõe a perscrutar. Se as impressões do *eu que fala* se notabilizam, é porque certas peculiaridades relacionadas ao evento de Canudos fazem da subjetividade o caminho possível para trazê-las à consciência do leitor. Não havia um consenso em relação às informações transmitidas na época, e eram abundantes os boatos espalhados entre as multidões ávidas por notícias. Portanto, cabia ao observador selecionar, dentre as versões que lhe chegavam ao conhecimento, as que melhor lhe parecessem dignas de crédito – o que não significa que a tarefa seria realizada a contento, já que estava associada às ações de um homem organizando e interpretando dados sobre um acontecimento, atos que, por si mesmos, pressupõem subjetividade.

Numa reportagem publicada no dia 16 de agosto de 1897 no jornal *O Estado de S. Paulo*, Euclides menciona as dúvidas que avultavam em sua consciência, quando em contato com opiniões ou informações desencontradas:

[...] se ainda ontem, unânimes, oficiais distintíssimos afirmavam-me que a povoação estava quase que toda abandonada e destruída – hoje distintíssimos oficiais, recém-vindos, cujos nomes poderei citar, afirmam que ela ainda tem muita gente, perfeitamente municada e apta para longa e tenaz resistência. Procurar-se a verdade neste torvelinho é impor-se a tarefa estéril e fatigante de Sísifo. (CUNHA, 2000a, p. 97-8).

A ideia, com algumas variantes, reaparece em *Os sertões*, quando Euclides se refere ao “exagerado romancear” que cercava a emergência vertiginosa de informações sobre Canudos, muitas delas refletindo opiniões disparatadas e discordes (CUNHA, 2002a, p. 650-1):

Não havia acertar no abstruso das opiniões com a mais breve noção sobre as coisas. Ideavam-se sucessos sofregamente aceitos com todos os visos da realidade, até que outros, diversos, os substituíssem, dominando por um dia ou por uma hora as atenções, e extinguindo-se por sua vez diante de outras versões efêmeras. De sorte que num alarma crescente – do boato medrosamente boquejado no recesso dos lares à mentira escandalosa rolando com estardalhaço pelas ruas – se avolumaram apreensões e cuidados. Era uma tortura permanente de dúvidas cruciantes. Nada se sabia de positivo. Nada sabiam mesmo os que haviam compartilhado o revés. (*ibid.*, p. 504).

Muitos dos boatos e mentiras surgiam entre os curiosos que frequentavam a rua do Ouvidor à busca de notícias, e eram publicados nas páginas de algum jornal como se fossem notícias devidamente comprovadas, rapidamente se espalhando por todo o país, tornando passíveis de suspeição – porque sujeitos à subjetividade – não apenas os escritos que se utilizavam de informações veiculadas em textos jornalísticos, como ocorre com *Os sertões*, mas também a atividade jornalística, da qual Euclides, a serviço de *O Estado de S. Paulo*, figurava como um dos representantes. A própria configuração do evento de Canudos exigia de seus intérpretes a inserção nas cenas narradas, pois precisavam selecionar, julgar e interpretar as informações que figurariam em seus escritos, separando-as daquelas que, na oportunidade, já podiam ser identificadas como boatos ou mentiras. Quando são mencionados os flagrantes de subjetividade dos narradores de Canudos, há de ser considerado o perfil intelectual ou moral das vozes que se pronunciavam. No caso de Euclides, sua investigação da insurreição sertaneja mobiliza saberes das mais diversas áreas do conhecimento – muitos destes acessados quando era aluno da Escola Militar. Componentes curriculares que eram, é provável não terem sido estudados de forma aprofundada, mas é a partir deles que o escritor avalia Canudos e a guerra, tornando inevitável a parcialidade nas avaliações e julgamentos.

A subjetividade do narrador também se evidencia na predisposição para simular em si mesmo a experiência observada nos outros. Nos telegramas e reportagens anteriores e

posteriores à sua chegada a Canudos publicados em *O Estado de S. Paulo*, Euclides demarca lugar entre os soldados republicanos, encerrando os textos com brados de “A República é imortal!”⁹⁹, “Viva a República!”¹⁰⁰ e “A vitória é infalível e próxima.”¹⁰¹ Tempos depois, em *Os sertões*, os soldados são descritos como uma “multidão criminosa e paga para matar” (CUNHA, 2002a, p. 781). No primeiro instante, o autor se insere entre seus pares, os soldados republicanos. No segundo, aproxima-se da *gente estranha e bárbara* que precisava ser combatida, e da qual se proclamava distanciado nos artigos e telegramas publicados no jornal em que atuara como correspondente. Na partilha das duas experiências, cumpre-se o disposto em “Nota preliminar”, quando Euclides desperta no leitor a insinuação de que seria um republicano entre os republicanos, e um sertanejo entre os sertanejos, assim como o fizera Taine, ao se comportar como um bárbaro entre os bárbaros, e como um antigo entre os antigos (CUNHA, 2002b, p. 67).

Ao refutar o caráter estático e absoluto da verdade, Euclides da Cunha concede à subjetividade um papel privilegiado, porém de modo a não denegar a vocação científica e historiográfica que reivindica para sua produção discursiva. Em não raras oportunidades, põe em evidência sua rejeição à ficcionalidade e ao subjetivismo piegas. Em *Os sertões*, no início de “O homem”, numa reflexão a respeito de teorias sobre os tipos étnicos formadores do Brasil, o autor rememora e refuta teses antropológicas divergentes, atribuindo a seus idealizadores, sem identificá-los, a “[...] irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias, sobre ousadas, estéreis.”:

Há como que um excesso de subjetivismo no ânimo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de coisas tão sérias com uma volubilidade algo escandalosa, atentas as proporções do assunto. [...].
[...]. E fazem reopontar desta metaquímica sonhadora alguns precipitados fictícios.
[...].

⁹⁹ A expressão finaliza a reportagem datada de 07 de agosto de 1897, escrita em Salvador, e o telegrama do dia 03 de outubro de 1897, expedido de Monte Santo (CUNHA, 2000a, p. 68 e 265). No final do telegrama, também consta a expressão “A vitória é infalível.”

¹⁰⁰ A expressão aparece no final de um telegrama escrito em Salvador, datado de 08 de agosto de 1897 (CUNHA, 2000a, p. 225). Terminam da mesma forma dois telegramas expedidos de Monte Santo, datados de 25 e 29 de setembro de 1897 (*ibid.*, p. 260 e 261). Os telegramas de Euclides da Cunha escritos em Canudos eram expedidos da cidade de Monte Santo, onde estava concentrada a base de operação das forças republicanas. A informação pode ser confirmada no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 25 de setembro de 1897. Na coluna “Canudos” da respectiva edição, o telegrama escrito no dia anterior é antecedido pelas seguintes palavras: “Recebemos do nosso correspondente especial o telegrama que abaixo publicamos e que nos foi enviado de Canudos. Desta localidade foi o telegrama levado por um proprio a Monte Santo e desta estação nos foi transmittido.” (CUNHA, 1897, p. 1).

¹⁰¹ A expressão finaliza um telegrama escrito em Salvador, datado de 15 de agosto de 1897 (CUNHA, 2000a, p. 231).

Outros dão maiores largas aos devaneios. [...]. E arquitetam fantasias que caem ao mais breve choque da crítica: devaneios a que nem faltam a metrificação e as rimas porque invadem a ciência na vibração rítmica dos versos de Gonçalves Dias. (CUNHA, 2002a, p. 155-6).

As ressalvas sugerem que, em *Os sertões*, as considerações sobre a temática étnica no Brasil, firmadas na hipótese da autoctonia das populações americanas, não seriam orientadas pelo “excesso de subjetivismo”, pela “volubilidade” e pelos “devaneios” e “fantasias”, supostas marcas dos textos predecessores. Para assegurar a legitimidade científica de suas ideias, Euclides busca respaldo nas pesquisas de Wilhelm Lund, Morton, Frederick Hartt, Meyer, Trajano de Moura, Nott e Gliddon (*ibid.*, p. 152). No entanto, antes da publicação de *Os sertões*, já havia textos e pesquisas em defesa da aloctonia do homem americano, que ironicamente poderiam fazer incidir sobre a escrita do autor suas objeções aos textos alheios, no que tange às suspeitas de volubilidade no trato de questões científicas. Conforme Franklin de Oliveira, seria um exemplo o livro *Brasil e Oceania*, de Gonçalves Dias. O mesmo pode ser dito das descobertas paleontológicas de Wilhelm Lund, em Lagoa Santa, Minas Gerais, citadas em *Os sertões* como referência de estudo (OLIVEIRA, 1983, p. 35). Nesse particular, apesar de passível de ensejar uma discussão a respeito de equívocos científicos, a decisão de leitura do proponente da tese convoca como prova documental a seu favor a autoridade dos autores eleitos como interlocutores, como se a estes, e não a ele, pertencesse a responsabilidade pela possível veiculação de conteúdos questionáveis ou refutáveis. A estratégia põe Euclides da Cunha em condições de reiterar, em textos posteriores, suas objeções às *fantasias da imaginação*, como expostas no discurso de recepção pronunciado na Academia Brasileira de Letras, em 18 de dezembro de 1906:

[...] me desviei sobremodo dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo, tão imperioso por vezes que faz o escritor um minúsculo epítome do universo, capaz de o interpretar *a priori*, como se tudo quanto ele ignora fosse apenas uma parte ainda não vista de si mesmo. (CUNHA, 1995m, p. 231, grifo do autor).

Está na conferência “Castro Alves e seu tempo” uma pista para o que seria o pensador avesso ao “excesso de subjetivismo”, ao mesmo tempo consciente da presença da subjetividade na apreensão de realidades. Euclides declara ser imprescindível, nas pesquisas científicas ou nos trabalhos artísticos, a submissão da imaginação à observação, porém de maneira que aquela não seja anulada por esta (CUNHA, 1995c, p. 480). A subjetividade do narrador, em presença da erudição científica, ficaria distanciada do aspecto piegas, extremado

e fantasioso ao qual o escritor demonstra aversão. A ciência, por sua vez, em presença da subjetividade do eu que fala, perderia a aridez que lhe é atribuída como característica.

Por si mesmas, as afirmações de Euclides da Cunha são suficientes para motivar um questionamento sobre o perfil de ficcionista que lhe confere Afrânio Coutinho. Porém, embora a leitura do crítico a respeito da ontologia discursiva de *Os sertões* não seja inteiramente aceita pelos estudiosos euclidianos, são muitos, dentre estes, os que associam a literariedade da obra e sua perenidade aos recursos ficcionais dos quais o autor teria se utilizado na composição textual. O crítico Olímpio de Souza Andrade é representativo dessa tendência. Para o pesquisador, pulsa em Euclides uma “alma de artista”, com uma “queda indisfarçável para a ficção, para o romance”, capaz de tornar peregrino o que, na pena de outros, teria a existência de uma notícia (ANDRADE, O. S., 2002, p. 448). A princípio, ainda conforme o estudioso, poderia parecer estranha e contraditória a inserção de *Os sertões* no território romanesco, já que Euclides se destaca por ser “[...] fiel aos quadros que observou, aos fatos que relatou, sempre ajustado à interpretação rigorosa dos documentos escritos e orais de que se valeu.” (*ibid.*, p. 438). Contudo, teria o próprio Euclides dissipado a estranheza, ao afirmar que não se limitaria, na elaboração da narrativa de *Canudos*, à exatidão das datas, nem à simples cópia dos fatos, “[...] para não se distanciar do que sofregamente procurava no fundo das almas...” (*ibid.*, p. 438). Souza Andrade acredita que o toque de imaginação presente nas páginas do livro não surge nunca como instrumento de deturpação da realidade; antes, porém, em relação a esta, como um complemento indispensável (*ibid.*, p. 423). Apesar de inspirada em fontes, pesquisas e documentos, a história contada por Euclides da Cunha teria a configuração de obra de arte, por estar o autor sempre recorrendo à imaginação no processo de recriação do passado – ou daquilo que aos poucos se extinguiu –, e estariam assim justificadas suas referências ao “narrador sincero” de Taine (*ibid.*, p. 438-9).

Bastante problemática, pois sugere que somente a literatura faz uso do imaginário no processo de representação do real, a leitura de *Os sertões* como obra inclinada à ficcionalidade funciona como uma retomada e/ou atualização da tese de dupla inscrição aventada por José Veríssimo, em dezembro de 1902. Embora transformada em pensamento majoritário nas reflexões sobre as particularidades do discurso euclidiano, a tese por vezes se depara com vozes dissonantes, como é o caso das proposições de Luiz Costa Lima, nos textos em que aborda a obra de Euclides da Cunha. Para o teórico, as ideias formuladas pelo crítico paraense e aceitas posteriormente por estudiosos diversos carecem de sustentabilidade teórica. Se ainda permanecem mantidas, é porque “o cânone euclidiano se estabelece não através de intensas lutas interpretativas, mas por um acordo de cavaleiros [*sic*] [...]” (LIMA, L. C.,

2009, p. 132). A estabilidade do modelo interpretativo conduziria seus defensores a agirem como se tivessem alcançado “o irretocável”, “o que é arriscado questionar”, “o dogmático” (*ibid.*, p. 134). Segundo o crítico, é também estranho, sob o ponto de vista da história da concepção da literatura, que os primeiros comentadores de *Os sertões* – José Veríssimo, Múcio Teixeira¹⁰² e Araripe Júnior¹⁰³, por exemplo – tenham sido convictos em manter o critério retórico das belas-letas, que não diferenciava o gênero literário e a escrita histórica, ampliando-o, também, à expressão do conteúdo científico que Euclides manipulava (LIMA, 1997, p. 16-7). Conforme Costa Lima, “em termos de uma reflexão que não se contente em ser parasitária”, é simplesmente inaceitável conceber *Os sertões* como uma obra simultaneamente de história e de literatura (LIMA, 2006, p. 385). E mais problemático ainda seria admitir a hipótese de ficcionalidade no livro:

[...] a tese de *Os Sertões* como obra ficcional é a mais débil. Sua variante – a identificação da literatura com “obra de arte da linguagem” – não apresenta maior valia de imediato porque supõe um círculo vicioso: para definir-se o que é literatura, lança-se mão de outra incógnita, “arte”; por outro lado, porque, ao ser admitida, há de se pressupor que só a literatura oferece obras em que a linguagem é trabalhada. Ou seja, que a forma narrativa mais próxima da prosa literária, a da escrita da história, está proibida de ser mais do que a expressão de alguma “verdade” – o positivismo do século XIX mantém seus fiéis adeptos. (LIMA, L. C., 2009, p. 132-3, grifo do autor).

Contudo, ao refutar a tradição interpretativa euclidiana, Costa Lima não classifica *Os sertões* como uma obra exclusivamente historiográfica, científica ou literária. Sua proposta é a de hierarquização entre as duas últimas modalidades discursivas, já que destina à ciência o lugar-centro, o lugar de tema; e à literatura, o lugar-margem, o lugar de ornato (LIMA, 1997, p. 146). Haveria no livro um “núcleo científico” apresentado literariamente, com o intuito de empolgar o leitor por força da eloquência, sendo imprescindível, nesse caso, assegurar “a explicação científica” do conteúdo narrado (LIMA, 2006, p. 383). O crítico reconhece em

¹⁰² Conforme Adelino Brandão, os artigos de Múcio Teixeira foram publicados no *Jornal do Brasil*, nos dias 23 de janeiro e 24 de março de 1903 (BRANDÃO, 2001, p. 666).

¹⁰³ De acordo com Adelino Brandão, os primeiros artigos de Araripe Júnior sobre Euclides da Cunha foram publicados no *Jornal do Comércio*, nos dias 27 de fevereiro, 06 e 18 de março de 1903 (BRANDÃO, 2001, p. 273). Euclides se refere aos textos do crítico em três correspondências a ele endereçadas. Na primeira delas, datada de 27 de fevereiro de 1903, o autor demonstra ansiedade com o anúncio da publicação da resenha do intelectual cearense: “Recebi o seu cartão e aguardo – nem imagina com que ansiedade! – o seu juízo sobre os meus *Sertões* [sic].” (CUNHA, 1997, p. 151). O entusiasmo com a leitura do texto crítico aparece registrado na segunda carta, datada de 09 de março: “Às dez horas da noite tinha-o lido quase toda a roda literária paulista e às dez e meia eu saí da redação do *Estado* [sic] de S. Paulo com o enorme estontamento de um recruta transmutado repentinamente num triunfador. [...] Nem sabe quanto lhe devo...” (*ibid.*, p. 153). Na terceira carta, datada de 30 de março, Euclides faz novos agradecimentos a Araripe Júnior pela segunda parte do estudo sobre *Os sertões* (*ibid.*, p. 159).

Euclides um esforço para “[...] combinar a expressão artística com o modo literário, dispondo-os em lugares distintos e formando uma específica *hierarquia* dentro do espaço-texto.” (LIMA, 1997, p 17, grifo meu). Sendo assim, em *Os sertões*, “a ambição literária” que o acompanha funcionaria como “ornamento embelezador ou ressaltante de verdades cientificamente dispostas” (*ibid.*, p. 204):

[...] o plano literário é aceito por Euclides apenas ali onde é passível de ilustrar ou figurar mais expressivamente verdades cientificamente estabelecidas. O plano literário se confunde com as bordas da narrativa, formando a margem ornada, o ornamento aformoseador, a parte destacável em antologias – o “estouro da boiada”, “o sertanejo é antes de tudo um forte”, etc. –, sem prejuízo do quadro central. (*ibid.*, p. 205).

Para o autor de *Terra ignota*, a cena transcrita a seguir não seria aceita por um observador especializado como estritamente científica. No máximo, seria entendida como demonstração da *secura* do clima do sertão. Haveria nela um “excedente” que a torna literária. “Mas esse excedente, verbalmente configurado, não transtorna o lugar que lhe fora confiado: *o de borda ou contorno do objeto principal* – a aferição das propriedades da terra do sertão.” (*ibid.*, p. 137, grifos meus):

Percorrendo certa vez, nos fins de setembro, as cercanias de Canudos, fugindo à monotonia de um canhoneio frouxo de tiros espaçados e soturnos, encontramos, no descer de uma encosta, anfiteatro irregular, onde as colinas se dispunham circulando um vale único. Pequenos arbustos, icozeiros virentes viçando em tufos intermeados de *palmatórias* de flores rutilantes, davam ao lugar a aparência exata de algum velho jardim em abandono. Ao lado uma árvore única, uma quixabeira alta, sobranceando a vegetação franzina.

O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão, e protegido por ela – braços largamente abertos, face volvida para os céus – um soldado descansava.

Descansava... havia três meses.

Morrera no assalto de 18 de julho. [...]. E ao enterrar-se, dias depois, os mortos, não fora percebido. Não compartira, por isto, a vala comum de menos de um côvado de fundo em que eram jogados, formando pela última vez juntos, os companheiros abatidos na batalha. O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um fosso repugnante; e deixara-o ali há três meses – braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes, para os luars claros, para as estrelas fulgurantes...

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranqüilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme – o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria – lhe maculara os tecidos. Volvera ao turbilhão da vida sem decomposição

repugnante, numa exaustão imperceptível. Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas sugestivo, a secura extrema dos ares.

Os cavalos mortos naquele mesmo dia pareciam espécimes empalhados, de museus. [...].

À entrada do acampamento, em Canudos, um deles, sobre todos, se destacava impressionantemente. Fora a montada de um valente, o alferes Wanderley; e abatera-se, morto juntamente com o cavaleiro. Ao resvalar, porém, estrebuchando malferido, pela rampa íngreme, quedou, adiante, à meia encosta, entalado entre fragedos. Ficou quase em pé, com as patas dianteiras firmes num ressalto da pedra... E ali estacou feito um animal fantástico, aprumado sobre a ladeira, num quase curvetear, no último arremesso da carga paralisada, com todas as aparências de vida, sobretudo quando, ao passarem as rajadas ríspidas do Nordeste, se lhe agitavam as longas crinas ondulantes... (CUNHA, 2002a, p. 105-7, grifo do autor).

A secura do clima provocara a mumificação dos soldados e cavalos, e seriam estes os “higrômetros inesperados e bizarros” (*ibid.*, p. 105) através dos quais Euclides confessa ter feito a aferição da umidade do ar, já que dispunha de “misérrimo arsenal científico” (*ibid.*, p. 102). A partir da confissão do próprio autor, um crítico orientado pela tradição crítica euclidiana possivelmente diria que o trecho é sintomático da presença da literariedade em *Os sertões*, pois elaborado em linguagem não usual, com tons de poeticidade. O argumento, no entanto, poderia ser facilmente questionado, já que a utilização não usual da linguagem não é um atributo exclusivo da literatura. “Por acaso, a fluência, a capacidade de vir aquém da aparência descritiva, a descoberta de metáforas condensadoras seriam privilégios da literatura?” (LIMA, 1989, p. 237) – interroga Luiz Costa Lima.

São acertadas as investidas do teórico maranhense contra a atribuição dos equívocos científicos e históricos cometidos por Euclides ao veio artístico. Também é coerente sua desconfiança quanto à imprecisão da expressão “obra de arte da linguagem” em alguns segmentos da tradição crítica euclidiana, pois pressupõe que o desvelo linguístico é atributo exclusivo dos textos valorizados como literários. Por outro lado, é questionável a argumentação que apresenta para refutar a convivência, em *Os sertões*, entre os discursos literário e histórico. Em *O controle do imaginário*, o teórico relaciona a abertura da “porta da literatura” a *Os sertões* ao temor de que sua perenidade fosse ameaçada pelo desuso da teoria que o norteava. E acrescenta: “Mas, pensada a sério, esta porta é tão estreita quanto qualquer outra. Por ela só passam os corpos ficcionais.” (*ibid.*, p. 239). O autor declara categoricamente não ser possível haver literatura, no sentido estrito do termo, onde não haja ficcionalidade (*ibid.*, p. 237). Tempos depois, em *História, ficção, literatura*, a ideia parece revista, com a premissa de que “[...] o território da literatura não se confunde com o da ficcionalidade.” (LIMA, 2006, p. 340). Segundo o teórico, assim como a ficção não está limitada à literatura,

também esta não se circunscreve inteiramente ao ficcional (LIMA, 2006, p. 340). Porém, páginas adiante, ao demarcar a diferenciação entre os discursos literário e histórico, a partir de uma breve referência à teoria de Paul Ricoeur sobre as três fases da operação historiográfica¹⁰⁴, Costa Lima demonstra não estar plenamente convicto de suas afirmativas anteriores, mais uma vez tomando como afins os termos literariedade e ficcionalidade:

[...] por mais forte que seja a *determinação do ficcional*, por mais que saibamos que *não é o uso de recursos literários que favorece ou prejudica uma obra como historiográfica*, ainda assim não conseguiremos separar totalmente as escritas da história e da ficção. E isso porque, optando por dizer a verdade do que foi, a história não se desvencilha, radicalmente, do que poderia ter sido. (*ibid.*, p. 385, grifos do autor).

Conforme Costa Lima, não há correspondência na ficção para as três fases reconhecidas por Ricoeur na operação historiográfica – a “fase documental”, a “fase explicativa ou compreensiva” e a “fase representativa”. Ainda que a “fase representativa” contenha uma “formalização literária”, as outras – porque circunscritas à operação historiográfica – são suficientes para distinguir uma obra histórica de uma propriamente obra literária (*ibid.*, p. 385). Porém, ao contrário do que sugere o crítico Luiz Costa Lima, a teoria de Paul Ricoeur não presume sinonímia entre os termos literariedade e ficcionalidade, tampouco sinaliza ser impraticável a convivência numa única narrativa entre o discurso histórico e o discurso literário. Também não são apresentadas características intrínsecas a um texto em particular, capazes de permitir ou não sua classificação como “literário”. O que se apresenta são assonâncias e dissonâncias entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção. Conforme Ricoeur, se considerarmos os “gêneros literários totalmente constituídos”, o discurso histórico e o discurso ficcional são claramente antinômicos:

Uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora informulado, esse pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor, e promessas diferentes, por parte do autor. Ao abrir um romance, o leitor prepara-se para entrar num universo irreal a respeito do qual a questão de saber onde e quando aquelas coisas aconteceram é incongruente; [...] o leitor suspende de bom grado sua desconfiança, sua incredulidade, e aceita entrar no jogo do como se – como se aquelas coisas narradas tivessem acontecido. Ao abrir um livro de história, o leitor espera

¹⁰⁴ Paul Ricoeur admite três fases na operação historiográfica – a fase documental, a fase explicativa ou compreensiva e a fase representativa (RICOEUR, 2007, p. 155-301). Porém, ao longo da discussão crítica, não as reconhece como “estágios cronologicamente distintos da empreitada”, mas como “níveis de programa que somente o olhar distanciado do epistemólogo [*sic*] distingue.” (*ibid.*, p. 155).

entrar, sob a conduta do devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente. Além disso, ao ultrapassar o limiar da escrita, ele se mantém em guarda, abre um olho crítico e exige, se não um discurso verdadeiro comparável ao de um tratado de física, pelo menos um discurso plausível, admissível, provável e, em todo caso, honesto e verídico; educado para detectar as falsificações, não quer lidar com um mentiroso. (RICOEUR, 2007, p. 274-5).

Segundo o crítico, no plano dos “gêneros literários totalmente constituídos”, não pode haver confusão, pelo menos no princípio, entre os dois tipos de narrativas, pois irrealidade e realidade são vistas como modalidades referenciais heterogêneas. A intencionalidade histórica implica que o historiador deva reconstruir o passado, aproximando-se, o máximo possível, daquilo que “realmente” aconteceu um dia, quaisquer que tenham sido as dificuldades enfrentadas no processo de “representância” (*ibid.*, p. 275). Na representância, entendida como a capacidade do discurso histórico de representar o passado (*ibid.*, p. 250), estariam condensadas “[...] todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos.” (*ibid.*, p. 289). Enquanto, na ficção, o pacto entre autor e leitores se baseia na dupla convenção de suspender a expectativa de qualquer descrição de um real extralinguístico e, ao mesmo tempo, reter o interesse daqueles que se dispõem a ler a obra; no texto histórico, estatui-se como convenção que nele serão representados “[...] situações, acontecimentos, encadeamentos, personagens que existiram realmente anteriormente, isto é, antes que tenham sido relatados [...]” (*ibid.*, p. 289). No último caso, não há o compromisso expresso de despertar no leitor o interesse ou o prazer pela leitura por meio de artifícios relacionados à organização verbal da obra. O encantamento ou deleite seriam decorrentes da expectativa de acesso àquilo que “existiu realmente”.

No discurso pronunciado por Teodoro Sampaio, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em memória do décimo aniversário de morte de Euclides da Cunha, há sobre este uma observação sobre sua prática de escrita, que lembra a *indiferença* pelo leitor à qual se refere Paul Ricoeur:

Não havia, porém, no novel escriptor o abuso da adjectivação, tão commum aos novos. A phrase sahia-lhe perfeita, moldando-lhe com exactidão e nitidez as ideas. Uma propensão contudo se lhe notava e era a do emprego de termos desusados a que eu, a gracejar, chamava *calhaus* no meio de um corrente harmoniosa – que de resto era a sua bôa linguagem.
– Por velho ou esquecido, contestava-me, não perdeu para mim a força de expressão que eu procuro no vocabulo. Que me importa, a mim, que o leitor

estaque na leitura corrente, si a impressão que lhe dou com este termo esquecido é a mais verdadeira, a mais nitida, e, em verdade, a unica que eu lhe queria dar?! (SAMPAIO, 1919, p. 251, grifo do autor).

Teodoro Sampaio chama a atenção para a perfeição estilística e formal do texto, também um dos objetivos perseguidos por Euclides, já que sempre despendeu esforços para estar integrado à comunidade literária de seu tempo. Mas também repousa no escritor rememorado a vocação historiadora. O pacto firmado em *Os sertões* entre autor e leitor estabelece a exposição de cenas, acontecimentos e personalidades que “existiram realmente”, ocorrendo “como que por acréscimo”, conforme preconiza Paul Ricoeur para o texto histórico, o “interesse ou o prazer de leitura” (RICOEUR, 2007, p. 289).

No livro, antes da exposição das ideias relacionadas ao acontecimento de Canudos, há pelo menos dois indicadores do compromisso de Euclides da Cunha com aquilo que “existiu realmente”. O primeiro deles é a equiparação com o historiador Hippolyte Taine, em “Nota preliminar”. A escolha reflete a decisão do escritor de figurar no rol dos historiadores. O segundo indicador é a inserção do “Esboço geológico”, antecedendo “A terra”, a primeira parte da obra. À direita do mapa, Euclides procede à indicação dos autores, sugerindo ao leitor quais seriam seus interlocutores na elaboração de *Os sertões*. A eleição de intelectuais das ciências como interlocutores tem a dupla função de afiançar a integridade de sua pesquisa e ratificar a aliança com o “narrador sincero” de Taine. São os seguintes, em ordem de exposição, os intelectuais mencionados: Th. Sampaio, Spix e Martius, Hartt, Derby, Gardner, Burton, Halfeld, Rathbun, Allen, Ayres do Casal, Príncipe de Newied, Wells, Bulhoes, Bailys e Lopes Mendes. Com objetivos afins, além dos autores elencados na “Nota preliminar” e no “Esboço geológico”, em *Os sertões* são convocados como interlocutores, através de citações ou alusões, cronistas coloniais, corógrafos e outros historiadores, tais como: Sebastião da Rocha Pita (CUNHA, 2002a, p. 73), Gaspar Barléus (*ibid.*, p. 177), Fernão Cardim (*ibid.*, p. 177), Francisco Adolfo Varnhagen (*ibid.*, p. 178), Diogo de Campos Moreno (*ibid.*, p. 181), João Ribeiro (*ibid.*, p. 183 e 188), Gabriel Soares de Sousa (*ibid.*, p. 185) e André João Antonil (*ibid.*, p. 189).

O perfil intelectual dos autores referidos é sintomático do desejo de Euclides da Cunha de ser reconhecido pela posteridade como historiador da Guerra de Canudos. Conforme o escritor, até sua chegada a Canudos, as agitações sertanejas, do Maranhão à Bahia, ainda não tinham tido um historiador (*ibid.*, p. 243). Pode-se imaginar, então, ser este o lugar que ele desejava ocupar através de sua narrativa de guerra. A expectativa parece ser a mesma expressa anteriormente, numa correspondência a José Veríssimo, datada de 24 de

dezembro de 1901. O missivista partilha com o crítico a satisfação com a assinatura do contrato com a editora Laemmert, pois a publicação de *Os sertões* lhe possibilitaria “dizer a verdade” sobre um acontecimento do qual foi testemunha, ao mesmo tempo fornecendo aos historiadores do futuro uma leitura “verídica e clara” sobre o tema:

Está, assim, satisfeita uma aspiração que significa apenas o intuito de dizer a verdade sobre uma fase, ainda [*ilegível*] [*sic*], da nossa história. Repito: não me preocupo com o destino literário daquele livro que é, afinal, um desgarrão na rota da minha engenharia rude; ele tem o mérito único da sinceridade; é o depoimento de uma testemunha e terá extraordinário valor se conseguir fornecer a futuros historiadores uma página única – mas verídica e clara. (CUNHA, 2009a, p. 200, grifo da organizadora).

A indiferença em relação ao “destino literário” do livro adquire ares contraditórios quando cotejada com a defesa do consórcio entre ciência e arte, amplamente discutido pelo autor, sobretudo porque foram muitos seus esforços para que *Os sertões* recebesse uma inscrição literária. O epíteto de “desgarrão na rota da [...] engenharia rude” também não se ajusta à obra, devido às exaustivas pesquisas científicas e históricas do autor, realizadas em livros, jornais, documentos e compêndios. As palavras mais parecem sugestivas de modéstia, pois pronunciadas por um escritor estreante, em diálogo com um dos principais críticos literários da época. O ponto central da declaração diz respeito ao entendimento de que o grande mérito do livro seria a “sinceridade” dispensada à narração dos eventos relacionados à guerra nos sertões. Tempos antes, numa correspondência endereçada a Pethion de Villar, datada de 15 de maio de 1900, o vocábulo aparece com a mesma conotação: “[...] o meu livro [...] tem, preponderante, uma qualidade que o nobilita: a *sinceridade* com que foi traçado.” (CUNHA, 1997, p. 118, grifo meu). A sinalização para o leitor, nesse contexto, não é que verdades inquestionáveis seriam transmitidas, mas que a narrativa seria conduzida por um historiador metódico, dedicado às pesquisas nos arquivos e sempre atento às informações fornecidas por testemunhas.

Em atenção ao perfil reivindicado para si próprio, Euclides não poderia ignorar quaisquer críticas que questionassem a integridade de sua pesquisa. *Os sertões* se notabiliza pela recepção crítica favorável desde o lançamento. Dentre os pouquíssimos textos com ressalvas direcionadas ao livro, destacam-se os escritos de José de Campos Novaes e Moreira Guimarães, publicados entre os dias 31 de janeiro e 07 de março de 1903, por lançarem dúvidas sobre um tema extremamente caro ao autor resenhado: a seriedade documental e científica. Em resposta aos críticos, e também para convencer os leitores do presente e do

futuro sobre o caráter científico e documental da obra, Euclides prontamente se pronuncia sobre o assunto, num texto datado de 27 de abril de 1903. O escrito é composto por notas, que passaram a ser inseridas no livro a partir da segunda edição. Nas linhas iniciais do texto, antes do cotejo entre as ideias apresentadas em *Os sertões* e as objeções recebidas, o escritor convoca o historiador Tucídides¹⁰⁵ para afiançar seu alinhamento aos protocolos de autenticidade e veracidade históricas:

[...] obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará.
E se não temesse envidar-me em paralelo que não mereço, gravaria na primeira página a frase nobremente sincera de Tucídides, ao escrever a história da guerra do Peloponeso – porque eu também embora sem a mesma visão aquilina, escrevi:
“sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras.” (CUNHA, 2002c, p. 784).

A simpatia “franca e espontânea” devotada a *Os sertões* pelos pensadores mais importantes da época é o argumento do qual o escritor se utiliza para convocar o leitor a assentir que “os únicos deslizes apontados pela crítica são, pela própria desvalia, bastante eloqüentes no delatarem a segurança das idéias e proposições aventadas.” (*ibid.*, p. 783).

José de Campos Novaes aponta supostos equívocos nas áreas de geologia e botânica, e faz críticas ao emprego de alguns vocábulos que lhe pareceram estranhos (NOVAES, 2003, p. 114 e 117). A ressalva mais importante, não contemplada na réplica de Euclides da Cunha em “Notas à segunda edição”, diz respeito à “maneira de fazer tábula rasa atrás de si” (*ibid.*, p. 115). Quanto às restrições linguísticas, para que figurassem impropriedades bastaram as alusões de Euclides da Cunha a um verso de Castilho e a dois dicionários de língua portuguesa (CUNHA, 2002c, p. 791-2). Em resposta às contestações na área de geologia, trechos das obras de Charles Louis Contejean e Emmanuel Liais foram citados para corroborar a autoridade científica de *Os sertões* (*ibid.*, p. 784-5).

O botânico cita o excerto a seguir, retirado da obra resenhada, como exemplo da “falta absoluta de base científica” de Euclides da Cunha, que teria sido simplista ao reconhecer na caatinga sertaneja aspectos característicos da catanduva (NOVAES, 2003, p. 117):

¹⁰⁵ Em sua tese de doutorado, Raimundo Nonato Pereira Moreira discute as referências de Euclides da Cunha ao conceito de verdade histórica e ao método de trabalho do historiador Tucídides (MOREIRA, 2007).

A própria caatinga assume um aspecto novo. E uma melhor caracterização da flora sertaneja, segundo os vários cambiantes que apresenta acarretando denominações diversas, talvez a definisse mais acertadamente como a paragem clássica das caatanduvras¹⁰⁶, progredindo, extensa, para o levante e para o sul até às cercanias de Monte Santo. (CUNHA, 2002a, p. 345).

Em “Notas à segunda edição”, Euclides retoma o trecho contestado com o intuito claro de desautorizar as palavras do botânico, a partir da demonstração de conhecimento científico sobre dessemelhanças entre caatinga e catanduva: a primeira, caracterizada por um “cerrado rarefeito e tolhiço”; a segunda, com o aspecto de uma “mata enfezada e dura”. Conforme o autor, o símile não seria um equívoco, mas uma escolha pessoal: “[...] tracei a frase combatida porque a flórua indicada, diversa da que prepondera no sertão, me despontou aos olhos realmente com a última aparência.” (CUNHA, 2002c, p. 791).

Moreira Guimarães, o segundo crítico contemplado em “Notas à segunda edição”, concentra-se em assinalar as “contradições e exageros” de Euclides da Cunha, pois estariam deturpando a beleza da linguagem de *Os sertões*, e desfigurando “[...] o grandioso do quadro em que se avulta, em seriação lógica, toda a história da campanha de Canudos.” (GUIMARÃES, 2003, p. 100). Em alguns pontos, a fragilidade dos argumentos justifica a atribuição de “desvalia” a que se refere o autor da réplica (CUNHA, 2002c, p. 783). É o que ocorre, por exemplo, quando o engenheiro militar considera contraditórias as seguintes assertivas de Euclides da Cunha: “O marechal Bittencourt fez, pelo menos, isto: transmudou um conflito enorme em campanha regular.” (CUNHA, 2002a, p. 664) e “Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada.” (*ibid.*, p. 734, grifos meus). Em nenhum instante do discurso de *Os sertões* é negada ao acontecimento de Canudos a caracterização de campanha. O próprio título do livro – *Os sertões (Campanha de Canudos)* – denuncia as incoerências da acusação de Moreira Guimarães. No trecho em que faz alusão à “charqueada”, numa construção visivelmente metafórica, Euclides prossegue: “Não era a ação severa das leis, era a vingança. Dente por dente. Naqueles ares pairava, ainda, a poeira de Moreira César, queimado; devia-se queimar. Adiante, o arcabouço decapitado de Tamarindo; devia-se degolar.” (*ibid.*, p. 734). Leitores atentos às considerações alinhadas por Euclides da Cunha provavelmente não teriam dúvidas quanto ao significado atribuído ao vocábulo “charqueada”, nem considerariam incoerente a metáfora construída. Talvez por isso a objeção não seja sequer referida em “Notas à segunda edição”. Euclides se atém com maior acuidade ao ponto

¹⁰⁶ Em *Os sertões*, Euclides grafá “caatanduvras” (CUNHA, 2002a, p. 345). Em “Notas à segunda edição”, aparece a variante “catanduva” (CUNHA, 2002c, p. 791). As duas formas estão registradas no *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2009, p. 139 e 171).

em que o engenheiro militar considera contraditórias as proposições “Não temos unidade de raça.” (CUNHA, 2002a, p. 156) e “Atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça.” (*ibid.*, p. 766). A partir das duas sentenças, é que se constrói uma elaborada metáfora envolvendo o granito, em referência aos três mais numerosos grupos étnicos formadores do Brasil¹⁰⁷:

Rocha viva... A locução sugere-me um símile eloqüente.

De fato, a nossa formação como a do granito surge de três elementos principais. Entretanto quem ascende por um cerro granítico encontra os mais diversos elementos: aqui a argila pura, do feldspato decomposto, variamente colorida; além a mica fracionada, rebrilhando escassamente sobre o chão; adiante a arena friável, do quartzo triturado; mais longe o bloco *moutonné*, de aparência errática; e por toda a banda a mistura desses mesmos elementos com a adição de outros, adventícios, formando o incaracterístico solo arável, altamente complexo. Ao fundo, porém, removida a camada superficial, está o núcleo compacto e rijo da pedra. Os elementos esparsos, em cima, nas mais diversas misturas, porque o solo exposto guarda até os materiais estranhos trazidos pelos ventos, ali estão, embaixo, fixos numa dosagem segura, e resistentes, e íntegros.

Assim, à medida que aprofunda, o observador se aproxima da matriz de todo definida, do local. Ora o nosso caso é idêntico – desde que sigamos das cidades do litoral para os vilarejos do sertão.

A princípio uma dispersão estonteadora de atributos, que vão de todas as nuances da cor a todos os aspectos do caráter: Não há distinguir-se o brasileiro no intrincado misto de brancos, negros e mulatos de todos os sangues e de todos os matizes. Estamos à superfície da nossa *gens*, ou melhor, seguindo à letra a comparação de há pouco, calcamos o húmus indefinido da nossa raça. Mas entranhando-nos na terra vemos os primeiros grupos fixos – o *caipira*, no Sul, e o *tabaréu*, ao Norte – onde já se tornam raros o branco, o negro e o índio puros. A mestiçagem generalizada produz, entretanto, ainda todas as variedades das dosagens díspares do cruzamento. Mas à medida que prosseguimos estas últimas se atenuam.

Vai-se notando maior uniformidade de caracteres físicos e morais. Por fim, a rocha viva – o sertanejo. (CUNHA, 2002c, p. 788-9, grifos do autor).

A metáfora apresenta pontos problemáticos, principalmente no que tange à hierarquização entre os elementos étnicos formadores da nação brasileira e à sugestão de que o sertanejo representaria um grupo coeso, com poucas misturas raciais. Afora estas questões, já exaustivamente abordadas pela crítica especializada, o excerto é ilustrativo do zelo de Euclides da Cunha na elaboração de argumentos que pudessem atestar sua idoneidade intelectual e profissional, nos territórios da história e das ciências.

A obsessão pela objetividade e veracidade sinaliza a preocupação do escritor com o testemunho, o arquivo e a prova documental, considerados por Ricoeur componentes imprescindíveis à investigação em história (RICOEUR, 2007, p. 170-92). No testemunho,

¹⁰⁷ Conforme José Carlos Barreto de Santana, os elementos formadores do granito – o feldspato, a mica e o quartzo – corresponderiam ao indígena, ao africano e ao europeu, respectivamente (SANTANA, 2001, p. 124).

conforme o estudioso francês, a asserção de realidade é inseparável do acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. A sentença “Eu estava lá” é a fórmula típica do testemunho. A partir dela, são simultaneamente atestados “[...] a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais da ocorrência.” (RICOEUR, 2007, p. 172). A testemunha atesta diante do outro a realidade da cena à qual declara ter assistido, na esperança de que seu depoimento seja considerado digno de crédito. À sentença “Eu estava lá”, ela adiciona o imperativo “Acreditem em mim”, pois a autenticação do testemunho depende da aceitação daquele a quem é dirigido. Nesse instante, aquilo que se declara verdadeiro se torna não apenas autenticado, como também acreditado (*ibid.*, p. 173). Para afastar as suspeitas porventura ensejadas pelo que se enuncia, a testemunha acrescenta ainda um terceiro ponto à sua declaração: “Se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa” (*ibid.*, p. 173).

Os três aspectos parecem característicos da práxis discursiva da testemunha Euclides da Cunha, sobretudo nos escritos que se propõem a narrar *aquilo que realmente se passou* num cenário de guerra. Em “Notas à segunda edição”, ao tempo que acentua sua participação em Canudos como testemunha ocular através da inscrição da primeira pessoa do discurso nas referências e equiparação a Tucídides, Euclides direciona o leitor a acreditar que suas palavras em *Os sertões* são demonstrações de um depoimento honesto e confiável. Desse modo, assim como nas páginas da narrativa de guerra contada pelo historiador grego, também em *Os sertões* somente teriam sido narrados os acontecimentos atestados pela experiência do espectador e aqueles acessados através de “informações seguras” (CUNHA, 2002c, p. 784).

“Se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa” – é o desafio que, em *Os sertões*, o escritor parece lançar aos leitores, a cada convocação de um interlocutor das mais diversas áreas do conhecimento, para afiançar ou validar suas proposições. O desafio também se instaura nos momentos em que à sua própria voz se juntam outros testemunhos, como nas situações seguintes: “Das palavras desta testemunha, concluí que Antônio Maciel, ainda moço, já impressionava vivamente a imaginação dos sertanejos.” (CUNHA, 2002a, p. 267); “Ele ali subia e pregava. Era assombroso, afirmam testemunhas existentes.” (*ibid.*, p. 274); “Desvendemos – arquivando depoimentos de testemunhas contestes – um dos casos originais dessa campanha.” (*ibid.*, p. 403).

Conforme Paul Ricoeur, o “testemunho é originariamente oral [...]” (RICOEUR, 2007, p. 176). Quando há o ingresso na escrita, o historiador assume a configuração de leitor de arquivos. Numa reportagem datada de 21 de agosto de 1897, quando ainda se encontrava na cidade de Salvador às voltas com as consultas nos jornais locais, sempre em busca de

“acontecimentos que ocorreram realmente”, Euclides assume a postura do “devorador de arquivos” a que se refere Ricoeur (RICOEUR, 2007, p. 275):

A poeira dos arquivos de que muita gente fala sem nunca a ter visto ou sentido, surgindo tenuíssima de páginas que se esfrelam ainda quando delicadamente folheadas, esta poeira clássica – adjetivemos com firmeza – que cai sobre tenazes investigadores ao investirem contra as longas veredas do passado, levanto-a diariamente. E não tem sido improfícuo o esforço. (CUNHA, 2000a, p. 117, grifos do autor).

A crítica especializada é unânime em apontar a dedicação de Euclides da Cunha às pesquisas e estudos que resultaram na escrita de *Os sertões*. As visitas aos arquivos e a seleção dos dados fornecidos pelas testemunhas são os mecanismos que atestam a idoneidade do escritor na proposta de registrar e comprovar *aquilo que realmente ocorreu*. Podem ser considerados provados, conforme Ricoeur, os fatos “suscetíveis de serem afirmados em proposições singulares”, em geral com alusões a datas, lugares, nomes próprios e verbos de ação ou estativos (RICOEUR, 2007, p. 189). Na trajetória do cronista Euclides da Cunha, seja como correspondente de guerra de *O Estado de S. Paulo*, ou nas fases anteriores e posteriores à viagem aos sertões baianos, não é outro o posicionamento perante aquilo que testemunha, observa e transforma em linguagem.

Porém, na escrita, a despeito da ânsia do escritor pela prova documental, *aquilo que realmente se passou* passa a ser a *narração daquilo que realmente se passou*. Nesse particular, são oportunas as distinções de Paul Ricoeur entre “fato histórico” e “acontecimento real rememorado”. Segundo o estudioso, o fato histórico não deve ser confundido “[...] com aquilo que realmente se passou, ou até mesmo com a memória vívida que dele têm as testemunhas oculares, como se os fatos dormissem nos documentos até que os historiadores dali os extraíssem.” (*ibid.*, p. 189). O acontecimento “[...] é aquilo sobre o que alguém dá testemunho. É o emblema de todas as coisas passadas (*praeterita*). Mas o dito do dizer do testemunho é um fato [...]” (*ibid.*, p. 191, grifo do autor). O acontecimento é uma realidade na “consciência testemunha”. O fato é “[...] o conteúdo de um enunciado que visa a representá-lo.” É narração, linguagem, discurso. “[...] ele é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelecem.” (*ibid.*, p. 190). Por outro lado, ainda conforme o crítico, assim como “é preciso recusar a confusão inicial entre fato histórico e acontecimento real rememorado”, também é necessário resistir “à tentação de dissolver o fato histórico na narração e esta numa composição literária indistinguível da ficção” (*ibid.*, p. 189-90). A observação é importante por alertar que nenhum

texto com intenção historiográfica reproduz fielmente os eventos passados. Conquanto seja característico do texto histórico o compromisso com *aquilo que realmente se passou*, a transcrição em linguagem produz lacunas que serão inevitavelmente preenchidas com as avaliações, impressões e subjetividade do sujeito narrador.

Uma reflexão sobre a narrativa histórica a partir dessa perspectiva concorre para legitimar a intenção historiadora de *Os sertões*. À busca pela prova documental se associa o compromisso com a interpretação dos dados coletados, quando são mobilizados conhecimentos das mais diversas áreas do saber para a elaboração de uma leitura convincente sobre a terra, o homem e o conflito sertanejos. Nesses instantes, pode-se dizer que interagem as duas primeiras fases reconhecidas por Ricoeur como constitutivas da operação historiográfica – a fase documental e a fase explicativa ou compreensiva. Afinal, “[...] não há documento sem pergunta, nem pergunta sem projeto de explicação. É em relação à explicação que o documento constitui prova.” (RICOEUR, 2007, p. 193). A observação não insinua a exclusão de *Os sertões* do território do literário. O próprio Ricoeur assinala confluências entre o discurso histórico e o discurso literário.

Em suas incursões sobre a terceira fase da operação historiográfica, o crítico utiliza como correspondentes os termos “representação historiadora”, “representação escriturária” e “representação literária”. A primeira designação imprime à história, da primeira à terceira fase da operação historiográfica, o “selo da escrita”: “dos arquivos aos textos de historiadores, escritos, publicados, dados a ler. [...] o livro de história faz-se documento, aberto à série das reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de revisão.” (*ibid.*, p. 247). A segunda designação está relacionada à dependência do “suporte material em que se inscreve o livro”. A terceira designação alude à “adjunção de signos de literariedade aos critérios de ficcionalidade”. Conforme o crítico, “[...] é graças a essa inscrição terminal que a história manifesta seu pertencimento ao campo da literatura.” (*ibid.*, p. 247).

Por outro lado, se há peculiaridades que marcam a condição ontológica do texto histórico; não há, nos textos literários, uma *essência* definida ou qualidades específicas que demarquem sua ontologia, fora de seu contexto de produção. Segundo Leopoldo Bernucci, “[...] cabe somente aos leitores decidir se uma obra é ou não literária.” (BERNUCCI, 1995, p. 19). Não sendo possível caracterizar a literatura de forma objetiva, Terry Eagleton prefere se referir à “escrita altamente valorativa”, e chama a atenção para o caráter móvel e instável da valoração literária (EAGLETON, 2001, p. 14). Para o teórico, o que se considera literatura num determinado momento pode, em outro, deixar de ser. Uma obra pode ser aceita num

século como filosofia e, no próximo, como literatura, ou vice-versa (EAGLETON, 2001, p. 15). Se muitas obras estudadas como literatura nas instituições acadêmicas foram construídas para esse fim, muitas outras não o foram. Um texto pode ter sua inscrição inicial como história ou filosofia, e passar a ser classificado como literatura. Outro pode começar como literatura e passar a ser valorizado como arqueologia. Alguns textos surgem como literatura, outros atingem essa condição, e a outros o estatuto é imposto. O que importa pode não ser a inscrição inicial do texto, mas o modo pelo qual os leitores o recepcionam (*ibid.*, p. 11-2). Também podem sofrer variações o conceito do público sobre o tipo de escrita considerado como digno de valor, e os motivos que determinam a formação dos critérios de valoração. Parte da literatura é ficcional, outra parte não é. Dentre os textos ficcionais, também há os que não são considerados literários. É característico da literatura o esmero formal, mas não se valoriza como literatura muita retórica elaborada (*ibid.*, p. 15). Não existe uma literatura enquanto coleção de obras de valor real e inalterável, distinta de outros discursos por certas propriedades comuns; tampouco uma obra ou uma tradição literária que seja valiosa por si mesma, a despeito do que se tenha dito ou se venha a dizer sobre ela. O valor diz respeito às escolhas de certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios específicos e à luz de determinados objetivos (*ibid.*, p. 15-6). No caso de *Os sertões*, não obstante os esforços de Euclides para que a obra recebesse uma inscrição literária, conforme demonstram os diálogos com críticos literários da época, dentre estes José Veríssimo, a quem coube a célebre propagação do consórcio entre ciência e arte, não é a simples intenção autoral a responsável pela atribuição de literariedade ao texto. A sacralização do autor é responsabilidade da crítica¹⁰⁸. A constatação, porém, não significa um endosso para a hipótese aventada por Luiz Costa Lima, ao acusar a tradição crítica euclidiana de integrar *Os sertões* à literatura por receio de que sua perenidade fosse ameaçada pelo envelhecimento da teoria que o orientara (LIMA, 1989, p. 239).

Em *Terra ignota*, o crítico maranhense admite haver “textos flutuantes”, construídos na confluência dos discursos, passíveis, com maior frequência, de receber outra inscrição (LIMA, 1997, p. 191). Em *História, ficção, literatura*, o autor não apenas retoma a hipótese aventada no livro anterior, destacando que a heterogeneidade da literatura facilita o acolhimento de obras destinadas inicialmente a outra modalidade discursiva, como também exemplifica o fenômeno a partir do texto *The anatomy of criticism* (1621), de Robert Burton. Conforme o teórico, o livro passou a ser valorizado como literatura a partir do início do século

¹⁰⁸ A sacralização do autor Euclides da Cunha é tema do livro *O enigma de Os sertões*, de Regina Abreu (ABREU, 1998).

XIX, com o movimento romântico, quando já eram obsoletas as informações médicas nele contidas. Ainda segundo o estudioso, embora a heterogeneidade da literatura facilite a acolhida dos textos, o deslocamento não se restringe a essa área discursiva, havendo casos em que um romance passa a ser aceito como documento histórico. Fora do espaço da ficcionalidade, por vezes a literatura abrange obras que, não mais lidas conforme a tipologia textual da época em que foram escritas, continuam despertando interesse, mudando de função. Considerando a possibilidade de os textos receberem uma “segunda morada”, uma função diferente daquela pensada por seus autores, Costa Lima lança um questionamento e uma hipótese: “Não será ainda o que deverá suceder, entre nós, com *Os sertões* (1902) e com *Casa-grande e senzala* (1933), quando, perempto seu propósito de interpretação sócio-histórica do país, neles sobressair a espessura de sua linguagem?” (LIMA, 2006, p. 349-50).

Para receberem uma nova alocação e serem admitidos ao universo literário, os textos necessitariam que sua linguagem apresentasse o “*correlato sensível-codificado do mundo fenomênico*” (*ibid.*, p. 350, grifos do autor). Codificado, porque a linguagem verbal supõe um código, “[...] sua expressividade se cumpre ao lado de sua possibilidade de redundância; e sensível, porque o destaque do produto verbal não depende da formulação de conceitos [...]” (*ibid.*, p. 350). De forma lacônica, sem deixar claro como o conceito de “correlato sensível-codificado do mundo fenomênico” poderia ser aplicado a *Os sertões* ou à *Casa-grande e senzala*, Costa Lima abandona o questionamento e a hipótese supracitados e passa a enumerar, também de forma lacônica, os gêneros “heterogêneos” – a carta, o ensaio, o diário, a autobiografia etc. Segundo o autor, seriam essas as modalidades discursivas mais apropriadas a receber uma destinação diferente daquela aceita na época de sua escrita para, enfim, serem acolhidas pela “heterogeneidade” da literatura (*ibid.*, p. 350-1).

De início, o posicionamento aparenta ser a demarcação de certa distância em relação à tese de que em *Os sertões* a ciência e a arte seriam modalidades discursivas hierarquizadas; ou a defesa da possibilidade de apresentarem dupla inscrição discursiva textos como *Os sertões* ou *Casa-grande e senzala*, ou os inseridos nos chamados gêneros heterogêneos. No entanto, o autor logo retoma as ideias defendidas anteriormente, e atribui às formas híbridas a única possibilidade para a configuração de dupla inscrição discursiva:

[...] aquelas que, tendo uma primeira inscrição reconhecida, admitem, por seu tratamento específico da linguagem, uma inscrição literária. Para tanto, será preciso que se reconheça a *permanência da eficácia das marcas da primeira, ao lado da presença suplementar da segunda.* (*ibid.*, p. 352, grifos do autor).

Apesar de admitidas no território da literatura, as formas híbridas recebem do autor um tratamento depreciativo. Sem “traço específico”, sem “dignidade própria”, seriam consideradas literárias apenas por não possuírem uma “inscrição particularizada”:

São ensaios que pouco experimentam para que se chamassem ensaios, são pesquisas historiográficas que apenas arredondam o que já se sabia, são fantasias que, sem romper com a dispersão própria à fantasia, falam incessantemente dos sonhos despertos de alguém; são, mais comumente, livros de personagens do momento, políticos ou astros mediáticos, que o *marketing* precisa promover. A designação ‘literatura’ é, nesses casos, pura arbitrariedade. Com a passagem do tempo, podem se tornar curiosas ou ser documentos de uma época. Na maioria dos casos, são apenas o que são: páginas reunidas para o consumo, obras compostas com o propósito de se tornarem *best-sellers*, que, não podendo ter outro lugar, são acolhidas pela heterogeneidade da literatura. Não se trata de propagar o preconceito contra o *best-seller*. *O Quixote*, dizem seus estudiosos, foi um. Quando surgiu a primeira tradução do *Ulysses* para o português, suas vendas foram fantásticas. Mas ninguém pensaria que tenham sido elas compostas para esse fim. O *best-seller* é impropriamente literatura não porque venda muito (!), mas porque lhe é imprescindível a linguagem diluída, que apenas confirma o que o público já sabe e espera. (LIMA, 2006, p. 353, grifos do autor).

Ao classificar as “formas híbridas” como demonstração de má literatura, menos dignas, portanto, que os textos sobre os quais não paira dúvida a respeito da ontologia discursiva, Costa Lima advoga como condição básica para sua composição a permanência das marcas da primeira inscrição ao lado das marcas da segunda – esta apenas complementar à primeira, no sentido de parte que se junta a um todo para ampliá-lo, esclarecê-lo, aperfeiçoá-lo. O autor parece propor uma hierarquização entre uma e outra inscrição, assim como procede com *Os sertões*, quando atribui à ciência uma posição central, e à literatura uma posição secundária. Considerado o último aspecto, seria suficiente para a inclusão do livro de Euclides da Cunha na categoria de “formas híbridas” o reconhecimento das marcas da primeira inscrição – a científica – ao lado das marcas da segunda – a literária. Porém, admitir como sensato o entendimento de Luiz Costa Lima implica também conceder a *Os sertões* uma carga pejorativa. Embora um dos últimos textos sobre a Guerra de Canudos escritos à época, com praticamente todas as informações factuais presentes também em outros autores, não seria apropriado dizer que a obra apenas “confirma o que o público já sabia e esperava”, ou que se configura como “páginas reunidas para o consumo” ou, ainda, que se trata de uma “pesquisa historiográfica que apenas arredonda o que já se sabia”. Sucesso editorial há anos, com mais de cinquenta edições em português e várias traduções em diversos países do mundo, nas línguas espanhola (1938 e 1941), inglesa (1920 e 1944), francesa (1947 e 1993),

holandesa (1954), chinesa (1959), alemã (1959 e 2000), sueca (1945), italiana (1953), dinamarquesa (1948), japonesa, além possuir excertos em russo, *Os sertões* pode ser considerado um *best seller*, mas não se encaixa na definição reducionista concedida ao termo pelo teórico maranhense. O livro, ao contrário, parece ensejar um alargamento dessa noção de *best seller*, a partir de sua inscrição como narrativa que detém algo que não se sabe e não se espera, uma espécie de conteúdo subjacente que o torna texto de partida para produções posteriores, fazendo-se ele próprio um mecanismo de questionamento de teorias que insistem em demarcar quais seriam as características da *boa literatura*.

Em outro instante da obra, Costa Lima demonstra oscilações em sua tese de hierarquização entre ciência e arte na organização discursiva de *Os sertões*, ao reconhecer na literatura um espaço de acolhida para “textos que não cabem nas distinções discursivas usuais” (LIMA, 2006, p. 382), e insistir, logo adiante, no postulado de que “[...] a literatura se faz explicitamente presente n’*Os sertões* tão-só como borda que ornamenta um argumento que se quer científico.” (*ibid.*, p. 383). O estudioso sugere não haver fundamentação teórica para justificar a permanência do modelo interpretativo de José Veríssimo até aos tempos contemporâneos. No entanto, alguns de seus argumentos põem sob suspeição o caráter dissidente da teoria, pois aparentam alinhamento com a homogeneidade interpretativa da tradição crítica iniciada com o historiador paraense, no que tange à amplitude concedida ao termo literatura:

[...] se não chamaremos de ficcional um relato de viagem como o *Tristes tropiques* (1955), cuja qualidade de narrativa não pertence ao mesmo *corpus* antropológico da obra de seu autor, será absurdo considerá-lo integrável à literatura? [...]. Os gêneros literários não estritamente ficcionais mais bem aparecem como modalidades oscilantes, muitas vezes auxiliares da história social, sem contudo aí se esgotarem. Na falta de um exame circunstanciado de relatos de viagem, como o *Tristes tropiques* e/ou de autobiografias da qualidade de composição como *Les Mots* (1964), de Sartre, deveremos dizer que, excluídos os gêneros ficcionais em prosa e verso, à literatura pertencem os textos oscilantes, sem classificação discursiva absoluta. Essa oscilação pode servir para que se evite um endurecimento de apreciação – o texto à minha frente é isso ou aquilo – ou para um mero jogo mercadológico – útil pelo que apresenta, tal livro é recomendável porque tem a fluência de uma obra “literária”. (*ibid.*, p. 382-3, grifos do autor).

Costa Lima admite a integração de textos não ficcionais à literatura – a exemplo de autobiografias e relatos de viagem –, com a ressalva de que a maior parte dos textos literários seja formada por modalidades ficcionais, mas não estende o entendimento à narrativa de Euclides da Cunha. No mesmo excerto, para dissipar qualquer equívoco

porventura ensejado pelas palavras supracitadas, o teórico reitera seu distanciamento da tradição crítica euclidiana, destacando não pretender “salvar” a interpretação homogênea comumente dada a *Os sertões* (LIMA, 2006, p. 383). Embora fragilize a teoria exposta a ausência de justificativas plausíveis para a exclusão de *Os sertões* do rol dos “textos oscilantes, sem classificação discursiva absoluta” (*ibid.*, p. 382), os argumentos apresentados são relevantes por destacarem a imprecisão da expressão “obra de arte da linguagem” em referência ao livro, bem como pela recusa da correspondência entre a literariedade do texto e os equívocos científicos e históricos do autor.

Outra provocação significativa de Luiz Costa Lima se efetiva nas acusações à tradição crítica euclidiana de promover a integração de *Os sertões* à literatura por receio de sua perenidade ser ameaçada pelo desuso das teorias que o orientam (LIMA, 1989, p. 239). O estudioso acentua outra razão para justificar a sobrevivência do texto: “Mas este próprio temor por sua precibilidade parece precipitado. Que obra sociológica nossa poderia ser mais atual senão aquela que mostra a perplexidade do analista ante a interpretação do país?” (*ibid.*, p. 239). O questionamento é importante por sugerir que a literariedade por si só não é o requisito básico para garantir a permanência de uma obra na posteridade. Independente da natureza ontológica, há textos que conservam “algo como um segredo ou uma riqueza”, que lhes permite continuar sendo ditos. Conforme Michel Foucault, esta é uma peculiaridade dos textos literários, mas também dos textos religiosos ou jurídicos (FOUCAULT, 2009a, p. 22).

Neste caso, à tradução pode ser tributada a revitalização dos textos, sejam literários ou não. É o que parece acontecer com a obra de Euclides da Cunha. As demonstrações da “perplexidade do analista ante a interpretação do país”, conforme Luiz Costa Lima prefere denominar, sobrevivem não porque inscritas num texto valorizado como literário, mas porque circunstâncias várias fomentam a necessidade de retorno aos seus significados subjacentes. Não se trata de negar a literariedade da obra, mas acentuar sua condição de atributo extrínseco, fruto do olhar de leitores e críticos, não relacionado diretamente ao destino do texto. Euclides despendeu esforços para que *Os sertões* recebesse uma inscrição literária, conforme sinalizam os constantes diálogos com a intelectualidade de sua época, mas não cabe ao escritor decidir a ontologia discursiva de sua produção, tampouco forjar sua própria sobrevivência. A obra adquiriu uma força seminal ao longo do tempo que desafia a capacidade de compreensão dos críticos mais experimentados. Encerrar a discussão atribuindo à literariedade a responsabilidade exclusiva pela permanência do interesse pelo texto na atualidade é uma decisão estéril, pois mantém à margem outras linhas de pensamento, que podem lançar luzes sobre aspectos ainda pouco contemplados nos estudos

euclidianos, como as condições de forjamento e sobrevivência das impressões de viagem do autor no imaginário nacional. Nessa perspectiva, a primeira possibilidade de leitura é a inserção da obra nos estudos da tradução, tema do próximo capítulo: primeiro, porque Euclides recorre a uma dinâmica antropofágica na escrita, que torna difícil precisar o que pertence a cada um dos autores consultados; segundo, porque os subsequentes e constantes retornos à obra promovem sua revitalização, tornando nulas noções como *original* e *cópia*, já que não instauram uma relação de dependência entre o texto de partida e o texto de chegada. A segunda possibilidade de leitura, tema do quarto capítulo, é a inscrição do esquecimento como necessidade intrínseca ao trabalho de retorno e de produção de discursividades, responsáveis pela rememoração da obra como documento de interpretação nacional.

4. A TRADUÇÃO NO FORJAMENTO E SOBREVIVÊNCIA DOS FENÔMENOS MIDIÁTICOS EUCLIDES DA CUNHA, GUERRA DE CANUDOS E OS *SERTÕES*

E venho lembrar-lhe uma velha promessa, feita aí, quando os *Sertões* [*sic*] eram apenas um projeto: traduzi-lo em francês. Se quiser fazê-lo cedo-lhe todos os direitos, abrindo mão de todos os lucros materiais que disso me possam advir; e estou pronto a firmar qualquer compromisso escrito, nesse sentido. (CUNHA, 1997, p. 147).

A Campanha de Canudos foi o primeiro evento histórico brasileiro a ter cobertura diária na imprensa (LEVINE, 1995, p. 53). Trata-se, conforme Walnice Nogueira Galvão, do acontecimento jornalístico mais importante do ano de 1897 (GALVÃO, 1976, p. 55). Ao tempo que as notícias sobre o fato foram amplamente divulgadas no Brasil, também o foram em vários países do mundo, transformando a guerra, segundo Berthold Zilly¹⁰⁹, num “[...] evento de mídia não só no Brasil, mas nas Américas e em toda a Europa [...]” (ZILLY, 2002, p. 63). Nesse sentido, ainda conforme o tradutor de *Os sertões*, a guerra foi extremamente moderna, não apenas pelo emprego de tecnologia militar avançada, mas também por ter estado atrelada a uma ferrenha campanha propagandística veiculada pela imprensa brasileira e internacional¹¹⁰, que não somente acompanhou como também precedeu e preparou a campanha bélica contra os belo-montenses¹¹¹ (ZILLY, 1997a, f. 1). Segundo Walnice Galvão,

É difícil, para o leitor de hoje, aquilatar o porte e a extensão que o jornalismo da época deu à Guerra de Canudos. Afora as rápidas menções dos historiadores, temos as referências do próprio Euclides da Cunha n’*Os*

¹⁰⁹ Berthold Zilly é o último tradutor de *Os sertões* para o alemão. Seu texto, publicado em 2000, é a segunda tradução do livro na Alemanha.

¹¹⁰ Berthold Zilly discute a cobertura da guerra na imprensa europeia nos artigos “Canudos telegrafado: a guerra do fim do mundo como *evento de mídia* na Europa de 1897” (ZILLY, 1997a; ZILLY, 1999a) e “A guerra do sertão como ‘evento de mídia’ na Europa de 1897” (ZILLY, 1997b). A cobertura da guerra na imprensa brasileira é tema de *No calor da hora*, de Walnice Nogueira Galvão (GALVÃO, 1994b). No livro, são reproduzidos artigos jornalísticos da quarta expedição.

¹¹¹ Estas informações estão em “Canudos telegrafado: a guerra do fim do mundo como *evento de mídia* na Europa de 1897” (ZILLY, 1997a). O artigo foi publicado no ano 2000, na revista alemã *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Trata-se de uma palestra proferida na Universidade de Colônia, Alemanha, em maio de 1997, durante o Simpósio Internacional “O Movimento socio-religioso de Canudos”. Como não disponho do texto publicado em *Ibero-Amerikanisches Archiv*, estou utilizando nas citações uma versão em formato *word*, gentilmente enviada pelo autor através de e-mail. O texto apresenta 43 laudas e corresponde à palestra proferida em 1997. O artigo também foi publicado, com algumas alterações, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 160, n. 405, p. 785-812, out./dez. 1999.

sertões, e é em geral por via desta fonte que se pode ter uma idéia do estardalhaço que a imprensa fez. Ainda assim, informação já filtrada e ocupando um lugar reduzido dentro do livro, ela não prepara o leitor para o espanto que o toma ao compulsar os exemplares do jornal. (GALVÃO, 1994b, p. 54).

Contudo, embora as referências à cobertura jornalística da Guerra de Canudos estejam, em *Os sertões*, filtradas pelo olhar do autor, elas são importantes para que a imprensa seja inscrita como uma tradutora dos eventos ocorridos no sertão baiano, com um papel decisivo na mobilização da opinião pública brasileira e estrangeira contra os conselheiristas. Euclides chega a mencionar notícias publicadas no dia 30 de julho de 1897 num jornal argentino, o *La Nación*¹¹², demonstrando ter conhecimento a respeito da internacionalidade da cobertura jornalística sobre o evento (CUNHA, 2002a, p. 644). Quanto aos jornais brasileiros, são citados trechos de *O Estado de S. Paulo*, *Gazeta de Notícias* e *O País*, respectivamente, a partir dos quais o autor denuncia ter havido duas campanhas contra Canudos – uma delas impulsionada pelo Exército Brasileiro; a outra movida pela imprensa:

Trata-se da Restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parrelhas com o mal. A monarquia arma-se? Que o presidente chame às armas os republicanos. (*apud* CUNHA, 2002a, p. 499).

Não há quem a esta hora não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a unidade do Brasil. (*ibid.*, p. 499).

A tragédia de 3 de março em que juntamente com o Moreira César perderam a vida o ilustre coronel Tamarindo e tantos outros oficiais briossíssimos do nosso exército, foi a confirmação de quanto o partido monarquista à sombra da tolerância do poder público, e graças até aos seus involuntários alentos, tem crescido em audácia e força. (*ibid.*, p. 499).

Era conveniente para o Governo brasileiro fazer a população acreditar que o movimento de Canudos estava associado a uma rebelião político-monarquista contrária à República recém-instaurada, inspirada nos ideais franceses de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Porém, a fim de não ser superestimada a responsabilidade dos jornais na manipulação da opinião pública contra o movimento sertanejo, torna-se oportuno ressaltar que, em muitos momentos, a própria imprensa teve suas ações manipuladas por meio de documentos falsos, comumente entregues aos jornalistas para deles se apropriarem e

¹¹² Em nota inserida em *Os sertões*, Euclides menciona o jornal *A Nación*. Porém, comentando a nota, o editor Leopoldo Bernucci informa que o nome correto do diário portenho é *La Nación* (CUNHA, 2002a, p. 644).

transformarem em notícias. Robert Levine lembra que oficiais tão influentes quanto Artur Oscar chegaram a distribuir à imprensa cópias falsificadas de cartas, relatando, por exemplo, o uso, por líderes monarquistas, da casa de verão do imperador, em Petrópolis, como base de articulação para um complô antirrepublicano (LEVINE, 1995, p. 53). Antes mesmo da morte de Moreira César, já era intensa no país a mobilização da opinião pública contra os monarquistas. Em 09 de fevereiro de 1897, logo após o amanhecer, vários homens atacaram os jornais *Gazeta da Tarde e Liberdade*, de Gentil de Castro. O coronel foi acusado de ter fornecido armas e dinheiro para Canudos, em nome dos monarquistas. Na oportunidade, os funcionários se defenderam disparando tiros de alerta, pondo fim ao ataque, mas não impediram que as recriminações de ambos os lados perdurassem por vários dias. Comprometido com a política republicana, o comandante de polícia do Rio de Janeiro ordenou aos policiais que não defendessem os jornais monarquistas de quaisquer ataques que viessem a sofrer. A morte de Moreira César, ocorrida em 04 de março, intensificou as agitações na cidade. No dia 07 de março, em vingança pela morte do comandante florianista, policiais se juntaram aos revoltosos da rua do Ouvidor, da rua do Sacramento e de várias outras vias transversais, e participaram do empastelamento dos três principais jornais monarquistas da cidade – *Gazeta da Tarde, Liberdade e Apóstolo*. O material apreendido foi lançado numa fogueira, montada no largo de São Francisco. Logo depois do empastelamento dos jornais, os manifestantes invadiram a residência de Gentil de Castro, e destruíram a mobília, roubando quadros e vasculhando armários à procura de cartas e documentos que o relacionassem aos moradores de Canudos. No mesmo dia 07, em São Paulo, houve o empastelamento do jornal *O Comércio de São Paulo*. Na manhã do dia seguinte, assassinaram o coronel Gentil de Castro com um tiro, na estação São Francisco Xavier, quando tentava retornar de trem a Petrópolis¹¹³ (*ibid.*, p. 56-8).

O grande enfoque dado ao evento de Canudos pela imprensa transformou-o num texto altamente desdobrável, aberto a múltiplas e contínuas transformações, que continuam a se disseminar, permitindo a proliferação de novos sentidos e novas produções culturais. Dentre as muitas obras sobre o tema publicadas no período imediatamente posterior ao término da guerra, destacam-se as seguintes: *A quarta expedição contra Canudos* (1898), do major Antônio Constantino Nery; *Os jagunços* (1898), de Afonso Arinos; *Última expedição a Canudos* (1898), do tenente-coronel Emídio Dantas Barreto; *O rei dos jagunços* (1899), do

¹¹³ O conteúdo desenvolvido neste parágrafo foi retomado de minha dissertação de mestrado, intitulada *O destecer de enredos: uma leitura d'Os sertões, de Euclides da Cunha*, defendida em 2003, na Universidade Estadual de Feira de Santana (DIAS, 2003, f. 58-9).

correspondente do *Jornal do Commercio* Manuel Benício¹¹⁴; o *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a Campanha de Canudos* (1899), do deputado César Zama (Wosley); *A Campanha de Canudos* (1900), de Aristides Milton; *Descrição de uma viagem a Canudos* (1900), de Alvim Martins Horcades; o poema *Tragédia épica: guerra de Canudos* (1900), de Francisco Mangabeira; o *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* (1901), coordenado pelo correspondente do *Jornal de Notícias* Lélis Piedade; e *A Guerra de Canudos* (1902/1903), de Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares. Todas essas obras, porém, viram-se ofuscadas pelo impacto causado por uma das últimas interpretações sobre a guerra publicadas na época – *Os sertões*, de Euclides da Cunha, lançado em 02 de dezembro de 1902, e convertido, ao longo da história, numa referência obrigatória para as pesquisas sobre o assunto.

Embora, segundo Leopoldo Bernucci, não haja certezas de que Euclides tenha manuseado qualquer uma das obras supracitadas, exceto, talvez, o livro do coronel Dantas Barreto, o intertexto entre *Os sertões* e algumas delas é facilmente perceptível a partir de uma análise comparativa. A proposta, no entanto, não é o estabelecimento de critérios de originalidade e de paternidade. Para o crítico, é preferível que essas obras sejam tratadas como coetâneas do livro de Euclides, ficando o leitor convidado a lê-las como melhor lhe parecerem. “A contemporaneidade que afeta as publicações é outro fator desnorteante para se estabelecer obras precedentes ou pósteras.” (BERNUCCI, 1995, p. 114). Bernucci registra a ocorrência de uma complexa relação entre os textos, lembrando que *Os jagunços* (1898), de Afonso Arinos, *Última expedição a Canudos* (1898), de Emídio Dantas Barreto, e *O rei dos jagunços* (1899), de Manuel Benício, foram publicados no mesmo período em que *Os sertões* estava em processo de gestação, época em que houve notáveis produções jornalísticas de Afonso Arinos, n’*O Comércio de São Paulo*, e Manuel Benício, no *Jornal do Commercio*. Euclides escreveu sobre Canudos para *O Estado de S. Paulo* no mesmo período em que outros jornais, através de seus correspondentes, também se pronunciavam a respeito do tema. Desse modo, ainda conforme o estudioso, não deixa de ser provável “[...] que ambos, Euclides e seus colegas de redação, se lessem mutuamente.” (*ibid.*, p. 114). De qualquer forma, não há como negar que as matérias jornalísticas veiculadas na imprensa da época sejam produções das quais Euclides se utilizou para tecer sua tradução da Guerra de Canudos.

¹¹⁴ Manuel Benício foi ameaçado de morte por oficiais em virtude de críticas à estratégia militar traçada pelo comandante da 4ª expedição, o general Artur Oscar. Por essa razão, foi obrigado a se retirar de Canudos em agosto de 1897, antes do término do conflito (VILLA, 1999, p. 252-3).

Há muito a crítica vem destacando diálogos entre *Os sertões* e outros textos. Em *A imitação dos sentidos* (1995), Leopoldo Bernucci investiga as relações intertextuais entre Euclides da Cunha e dois autores prógonos – Victor Hugo (*Noventa e três*) e Domingo Sarmiento (*Facundo*); dois autores epígonos – Monteiro Lobato (*Urupês* e *Cidades mortas*) e Graciliano Ramos (*Vidas secas*); e um autor contemporâneo (Afonso Arinos). Passados mais de cem anos da publicação do livro, além das inúmeras produções artísticas que o rememoram e o transformam, as linguagens e saberes nele mobilizados e tensionados continuam desencadeando inúmeros estudos em diferentes áreas do conhecimento – Estudos Literários, História, Geologia, Jornalismo, Comunicação, Sociologia, Geografia, Antropologia, Etnografia etc. Conforme Valentim Faccioli, se nenhuma área do saber pode reivindicar exclusividade sobre o direito de perscrutá-lo, também nenhuma pode excluí-lo inteiramente de seu campo de atuação (FACIOLI, 1990, f. 2).

Toda essa proliferação de sentidos em torno do livro de Euclides da Cunha é o que legitima sua inserção nos estudos da tradução – entendida conforme acepção de Roman Jakobson. Segundo o teórico, há três tipos possíveis de tradução: a “tradução interlingual ou tradução propriamente dita”, relacionada à interpretação de signos verbais através de outra língua; a “tradução intralingual ou reformulação”, que interpreta signos verbais por meio de outros signos da mesma língua; e a “tradução intersemiótica ou transmutação”, que consiste na interpretação de signos verbais através de sistemas de signos não verbais, ou na transposição de um sistema de signos para outro – da arte verbal para a música, a dança, o cinema ou a pintura, por exemplo (JAKOBSON, 2003, p. 43 e 47). A primeira modalidade se aplica a *Os sertões* porque, na história do livro, há várias traduções em diversos países do mundo. A “tradução intralingual ou reformulação” é adequada para designar os diversos estudos ou atividades culturais relacionadas a Euclides da Cunha, *Os sertões* e à Guerra de Canudos. As três temáticas também se alinham à “tradução intersemiótica ou transmutação”, pois sempre rememoradas e transformadas através de inúmeras produções artísticas e culturais. Com o surgimento das teorias feministas, pós-coloniais e multiculturalistas, as percepções de mundo foram modificadas, e o conceito de tradução ganhou novos contornos. Passou-se a falar, então, em tradução intercultural, que envolve aspectos linguísticos, históricos, sociais e culturais. Portanto, mais do que um exercício meramente interlingual, a tradução é uma negociação intercultural, um ato de interpretação, uma reescrita, uma transformação de textos a partir dos quais se constroem novos sentidos, não hierarquizados, que tornam nulas ou inadequadas concepções como original, cópia e fidelidade (ou traição) a um modelo.

Essa última perspectiva de tradução, associada às três outras modalidades, converte *Os sertões* num dos textos mais traduzidos da cultura brasileira. A potência seminal do livro e a favorável recepção crítica desde o lançamento estão entre os principais fatores responsáveis pela fundação e consolidação do fenômeno midiático Euclides da Cunha. Além disso, devem ser consideradas a morte trágica do autor e a cobertura do fato pelos jornais da época, bem como a atuação dos biógrafos na construção e difusão da imagem de um homem ético, de conduta ilibada, que teria sacrificado a vida pessoal por amor ao Brasil¹¹⁵. Na imprensa, à medida que era divulgado o assassinato – o evento mais recente –, fazia-se a rememoração de eventos anteriores – as viagens a Canudos e à região amazônica, por exemplo. Se a participação de Euclides da Cunha como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a Guerra de Canudos servira de esteio para a escrita de *Os sertões*, de favorável recepção crítica, estimulava-se o leitor a presumir, frustrado, que a viagem como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, na Amazônia, cujas impressões seriam registradas em *Um paraíso perdido*, teria trazido ao autor resultados e consequências afins.

A confluência desses aspectos deu origem a diversas ações em homenagem ao escritor, a exemplo do euclidianismo, com sede em São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo. O movimento teve início no dia 15 de agosto de 1912, terceiro aniversário da morte de Euclides, quando alguns amigos e intelectuais que o admiravam fizeram uma romaria cívica com o intuito de prestar-lhe uma homenagem póstuma. Na primeira romaria, conforme Regina Abreu, seis pessoas saíram em caminhada da Prefeitura Municipal até a cabana de zinco e sarrafos, onde Euclides teria escrito trechos de *Os sertões*, solenemente vestidas de preto, recebendo adesões pelo caminho. Tempos depois, o evento foi transformado em festa oficial da cidade e do governo de São Paulo (ABREU, 1998, p. 312-3). A homenagem configurou-se como uma retomada do movimento “Por protesto e adoração”, fundado em 1911, na cidade do Rio de Janeiro, por Alberto Rangel, Coelho Neto e outros amigos de Euclides, indignados com dois acontecimentos relacionados à vida de Dilermando de Assis: primeiro, a absolvição pela morte do escritor, ocorrida em 05 de maio de 1911; segundo, o casamento com a viúva, senhora Anna da Cunha, celebrado uma semana depois, no dia 12 de maio. Na oportunidade, dia 15 de agosto de 1911, segundo aniversário da morte de Euclides, os integrantes do grupo se reuniram diante do túmulo, no cemitério São João Batista, onde

¹¹⁵ Iraci Simões da Rocha investiga a consagração do escritor Euclides da Cunha e sua obra na tese *Imagens do intelectual Euclides da Cunha: permanência e deslocamentos* (ROCHA, 2007) e no artigo “Do humano e do divino: identidade e representação em Euclides da Cunha” (ROCHA, 2008).

fizeram o juramento de difundir suas ideias. O clima de protesto e adoração continuou preservado em reuniões posteriores. Segundo Regina Abreu, no discurso da cerimônia realizada em 1915, o orador Coelho Neto comparou a trajetória de Euclides com a de Jesus Cristo, “[...] anunciando que, assim como Cristo havia ressuscitado, Euclides também ressuscitaria por meio da celebração dos amigos.” (ABREU, 1998, p. 300).

No Rio de Janeiro, logo se esvaiu a promessa tão calorosa dos primeiros anos. Em São José do Rio Pardo, ao contrário, o movimento euclidiano vem se mantendo regularmente, já tendo chegado à marca de mais de um século de existência. Graças a um epíteto concedido em 1918 por Vicente de Carvalho, a cidade é reconhecida no imaginário popular como a “meca do euclidianismo” (MASCHIETTO, 2002, p. 77). Às margens do rio Pardo, onde está situada a ponte metálica reconstruída pelo escritor e reinaugurada em 18 de maio de 1901, há o espaço denominado Recanto Euclidiano. No local, além da ponte, existem outros monumentos em homenagem ao escritor. Os mais significativos são a cabana e o mausoléu. A cabana teria sido o escritório tanto para as atribuições da engenharia quanto para os compromissos literários. Está protegida, desde 1928, por uma redoma de vidro. No mausoléu, estão os restos mortais do autor e os de Euclides da Cunha Filho, assassinado em 1916, também por Dilermando de Assis. Os corpos foram trasladados do Rio de Janeiro, e depositados no sepulcro em 15 de agosto de 1982.

Conforme se depreende dessas breves referências ao movimento euclidiano em São José do Rio Pardo, as ações em homenagem ao escritor estão associadas à rememoração de sua morte trágica. Sobre o assunto, alerta-nos Márcio José Lauria, um dos mais entusiasmados euclidianos rio-pardenses:

Ora, pensarão muitos, sem dúvida desavisados: essas Semanas Euclidianas devem ter nascido da justa admiração que as obras do engenheiro-escritor suscitaram nos seus muitos leitores, empolgados pelo seu estilo e fascinados pelos temas universais defendidos. Nada menos verdadeiro. [...]. É de se conjecturar que se Euclides da Cunha não tivesse morrido tão cedo (aos 43 anos) e de morte tão violenta (assassinado a tiros), à exceção de um Francisco Escobar e dos amigos rio-pardenses que se contam nos dedos de uma só mão, ninguém mais se lembraria dele nesta cidade onze anos após o término da reconstrução da ponte metálica. Foi o drama passionai e o seu trágico fim – quem sabe já antevisto por alguém aqui da terra – que levaram algumas bondosas pessoas a um encontro de rememoração junto à cabana tosca, à margem do rio Pardo, no 15 de agosto de 1912. (LAURIA, 2002, p. 18).

Francisco Escobar, a quem se refere Márcio Lauria, é um dos interlocutores privilegiados do autor de *Os sertões*, destacando-se como o destinatário que recebeu o maior

número de correspondências¹¹⁶. Numa destas, escrita em 14 de maio de 1902, Euclides dá pistas de como gostaria de ser lembrado e *cultuado* na posteridade. O texto aparenta ser um programa de atividades que poderiam ocorrer em sua homenagem, em 18 de maio de 1902, o primeiro aniversário da ponte reconstruída em São José do Rio Pardo. É o próprio escritor quem sugere uma caminhada, como nas peregrinações religiosas, e pede para que dele se recordem:

Sempre planeei estar aí dia 18, no 1º aniversário da ponte. Não estarei aí. Mas estarão: você, o Álvaro, o João Moreira e o Jovino. *Encaminhem-se* para lá naquele dia, paguem uma garrafa de *cerveja* (Barbante) ao velho Mateus e *recordem-se* por um minuto do amigo agradecido, ausente... Será uma bela *comemoração*. Neste país de esnobismo reles não desejo outras. Manda-me dizer depois os episódios principais da *feira*. (CUNHA, 1997, p. 134, grifos meus).

Após ser informado pelo amigo a respeito das atividades em rememoração ao primeiro aniversário da ponte, Euclides escreve uma nova carta, em 22 de maio de 1902, na qual aparenta estar desencantado com o esquecimento dos amigos rio-pardenses, talvez por não terem organizado uma “bela comemoração”, com “episódios” que merecessem ser relatados:

– Magnífico! A comemoração do aniversário da minha ponte (ah! não estar ela num dos trechos deste incomparável Paraíba¹¹⁷) não poderia ser melhor. Convirás em que eu nunca imaginei que lá aparecessem algumas centenas de indivíduos, que, com os foguetes, as bandeirolas velhas, o assobio dos moleques e os tabuleiros de doces, são a matéria-prima do que nesta costa d’África da América se chamam manifestações!... Não! sempre desejei aquilo: dois ou três amigos que ali chegassem e se lembrassem, durante algum tempo, de mim. Iludi-me apenas num ponto: *os numerosos* quatro amigos de que falei antes, reduziram-se a dois: você e o Lafaiete. Mas estes... Estou satisfeitíssimo [...]. (*ibid.*, p. 135, grifo do autor).

O autor demonstra indiferença pelos “foguetes”, “bandeirolas”, “assobio dos moleques” e “tabuleiros de doces”, típicos, segundo ele, das “manifestações” populares. Por outro lado, se não eram importantes, por que mencioná-los? Por que a referência às “centenas de indivíduos” que não compareceram às margens do rio Pardo para rememorar-lo? Por que o

¹¹⁶ Na *Correspondência de Euclides da Cunha*, organizada por Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti, há cinquenta e uma correspondências de Euclides da Cunha endereçadas a Francisco Escobar (CUNHA, 1997).

¹¹⁷ Euclides se refere ao Paraíba do Sul, que banha os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O rio atravessa a região socioeconômica do Vale do Paraíba, cuja história se liga aos ciclos econômicos do café, período de opulência financeira que deu prestígio e poder político à região. Na atualidade, a região se destaca por concentrar parcela considerável do PIB brasileiro.

desejo de que a ponte tivesse sido reconstruída num dos trechos do rio Paraíba, de importância econômica maior que a do rio Pardo? Seja como for, o fato é que Euclides não esconde o desejo de ser lembrado, de ser festejado.

Em 1902, antes da publicação de *Os sertões* e da morte trágica do autor, somente duas pessoas estiveram presentes no ato de rememoração. Atualmente, após esses acontecimentos, são muitos os que comparecem a São José do Rio Pardo com este intento. Durante o festejo maior, a Semana Euclidiana¹¹⁸, comemorada de 09 a 15 de agosto, sempre há os que caminham em direção às margens do rio. Alguns aproveitam o ensejo para tomar cerveja, como queria o autor. Outros, à sua revelia, comparecem com “foguetes”, “bandeirolas”, “assobios” e “tabuleiros de doces”, mais particularmente no último dia do evento, quando acontece a tradicional romaria cívica¹¹⁹. Há também aqueles que preferem as *fudegas*¹²⁰ regadas a vinho em noites geladas sob o amparo do Cristo¹²¹. São papéis distintos, vivenciados por atores muitas vezes coincidentes, já que muitos, dentre os anteriormente mencionados, também participam das cerimônias solenes, como o desfile cívico em

¹¹⁸ A primeira Semana Euclidiana foi realizada em 1938, por iniciativa do médico Oswaldo Galotti. O evento teve continuidade nos anos seguintes, sempre contando com a participação de estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior, além de pesquisadores de universidades brasileiras e de algumas do exterior. Diversas atividades ocorrem durante a Semana Euclidiana: desfile, romaria cívica, ciclo de estudos, mesas-redondas, conferências, feiras, exposições, apresentações de arte, competições esportivas, maratonas intelectuais, bailes e recepções sociais. Em 1946, foi criada a Casa de Cultura Euclides da Cunha, com o objetivo de desenvolver atividades próprias de museu, arquivo e biblioteca. A instituição é responsável pela organização dos eventos da Semana Euclidiana (MASCHIETTO, 2002, p. 27). A Casa Euclidiana, como é mais conhecida, funciona na residência onde Euclides da Cunha morou durante o período em que esteve em São José do Rio Pardo conduzindo os trabalhos de reconstrução da ponte metálica.

¹¹⁹ A cerimônia encerra a Semana Euclidiana. Não mais há pessoas vestidas de preto, como nas primeiras celebrações, tampouco uma atmosfera solene. Por volta das quatorze horas, os euclidianos e/ou curiosos saem da Casa Euclidiana até o Recanto Euclidiano, percorrendo um trajeto de aproximadamente cinco quarteirões. Acompanhar a romaria é um ato obrigatório para algumas autoridades e funcionários municipais, como o prefeito, a esposa, vereadores, funcionários em cargos comissionados, professores e alunos da rede municipal de ensino. Conferem um ar de festa ao ritual as atividades organizadas pelo evento: as apresentações musicais e de grupos folclóricos, as exibições das fanfarras, a performance da tradicional banda de música e outras atividades culturais (MASCHIETTO, 2002, p. 81-2).

¹²⁰ A edição número 8 do jornal *O Berrante* apresenta a seguinte definição para *fudega*: “diversão, patuscada, zona, farra, festa, paz & amor, vida boa, maravilha, ah! eu tô [sic] maluco!...” (O BERRANTE, 1997, p. 4). O termo é utilizado em São José do Rio Pardo pelos maratonistas e demais participantes das Semanas Euclidianas. Maratonistas são os estudantes participantes das Semanas Euclidianas. Conforme Rodolpho Del Guerra, a maratona intelectual euclidiana foi instituída em 1939, por iniciativa do professor Hersílio Ângelo. A atividade foi ampliada em 1979, com a criação do ciclo de estudos euclidianos, idealizado por Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto e Rodolpho José Del Guerra (DEL GUERRA, 1998, p. 20-1).

¹²¹ O Cristo é uma escultura com 12,5 metros de altura, feita de cimento armado e revestida por cimento branco, localizada na montanha mais alta da cidade. No local, durante a Semana Euclidiana, geralmente à noite ou no final da tarde, costumam acontecer encontros informais entre maratonistas e/ou professores do ciclo de estudos. Os interessados pelo passeio gastam aproximadamente 35 minutos de caminhada para subir a montanha, com partida do Recanto Euclidiano. Tornou-se tradição permanecer no Cristo até a madrugada, à espera do nascer do sol. O passeio é considerado o clímax da aventura euclidiana, não apenas porque requer um tempo de caminhada, mas também por causa da baixa temperatura na cidade nesta época do ano.

homenagem ao escritor, a conferência de abertura, o episódio republicano¹²², a conferência oficial¹²³ e o discurso de encerramento.

Aos que não estão diretamente envolvidos com as Semanas Euclidianas parece hilário o tom austero, por vezes com ares de religiosidade, de alguns rituais realizados durante o evento. Em 1940, Rubem Braga comparece à cidade para participar da tradicional romaria cívica, sendo um dos convidados num jantar oferecido a pessoas da capital do estado. Dias depois, em 23 de agosto, publica no jornal *O Estado de S. Paulo* a crônica “A cabana de Euclides”. As primeiras palavras do texto fazem referências à poeira enfrentada no percurso de São Paulo a São José do Rio Pardo e aos discursos enfadonhos, pronunciados às margens do rio, para uma população muitas vezes alheia ao que ali se passava. O cronista prossegue, comparando o culto euclidiano com as festas populares religiosas brasileiras, mais especificamente com a festa de Guararapes, no Pernambuco. A cabana de Euclides seria a capela; e a mesinha em que ele escrevia, o altar. O estandarte do Grêmio assemelhava-se ao de uma irmandade religiosa; e o retrato de Euclides, ao de algum santo à espera de veneração:

Depois de 299 kilometros de poeira chegamos a S. José do Rio Pardo, quando já haviam sido pronunciados uns quatro discursos junto à cabana em que Euclides escreveu “Os sertões”. Lamentamos oficialmente o facto, mas do fundo de nosso peito cansado e empoeirado o coração suspirou: ainda bem! Não havia mais discursos, e o povo começava a se retirar. Era um povo da cidade de S. José e de outras cidades da região, mas tambem muito povo dos districtos, gente da roça, pobres mulheres com seus filhinhos ao collo, pobres crianças de menos de um anno que allí estavam, como tantas crianças assim no Brasil, a comer poeira e ouvir discursos, nas festas

¹²² O ritual celebra acontecimentos ocorridos em São José do Rio Pardo nos dias 10 e 11 de agosto de 1889. Em janeiro de 1888, inaugura-se na cidade o hotel Brasil, de propriedade do republicano Ananias Barbosa. O espaço logo se transforma num ponto de encontro de políticos republicanos da cidade e de propagandistas de outras localidades, que ali se hospedam. Na noite do dia 10 de agosto de 1889, o hotel é atacado com pedras e tiros por homens do destacamento policial, havendo também saques e depredação. No dia seguinte, os líderes políticos republicanos revidam os ataques sofridos, com a ajuda de reforços vindos das fazendas locais. São perseguidas e aprisionadas autoridades policiais e políticos monarquistas. Os republicanos conseguem, então, o domínio da cidade. Ao som da Marselhesa, desfilam pelas ruas, invadem o prédio da Câmara Municipal, retiram da sala de reuniões o retrato do imperador, e hasteiam na fachada do prédio a bandeira republicana. O governador Couto de Magalhães envia imediatamente para a cidade um contingente policial, chefiado por Pedro Leão Veloso, que em pouco tempo restabelece a ordem. Após a proclamação da República no país, o governador de São Paulo, Américo Brasiliense, eleva à cidade a vila de São José do Rio Pardo, mudando sua denominação para Cidade Livre do Rio Pardo, por decreto de 29 de maio de 1891. Predominantemente católicos, os rio-pardenses agradecem o título recebido, mas requerem de volta a antiga denominação, por trazer o nome do seu santo protetor. O episódio sempre foi valorizado na história da cidade, assim como os acontecimentos relacionados à vida de Euclides da Cunha. Porém, somente em 1949, durante a Semana Euclidiana, foi lançada a pedra fundamental de um monumento a ser construído na cidade, na praça XV de Novembro, em homenagem ao republicano Ananias Barbosa. A partir do ano seguinte, passou a fazer parte das comemorações da Semana Euclidiana a rememoração do episódio republicano, sempre no dia 11 de agosto, na histórica janela do centenário hotel Brasil (MASCHIETTO, 2002, p. 132-3).

¹²³ A conferência oficial ocorre no dia 14 de agosto, à noite, em cerimônia solene. O conferencista é escolhido dentre intelectuais com reconhecido saber sobre Euclides da Cunha.

populares. Nas festas religiosas... Porque a minha impressão foi de festa religiosa e a minha primeira lembrança foi – Guararapes.

Nos montes Guararapes, perto do Recife, onde os holandeses foram batidos, ha, todo anno, uma festa do povo, a que uma vez fui assistir levado por Gilberto Freyre e Cicero Dias. No alto do morro ha uma egrejinha. [...].

Não sei porque me lembrei de Guararapes. A festa de S. José se parece com qualquer outra festa popular religiosa do Brasil [...]. Pois a cabana de Euclides é feito uma capelinha. No logar da pedra do altar lá está a pedra que elle punha em cima dos manuscriptos do livro sagrado. O altar é a mesinha em que elle escrevia. No logar da imagem de algum santo está a imagem de Euclides. E o estandarte do Gremio Euclides da Cunha, posto alli ao lado, é igualzinho a estandarte de irmandade religiosa. Tudo está arrumadinho para o culto. Mas a religião está é nos olhos respeitosos daquella gente pobre que vae passando e espiando aquillo tudo com veneração, inclusive gente analphabeta. De repente me assaltou a idéa de que Euclides ia acabar fazendo milagre. Perguntei a uma negra quem era elle. Ella me respondeu que era um grande homem e, como eu perguntasse mais, acrescentou que diziam que era um homem muito bom. Quis saber afinal se elle fazia milagre. A crioula riu:

– Acho que não. Já pedi duas coisas a elle e ainda não fez nenhuma...

Isso me commoveu, esse mysticismo em volta do homem que soube compreender os bravios mysticos de Canudos. Isso me commoveu de tão brasileiro, e aconselhei a preta a pedir com mais fé, que os milagres acabariam vindo. (BRAGA, 1940, p. 2).

Outra leitura bem-humorada a respeito do movimento euclidiano foi feita por Monteiro Lobato, em 1944. Por carta, o autor recusa o cerimonioso convite¹²⁴ para participar da inauguração da sala do Grêmio Estudantil, que o havia escolhido como patrono:

Meu menino e minha menina: confesso que vocês me assustaram! Tanta pompa, tanta Excelência, tanto adjetivo de luva e cartola, tanta gramática, tanta beleza estilística para cima do mais pobre dos marqueses, tudo isso o deixou mais chato que o Visconde quando o “D. Quixote” lhe desabou em cima. E fiquei num dilema: ou ir e escandalizar a requintadíssima assistência de São José com a minha viscondal chateza, ou... mandar alguém por mim. Porque, meus meninos, São José do Rio Pardo é a única cidade deste país que me mete medo. Por causa do Euclides da Cunha, Rio Pardo se alcandorou tanto, se aprimorou tanto em altas cavalarias estilísticas, tem ouvido tantos condores importados de fora que aí abrem as majestosas asas do discurso e conferências, que um tipo insignificante como eu nem sabe como tratar um riopardano: Sua Excelência, Sua Truculência, Sua Euclidência... [...] E, pois, vou mandar por mim Visconde de Sabugosa. Esse não engasga em situação nenhuma, como o demonstrou nas aventuras contadas no Minotauro. E garanto que vocês todos, pequenos e grandes (e

¹²⁴ Conforme Cármen Maschietto, Hersílio Ângelo é o provável redator do convite enviado a Monteiro Lobato em nome dos estudantes Maria Luíza Rodrigues Landini e Arivelsio Padilha, já falecido. A pesquisadora declara ter tido acesso ao episódio através da própria Maria Luíza Landini, que guardaria, na oportunidade, cópia da carta de Monteiro Lobato, juntamente com uma fotografia autografada, que teria vindo acompanhando o texto. Maschietto também se apoia em informações divulgadas por Paulo Herculano, numa reportagem publicada no jornal *Democrata*, de São José do Rio Pardo, datado de 05 de setembro de 1998 (MASCHIETTO, 2002, p. 53). Paulo Herculano e Cármen Maschietto não guardam cópias desses documentos em seus arquivos pessoais.

até o “anjo”, ou o ‘Deus ex-machina’ de Rio Pardo) hão de regalar-se muito mais com o discurso do meu milho científico do que com o encarçado trololó dum sujeito que gosta de escrever mas paga para não falar. E desse modo tudo será para a maior honra e glória do Sítio do Pica-pau Amarelo, amém. (*apud* MASCHIETTO, 2002, p. 53).

Em São José do Rio Pardo, igualmente festivas e solenes, embora menos imponentes, são as comemorações menores, envolvendo a vida, a carreira e a obra de Euclides da Cunha: o aniversário natalício, em 20 de janeiro; o aniversário de publicação de *Os sertões*, em 02 de dezembro; e o aniversário de reinauguração da ponte, em 18 de maio – evento escolhido pelo autor para ser rememorado em sua homenagem, conforme se observa nas correspondências a Escobar, escritas nos dias 14 e 22 de maio de 1902.

Contudo, por ser maio o mês da absolvição de Dilermando de Assis e de seu casamento com a viúva de Euclides, prevaleceu, quanto à eleição do mês consagrado ao escritor, a vontade do movimento “Por protesto e adoração”. É no mês de agosto, no último dia da Semana Euclidiana, que muitos partem em romaria em direção às margens do rio, rememorando o célebre escritor. A cidade, onde o autor permaneceu de março de 1898 a maio de 1901 conduzindo os trabalhos de reconstrução da ponte que desabara, é apontada por críticos e biógrafos como um ambiente favorável à elaboração de *Os sertões*. O próprio Euclides possibilita a construção dessa hipótese, sobretudo a partir de uma correspondência ao amigo Escobar, escrita no Rio de Janeiro, em 08 de abril de 1908:

Digo-te mais: a minha maior aspiração seria deixar de uma vez este meio deplorável, com as avenidas, os seus automóveis, os seus *smarts* e as suas fantasmagorias de civilização pesteada. Como é difícil estudar-se e pensar-se aqui!... Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da margem do rio Pardo! Creio que se persistir nesta agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro. (CUNHA, 1997, p. 357, grifo do autor).

As duas últimas frases da carta supracitada estão reproduzidas numa placa afixada no mausoléu do escritor, no Recanto Euclidiano. A transcrição rememora o suposto desejo do autor de retornar à cidade, para expressar gratidão pelas condições propícias à escrita de *Os sertões* que lhe foram proporcionadas anos antes. Em 1982, seus restos mortais foram trasladados do Rio de Janeiro para serem depositados no mausoléu, nas proximidades da ponte, às margens do rio Pardo. Dessa forma, teria se cumprido a vontade do escritor, há muito prefigurada pelos euclidianos rio-pardenses mais fervorosos. Sua volta definitiva seria uma resposta ao pedido do entusiasmado Adelino Brandão, no discurso de encerramento da Semana Euclidiana de 1980. É o que sugere Rachel Bueno da Silva, num divertido texto em

que reproduz aquelas que teriam sido as palavras do orador na oportunidade: “Volta Euclides¹²⁵, volta! Junte-se a seus amigos que tanto te amam. Aqui é o teu lugar...” (SILVA, 2012, p. 68).

A cada encontro de *adoração* ao escritor, a cidade aproveita o ensejo para exaltar-se como o berço de *Os sertões*. São sempre lembradas as relações afetivas entre Euclides, os rio-pardenses e os intelectuais importantes para a escrita do livro – quer naturais da cidade, ou nela radicados, a exemplo do mineiro Francisco Escobar. Para os riopardenses, o intendente municipal não é apenas um colaborador sob o ponto de vista intelectual, como muitos outros o foram, não apenas em São José do Rio Pardo, mas também em outras cidades brasileiras. Escobar é aquele a quem são confiadas confissões íntimas, reservadas. De certo modo, numa correspondência datada de 10 de agosto de 1902, aparenta ser esse o sentimento do escritor em relação ao amigo:

Agora, um grande, um sério, um reservadíssimo favor. Tão reservado que te peços [*sic*] não o boquejes nem mesmo junto ao ouvido da tua filhinha mais nova: Lá vai: constou-me (não preciso dizer quem foi o desalmado) que há no encontro direito, – lado do Pompeu, – da ponte, uma frincha descendo por todo ele até embaixo. Imagina como fiquei, e quanto cabelo branco vai-me nascendo desta ansiedade...

Pensei seguir logo até aí. Infelizmente, não posso agora. Por isso escrevo-te. Quero que, – com a tua cautela habitual, sem que ninguém o perceba, – observes aquilo, e indiques-me, num esboço qualquer, o lugar, as dimensões aproximadas da coisa, e se é visível e se ameaça aumentar, ou se é um recalque comum nestas obras. Não és engenheiro, mas, que diabo, – também estas coisas não são tão transcendentais... (CUNHA, 1997, p. 136).

Euclides estava ansioso com a notícia, recebida meses depois da inauguração da ponte, de que havia uma frincha ameaçando sua estabilidade. Para tranquilizar-se, pediu ao amigo Escobar para verificar a veracidade da informação, sossegando apenas quando convencido de que era um simples risco de colher de pedreiro o que havia na obra. Foram mais de três anos dedicados a um projeto custoso para o Estado e também para o engenheiro fiscal, já que, para um melhor acompanhamento da construção, necessitou deslocar a família para a localidade. Ademais, como a ponte já experimentara um desabamento, em 23 de

¹²⁵ A expressão “Volta Euclides!” se popularizou no ciclo de amizades euclidianas, sendo muitas vezes retomada por professores do ciclo de estudos nas conversas informais durante as Semanas Euclidianas. No período em que a Seleção Brasileira de Futebol se preparava para a Copa do Mundo de 1994, na primeira página da edição número 2 do bem-humorado jornal *O Berrante*, o artigo assinado por Marcelo Lopes é nomeado com a expressão “Volta Euclides, fora Parreira!” (LOPES, 1993, p. 1). O título não condiz com o conteúdo do texto, que versa sobre aspectos gerais da Semana Euclidiana de 1993, e não faz nenhuma referência a futebol. O objetivo do autor é lembrar, de forma hilária, o episódio protagonizado por Adelino Brandão na Semana Euclidiana de 1980.

janeiro de 1898, cinquenta dias depois da inauguração, um novo malogro seria um episódio extremamente constrangedor.

Somente a amigos íntimos, confiáveis, é que se poderia confessar o inconfessável receio de que o incidente se repetisse. Na correspondência de 10 de agosto de 1902, assim como em outras anteriormente citadas, Euclides ratifica a importância da amizade de Escobar em sua vida – algo que, sempre referido e rememorado pelos rio-pardenses, continua contribuindo para a consolidação e permanência do movimento euclidiano na cidade. Segundo Leonor Arfuch,

[...] as cartas vão além da informação precisa – biográfica, histórica, científica – que possam prover, para delinear, através das modalidades de sua enunciação, um perfil diferente do reconhecível em outras escritas e talvez mais “autêntico”, na medida em que não responderiam inicialmente a uma vontade de publicação [...]. (ARFUCH, 2010, p. 147).

No caso de Euclides, porém, as cartas confirmam – e/ou ajudaram a construir – o perfil delineado pelos jornais da época, biógrafos e estudiosos, largamente responsáveis pelo processo de fundação e consolidação do fenômeno midiático Euclides da Cunha. Se, conforme Leonor Arfuch, “[...] adotamos a metáfora do ‘recinto’ da interioridade, o íntimo seria talvez o mais recôndito do eu, aquilo que roça o incomunicável, o que se ajusta com naturalidade ao segredo.” (*ibid.*, p. 133). O inconfessável, por sua vez, uma vez revelado, parece transitar da condição de assunto “íntimo” à condição de assunto “privado”. Afinal, ainda conforme Leonor Arfuch, o privado “[...] parece conter o íntimo, mas oferece um espaço menos restrito, mais suscetível de ser compartilhado, uma espécie de antessala ou reservado povoado por alguns outros.” (*ibid.*, p. 133). Atualmente, mediante a disponibilização pública de inúmeras pesquisas sobre o autor e sua obra, quando todos podem ter acesso ao que não podia ser boquejado nem mesmo junto ao ouvido da “filhinha mais nova” de Escobar, nem podia ser notado por ninguém, tornam-se cada vez mais embaralhadas as fronteiras entre o íntimo, o privado e o biográfico.

Mas essa viagem com escalas em direção ao coração da interioridade é só uma ilusão: a cada passo, os termos se interceptam e se transtornam, o mais íntimo pede para ser falado ou cede à confidência, o privado se transforma em acérrimo segredo, o público se torna privado e vice-versa... Também não é certa a atribuição de competências: o íntimo não é somente o reduto da fantasia, da afetividade e do erotismo – nem equivalente em tudo à “intimidade” –, o privado não se equipara ao resguardo da propriedade ou ao reino doméstico, o biográfico excede em muito uma história pessoal. (ARFUCH, 2010, p. 133).

Por mais que os biógrafos e críticos tenham, aparentemente, tudo revelado sobre Euclides da Cunha, sempre surgem aspectos que requerem ser retirados do âmbito público para o privado, preferencialmente íntimo, ou mesmo irrevelável. Na dinâmica da rememoração – que recorre, por vezes, a métodos visivelmente autoritários –, é fundamental que muitas coisas sejam esquecidas, silenciadas e impedidas de circular. É o caso, por exemplo, do modo como foram recepcionados pelos euclidianos mais conservadores os polêmicos *Cânticos euclidianos* ou o livro *Anna de Assis*, de Judith Ribeiro de Assis e Jeferson de Andrade.

Os *Cânticos* foram disponibilizados durante a Semana Euclidiana de 1994 por um grupo de jovens denominado A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos¹²⁶. Os textos são paródias de composições musicais bastante conhecidas na época, elaboradas com o propósito de abordar eventos da vida de Euclides da Cunha em tom jocoso e irreverente. São temas constitutivos das canções aspectos que põem sob suspeição a masculinidade do escritor. Os laços afetivos entre Euclides da Cunha e Francisco Escobar, sempre rememorados pelos rio-pardenses e motivo de orgulho para a cidade, aparecem satirizados nos *Cânticos* como indício da existência de um suposto relacionamento homoafetivo entre os dois amigos. Analisada por essa perspectiva, a infidelidade conjugal da esposa seria uma resposta à indiferença afetiva do marido, decorrente de uma suposta atração e interesse por pessoas do mesmo sexo. A celeuma causada pelas insinuações veiculadas nos textos transformou-os em assunto indesejado. O jornal *O Berrante*, editado por A Associação de Estudos Euclidianos, parece ser a única fonte disponível sobre o tema. Há também as conversas informais com participantes das Semanas Euclidianas, geralmente professores do ciclo de estudos, ligados de alguma forma ao movimento juvenil do início dos anos 90, pois sempre há aqueles que, lembrando, entoam

¹²⁶ Em 1986, na mesa de um bar em São José do Rio Pardo, surge a Associação de Ex-Maratonistas. Em 1989, o grupo passa a ser denominado A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos. A partir de 1992, com a publicação do primeiro número de *O Berrante*, o grupo adquire maior visibilidade e credibilidade. Todavia, sua irreverência desagradou os líderes do movimento euclidiano rio-pardense. A crise se agrava com a publicação e divulgação dos *Cânticos euclidianos*, quando os diretores d'A AEE são processados judicialmente, acusados da autoria dos textos (LOPES, 1997, p. 1). Conforme Marcelo Lopes, A AEE é “[...] abatida pelo desânimo decorrente da intensa campanha movida pelos ‘donos’ do euclidianismo na época [...]” (*ibid.*, p. 1). Porém, na noite de 10 de agosto de 1997, novamente na mesa de um bar durante a Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo, assina-se uma nova ata de fundação, e o grupo experimenta um momento de renascimento e renovação, com a mudança de nome para Centro de Estudos Culturais Euclides da Cunha – CECEC. Os membros fundadores do CECEC são Marcelo José Abreu Lopes, Rachel Aparecida Bueno da Silva, Mário Eduardo Bianconi Baldini e William Gonçalves Cardoso (*ibid.*, p. 1). As declarações de Marcelo Lopes, embora escritas no período do inverno frio de São José do Rio Pardo, estão registradas num texto intitulado “Sonhos de uma noite de verão”, em alusão ao clima predominante entre os maratonistas durante as Semanas Euclidianas: “À noite, a temperatura em Rio Pardo despenca, mas enquanto isso os maratonistas se aquecem. Veteranos da semana se reúnem (no bar, é claro!) e relebram [*sic*] as velhas histórias de cinco, dez, quinze anos atrás. [...]. E assim nossos sonhos continuarão [*sic*] a ser aquecidos [...]” (*ibid.*, p. 1).

com gracejo e nostalgia trechinhos das canções censuradas. O título de uma das canções aparece informado por Wiliam Gonçales Cardoso, em *O Berrante* número 3, na sessão destinada à publicação de cartas dos associados d'A AEE: “Os *Cânticos euclidianos* merecem umas fitas, quem sabe a moda no verão não seja a *cornu music!*” (O BERRANTE, 1994a, p. 1, grifos do editor).

Acusados de participação na autoria dos *Cânticos*, os diretores d'A AEE¹²⁷ foram enquadrados no artigo 234 do Código Penal Brasileiro¹²⁸, Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. A lei versa sobre a produção, venda, distribuição e/ou exposição de material obsceno. A edição número 6 do jornal *O Berrante* apresenta como epíteto a expressão “edição fechada no banco dos réus”, numa referência ao processo/inquérito nº 998/94, instaurado pela Promotoria Pública de São José do Rio Pardo, em 06 de setembro de 1994. A ação foi motivada por denúncia de Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto, em nome do Grêmio Euclides da Cunha, que consta como vítima na ação (O BERRANTE, 1995a, p. 9). Na oportunidade, Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto¹²⁹ era presidente do Grêmio Euclides da Cunha, que reúne os chamados “euclidianos notáveis”, e diretor da Casa de Cultura Euclides da Cunha (*ibid.*, p. 9). No ofício enviado pela Casa Euclidiana à Câmara de Vereadores do município, fala-se em ofensa “aos bons costumes e à moral”. O documento está reproduzido na íntegra na edição número 5 de *O Berrante* (O BERRANTE, 1994c, p. 5). Num texto sem

¹²⁷ Diretoria d'A AEE, na gestão 1991-1995: André Luiz de Lima Daibes (presidente); Humberto Luiz Balieiro (vice-presidente); Mário Eduardo Bianconi Baldini (secretário geral); Raquel Maria Celentano Barbosa (secretária adjunta); Newton Ribeiro Machado Neto (1º tesoureiro); Newber Leitão Machado (2º tesoureiro); Marcelo José Abreu Lopes (editor de *O Berrante*).

¹²⁸ Art. 234 – Fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno. Pena: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa. Parágrafo único – Incorre na mesma pena quem: I – vende, distribui ou expõe à venda ou ao público qualquer dos objetos referidos neste artigo; II – realiza, em lugar público ou acessível ao público, representação teatral, ou exibição cinematográfica de caráter obsceno, ou qualquer outro espetáculo, que tenha o mesmo caráter; III – realiza, em lugar público ou acessível ao público, ou pelo rádio, audição ou recitação de caráter obsceno. Disponível em: <http://sijut.fazenda.gov.br/netacgi/nph-brs?SECT1=SIATW7&d=SIAT&p=2&u=http://sijut.fazenda.gov.br/netahtml/sijut/Pesquisa.htm&r=22&f=G&l=20&s5=@docn%3E=@docn%3E=235183%3C=235204>. Acesso em: 05 jul. 2014.

¹²⁹ As atitudes de Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto no movimento euclidiano são bastante controversas. Sua inserção dentre os sócios d'A AEE aparece noticiada em *O Berrante* número 6 (O BERRANTE, 1995a, p. 11-2), após ter atuado como o autor do processo contra a instituição no caso dos *Cânticos euclidianos*, conforme registrado em *O Berrante* número 5 (O BERRANTE, 1994c, p. 4-9). Foram autoritárias suas ações em retaliação ao seminário promovido pelos jovens d'A AEE em 1993, mesmo com a participação de professores da USP e da UNICAMP (O BERRANTE, 1994b, p. 5). Contudo, também houve espaço para críticas e ideias divergentes nas Semanas Euclidianas, durante a gestão de Álvaro Neto como diretor da Casa de Cultura Euclides da Cunha. Conforme destaca Iraci Rocha, sob a direção de Álvaro Neto, a Casa Euclidiana “[...] promoveu articulações importantes com estudiosos de universidades e centros de pesquisa de várias partes do Brasil e do exterior, demonstrando interesse em ampliar as fronteiras do euclidiano.” (ROCHA, 2007, f. 176).

assinatura¹³⁰, publicado no mesmo número do jornal, A AEE reconhece o equívoco em ter publicado os *Cânticos euclidianos* (O BERRANTE, 1994c, p. 4). Porém, em resposta às acusações, os diretores d'A AEE enviam um ofício de desagravo à Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, assinado por Humberto Luiz Balieiro e André Luiz de Lima Daibes, referindo-se aos *Cânticos* como uma “[...] mera compilação de solfas cuja lavra é, na maioria das vezes, absolutamente ignorada e data de Semanas Euclidianas remotas, tendo sido elaboradas por ex-maratonistas no transcurso das respectivas Semanas.” (BALIEIRO; DAIBES, 1994, p. 7). O documento também está reproduzido na íntegra na edição número 5 de *O Berrante* (O BERRANTE, 1994c, p. 6-9). Conforme Humberto Balieiro e André Daibes, antes da disponibilização em versão impressa, as solfas já eram cantadas e divulgadas pelos maratonistas (BALIEIRO; DAIBES, 1994, p. 7):

Não se pode atribuir, portanto, **À Associação** a autoria das letras, mas tão somente a sua divulgação.

Tornou-se necessária, no entanto, a compilação das músicas, por exigência dos próprios maratonistas que, demonstrando enorme interesse em conhecê-las, solicitaram **À Associação** que as publicasse, para que pudessem ter acesso facilitado às letras e melodias.

Deve ser esclarecido que muito antes da edição dos *Cânticos*, as músicas já eram cantadas e divulgadas pelos maratonistas, boca a boca, cabendo **À Associação**, enquanto única entidade composta por ex-maratonistas e também única entidade próxima o bastante para conhecer os seus anécdotos, publicar as referidas músicas, facilitando, assim, o acesso dos maratonistas às mesmas. (*ibid.*, p. 7, grifos dos autores).

Na edição 7 de *O Berrante*, Marcelo Lopes retoma a polêmica dos *Cânticos euclidianos*, destacando que eram costumeiramente entoados pelos bares, ruas e praças de São José do Rio Pardo (LOPES, 1995a, p. 8). Na justiça e nas edições de *O Berrante*, os réus do processo 998/94 assumem a responsabilidade pela publicação, divulgação e venda dos *Cânticos euclidianos*, mas excluem por reiteradas vezes sua participação na autoria. A venda do produto é anunciada desde o número 2 de *O Berrante*, num texto assinado pelo editor Marcelo Lopes: “Peça também um exemplar de *Cânticos Eclidianos* [*sic*], com todas as letras das melôs que você não consegue esquecer.” (LOPES, 1993, p. 1). *O Berrante* 3 apresenta uma ficha de pedidos através da qual os maratonistas poderiam solicitar os *Cânticos euclidianos* e/ou a camiseta d'A Associação de Estudos Euclidianos (O BERRANTE, 1994a,

¹³⁰ O texto apresenta como título a denominação “Moções, mocinhos e bandidos”, numa alusão irônica à moção de protestos da Câmara de Vereadores de São José do Rio Pardo contra A Associação de Estudos Euclidianos (BERRANTE, 1994c, p. 4-5).

p.7). Em *O Berrante* 4, na sessão “Notícias das cavernas¹³¹”, há o anúncio de que os textos seriam distribuídos durante a Semana Euclidiana de 1994: “Um problema de editoração eletrônica emperrou a edição de *Cânticos Euclidianos* [sic]. Já está sendo tudo resolvido e os primeiros exemplares serão distribuídos na SE/94.” (O BERRANTE, 1994b, p. 12). Nas edições 5 e 6, provavelmente devido aos desdobramentos do processo 998/94, *O Berrante* deixa de inserir os *Cânticos euclidianos* na ficha de pedidos (O BERRANTE, 1994c, p. 18; O BERRANTE, 1995a, p. 10). *O Berrante* 7 é a última publicação d’A AEE, durante a gestão 1991-1995. Suas páginas não trazem a ficha de pedidos. O mesmo acontece na edição 8, que demarca a alteração do nome do grupo de ex-maratonistas para Centro de Estudos Culturais Euclides da Cunha – CECEC¹³².

Os textos e ideias veiculados em *O Berrante* depõem a favor do movimento, pois testemunham que seus organizadores sempre demonstraram interesse em participar ativamente da organização da Semana Euclidiana. É evidente a admiração pela obra euclidiana. O que se combate são as práticas autoritárias, os valores provincianos e arcaicos e a inscrição de Euclides da Cunha como uma divindade. Segundo Marcelo Lopes, a preferência pela negociação e cooperação entre as partes sempre marcou a tônica das aspirações d’A AEE em suas tentativas de diálogo com os líderes do movimento euclidiano rio-pardense (LOPES, 1995a, p. 7). Para o autor, sempre houve amor pelo euclidianismo, pela Semana Euclidiana e por São José do Rio Pardo, apesar das mágoas desencadeadas pelo processo judicial envolvendo os *Cânticos euclidianos*. São os “Doços de fel”, conforme metaforiza no “Editorial” do sétimo número de *O Berrante* (LOPES, 1995b, p.1). Porém, a contínua e vigorosa disponibilidade para contribuir com a ampliação e melhoramento da Semana Euclidiana não garantiu aos jovens o almejado espaço para a apresentação de ideias e propostas que atendessem às expectativas dos maratonistas, dispondo-os no centro das discussões e atividades do movimento euclidiano: “[...] na única vez em que fomos chamados

¹³¹ As cavernas são as cidades de origem dos maratonistas. No final da Semana Euclidiana, quando os jovens se despedem na rodoviária de São José do Rio Pardo, costuma-se cantar “Volta, volta pras cavernas...” (O BERRANTE, 1997, p. 4).

¹³² Tempos depois, o CECEC se transforma no Coletivo Euclidiano, que não mais adota a estrutura formal dos dois grupos anteriores, com diretoria e quadro de associados. O grupo utiliza o site *O Berrante On line* como meio de contato e divulgação de suas ideias e escritos. O texto de apresentação do site aparece assinada por Marcelo José Abreu Lopes e Mário Eduardo Bianconi Baldini, ambos membros fundadores d’A AEE e do CECEC. Conforme os editores, a denominação “Coletivo Euclidiano” é bastante representativa da nova proposta do grupo: “Assumimos, com o Coletivo Euclidiano, a metáfora, muito apropriada, de nosso novo símbolo: o ônibus. Nele, como no Coletivo, sobe quem quiser, e desce quem quiser.” As palavras funcionam como um lema para o grupo. São elas que finalizam o texto de apresentação do site. O texto está publicado em: <<http://berrante.orgfree.com/Coletivo/nossostextos/apres.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

a falar, foi para prestar um humilhante e ridículo depoimento num [sic] delegacia de polícia...” (LOPES, 1995b, p.1).

Professores da USP e da UNICAMP, aos quais os membros d’A AEE estiveram intelectualmente relacionados, também foram alvo de duras críticas¹³³ dos euclidianos mais conservadores. É o que se nota neste comentário de Adelino Brandão, numa obra que tem por objetivo apresentar aos leitores referências bibliográficas sobre Euclides da Cunha:

Uma entrevista grosseira, mal redigida, por universitários empenhados numa campanha de desprestígio de E.C. e s/ obra e de desmoralização das Semanas Euclidianas. Reunidos numa “pretensa associação de Estudos Euclidianos”, os jovens estudantes, marcados pela presença de viciados em drogas e bebidas, libertinos, violentos e desbocados, com supostas tintas de esquerdismo e socialismo avançado, aparentemente ligados aos partidos da extrema-esquerda, CUT, PT e professores do lixo socialista de certas Universidades e Faculdades, pretenderam “reformular” os estudos euclidianos, escrevendo e publicando folhetos obscenos, c/ textos assim: “*Euclides da Cunha era repórter do Estadão / E o seu Mesquita mandou ele pro sertão / A dona Saninha achou isso mais que bão / Ligou pro Dilermando e chamou o Ricardo*”, etc. Julgando-se altamente originais, irônicos, inteligentes e progressistas. Para a “associação”, Euclides era “corno”, “chifrudo”, “viado” [sic], e sua mulher uma “puta”. Assim foi publicado na entrevista, reflexo das palestras e aulas recebidas de professores intelectualmente desonestos. O grupo anarquista [sic] tentou apossar-se da liderança do movimento estudantil euclidiano, em S. José do Rio Pardo, mas foi repellido e acabou desaparecendo, como lixo cultural que era. Após o declínio da influência dos professores de filosofia, letras e ciências humanas de tendências marxista-avacalhadas [sic], junto à Unicamp, USP e Faculdades de Pedagogia, Letras e outras, aquela molecagem titulada veio a devolver o espaço subtraído aos estudos sérios do humanismo euclidianista, deturpado pela militância político-partidária. (BRANDÃO, 2001, p. 460, grifos do autor).

¹³³ Há outros episódios na história do movimento euclidiano rio-pardense ilustrativos do cerceamento a manifestações de pensamento contrárias aos interesses da instituição. Em agosto de 2010, a revista *Cultura euclidiana*, editada pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, publica o texto “Euclides da Cunha, um tapuia na mesma Academia de Machado, Nabuco e Geraldo de Holanda Cavalcanti e a luta euclidiana pela ecologia para transformar utopia em realidade nacional”, de Alexandre Azevedo e Elisa Bechuate Azevedo (AZEVEDO; AZEVEDO, 2010, p. 13-16). Sob a alegação de que a publicação teria gerado um mal-estar entre a Casa Euclidiana e a Academia Brasileira de Letras, sobretudo por fazer alusões às supostas ausências de Machado de Assis a reuniões da Academia, a revista publica, em agosto de 2011, uma pequena nota de retratação, intitulada “Um dever de justiça”. A nota aparece na página 4 da revista, antecedendo o “Índice”. Na mesma página, logo após as palavras de retratação, consta uma carta remetida à Casa Euclidiana pelo acadêmico Alberto Venâncio Filho, datada de 18 de agosto de 2010, em que são feitas “sérias reservas” ao artigo supracitado, não somente pelas observações sobre Machado de Assis, como também pelas referências à eleição para a ABL do escritor Geraldo de Holanda Cavalcanti, genro de Dilermando de Assis, e pelas considerações sobre o comportamento de supostos antiacadêmicos: “O título já é tendencioso, pois o fato da Academia ter eleito um grande escritor e ensaísta que na vida privada está casado com uma filha de Dilermando de Assis, não tem a ver com a vida da academia. As frases maliciosas, os erros, as omissões, os fatos distorcidos são inúmeros e seria necessária uma longa explanação.” (VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 4).

Adelino Brandão se refere a uma entrevista com Raquel Maria Celentano Barbosa, secretária adjunta d'A AEE na gestão 1991 a 1995, período em que foram publicados os números 1 a 7 de *O Berrante*. Conforme o euclidiano, o texto foi publicado em *Gazeteen*, São José do Rio Pardo, SP, ano 1, número 11, p. 8, 24 set. 1994 (BRANDÃO, 2001, p. 459-60). Em outro momento de *Euclides da Cunha: bibliografia comentada*, o autor retoma o tema, direcionando avaliações desfavoráveis ao *Gazeteen*. Suas palavras permitem ao leitor inferir que ações autoritárias e intolerantes movidas pelo movimento euclidiano rio-pardense dificultaram a circulação do texto, tornando-o raro e de difícil acesso:

Jornalzinho difamatório, preparado por estudantes universitários e ex-maratonistas de S. Paulo, ligada [sic] aos movimentos esquerdistas irresponsáveis, jovens baderneiros e anarquistas, auto-proclamados partidários do PT, insuflados pela máfia universitária dos mestres e doutores da linha marxista anti-euclidiana, de curso político-literário primário e malfeito. [...]. Arregimentam-se numa falsa Ass. de Estudos Euclidianos, conseguindo o apoio de dirigentes equivocados das Semanas Euclidianas, minadas, durante algum tempo, por picuinhas políticas, facciosismos partidários, e intelectuais incomodados com o euclidianismo autêntico. [...]. O panfleto circulou dos ns. 1 ao 11, em São José do Rio Pardo, SP. O jornal perdeu o ralo interesse acaso alcançado junto aos estudantes, a partir do momento em que os coordenadores de tendências socialistas e dirigentes dos ciclos de estudos, de filiação comunista, junto às Semanas Euclidianas, perderam o apoio de que desfrutavam, junto a certos setores da administração, a credibilidade perante à opinião pública e na medida que diminuiu a influência dos mestres de formação marxista e catequistas da esquerda extremada e semi-letrada, junto às escolas de 2º grau, donde procedem os maratonistas euclidianos. (*ibid.*, p. 665).

Pouco se pode dizer a respeito do conteúdo dos *Cânticos euclidianos* ou do *Gazeteen*, já que, devido à dificuldade para serem encontrados, parecem condenados ao apagamento, ao esquecimento. O processo 998/94 é uma mácula no movimento euclidiano rio-pardense, mas faz parte de sua história, e certamente não se trata de um acontecimento ignorado por aqueles que participam e/ou participaram ativamente da Semana Euclidiana. A ausência do assunto em livros que rememoram a história da Semana Euclidiana é sintoma de uma memória enferma, ferida. É o que ocorre, por exemplo, nos escritos de Cármen Cecília Trovatto Maschietto e Rachel Aparecida Bueno da Silva, figuras sempre presentes nas comemorações em São José do Rio Pardo. Em *A tradição euclidiana* (2002), Cármen Maschietto disserta sobre a fundação do movimento euclidiano rio-pardense e sobre episódios que marcam seus primeiros noventa anos de história, mas não dedica um único comentário ao processo dos *Cânticos euclidianos*. Em *Aconteceu em agosto* (2012), Rachel Silva partilha suas experiências de maratonista e de professora do ciclo de estudos, rememorando “casos e

causos” ocorridos durante as Semanas Euclidianas, e também não faz referências ao episódio dos *Cânticos euclidianos*, tampouco ao dramático processo 998/94, apesar das muitas demonstrações de proximidade com os membros d’A AEE ao longo de sua trajetória no movimento euclidiano. A autora¹³⁴ se torna sócia d’A AEE durante a Semana Euclidiana de 1994, conforme registrado em *O Berrante* 5 (O BERRANTE, 1994c, p. 19). No mesmo número do jornal, no texto intitulado “O que levamos da SE¹³⁵”, a estudiosa se refere de maneira favorável aos *Cânticos euclidianos*:

Nós já não somos os mesmos que éramos no dia 8 de agosto de 1994. Fizemos novos amigos e muita zoeira, mas não foi só isso. Aprendemos o que é “strike¹³⁶”, “caverna”, “fudega”, e à nossa bagagem cultural somamos os “Cânticos Euclidianos” [*sic*], tudo isso regado a uma grande paixão por Sanzé. (*ibid.*, p. 15).

Rachel Silva mora na cidade de Campinas, em São Paulo, e se orgulha de ter participado de todas as Semanas Euclidianas desde 1980, quando foi maratonista, até a última, em 2014, em mais uma atuação como professora do ciclo de estudos. A única exceção é o ano de 1995, quando estava à espera do nascimento do filho (SILVA, 2012. p. 15). Sua ausência nas comemorações euclidianas de 1995 é carinhosamente mencionada em *O Berrante* número 7, na sessão “Notícias das cavernas”:

Nossa querida Rachel, lá do seu refúgio campineiro, nos manda a notícia de que está grávida, à espera de um pequeno e promissor maratonista para a SE de 2010.

Diante do ocorrido, infelizmente ela não estará fudegando conosco neste ano, mas ela pede para que, quando estivermos bebendo, tomemos um copo em sua homenagem.

Rachel, espere a cegonha com tranquilidade. Tomaremos muitos engradados para homenagea-la [*sic*]. Mais tarde iremos ao Cristo para pedir que ele

¹³⁴ Na oportunidade, Rachel Silva já atuava na Semana Euclidiana como professora do ciclo de estudos.

¹³⁵ Abreviatura de Semana Euclidiana.

¹³⁶ Em 2002, quando participei pela primeira vez da Semana Euclidiana, fui calorosamente recebida por Guilherme Félice Garcia, que me batizou no movimento euclidiano rio-pardense às margens do rio Pardo. Momentos depois, no tradicional e divertido passeio ao Cristo, estimulado por meu *sacerdote*, subi de joelhos os três primeiros degraus do monumento, numa referência às três partes de *Os sertões*: “A terra”, “O homem” e “A luta”. Retornei a São José do Rio Pardo nas Semanas Euclidianas de 2003, 2004, 2011 e 2012. Em 2011, fui a conferencista oficial do evento. Apesar de diretamente envolvida com o movimento, até bem pouco tempo eu desconhecava o significado do vocábulo *strike*. O glossário de termos utilizados no movimento euclidiano incluído na edição número 8 do jornal *O Berrante* não fornece uma definição precisa para *strike*. Os editores optam por manter uma atmosfera de mistério, lançando a seguinte provocação: “pergunte para saber...” (O BERRANTE, 1997, p. 4). Num e-mail pessoal, recebido em 16 de julho de 2014, Rachel Aparecida Bueno da Silva esclarece a questão, informando que o *strike* é um cumprimento informal entre os maratonistas, que consiste em pessoas pulando em cima das outras, como os jogadores de futebol quando marcam um gol. No *strike*, os maratonistas carinhosamente pulam em cima de outro maratonista, que é derrubado para esse fim.

abençoe o seu filhote. Depois passaremos pela herma para pedir que Euclides o ilumine. (O BERRANTE, 1995b, p.10).

Certamente aconteceu o passeio à herma, por ser um ponto de encontro dos maratonistas, pois localizada no Recanto Euclidiano, onde também se encontram a cabana de sarrafos e zinco e o mausoléu com os restos mortais do escritor e do filho. O desejo confesso d'A AEE, conforme assinala Marcelo Lopes, era “[...] tirar Euclides da Cunha, imaculado, de seu altar, despi-lo de suas vestes de deus, e trazê-lo para junto dos mortais da plebe.” (LOPES, 1995a, p. 7). Porém, não seria esse um empecilho para que o bom humor e a irreverência do grupo se convertessem numa divertida e irônica intercessão ao escritor rememorado. O possível gesto lembra a espirituosa crônica “A cabana de Euclides”, de Rubem Braga, publicada em *O Estado de S. Paulo* em 23 de agosto de 1940, no que se refere aos conselhos dados a uma senhora para fazer pedidos a Euclides da Cunha “[...] com mais fé, que os milagres acabariam vindo.” (BRAGA, 1940, p. 2).

No ano seguinte, em agosto de 1996, certamente estiveram *fudegando* em São José do Rio Pardo a jovem mãe mencionada nas páginas de *O Berrante* (O BERRANTE, 1995b, p.10) e muitos outros maratonistas e pesquisadores, possivelmente construindo episódios que seriam narrados alguns anos depois no livro *Aconteceu em agosto*, numa linguagem e estilo que contrastam com a atmosfera solene requerida para os eventos oficiais da Semana Euclidiana, e se aproximam do tom irreverente do jornal de responsabilidade d'A AEE. Ao tempo que homenageia o centenário do movimento euclidiano rio-pardense, *Aconteceu em agosto* assume a configuração de tributo a seus protagonistas, muitos incluídos no círculo de amizades da autora. Numa obra de homenagem a tantos amigos partícipes da mesma experiência, é de esperar que diversos acontecimentos tenham sido intencionalmente esquecidos, para evitar dissabores ou ressentimentos. O esquecimento também se estende aos nomes dos envolvidos nas histórias selecionadas, pois são identificados no livro por apelidos ou características individuais, de conhecimento exclusivo daqueles que participam e/ou participaram diretamente das Semanas Euclidianas. A própria autora confessa ter relutado em escrever as histórias, por entender que “[...] contá-las a pequenos grupos, sentada na praça, nos bares, ou aos pés do Cristo, era mais prazeroso do que escrevê-las [...]” (SILVA, 2012, p. 15). Contando aquilo que permitia ser contado, para bem se integrar à proposta de representar mais uma ação em homenagem ao movimento rio-pardense, a autora rememora com saudosismo as tradicionais *fudegas* dos maratonistas, inscrevendo-as como parte constitutiva do evento centenário. Conforme sinalizam as narrativas de *Aconteceu em agosto*, assim

também como as páginas do extinto jornal *O Berrante*, os maratonistas sempre se dedicaram a atividades de descontração e lazer nos intervalos das atividades da **Semana** Euclidiana. Nesse ponto, o comportamento dos maratonistas parece em conformidade com o desejo do próprio Euclides da Cunha, expresso numa carta ao amigo Francisco Escobar, ao sugerir uma festa para lembrar o primeiro aniversário da ponte metálica de São José do Rio Pardo, recomendando o pagamento de uma cerveja ao “velho Mateus”, funcionário das obras de reconstrução (CUNHA, 1997, p. 134).

É difícil conceber como falsa, anarquista ou baderneira, conforme sentença Adelino Brandão (BRANDÃO, 2001, p. 665), uma agremiação como A Associação de Estudos Euclidianos, que propunha a organização de um evento acadêmico contanto com a participação de intelectuais como Lília Katri Moritz Schwarcz, Francisco Foot Hardman, Roberto Ventura, Oswaldo Galotti, Valentim Facioli, Walnice Nogueira Galvão e Marilena Chauí. *O Berrante* número 3 reproduz o resumo do projeto elaborado pela instituição para ser apresentado à Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo como modelo para o ciclo de estudos da Semana Euclidiana de 1994 (O BERRANTE, 1994a, p. 1 e 3). Conforme *O Berrante* 4, a Casa de Cultura Euclides da Cunha não apenas recusou o projeto sugerido, como também excluiu da Semana Euclidiana de 1994 os colégios de alunos que, em 1993, optaram por assistir o seminário promovido pelos jovens d’A AEE (O BERRANTE, 1994b, p. 5). O seminário, intitulado “Brasil de Euclides e o nosso: contrastes e confrontos”, contou com a participação de Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Luís Sérgio Modesto, da Faculdade de Direito da USP, e Francisco Foot Hardman, da UNICAMP (BALDINI, 1994, p. 5). Para Mário Baldini, a atividade se tornou paralela “devido aos inúmeros desencontros e contratempos ainda na fase de preparação da programação e do seminário em si”, ocasião em que os representantes d’A AEE foram “totalmente varridos da face oficial da Semana Euclidiana.” (*ibid.*, p. 5). Nesse caso, a expressão “seminário paralelo” seria uma denominação demonstrativa do pensamento burocrático-autoritário que regeu as relações entre A AEE e a Casa de Cultura Euclides da Cunha, em agosto de 1993 (*ibid.*, p. 5):

Querem nos constituir numa horda de hunos sanguinários, cujo único objetivo é destruir os pilares do culto euclidiano [...], arrastando o nome de Euclides da Cunha pela lama e entoando cânticos em louvor ao Conselheiro (como se estivéssemos nos deparando com um antagonismo Euclides / Conselheiro, o que é totalmente absurdo!) [...]. (*ibid.*, p. 4-5).

Outro episódio que sinaliza a incoerência das acusações da Casa Euclidiana contra A Associação de Estudos Euclidianos é a inserção de Oswaldo Galotti, o fundador da Semana Euclidiana, dentre os sócios mais antigos da instituição. Em meio à polêmica envolvendo os *Cânticos euclidianos*, mais especificamente em 19 de janeiro¹³⁷ de 1995, no dia de seu 84º aniversário, Galotti foi eleito presidente de honra d'A Associação de Estudos Euclidianos. O diploma comemorativo foi entregue em 04 de março, quando o homenageado recebeu *O Berrante* para uma entrevista exclusiva (O BERRANTE, 1995a, p. 5-6). Mesmo com a crise instaurada entre a Casa Euclidiana e A AEE, não há em suas palavras nenhuma objeção ao comportamento dos jovens durante as Semanas Euclidianas em São José do Rio Pardo. Em sinal de gratidão pelo respeito do intelectual, o jornal sempre acentuou sua cordialidade e simpatia no tratamento dispensado aos maratonistas, conforme se observa, por exemplo, no primeiro parágrafo da introdução ao “Especial” em sua homenagem:

“Como é mesmo aquela música de vocês?” O dr. Galotti aparece na porta do bar e começa a bater palmas, pedindo aos maratonistas que cantem “aquela música”: o fli¹³⁸, que imediatamente é puxado por todos. No fim, em homenagem ao mestre, é acrescentado mais um verso: “Ga-ga-ga-ga-Galotti!”, antes de se encerrar com um sonoro e indefectível “oh fudega!” (*ibid.*, p. 6).

Em *O Berrante* número 7, na sessão destinada às cartas dos leitores, Oswaldo Galotti retribui o carinho e a deferência dos jovens d'A AEE:

Recebi O BERRANTE n. 6. Magnífico. Tipicamente uma expressão do maratonismo euclidiano: cultura, seriedade e senso de humor, através dos jovens.
Muito agradeço às referências a meu respeito, e sei que elas partem mais da boa amizade do que do valor do homenageado...
[...].
Empolga ver-se como os jovens euclidianos se integram na esclarecida mensagem de OS SERTÕES. (O BERRANTE, 1995b, p. 2).

O drama dos *Cânticos euclidianos* não é a única história relacionada à vida de Euclides da Cunha a ganhar destaque nos tribunais. Anos antes, experimentaram um processo judicial Judith Ribeiro de Assis e Jeferson de Andrade, autores do livro *Anna de Assis*. A ação foi movida por duas netas de Euclides e seus respectivos maridos. Segundo Adelino Brandão,

¹³⁷ No dia seguinte, o presidente d'A AEE, André Luiz de Lima Daibes, e o editor de *O Berrante*, Marcelo Lopes, depuseram sobre o caso dos *Cânticos euclidianos*, no 23º Distrito Policial de São Paulo (O BERRANTE, 1995a, p. 9).

¹³⁸ Canção de escoteiros transformada em hino dos maratonistas.

o texto é “[...] um depoimento falho da primeira à última página, sem prova digna de apoio, tudo baseado na própria palavra da autora, que recorre a ‘baixarias’ de todo gênero para denegrir a imagem do primeiro marido de sua mãe.” (BRANDÃO, 2001, p. 138). A partir da Lei de Imprensa e do Código Penal, a família de Euclides da Cunha conseguiu retirar do mercado a primeira edição do livro, preparada pelo Círculo do Livro, em 1987, e processar os autores pelo crime de injúria à memória do morto (*ibid.*, p. 137).

Assim como aos *Cânticos euclidianos*, também se impôs ao livro *Anna de Assis* a necessidade de ser esquecido, pelo mal-estar despertado entre familiares e euclidianos mais conservadores. Os capítulos 7 e 25 são os mais polêmicos, por fazerem referências a detalhes da tragédia da piedade não revelados ao público da época e a certos episódios constrangedores que envolvem a vida íntima do casal Euclides e Anna da Cunha. “A vítima esquecida de Euclides da Cunha” é o título do capítulo 25 do livro, numa remissão a um artigo de denominação análoga, de autoria do jornalista Acélio Dauat, publicado em *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, em 22 de outubro de 1946 (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 140). O capítulo atribui a Euclides da Cunha a responsabilidade pelos infortúnios na vida de Dinorah Cândido de Assis, irmão de Dilermando de Assis, já que entrou atirando na casa dos irmãos, na fatídica manhã de 15 de agosto de 1909 (*ibid.*, p. 140-50). Um dos tiros atingiu Dinorah, junto à nuca (*ibid.*, p. 144). O rapaz era aluno da Escola Naval e jogava no Botafogo Futebol e Regatas. Conforme registrado em *Anna de Assis*, mesmo com uma bala alojada no corpo, Dinorah continuou atuando como jogador de futebol, na posição de zagueiro. Em 22 de agosto de 1909, uma semana depois da morte de Euclides da Cunha, defendeu o Botafogo numa partida contra o Fluminense (*ibid.*, p. 146). No mês seguinte, atuou em mais dois jogos do Botafogo, realizados nos dias 12 e 26. Na temporada de 1910, disputou nove partidas dos dez jogos oficiais. Sua última atuação no Botafogo aconteceu no dia 25 de junho de 1911. A interrupção precoce da carreira é atribuída a complicações decorrentes do projétil de arma de fogo alojado junto à nuca, em tiro disparado por Euclides da Cunha. A bala foi extraída em 1913, pelo doutor Ribeiro da Silva, na cidade de São João Del Rei (*ibid.*, p. 149-50). Não se sabe se Dinorah já apresentava dificuldades de locomoção ao ser submetido a um procedimento cirúrgico. Possivelmente as complicações tenham se agravado após a cirurgia, desencadeando ou potencializando uma suposta desorganização cerebral e uma hemiplegia¹³⁹ irreparáveis. Seja como for, Dinorah de Assis perdeu a razão de viver. Conforme Luiza Eluf, tolhido em

¹³⁹ Mary Del Priore e Luiza Nagib Eluf utilizam o termo hemiplegia para designar o estado de saúde de Dinorah nos anos que antecedem sua morte prematura (DEL PRIORE, 2009, p. 143; ELUF, 2009, p. 106). Roberto Ventura oscila entre as hipóteses de paralisia e dificuldades de locomoção (VENTURA, 2003, p. 261).

sua virilidade, com a carreira destruída no futebol e na Escola Naval, e andando com o auxílio de um bastão, Dinorah tornou-se dependente do álcool e frequentador assíduo de casas de prostituição. Em consequência da vida desregrada, contraiu a sífilis, que progrediu rapidamente, devido à saúde combalida. Em 1921, mergulhado na demência, atirou-se às águas do porto, em Porto Alegre, onde morreu afogado (ELUF, 2009, p. 106). Segundo Mary Del Priore, Dinorah “chegou a depender da caridade alheia, vagando, andrajoso, pelas ruas a pedir esmolas.” (DEL PRIORE, 2009, p. 142). Está sepultado em São Paulo, no cemitério Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de São Paulo, no jazigo da família, ao lado dos pais e do irmão Dilermando¹⁴⁰ (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 150; ELUF, 2009, p. 106).

O capítulo 7 do livro *Anna de Assis*, também objeto de reclamações judiciais movidas por familiares de Euclides da Cunha, traz como título “Uma criança morre de inanição”. A polêmica gira em torno do suposto infanticídio que teria sido cometido pelo escritor, após seu retorno da Amazônia. Euclides regressa ao Rio de Janeiro em 05 de janeiro de 1906. No dia 11 de julho, nasce o menino Mauro, filho de Anna e Dilermando. Apesar de tê-lo registrado como filho, Euclides teria impedido a mãe de amamentá-lo, mantendo-a prisioneira no quarto, com os funcionários da casa proibidos de auxiliá-la. Após a morte do menino, Euclides teria comunicado à esposa que o enterrara no quintal de casa:

Esse filho, Anna o terá nos braços uma única vez.

Ela se vê prisioneira no próprio quarto, confinada na própria casa. É impedida de amamentar a criança. Não sabe o que está acontecendo e ninguém surge para socorrê-la.

Em vão ela implora ao marido que lhe traga o filho.

A porta do quarto permanece trancada. Ela está só. Até os empregados da casa são mantidos afastados, impedidos de auxiliá-la. O marido se instala numa vigilância obstinada e não cede, conservando-se indiferente ao desespero da mulher.

Anna se lança contra a porta trancada, esmurrando-a, gritando e chamando pelo filho. Ninguém pode sequer se aproximar daquele quarto.

¹⁴⁰ Num misto de ironia, desabafo e protesto contra os dogmas católicos, Dirce de Assis Cavalcanti, filha de Dilermando de Assis no segundo casamento, lembra que o desejo do pai era ser enterrado no túmulo da família. Porém, a ordem religiosa a que pertencia o cemitério não consentiu: “A imprensa ainda se ocupava muito dele. Não ficava bem. E ainda mais que tinha sido maçom. Não podiam acolher um cadáver com tantos crimes e pecados. Dez anos depois, sim, poderíamos, se quiséssemos, levar seus ossos para lá. Quando ninguém mais se lembrasse de quem fora.” (CAVALCANTI, 1998, p. 170). Passados os dez anos estipulados pela ordem religiosa, Dirce Cavalcanti vai a São Paulo para proceder à exumação e traslado dos restos mortais de Dilermando para o túmulo dos pais: “Coloquei a caixa dentro da sepultura da família, por cima da urna da minha avó. Para que não ficasse sem identificação, para que soubessem quem estava ali resumido, com o batom que trazia na bolsa escrevi o nome do meu pai na tampa, Dilermando Cândido de Assis, a data de seu nascimento, 18 de janeiro de 1888, e a de sua morte, 13 de novembro de 1951. (*ibid.* p. 176). O relato é o último capítulo do livro, concluído com uma declaração comovente e dramática: “Durante muitos anos não usei batom.” (*ibid.*, p. 177).

Ela não consegue fugir, uma fraqueza enorme a domina e, extenuada, abriga-se em seu leito. As dores do parto recente já não a torturam, o sofrimento maior vem da incerteza do destino de seu filho.

Após sete dias de vida, morre o menino, filho de Anna e Dilermando.

Euclides comunica à mulher a morte da criança e afirma tê-la enterrado no quintal da casa, tudo às ocultas, tanto quanto possível.

Anna, antes de se prostrar entregue às suas dores, grita uma acusação:

– Assassino.

E repetirá, anos mais tarde, a seus outros filhos:

– A criança morreu porque fui impedida de amamentá-la. Perdi o meu filho que morreu de inanição. (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 45).

Posteriormente, descobriu-se que o bebê fora enterrado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, conforme reconhecem Judith Ribeiro de Assis e Jeferson de Andrade (*ibid.*, p. 46). A informação de que o cemitério São João Batista foi o local de sepultamento do menino Mauro também aparece registrada no depoimento de Anna da Cunha¹⁴¹, nos autos do processo sobre a morte de Euclides da Cunha (CUNHA, 2009c, p. 129). Ainda assim, durante toda a vida¹⁴², Anna continuou atribuindo ao primeiro marido a responsabilidade pela morte do filho, pois teria sido impedida de amamentá-lo (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 46). Numa carta a Henrique Coelho, datada de 30 de julho de 1906, Euclides faz referências a uma grave doença da esposa, supostamente em decorrência de um parto prematuro:

¹⁴¹ Anna declara nos autos do processo sobre a morte de Euclides da Cunha que costumava visitar o túmulo do filho Mauro, em companhia de Dilermando de Assis: “[...] em meados de janeiro de mil novecentos e sete, regressou o acusado a esta cidade, da Escola Militar do Rio Grande, onde se achava, e desde essa data em companhia da informante costumava ir ao cemitério de São João Baptista quase que diariamente visitar o túmulo de seu filho [...]” (CUNHA, 2009c, p. 129).

¹⁴² Anna de Assis morreu no dia 12 de maio de 1951, vítima de câncer no pulmão. Era o segundo domingo do mês, dia das mães, a mesma data em que se casara com Dilermando de Assis, há quarenta anos (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 222; DEL PRIORE, 2009, p. 146). Conforme Judith de Assis e Jeferson de Andrade, a história apresenta outra coincidência trágica. Dilermando enfartou um mês depois da morte de Anna, em 12 de junho. Em julho, na mesma data, sofreu outro enfarto. Em agosto, também no dia 12, houve outra ameaça de enfarto. Em 12 de setembro, sofreu um derrame cerebral. Em 12 de outubro, não houve alterações em seu quadro clínico. Porém, no dia 12 do mês subsequente, sofreu um novo enfarto, falecendo no dia seguinte (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 230-34). Quando morreram, em 1951, Anna e Dilermando estavam separados há vinte e cinco anos. A separação aconteceu em 1926, quando Anna descobriu que o marido possuía uma amante (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 219; DEL PRIORE, 2009, p. 146; ELUF, 2009, p. 100-1). Depois da morte de Anna, Dilermando casou-se oficialmente com sua companheira de longa jornada, Marieta, mãe de Dirce de Assis Cavalcanti (DEL PRIORE, 2009, p. 147). Dirce Cavalcanti se refere de forma melancólica ao casamento dos pais: “Viúvo, meu pai dera entrada nos papéis para o casamento com minha mãe. Queria legalizar a vida em comum, mesmo que já parecesse meio desfeita. [...] / Foi um casamento triste. Mamãe chorava baixinho, como havia feito toda a vida, com o lenço cobrindo o rosto, ajoelhada ao lado da cama. Só se sabia que papai vivia porque sua respiração, tenuemente, embaciava o espelho que lhe puseram sob o nariz. Não pôde assinar o livro. Como um analfabeto, deixou lá seu polegar, apostado à assinatura trêmula de mamãe.” (CAVALCANTI, 1998, p. 151-2). Conforme a autora, nas duas situações em que se casara, Dilermando teria proporcionado uma “redenção feminina”: “Seu primeiro casamento fora a revalidação de um amor que culminara em tragédia, na tragédia do século. [...] / O segundo casamento de meu pai foi uma outra redenção feminina. Dessa feita, a de minha mãe. A mulher escondida e anônima que repartira com ele, obscura e silenciosa, os seus últimos vinte e seis anos de vida atribulada. A que não podia aparecer, a que fugia das pessoas, com medo de que lhe cobrassem explicações.” (*ibid.*, p. 151-2).

A minha mulher esteve gravemente doente em virtude de um parto prematuro – e não te poderei dizer os dias angustiosos que passei. Para maior tortura, tive que harmonizar com as minhas mágoas todos os secos deveres da profissão – e durante quinze dias vivi entre as cartas geográficas, as receitas médicas, e os infinitos cuidados requeridos pela dedicada sócia dos meus dias. (CUNHA, 1997, p. 311-2).

Não são conhecidos textos ou documentos com maiores detalhes sobre a saúde de Anna no período posterior ao nascimento do menino Mauro. Certamente não se tratava de parto prematuro. Nem parecem sinceros os elogios de Euclides, já que a carta foi escrita numa época em que havia indícios da infidelidade da esposa. As “mágoas” a que o escritor se refere provavelmente estão relacionadas a suspeitas motivadas pelo nascimento da criança, ocorrido seis meses depois de sua chegada da região amazônica. Nos autos do processo sobre a morte de Euclides da Cunha, Anna alude aos momentos angustiosos vividos durante a gravidez:

[...] devido às desconfianças de seu marido contando o tempo da gravidez, procurou abortar ou mesmo morrer, tomando remédios para esse fim; que em vésperas de dar à luz vestiu-se de preto e foi à casa do Doutor Érico Coelho, amigo de seu marido e de sua família e lá chegando declarou ser a esposa do Doutor Euclides da Cunha e achar-se grávida; [...] disse então ao Doutor Érico que um filho de uma pessoa de sua amizade, que estava em sua companhia, na ausência de seu marido, havia se apaixonado por ela e que forçando-a, tivera com ela relações, ficando ela informante grávida; que diante disso ela pedia um remédio para abortar ou outro conselho, dizendo o mesmo Doutor que de forma alguma podia satisfazer o seu pedido quanto ao remédio, que voltasse para casa para descansar e mandasse o seu marido falar com ele depois do nascimento da criança, caso ele tivesse dúvidas, porque ele o faria ver a possibilidade de uma criança a termo no espaço de seis meses, que se ele se convencesse disso, estaria ela informante salva e no caso contrário, que esperasse a lei do seu destino; que ela informante procurasse madame Emilia Movan, parteira e que esta fosse também falar com ele; que, resolveu a informante mudar de residência mesmo porque para com o pretexto da mudança, fazer supor a seu marido que devido ao excesso de fadiga ela informante teria dado à luz a criança fora do tempo; que feita a mudança e no mesmo dia começou ela informante a sentir dores de parto, embora esperasse a saída de seu marido para a Repartição, a fim de que, nascida a criança, tivesse um meio de ocultá-la, fazendo-a desaparecer, o mesmo seu marido conservou-se o dia em casa; que afinal ela informante deu a luz a um menino, estando só em sua companhia o seu marido e vendo a criança nascida e viva exclamou o marido da informante “um monstro filho daquele monstro que traiu-me” retirando-se em seguida para outro compartimento da casa; que auxiliada pela cozinheira foi que a informante pôde prestar os primeiros socorros a criança; [...] que seu marido lhe disse que não a mataria porque não queria manchar-se com o seu sangue, mas que havia de matar ao acusado, que ela informante havia de passar uma vida de sacrifícios, proibindo-lhe que o filho fosse alimentado por ela, e que aquele nascimento não se havia de participar à sociedade, ficando esse nascimento

oculto até o dia do falecimento da criança, oito dias depois do nascimento, vítima de inanição conforme atestou o médico Doutor Lassance [...]. (CUNHA, 2009c, p. 127-8).

Conforme o atestado de óbito, a criança morreu às duas horas da manhã do dia 19 de julho de 1906, vítima de debilidade congênita. Os registros de óbito e de sepultamento estão reproduzidos no livro *Águas de amargura*, de Adelino Brandão e Joel Bicalho Tostes (BRANDÃO; TOSTES, 1990, p. 115-6). Por outro lado, seria difícil para um médico diagnosticar inanição em uma criança de sete dias de vida, se o conforto da casa não permitia que essa hipótese fosse sequer cogitada. De tão cruel, a cena se mostra pouco provável, apesar de compatível com certas atitudes impetuosas do comportamento do escritor. Segundo Judith Ribeiro de Assis e Jeferson de Andrade, dias antes do nascimento do menino Mauro, Euclides da Cunha teria exigido da esposa grávida beber o sangue que escorria de sua boca nas crises de tuberculose, como prova de amor e fidelidade conjugal (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 44). O marido enciumado descrito em *Anna de Assis* não parece muito distante do homem que entra na casa de Dilermando de Assis atirando, pondo em risco a vida de dois menores, que também se encontravam no ambiente em companhia da mãe: seu filho Solon, de dezesseis anos, e o menino Luís, filho de Dilermando de Assis, mas registrado pelo escritor, de menos de dois anos de idade (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 57; ELUF, 2009, p. 16-9; DEL PRIORE, 2009, p. 74). Conforme Roberto Ventura, era tenso o relacionamento entre Euclides e Anna da Cunha. Também eram ríspidas as atitudes do escritor com a esposa e por vezes com os filhos, pelo menos entre os anos de 1894 e 1895, quando moravam em Campanha, no interior de Minas Gerais (VENTURA, 2003, p. 235). O biógrafo cita uma carta¹⁴³ datada de 13 de dezembro de 1906, de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha ao filho Euclides da Cunha, em que este é repreendido pelos modos grosseiros dispensados à esposa e aos filhos:

Nada me disseste, e eu compreendi somente que havia falta de confiança, mas, como esta não se impõe a ninguém, retirei-me daí apressadamente e contrariado, não só por isso, como também por ver a forma estranha com que trata tua mulher e filhos – sobretudo o Solon, a quem muito estimo. Pensei que o trato que tens tido com os homens inteligentes desta terra, as viagens que tens feito e sobretudo os meus conselhos tivessem modificado a tua maneira de viver; mas, encontrei os mesmos destemperos, a mesma desordem de outrora. (*apud* VENTURA, 2003, p. 245).

¹⁴³ O documento é raro e de difícil acesso. Por ser importante para a argumentação desenvolvida neste capítulo, aparece citado através do conceituado pesquisador Roberto Ventura.

A princípio, o comportamento de Euclides da Cunha poderia ser atribuído à angústia decorrente da infidelidade da esposa. No entanto, embora plausível, a hipótese se fragiliza com a evocação de outras oportunidades em que o escritor teria agido de forma agressiva, sem nenhuma relação com dramas familiares, chegando a apelar para o uso de armas de fogo. Segundo Frederic Amory, Euclides teria ameaçado com um revólver, num trecho de vazante, no Alto Purus, um “pobre remador que estava cansado demais para continuar remando” (AMORY, 2009, p. 394). Uma arma de fogo também teria sido utilizada pelo escritor em São José do Rio Pardo, quando trabalhava na escrita de *Os sertões* e nas obras de reconstrução da ponte metálica. Durante determinado tempo, as noites de descanso e relaxamento de Euclides da Cunha teriam sido prejudicadas pelo barulho vindo de um botequim próximo de sua casa, onde os trabalhadores imigrantes italianos costumavam se reunir, “[...] nas horas de lazer, para o jogo da *morra* e para ouvir, em sanfona e clarineta, valsas vienenses, boleros espanhóis, tarantelas napolitanas.” (ANDRADE, O. S., 2009, p. 286, grifo do autor). Certa noite, não mais suportando a algazarra, o escritor solicitou em seu favor a intervenção do amigo Escobar, prefeito da cidade, “[...] em cuja residência compareceu armado, furioso, a negar sua temperança de linguagem, dizendo palavrões contra o responsável pelo barzinho [...]” (AMORY, 2009, p. 393; ANDRADE, O. S., 2009, p. 286). Francisco Escobar compreende as razões do amigo, e resolve o problema: “E Sílvio Dan, dono do botequim, apesar das resistências, mudou-se de local, para satisfação, aliás, de todos os vizinhos da sua tasca...” (ANDRADE, O. S., 2009, p. 287).

É que aquele jogo era acompanhado de gritos de *due, tre, cinque*, seguido de baques de mão nas rústicas mesinhas, os quais, com a música roufenha, repercutiam dolorosamente nos ouvidos de Euclides, como verdadeiros tiros ou bramidos, perturbando-lhe o trabalho que, depois de muito emendado, riscado, rasgado, abandonava para dormir, mas também sem o poder. (*ibid.*, p. 286-7).

De esquecimentos e lembranças é que se constroem os monumentos e personalidades históricas. A tendência nos estudos euclidianos rio-pardenses é ignorar os episódios da biografia de Euclides da Cunha que não o inscrevam como um homem justo, incompreendido pela família, que teria sacrificado a vida pessoal em dedicação a causas importantes para a história do país, pois considerados irrelevantes quando confrontados com a “incomparável obra” do “grande escritor”. As declarações de Judith de Assis e Jeferson de Andrade são geralmente julgadas como passionais, tendenciosas e parciais, pois apoiadas em lembranças para as quais não há provas documentais. Por sua vez, o mesmo argumento não é

utilizado para refutar, por exemplo, as correspondências de Euclides da Cunha, sempre referidas nas pesquisas euclidianas, pois também baseadas na subjetividade do autor, sem compromisso com provas documentais. Em mais de cem anos de existência, o movimento euclidiano rio-pardense tem sempre rememorado as cartas de Euclides da Cunha a Francisco Escobar como a expressão de um conteúdo verdadeiro, ora através das atividades desenvolvidas durante as Semanas Euclidianas, que parecem retomar o roteiro proposto na correspondência escrita em 14 de maio de 1902 (CUNHA, 1997, p. 134), ora através da remissão à importância de São José do Rio Pardo para a escrita de *Os sertões*, também expressa numa carta do escritor ao dedicado amigo radicado na cidade (*ibid.*, p. 357).

Com o mesmo empenho, o movimento tem se esforçado para fazer esquecer as manifestações destoantes, como o livro *Anna de Assis* e os *Cânticos euclidianos*. Ainda assim, por vezes emergem as narrativas indesejadas, como a minissérie *Desejo*, exibida pela Rede Globo, em 1990. A produção, inspirada principalmente nas informações divulgadas no livro *Anna de Assis*, traduz e atualiza para o público contemporâneo uma das tragédias pessoais mais difundidas pela imprensa do início do século passado. Há também as versões do drama apresentadas por Dilermando de Assis, nas obras *Um nome, uma vida, uma obra* (1946) e *Tragédia da Piedade* (1951). Numa tentativa de desautorizar as declarações do livro *Anna de Assis*, Joel Bicalho Tostes e Adelino Brandão se dedicaram à escrita de *Águas de amargura*, lançado em 1990. No mesmo ano, Dirce de Assis Cavalcanti publicou *O pai*, um relato autobiográfico do que significou ser a filha do homem responsável pelas mortes de Euclides da Cunha e Euclides da Cunha Filho, ocorridas em 1909 e 1916 respectivamente.

Fora do âmbito familiar, há muitas outras produções culturais que rememoram episódios relacionados à vida e à obra de Euclides da Cunha. São exemplos os documentários *Euclides da Cunha* (1944), produzido pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo, com direção de Humberto Mauro; *Epopéia euclídeacreana* (2006), de Rodrigo das Neves; e *A paz é dourada* (2007), de Noilton Nunes. Se diversas são as produções inspiradas na vida e na obra de Euclides da Cunha, o mesmo pode ser notado em relação ao massacre de Canudos. Num primeiro momento, a popularidade de Canudos na imprensa à época da guerra contribuiu para o sucesso imediato de *Os sertões*. Num segundo momento, o grande alarido provocado pela obra euclidiana é que colaborou para a visibilidade do tema Canudos no cenário nacional, algo que se mantém até os dias atuais, no cinema, na literatura, na música etc. Na música, são estas algumas composições disponíveis em CD: “Monte Santo” (1984), de Hermeto Paschoal e João Bá; “Ladainha pra Canudos” (1994), de João Bá e Gereba; “Uauá” e “Canudos” (1997), de Tom Zé e Zé Miguel Wisnik; e “Hora de Zumbi zanzar” e “Cercanias

de Canudos” (1997), de João Bá e Hermeto Paschoal. Em 1978, em parceria com Cacaso, Edu Lobo compôs a canção “Canudos”, para lembrar a trajetória de Antonio Conselheiro no sertão. No cinema e na TV, dentre inúmeras produções, destacam-se: *Um Sino dobra em Canudos* (1962), de Carlos Gaspar; *Canudos* (1978), de Ipojuca Pontes; *Memórias de Deus e o Diabo em Monte Santo e Cocorobó* (1984), de Agnaldo Siri Azevedo; *O Sertão do Conselheiro* (1984), de Agnaldo Siri Azevedo; *Reconstrução* (1987), de Jorge Alfredo; *Memórias de sangue* (1987), de Conceição Sena; *República de Canudos* (1989), de Pola Ribeiro e Jorge Felippi; *Paixão e guerra no sertão de Canudos* (1993), de Antonio Olavo; *A matadeira* (1994), de Jorge Furtado; *Canudos não morreu – a confirmação* (1994/95), com roteiro de Jorge Alfredo e direção de Pola Ribeiro; *Os sertões* (1995), documentário produzido pela TV Cultura e dirigido por Cristina Fonseca; *Canudos, uma história sem fim* (1996), produzido pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia e TV Educativa; *Antônio Conselheiro* (1996), de Marcelo Rabelo; *Antonio Conselheiro e Canudos* (1997), exibido pelo Globo Repórter, da Rede Globo; *Canudos – histórias de uma romaria* (1997), de Esmon Primo; *Canudos – a guerra no sertão* (1997), de Trípoli Gaudenzi; *O arraial* (1997), de Otto Guerra e Adalgisa Luz; e *A penitência* (1997), de Joel Almeida.

A cada vez que se renova em linguagem o tema Canudos, retomam-se os fenômenos midiáticos Euclides da Cunha e *Os sertões*, constantemente atualizados por meio da tradução nas modalidades intralingual, interlingual, intersemiótica e intercultural. Segundo Jacques Derrida, o sujeito da tradução é um sujeito endividado, como se fosse um herdeiro obrigado por um dever, “[...] inscrito como sobrevivente dentro de uma genealogia, como sobrevivente ou agente de sobrevida. A sobrevida das obras, não dos autores. Talvez a sobrevida dos nomes de autores e das assinaturas, mas não dos autores.” (DERRIDA, 2006, p. 33). Ainda conforme Derrida,

[...] se a estrutura do original é marcada pela exigência de ser traduzido, é que, fazendo disso a lei, o original começa por endividar-se também em relação ao tradutor. O original é o primeiro devedor, o primeiro demandador, ele começa por faltar – e por lastimar após a tradução. Essa demanda não é apenas do lado dos construtores da torre que querem se fazer um nome e fundar uma língua universal se traduzindo dela mesma; ela também obriga o desconstrutor da torre: dando seu nome, Deus também invocou a tradução, não apenas entre as línguas tornadas subitamente múltiplas e confusas, mas primeiramente de seu nome, do nome que ele clamou, deu e que deve traduzir-se por confusão para ser entendido, portanto, para deixar entender que é difícil traduzi-lo e assim entendê-lo. No momento em que ele impõe e opõe sua lei àquela da tribo, ele é também demandador de tradução. Ele também está endividado. Ele não parou de lastimar após a tradução de seu nome, ao passo que ele mesmo a interdita. Pois Babel é intraduzível. Deus

lamenta sobre seu nome. Seu texto é o mais sagrado, o mais poético, o mais originário posto que ele cria e se dá um nome, e não fica por isso menos indigente em sua força e em sua própria riqueza, ele clama por um tradutor. (DERRIDA, 2006, p. 40-1).

Uma vez instaurada a dívida da obra que se dá a traduzir, afasta-se a hipótese de um posicionamento hierárquico da tradução (o texto de chegada) em relação ao suposto original (o texto de partida). Pensar a tradução como necessária à sobrevivência do texto de partida é possível quando se considera a “presença” evocada pela fala como um mito, o que aponta para a desconstrução do logocentrismo ocidental e para a apreensão do signo como algo arbitrário. A tradição ocidental considera que o signo representa alguma coisa em sua ausência e a ela remete. Segundo Cristina Rodrigues, “para essa tradição, a realidade do mundo seria apreendida pelo pensamento, sem mediação alguma, o que garantiria que a linguagem captasse as coisas representadas em sua essência.” (RODRIGUES, 2000, p. 173). Propondo a desconstrução deste modelo, Derrida entende que a representação não remete a uma origem simples, tampouco o signo se refere a uma coisa presente num determinado lugar. No jogo da representação, “[...] o ponto de origem torna-se inalcançável. Há coisas, águas e imagens, uma remessa infinita de uns aos outros mas sem nascente. Não há mais uma origem simples.” (DERRIDA, 2011, p. 44-5).

Nessa dinâmica, os signos estão sempre se referindo a outros, num infinito processo de adiamentos e remissões, em que cada signo sempre transfere para outro o rastro da origem perseguida. Conforme assinala Cristina Rodrigues, é este o jogo da *différance*¹⁴⁴ a que se refere Jacques Derrida, que é anterior à fala, e “[...] inscreve a diferença na escritura antes da própria fala e abala a oposição tradicionalmente estabelecida entre fala e escritura e a priorização da primeira sobre a segunda.” (RODRIGUES, 2000, p. 198). O significado é dado no interior do jogo da linguagem, dentro da natureza diferencial dos signos (*ibid.*, p. 197). A partir do momento em que a linguagem é pensada como um conjunto de signos que remetem a outros signos, o texto de partida não pode escapar ao movimento da *différance*, que exclui

¹⁴⁴ A *différance* não é uma palavra, nem um conceito. Ela reúne em feixes diferentes linhas de significado ou de forças, sempre com a possibilidade de aliciamento de outras, formando uma rede cuja tessitura é impossível de ser interrompida ou marcada por uma margem. A *différance* encerra em si duas significações distintas e suplementares: diferir, como adiamento; e diferir, como ser outro, não idêntico. No infinito processo de adiamentos e remissões que a *différance* implica, o que se questiona é a autoridade de uma origem incontestável e absoluta (SANTIAGO, 1976, p. 22-3). O neologismo *différance* se distingue de *différence* pela inscrição da letra “a”. Segundo Rosemary Arrojo, como a diferença entre os vocábulos não é ouvida, mas apenas percebida na escritura, o “a” de *différance* marca precisamente “a diferença da escritura dentro e antes da própria fala”, subvertendo a distinção tradicional entre a fala e a escritura, e a própria tradição que sempre atribuiu prioridade à primeira, como se comportasse maior intimidade com o “verdadeiro” (ARROJO, 1993a, p. 74-5).

qualquer possibilidade de exterioridade à linguagem. Nesse caso, conforme ratifica Rosemary Arrojo, o lugar da origem, do original, da coisa-em-si é sempre outro, reiteradamente transferido para um substituto que acena para uma presença que nunca se apresenta em si e por si mesma. Não há saída possível desse jogo em que signos se referem sempre e tão-somente a outros signos, num processo de adiamento infinito que proíbe qualquer encontro com uma suposta presença externa ao próprio jogo (ARROJO, 1993a, p. 74).

Essa relação mútua da *différance* é evidente na relação entre o “original” e a tradução, sempre recalcada pela tradição logocêntrica através da marginalização do tradutor e de seu ofício e através da sacralização do “original”, “transformado no templo intocável dos significados supostamente estáveis e mumificados”. Nesse contexto, toda tradução é “falha” na tentativa de reproduzir a totalidade de seu “original”, precisamente porque inexistente “essa totalidade como uma presença plasmada no texto e imune à leitura e à mudança de contexto”, mesmo dentro daquilo que se chama de uma única “língua”. A impossibilidade desestabiliza a concepção logocêntrica de origem e plenitude e, conseqüentemente, “a crença na possibilidade de significados estáveis e independentes do jogo lingüístico.” (*ibid.*, p. 75). É assim que a tradução descanoniza o texto de partida e lhe oferece a possibilidade de sobrevivência. A *différance* promovida pela leitura e pela tradução é o que torna possível a permanência de um texto (*ibid.*, p. 77). Sobre o tema, retomando a teoria derridiana exposta em *Torres de Babel*, assim se pronuncia Cristina Rodrigues:

A tradução, assim como a leitura, não faz regressar, por uma via ou por outra, a uma fonte transparente ou cristalina, pois inevitavelmente transforma um “original”. É um suplemento que se produz em uma cadeia de remissões diferenciais, não retornando a uma origem pura, mas se produzindo como um “original” para novas cadeias de significações. A tradução não é a vida nem a morte de um texto, mas a continuação de sua existência. (RODRIGUES, 2000, p. 214).

É dessa movimentação da *différance* que participam os textos Guerra de Canudos e Euclides da Cunha, pois sempre entregues a constantes processos de tradução e sempre potentes para evocar discursos passados e se projetar em textos futuros. Ambos são responsáveis, ao lado de *Os sertões*, pela tessitura de um jogo em que signos estão continuamente se referindo a outros signos, num infinito processo de adiamentos e remissões, que atualizam para o público contemporâneo, por meio de estratégias linguísticas, intersemióticas e interculturais, um conflito que teve papel central na constituição e

interpretação do Brasil moderno, passando quase a assumir o caráter de evento fundador da República brasileira.

As informações e os saberes tensionados em *Os sertões* são constantemente atualizados e transformados por leitores e/ou autores que à obra retornam para escreverem suas versões sobre a guerra nos sertões baianos. Por outro lado, também foram submetidas à mesma dinâmica as produções das quais Euclides da Cunha se apropriou na elaboração de sua leitura dos acontecimentos, durante o longo processo de gestação do livro, em que fez exaustivas leituras, consultou autores, testemunhas e compêndios, reescreveu seus próprios textos, revisou notas, reuniu documentos, reorganizou ideias e impressões pessoais. Nesse caso, as próprias noções de *original* e *cópia* foram anuladas pela narrativa produzida, à medida que sua dinâmica discursiva torna difícil precisar o que pertence a cada um dos autores e livros consultados. Conforme Leopoldo Bernucci, tantos são os discursos e saberes diluídos e/ou assimilados que o livro assume uma configuração “canibalesca”:

A incorporação de materiais extraídos de fontes ficcionais combinados com os das fontes históricas, científicas e jornalísticas faz de *Os sertões* a primeira grande obra verdadeiramente canibalesca da nossa literatura; um belo antecedente dos textos modernistas, principalmente se levarmos em conta o elevado grau de devoração ou assimilação de materiais alheios e a atitude pouco cerimoniosa ao deglutir tudo o que encontra pela frente: artigos em periódicos, livros de história e de ficção, estudos sobre folclore, antropologia e ciências naturais, manuscritos de colegas e dicionários. (BERNUCCI, 2002b, p. 15).

A imprensa do final do século XIX é uma das principais responsáveis pela tradução de *Os sertões* e, portanto, por sua sobrevivência e transformação ao longo da história. Segundo Berthold Zilly, durante meses, os acontecimentos e boatos relacionados à quarta expedição contra Canudos foram noticiados na grande imprensa das Américas e da Europa, constituindo um evento de mídia global, provavelmente o primeiro conflito interno brasileiro com essa característica. O confronto foi notícia na imprensa europeia durante pelo menos oito meses, de março a outubro de 1897. Nas línguas alemã ou francesa, os primeiros tradutores ou construtores de discursos sobre a guerra foram principalmente parafrazeadores, compiladores, comentaristas, intérpretes de notícias e artigos que, em muitos casos, eram traduções, paráfrases, resumos, compilações, mutilações, comentários e interpretações de notícias enviadas do sertão baiano às redações de jornais em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. As informações eram transmitidas para as agências de notícias em Londres, de onde, além de ecoarem algumas vezes no próprio Brasil, seguiam para as redações de Berlim ou

Paris, passando também às vezes por Nova Iorque, Lisboa ou Buenos Aires. É que a aldeia global não é uma invenção dos tempos contemporâneos. Em certo sentido, ela surgiu no século XIX, com a expansão intercontinental do telégrafo, que impulsionou a integração econômica, financeira e cultural entre as nações. Os cabos submarinos possibilitaram a rápida circulação de informações variadas, quer fossem públicas, particulares ou secretas – crises governamentais, rebeliões, catástrofes, boatos, cotações nas bolsas de valores, transações financeiras etc. O telégrafo punha diariamente os acontecimentos do mundo inteiro à disposição de um público global, fornecendo-lhe simultaneamente as mesmas informações, e promovendo certa homogeneidade interpretativa na consciência dos letrados. Obviamente, as mensagens telegrafadas eram bem menores em número e extensão do que as mensagens eletrônicas atuais, e sua forma de expressão era exclusivamente a palavra escrita, pois o telégrafo não podia transmitir nem sons, nem imagens, nem textos muito longos, tanto por serem elevados os custos, tanto por sua limitada capacidade técnica. No entanto, como continua a ser nos dias de hoje, a mídia da época era a indústria mais rápida do mundo, capaz de fazer chegar às redações dos principais jornais mundiais, em poucos minutos, todas as notícias consideradas importantes, tornando possível a transformação de leitores do Brasil, das Américas e da Europa em espectadores do drama do povo belo-montense, pelo menos dos aspectos que o Exército permitiu que fossem difundidos (ZILLY, 1997a, f. 5-7).

Atento ao interesse internacional pela temática Canudos, Euclides chega a se empenhar por uma tradução de *Os sertões* para o francês, conforme demonstram as cartas enviadas a Pethion de Villar, nos dias 15 de maio de 1900 e 06 de fevereiro de 1903 (CUNHA, 1997, p. 118-9 e 147). Suas investidas são sintomáticas do anseio pela tradução – que se manifesta não apenas no sentido interlingual, expresso no desejo de que o livro não fosse publicado apenas em língua materna, mas também no sentido intersemiótico, perceptível em seu apreço pela fotografia. Na viagem ao sertão baiano em 1897, havia dentre os pertences do escritor uma câmera portátil¹⁴⁵, da qual as imagens se perderam, caso tenham sido registradas. Em alguns momentos de sua vida profissional, a própria fotografia¹⁴⁶ foi utilizada como suporte para a composição de poemas (BERNUCCI, 2009, p. 25). É o caso do soneto “Se acaso uma alma fotografasse”, escrito numa fotografia tirada com a Comissão Brasileira

¹⁴⁵ Em correspondência publicada em *A Notícia*, do Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de setembro, o jornalista Alfredo Silva faz referências a imagens que teriam sido registradas por Euclides da Cunha através de uma câmera portátil (SILVA, 1994, p. 424).

¹⁴⁶ A estima de Euclides pela fotografia aparece em “Iconografia de Euclides da Cunha – um excerto”, de Felipe Pereira Rissato. O artigo foi publicado no livro de ensaios *Euclides presente e plural*, organizado por Anélia Montechiari Pietrani (RISSATO, 2010, p. 79-97). A temática também orienta o livro do autor, intitulado *Iconografia de Euclides da Cunha: comentários e bibliografia* (RISSATO, 2011).

de Reconhecimento do Alto Purus, no Amazonas, em fevereiro de 1905, reproduzida e enviada aos amigos Rodrigo Octavio, José Veríssimo e Antonio Barreto Prager¹⁴⁷, procedimento um tanto dispendioso na época:

Se acaso uma alma se fotografasse
De modo que nos mesmos negativos
A mesma luz pusesse em traços vivos
O nosso coração e a nossa face;

E os nossos ideais, e os mais cativos
De nossos sonhos... Se a emoção que nasce
Em nós, também nas chapas se gravasse
Mesmo em ligeiros traços fugitivos.

Poeta! Tu terias com certeza
A mais completa e insólita surpresa
Notando, deste grupo bem no meio,

Que o mais belo, o mais forte e o mais ardente
Destes sujeitos, é precisamente
O mais triste, o mais pálido e o mais feio... (CUNHA, 2002d, p. 324).

O poema desperta uma reflexão sobre a impossibilidade de correlação absoluta entre a realidade e a representação, de certo modo antecipando aquilo que se tornaria corrente nos estudos da cultura tempos depois. A fotografia de fevereiro de 1905 é uma tradução de uma realidade anterior, assim como o são os textos de chegada em relação aos textos de partida, e não significa necessariamente traição a um modelo. Voltado para um momento particular, o olhar do fotógrafo flagra o instante específico em que um sujeito, em meio a outros, forja-se como o “mais belo, o mais forte e o mais ardente”, dentre tantos outros instantes que lhe oportunizam ora manter a inscrição imortalizada na fotografia, ora forjar outras, por vezes também se distanciando do sujeito “mais triste”, “mais pálido” e “mais feio” reivindicado como a parte ignorada pela leitura fotográfica. Ao mesmo tempo, deve-se ao olhar incompleto do fotógrafo a sobrevivência do instante fugidio experienciado pelo escritor no início do século XX. Nesse sentido, a fotografia não está em dívida com o instante passado. Caso houvesse a dívida, esta seria do instante passado em relação à fotografia, porque a ela deve sua revitalização e sobrevivência. Seria uma dívida como a descrita por Jaques Derrida, quando acentua que o “original” se endivida em relação ao tradutor, por ser

¹⁴⁷ No poema anexado à fotografia enviada a Antonio Barreto Prager, há pequenas variações na composição dos versos: o acréscimo de uma vírgula depois das palavras “fotografasse” e “é”, nos versos 1 e 13; a substituição de vírgulas por travessões, no verso 11; a substituição da expressão “de modo que” pela expressão “de sorte que”, no verso 2; e a substituição dos versos 9 e 10 pelos versos “Meu caro Doutor Prager! com certeza / Te assaltaria a máxima surpresa,” (CUNHA, 2009d, p. 376).

este um agente de sobrevivência: “Tal sobrevivência dá um pouco mais de vida, mais que uma sobrevivência. A obra não vive apenas mais tempo, ela vive mais e melhor, acima dos meios de seu autor.” (DERRIDA, 2006, p. 33).

Leopoldo Bernucci acentua o fascínio de Euclides da Cunha pela fotografia, lembrando que havia um estereoscópio, instrumento fotográfico muito popular na época, dentre seus objetos pessoais que estiveram sob a guarda do euclidiano Oswaldo Gallotti (BERNUCCI, 2009, p. 25). Ainda conforme o crítico, na época da publicação de *Os sertões*, já havia livros de fotografias de guerra, a exemplo de *Gardner's Photographic Sketch Book of the War*, nos Estados Unidos, lançado por Alexander Gardner, em 1865-1866. Porém, eram raros os registros em forma de livro complementados com a imagem. Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares utiliza quatro fotografias de Flávio de Barros em *A Guerra de Canudos*. O mesmo procedimento é adotado na composição de *Os sertões*. No entanto, as escolhas de Euclides da Cunha dentre as imagens de Flávio de Barros teriam produzido efeitos diferenciados, transformando *Os sertões* num representante único no Brasil, naquele período, da combinação bem sucedida entre texto e fotografia: “Em toda a história do livro no Brasil, desconheço outro exemplo que combine tão cedo, tão bem e de forma tão complementar imagem e texto como neste caso.” (*ibid.*, p. 21). Numa perspectiva crítica semelhante, Berthold Zilly destaca: “Não só o olhar do autor científico era aguçado e direcionado por esse modo de ver, mas ele até parece ter escrito algumas cenas lembrando e interpretando fotos de Flávio de Barros.” (ZILLY, 1999b, p. 106).

O diálogo intersemiótico entre as linguagens escrita e fotográfica no espaço discursivo de *Os sertões* insinua a simpatia de Euclides da Cunha pela reprodução. Ainda assim, por vezes certas linhas da crítica euclidiana insistem em defender o caráter aurático da obra, entendido aqui conforme a concepção benjaminiana, que aponta para o *hic et nunc* daquilo que é único, autêntico, e que não admite reprodução (BENJAMIN, 2008). A tendência é característica do movimento euclidiano de São José do Rio Pardo, com suas múltiplas e diversificadas celebrações de culto à memória do escritor, mas também se estende a pesquisadores não diretamente relacionados à tradição crítica rio-pardense. A defesa do valor aurático da mais conhecida obra de Euclides da Cunha aparece sugerida numa entrevista de Walnice Nogueira Galvão, concedida à *Revista E*, do SESC. Ao ser questionada “por que um livro como *Os sertões*, escrito no início do século passado, suscita uma homenagem como a feita pelo peruano Mario Vargas Llosa em *A guerra do fim do mundo*, escrito em 1981”, a autora avalia de forma depreciativa a suposta cópia – o romance peruano – por ter falseado o suposto original – o livro de Euclides da Cunha:

Não penso que tenha sido uma homenagem. Ele [Vargas Llosa] pegou *Os Sertões*, uma obra de arte, um monumento, uma coisa complexíssima, e transformou num best-seller, tirando toda essa complexidade, tornando uma coisa banal, e vendeu montanhas. O imperdoável é que ele tenha colocado Euclides, enquanto personagem de seu livro, como um jornalista míope e que perde os óculos na guerra. Isso é demais! É fácil proceder a uma análise psicanalítica: penso que ele tinha tanta inveja de *Os Sertões* que diminuiu o autor, tornando-o simbolicamente um míope sem óculos. (GALVÃO, 2010).

Conforme Walnice Nogueira Galvão, a complexidade de *Os sertões* é o aspecto que o caracteriza como obra de arte e marca sua diferença em relação às supostas falsificações. O posicionamento parece próximo daquele assumido por Valentim Faccioli, num texto em que discute a configuração do consórcio entre ciência e arte no livro, acentuando certa ilegibilidade na trama discursiva, que seria responsável pela existência de um fosso entre a narrativa e seus leitores:

O livro é construído com o propósito de ser difícil, avesso ao didatismo, pronto a espantar qualquer leitor que não esteja disposto a investir nele energias semelhantes às que o autor investiu para escrevê-lo. Ou seja, a sensação que o livro provoca é a de negar-se ao pacto corrente da legibilidade, impondo-se como uma autoridade superior que exige paridade intelectual e moral sem o que não interessaria o diálogo. Pode-se dizer, assim, que a intenção principal que orienta a poética que engendra a obra é elitista e de base autoritária – escrita de um intelectual de elite para ser lida e compreendida pela elite –, muito interessada nesse caráter restritivo, tanto porque a autoridade decorrente do saber enciclopédico necessariamente só pode existir para poucos, quanto porque a percorre a crença de que são as elites que conduzem e mudam o povo, vivendo este mergulhado em “lamentável atraso mental”. (FACIOLI, 1998, p. 39-40).

Para Benjamin, a aura é “[...] a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja.” (BENJAMIN, 2008, p. 170). “O aqui e agora do original constitui o conteúdo da sua autenticidade, e nela se enraíza uma tradição que identifica esse objeto, até os nossos dias, como sendo *aquele* objeto, sempre igual e idêntico a si mesmo.” (*ibid.*, p. 167, grifo do autor). Preservada a aura de uma obra de arte, esta adquire valor de culto. Por sua vez, o culto incorpora a obra de arte no contexto da tradição. Não é por acaso que as mais antigas obras de arte surgiram em nome de um ritual, inicialmente mágico, depois religioso (*ibid.*, p. 171). Em contrapartida, ainda segundo Benjamin, para que uma obra de arte perca seu caráter aurático, é decisivo o desligamento de suas funções rituais – que é propiciado pelas técnicas de reprodução, pois, apesar de não alterarem o conteúdo da obra propriamente dita, desvalorizam seu *hic et nunc*, sua autenticidade (*ibid.*, p. 168 e 171). Ao fazê-lo, as

técnicas de reprodução retiram o objeto reproduzido do domínio da tradição. Ao tempo que multiplicam os exemplares, elas substituem por um fenômeno de massa um evento que não se produziu senão uma única vez, permitindo ao objeto reproduzido oferecer-se à visão ou à audição em qualquer circunstância, o que significa conferir-lhe atualidade (BENJAMIN, 2008, p. 168-9). Nesse sentido, a destruição da aura se torna também propulsora da sobrevivência do objeto entregue à reprodução. É nessa perspectiva que podem ser inseridos o romance de Vargas Llosa e outras atualizações dos signos Canudos, *Os sertões* e Euclides da Cunha.

Segundo Benjamin, dentre as distintas formas de apreensão de uma obra de arte, há duas diametralmente opostas: valorizá-la como objeto de culto, ou valorizá-la como realidade capaz de ser exposta (*ibid.*, p. 173). A esta última se mostra inclinado o mais famoso livro de Euclides da Cunha, ao convocar públicos diversificados para transformá-lo através das linguagens literária, musical, pictórica, cinematográfica, teatral, fotográfica ou televisiva, garantindo sua permanência na contemporaneidade, e questionando a suposta existência de linhas divisórias rígidas entre os anseios das massas populares e os anseios dos leitores considerados eruditos e especializados. Ainda conforme o crítico alemão,

A massa é a matriz da qual emana, no momento atual, toda uma atitude nova com relação à obra de arte. [...]. O número substancialmente maior de participantes produziu um novo modo de participação. O fato de que esse modo tenha se apresentado inicialmente sob uma forma desacreditada não deve induzir em erro o observador. Afirma-se que as massas procuram na obra de arte *distração*, enquanto o conhecedor a aborda com *recolhimento*. Para as massas, a obra de arte seria objeto de diversão, e para o conhecedor, objeto de devoção. (*ibid.*, p. 192, grifos do autor).

Na era da reprodutibilidade técnica, porém, não mais se espera dos leitores ou espectadores que se divirtam com a obra, nem que a ela prestem culto. Emancipada de seu valor aurático, a obra exige outra forma de práxis – o posicionamento político (*ibid.*, p. 171-2). Não parece ser outra a exigência feita aos leitores e tradutores de *Os sertões*, quando às suas páginas retornam para refletir sobre as particularidades da República brasileira, quer estejam ou não relacionadas ao conflito de Canudos. Na época da publicação, o livro se destinava a um público seletivo, se não porque “avesso ao didatismo”, conforme sugere o crítico Valentim Faccioli (FACIOLI, 1998, p. 39-40), pelo menos porque não podiam ser muitos seus leitores, já que a população do país era de maioria analfabeta¹⁴⁸. Com o

¹⁴⁸ Na época, conforme Regina Abreu, eram analfabetos aproximadamente 85% da população (ABREU, 1998, p. 265). Flora Sussekind se refere a um número menor, cerca de 70% de analfabetos (SÜSSEKIND, 2008, p. 33).

crescimento do público leitor, a obra alcança popularidade e se transforma, dando origem a produções culturais diversas, que propiciam o rompimento de seu caráter aurático, monumental e, em certo sentido, ilegível, ampliando também às massas, às quais inicialmente aparenta não ser direcionada, a responsabilidade por sua sobrevivência e permanência na contemporaneidade. Dentre as manifestações culturais transformadoras dos discursos agregados e tensionados no livro, algumas parecem mais propensas a desconstruir seu valor aurático, propondo uma diluição das linhas divisórias entre o erudito e o popular. Esta parece ser a situação em que se inserem a telenovela *Roque Santeiro*¹⁴⁹, de Dias Gomes, e o filme *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha.

O traslado de trechos veiculados em *Os sertões* para espaços de predominância popular aparenta ser, de início, uma movimentação ocorrida à revelia do autor, pois, sendo um livro enciclopédico, sua decifração, à época da escrita, parecia requerer um público partícipe do autor no que diz respeito ao acesso aos saberes nele mobilizados. Porém, embora não dirigido diretamente às classes populares – por faltar a estas ora o acesso ao código linguístico, ora o acesso ao objeto livro –, o diálogo se entabula quando Euclides convoca para o texto alguns termos e expressões comuns na região de Canudos, além de quadrinhas populares, curiosidades e credices, por considerá-los relevantes para a compreensão dos aspectos atinentes à vida nos sertões.

Dentre os textos populares manipulados por Euclides da Cunha em *Os sertões*, destaca-se a profecia anunciadora de que “[...] o certão virará Praia e a Praia virará certão.” (CUNHA, 2002a, p. 277; CUNHA, 2009b, p. 177). Trata-se de um documento anônimo encontrado em Canudos, registrado na íntegra na *Caderneta de campo*, com indicação de local e data: Belo Monte, 24 de janeiro de 1890:

A Profecia de Jerusalém marca. Quantos homens foram falsos à Coroa em 1822 se desenganaram os que ficaram enganados. Em 1830 se disingnaram quando correram as estrelas do Céu. Em 1854 uma grande cólera haverá que na medicina não haverá médico que saiba tratar. Em 1862 pedra e fuzil no [ilegível] e causas mil – o sangue há de correr até o salto da botina. Em 1867 que foi os primeiros sinais desta idade. Para 1868 muitas linhas de ferro haverá quando correrá uma milha de fogo por cima daquelas, que que [sic] há de ser a desgraça do País Brasileiro. Em 1878 há de haver um só homem religioso fazendo sermão pelas portas. Em 1880 faltará o fervor nos homens que só hão de conhecer o dinheiro e nem esse mesmo haverá – Em 1888 grande revolução haverá, de maio 3 nem antes nem depois. Em 1889 a persiguição será maior, caminhar longas estradas, [ilegível] topará com muitos rebanhos de povos caindo um por cima dos outros; se não a peles e o cadáver, que não encontrará um só cavaleiro, a era será tal de uma primavera

¹⁴⁹ Coautoria de Aguinaldo Silva e adaptação de Mauro Alencar.

entropicada de peste, morte, fome e carestia; muito pasto e pouco rasto. No certão haverá muito vaqueiro que entregará os ferros a seus amos. Em 1889 será despedido o Imperador da Corte pelos homens desgraçados do Brasil. Em 1891 guerra: Nação com Nação. Em 1892 grande multidão de pecadores, uns convertidos e outros emendados que não se conhecerá rico nem pobre. Em 1893, prata, ouro, cobre não haverá, correrá uns bilhetes vermelho feitos por mão dos homens, arbatando da Tesouraria. Em 1894 há de vir rebanhos de mil correndo do centro da Praia para o certão então o certão virará Praia e a Praia virará certão. Em 1895 os homens dos seus barções abrirão as portas e assentar-se-ão em cima de seus barções e não há de vender cinco réis de fazenda. Em 1896 há de haver guerra Nação com a mesma Nação, o sangue há de correr na terra. Em 1897 haverá muito pasto e pouco rasto e um só Pastor e um só rebanho. Em 1898 haverá m [sic] chapéus e poucas cabeças. Em 1899 converter-se as águas em sangue o planeta há de aparecer no nascente com o raio do Sol q o ramo se confrontará com a terra e a terra em algum lugar se confrontará com o Ceo, ajuntará-se astronámos da terra se ajuntará com os mares; planetas do Céu há de brigarem com os astronámos da terra. Há de chover uma grande chuva de estrelas; cairá muitos meteoros na terra que daí será o fim do mundo. Em 1901 se apagarão as luses. Deus disse no Evangelho – eu tenho um rebanho que anda fora desse aprisco e é preciso que se reúnam, porq. há um só Pastor em um só rebanho. Diz o Profeta Jeremias para 1901 existe um só pastor geral e um só rebanho. Fim

Neste Arraial de Belo Monte aos 24 de Janeiro de 1890. (CUNHA, 2009b, p. 176-8).

A partir de um cotejo entre o documento transcrito na *Caderneta de campo* e a frase que aparece em *Os sertões*, Marco Villa questiona a autenticidade do documento atribuído a Conselheiro, apontando como provável a hipótese de ser apenas “mais um dos inúmeros textos apócrifos da época” atribuídos aos conselheiristas (VILLA, 1999, p. 231). Para o historiador, por ser datado de 1890, o texto não poderia ter sido escrito em Belo Monte, criada em junho de 1893, sendo também estranho e contraditório o fato de se configurar como uma “profecia sobre o passado”, já que vaticina acontecimentos desde 1822 (*ibid.*, p. 232-3).

O estudioso parece ignorar ser o último aspecto um recurso literário típico de textos de cunho apocalíptico, denominado, na análise de textos bíblicos, de *vaticinia ex eventu* – vaticínios após o evento (VASCONCELLOS, 2004, f. 208). Ademais, a datação em si é um argumento frágil para a refutação da autoria do texto, já que poderia ser um simples equívoco gráfico. E mesmo a profecia não sendo de Antonio Conselheiro, o que é provável, pois não está registrada em nenhum dos textos conhecidos do autor, isso não significa que não tenha sido veiculada na comunidade de Canudos, através dos folhetos proféticos sebastianistas, milenaristas ou messiânicos comuns à época. A profecia encontrada em Canudos, de teor milenarista, anuncia a iminência do fim do mundo, tomando por base referências bíblicas. Embora não haja a indicação de capítulos ou versículos dos quais teriam sido extraídos os

trechos citados, seu autor sugere ter recebido inspiração do Livro de Jeremias e dos Evangelhos. O cotejo da profecia com o texto bíblico permite a identificação do versículo 16 do capítulo 10 do Evangelho de João¹⁵⁰, mas exclui o diálogo com o Livro de Jeremias – o que não implica necessariamente uma incoerência do autor anônimo, pois, ao anunciarem as amarguras que marcariam o fim do mundo, suas palavras apresentam uma relação de similitude com as profecias de Jeremias, por ser este o profeta das lamentações.

É possível ainda ser sugerida uma aproximação entre o autor anônimo e o sapateiro português Gonçalo Annes Bandarra, ao qual são atribuídos numerosos textos milenaristas com referências bíblicas, bastante populares no Brasil. Por outro lado, conforme lembra Jacqueline Hermann, também há dúvidas quanto à autoria de alguns textos atribuídos a Bandarra (HERMANN, 1998, p. 51-72). Seja como for, a força discursiva de *Os sertões* consolidou no imaginário nacional como sendo de autoria de Antonio Conselheiro a sentença “o certão virará Praia e a Praia virará certão”, sobretudo após aparecer sob a forma de “o sertão vai virar mar”, no filme *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, lançado em 1964. Posteriormente, mais duas produções culturais retomam do filme de Glauber Rocha, transformada, a assertiva veiculada em *Os sertões*: a música “Sobradinho”, de Sá e Guarabyra, do álbum *Pirão de peixe com pimenta*, lançado em 1977; e o livro *O sertão vai virar mar*, de Moacyr Scliar, publicado em 2002.

Assim como *Deus e o diabo na terra do sol*, também é sucesso de público e de crítica a telenovela *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, outra produção tributária da força discursiva de *Os sertões*. Campeã de audiência em 1985, quando foi exibida pela Rede Globo, a telenovela continua a ser, na atualidade, uma referência nos estudos sobre linguagem televisiva. O intertexto com *Os sertões* aparece registrado pelo próprio dramaturgo em sua autobiografia:

[...] eu me havia inspirado num fato verídico, narrado por Euclides da Cunha em *Os sertões*, o caso do Cabo Roque, ordenança do coronel Moreira César na Guerra de Canudos, dado por morto heroicamente defendendo seu coronel, cuja memória fora cumulada de homenagens, e que na verdade não morrera, apenas desertara, aparecendo vivo tempos depois. (GOMES, 1998, p. 222-3).

¹⁵⁰ Para os cristãos, Jesus Cristo é o bom pastor, aquele que doa a vida em favor de suas ovelhas. O termo “ovelhas” designa, simultaneamente, os seguidores de Jesus e toda a humanidade. Para aqueles que ainda não conhecem seus ensinamentos é que Jesus se dirige no Evangelho de João: “Ainda tenho outras ovelhas que não são deste aprisco; e também me convém agregar estas, e elas ouvirão a minha voz, e haverá um rebanho e um Pastor.” (JOÃO 10: 16). O versículo é retomado na profecia atribuída a Antônio Conselheiro, dando a entender que em Canudos estariam reunidas “ovelhas” do rebanho de Jesus Cristo.

A telenovela é uma releitura do espetáculo *O berço do herói*, duas vezes proibido de ser exibido em território nacional. A estreia, marcada para a noite de 22 de julho de 1965, é cancelada pela ação dos militares e de seu Conselho de Segurança Nacional (CSN): “Na véspera, às cinco horas da tarde, *O Berço do Herói* fora proibida pela Censura do Estado, quando deveria subir à cena às nove da noite do mesmo dia.” (GOMES, 1998, p. 216). A medida causa perplexidade, já que os originais, enviados aos censores com 45 dias de antecedência, haviam obtido total aprovação (*ibid.*, p. 216). Apesar da censura, o dramaturgo vende os direitos cinematográficos para Herbert Richers, e elabora o roteiro, numa tentativa de transformar o espetáculo teatral em filme. Porém, as expectativas são frustradas, já que o texto, enviado por Richers a Brasília, por precaução, antes que as filmagens se iniciassem, é reprovado pelo superintendente da Polícia Federal: “Diga ao Dias Gomes que pode tirar o seu cavalinho da chuva porque, enquanto nós estivermos no poder, essa peça não será encenada e nem filmada.” (*apud* GOMES, 1998, p. 223). Em 1975, o dramaturgo tenta adaptar o espetáculo para a televisão na forma de telenovela, e mais uma vez entra em cena a censura militar, mesmo depois de dez capítulos já terem sido gravados, o roteiro ter sido modificado, e alguns nomes de personagens terem sido alterados:

Enquanto trabalhava na adaptação, recebi um telefonema de Nélon Werneck Sodré. Confidenciei-lhe o que estava fazendo.

– Não passa – disse Nélon – os milicos não vão deixar.

– Mas eu mudei o título e os nomes das personagens. Também o protagonista não é mais cabo da Força Expedicionária, é um fazedor de santos. Claro, o sentido da história é o mesmo.

– Ah, assim é capaz de passar, esses milicos são muito burros.

E caímos na gargalhada. Acontece que o telefone de Nélon estava grampeado, e toda a nossa conversa fora gravada pelo Dops. Como resultado, a telenovela também foi proibida. (GOMES, 1998, p. 224).

Rechaçado no país pela força opressora do Estado durante a Ditadura Militar, o espetáculo *O berço do herói* é encenado nos Estados Unidos, em 1976. O dramaturgo faz menção ao episódio numa entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 05 de maio de 1998, na qual ratifica a censura sofrida no Brasil e o intertexto com o livro de Euclides da Cunha:

Tirei de um trechinho de *Os sertões*, do Euclides da Cunha, em que menciona um cabo chamado Roque, um limpa-botas do general Moreira César que foi dado como morto numa chacina defendendo o general. Morte heróica, deu nome a um batalhão, mas anos depois descobriram que o cabo Roque tinha era desertado e estava bem vivo. Foi ponto de partida para *O berço do herói*, só mudei o Exército para a Força Expedicionária Brasileira.

Mas foi proibida pelo Exército e encenada primeiro nos Estados Unidos com o nome *The cradle of the hero*. Lá, ninguém podia proibir. Mais tarde *Roque Santeiro*, uma remodelagem de *O berço*, seria proibida pelos militares¹⁵¹.

Somente com o processo de redemocratização do país é que a história pôde finalmente ser exibida na televisão brasileira, sob o formato de telenovela, alcançando enorme sucesso, chegando a ter, segundo o dramaturgo, 100% da audiência dos telespectadores em alguns dos capítulos (GOMES, 1998, p. 224).

Num dos momentos mais críticos da Guerra de Canudos, a notícia de que o cabo Roque teria morrido para salvar o cadáver do coronel Moreira César foi difundida pelos principais jornais do país¹⁵². Na Bahia, em 11 de março de 1897, numa coluna intitulada “Antônio Conselheiro”, na qual eram publicadas informações sobre a guerra tendo por fontes “oficiais e pessoas de crédito”, o *Jornal de Notícias*¹⁵³ destaca em primeira página: “[...] o corpo do denotado commandante foi, com heroísmo sobrehumano, defendido pelo seu ordenança e leal amigo, cabo Arnaldo Roque, o qual morreu ajoelhado junto ao cadaver, depois de queimar o ultimo cartucho de munição que tinha.” (ANTONIO..., 1897a, p. 1). O *Diário da Bahia*, da mesma data e também em primeira página, aclama:

O cabo Roque, ordenança do coronel Moreira Cesar, ajoelhado junto do seu cadaver esgotou toda a munição, sendo morto neste posto.
Bella e honrosa dedicação desse bravo que quiz morrer unto [*sic*] do seu chefe, quando a retirada tornara-se inevitavel. (EXPEDIÇÃO..., 1897, p. 1).

Contudo, ignorando o heroísmo com o qual era designado pela imprensa, o cabo Roque reapareceu dias depois da derrota da terceira expedição e confessou ter fugido, assim como outros companheiros, abandonando o corpo do coronel Moreira César. Diante do indesejado retorno, a imprensa passou, então, a desmentir a falsa notícia. Em 26 de março de 1897, por exemplo, um pequeno parágrafo dedicado à retificação do equívoco foi publicado pelo *Jornal de Notícias*¹⁵⁴, na coluna “Antônio Conselheiro”, após o subtítulo “O cabo Roque”: “Informam-nos que o cabo Arnaldo Roque, ordenança do coronel Moreira Cezar, cuja morte constou, em defesa do corpo deste official, appareceu hontem em Queimadas, apresentando-se ao general commandante das forças.” (ANTONIO..., 1897b, p. 2).

¹⁵¹ Entrevista disponível nos sites <<http://www1.an.com.br/1998/mai/10/0ane.htm>> e <<http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/060598/dc2.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2011.

¹⁵² A história do cabo Roque é um dos boatos relacionados à Campanha de Canudos analisados por Lidiane Pinheiro em sua dissertação de mestrado (PINHEIRO, 2004, p. 119-24).

¹⁵³ Documento acessado através dos arquivos de Leopoldo Bernucci.

¹⁵⁴ Documento acessado através dos arquivos de Leopoldo Bernucci.

Declarado morto, conforme destaca Leopoldo Bernucci, o cabo Roque transformara-se em herói nacional, condecorado com distintivos honoríficos:

O nome do “infeliz imortal” já se convertera em nome de rua (cf. *O Estado de S. Paulo* de 16.3.1897), quando logo a lenda foi desmentida pelos jornais (cf. *Jornal de Notícias* de 26/30.3.1897) depois de se saber que o cabo Roque foi “obrigado com seus companheiros, para escapar à morte, a abandonar o corpo [de Moreira César] no mato. Disse que não se abraçou com o cadáver do Coronel; o que fez foi fugir com seus companheiros” (*Gazeta de Notícias*, 4.4.1897). (BERNUCCI, 2002a, p. 843).

Ao descobrirem-no vivo, o militar retornou à condição de pobre soldado, também vítima dos horrores da guerra no sertão baiano. A respeito da construção e desconstrução deste suposto herói nacional proclamadas pelos principais jornais do país, Euclides da Cunha manifesta uma postura notadamente irônica:

E a cena maravilhosa, fortemente colorida pela imaginação popular, fez-se quase uma compensação à enormidade do revés. Abriram-se subscrições patrióticas; planejaram-se homenagens cívicas e solenes; e, num coro triunfal de artigos vibrantes e odes ferventes, o soldado obscuro transcendia a história quando – *vítima da desgraça de não ter morrido* – trocando a imortalidade pela vida, apareceu com os últimos retardatários supérstites, em Queimadas. (CUNHA, 2002a, p. 505, grifos meus).

É dessa ironia presente no texto euclidiano que se apropria o teatrólogo Dias Gomes para compor o cabo Jorge – personagem principal do espetáculo *O berço do herói* –, por meio do qual discute o processo de forjamento e construção dos heróis nacionais. Se a morte do cabo Roque, no drama de Canudos, era fundamental para a sobrevivência de um mito, o mesmo pode-se afirmar em relação ao personagem da peça teatral, um desertor dado como morto em combate que foi transformado em herói pela Força Expedicionária Brasileira. As palavras do major traduzem as inquietações dos moradores mais influentes de Cabo Jorge com os prejuízos que sobreviriam à cidade, quando todos se apercebessem de que durante anos estiveram prestando honras militares a um indivíduo comum, que desertara da guerra por medo da morte: “[...] há dez anos que esta cidade vive de uma lenda. Uma lenda que cresceu e ficou maior que ela. Hoje, a lenda e a cidade são a mesma coisa. [...]. Na hora em que o povo descobrir que Cabo Jorge está vivo, a lenda está morta. E com a lenda, a cidade também vai morrer.” (GOMES, 2005, p. 93).

O dramaturgo também se utiliza do protagonista da história para questionar o poder da guerra para determinar quais deverão ser condecorados e quais deverão ser

esquecidos na história. Esta é a resposta do cabo Jorge às chantagens feitas por Antonieta, sua suposta esposa, pelo major, pelo prefeito e pelo vigário para que ele abandonasse a cidade de Cabo Jorge, assim denominada em sua homenagem, a fim de preservar a imagem forjada de um herói que morrera servindo a pátria no campo de batalha, durante a Segunda Guerra Mundial: “Não posso acreditar que um homem seja mais útil morto do que vivo. Do contrário ia ter que acreditar também que todos aqueles infelizes que morreram na guerra foram muito úteis. E que a guerra é uma utilidade, porque fabrica heróis em série.” (GOMES, 2005, p. 106).

Ao ser traduzido para a linguagem televisiva, o espetáculo *O berço do herói* sofreu alterações. Cabo Jorge, a cidade, passou a ser denominada Asa Branca, e cabo Jorge, o militar, passou a ser Roque Santeiro, numa clara alusão ao cabo Roque, que aparece em *Os sertões*. Em “Mito e realidade”, é este o alerta de Mauro Alencar, o adaptador da peça de teatro para a televisão: “qualquer semelhança com fatos e personagens reais não é mera coincidência...” (ALENCAR, 2008, p. 11). Fazendo uso das modificações próprias da tradução intersemiótica, ambas as produções culturais conservam a caracterização de denúncia da indústria do mito engendrado a partir da difusão do boato de que pessoas comuns teriam sacrificado suas vidas em benefício da coletividade – o cabo Jorge, na peça teatral, e Roque, na telenovela. Em *Roque Santeiro*,

Asa Branca é uma pequena cidade do interior do Brasil. Recebe muitos romeiros, a maioria à procura de relíquias e medalhas de Roque Santeiro, ex-sacristão que virou herói e mártir de Asa Branca ao ser morto quando tentava defender a igreja de um bando de cangaceiros. E mito porque, depois de morto, costuma fazer curas com a lama do rio. Os romeiros chegam à cidade para se besuntar com a lama e curar-se dos males que os afligem. (GOMES, 2008, p. 14).

Segundo a lenda, quando morreu defendendo a Igreja Matriz, enquanto todos os outros moradores fugiram da cidade para proteger suas vidas, Roque teve o corpo lançado às margens de um rio lodoso. Anos depois, teria aparecido em visão a uma menina acometida por uma grave doença de pele, garantindo-lhe que a lama onde ele fora jogado poderia curá-la. A difusão da história deu origem ao mito que alterou o comportamento dos moradores da cidade, até serem surpreendidos pelo retorno de um homem comum, desprovido de dotes milagreiros. Nesse sentido, parafraseando a ironia de Euclides da Cunha ao comentar o processo de forjamento do cabo Roque como herói nacional, pode-se dizer que Roque

Santeiro também trocou “a imortalidade pela vida” e se tornou uma “vítima da desgraça de não ter morrido” (CUNHA, 2002a, p. 505).

Por ironia, a paráfrase também pode ser aplicada à própria história de Euclides da Cunha, já que a morte trágica em 15 de agosto de 1909 contribuiu para que alcançasse a imortalidade no imaginário nacional. Foi no dia 15 de agosto de 1911 que os idealizadores do movimento “Por protesto e adoração” se reuniram diante de seu túmulo, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, para firmar o compromisso de difundir suas ideias. No ano seguinte, na mesma data, aconteceu em São José do Rio Pardo, em São Paulo, a primeira romaria cívica em homenagem ao escritor, que se mantém, de forma ininterrupta, até os dias atuais. Em 15 de agosto de 1925, numa palestra no Recanto Euclidiano, o poeta Martins Fontes sugeriu que aquela data passasse a ser o dia de Euclides da Cunha – proposta acatada já no mês seguinte, com a sanção do prefeito José Pereira Martins de Andrade. Em 15 de agosto de 1928, foi inaugurada pelo prefeito João Gabriel Ribeiro a redoma de vidro protetora da cabana na qual teriam sido escritos trechos de *Os sertões*. Os festejos euclidianos continuaram concentrados na data que rememora a morte do escritor até 1937, ano que antecede a instituição da Semana Euclidiana. Durante um longo tempo, os rio-pardenses cultuaram a distância a memória do escritor, pois estava sepultado no cemitério São João Batista, ao lado do filho, de nome análogo, assassinado em 1916. Finalmente, em 1982, os restos mortais de ambos foram trasladados para a pequena cidade paulista, onde foram depositados às margens do rio Pardo, no dia 15 de agosto, num mausoléu construído para essa finalidade. A mais solene e festiva das romarias enchia de orgulho os rio-pardenses, e se consagrava como cerimônia de celebração da volta triunfal do escritor à cidade. Com propósitos afins, a cidade de Cantagalo, no Rio de Janeiro, reivindicou o traslado do encéfalo¹⁵⁵ do filho ilustre para ser depositado no Museu Casa Euclides da Cunha. A cerimônia de inumação ocorreu no dia 10 de setembro de 1983.

As lembranças ou insígnias de morte conservadas em Cantagalo e São José do Rio Pardo contribuem para que as cidades se projetem no cenário nacional como fundamentais à trajetória intelectual do famoso escritor: a primeira, por ser o local de nascimento; a segunda, por ser o berço de *Os sertões*. As muitas cerimônias e celebrações póstumas realizadas nas duas cidades fazem lembrar as fictícias Cabo Jorge e Asa Branca, das produções *O berço do herói* e *Roque Santeiro* respectivamente, quando a morte dos heróis a que homenageiam é

¹⁵⁵ Após a autópsia no corpo de Euclides da Cunha, seu encéfalo foi retirado pelo médico-legista Afrânio Peixoto, para a realização de estudos. Posteriormente, o material permaneceu conservado em formol, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro (VENTURA, 2003, p. 261-2).

condição primeira para sua sobrevivência e progresso. Ao morrer, em 1909, Euclides da Cunha já era um escritor renomado, sucesso de público e de crítica, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto, as circunstâncias da morte e sua grande repercussão na imprensa brasileira contribuíram para o forjamento do fenômeno midiático Euclides da Cunha, alargando também o interesse pelos estudos sobre *Os sertões* e a Guerra de Canudos, de modo que, ainda nos dias atuais, os três temas permanecem relacionados, continuamente traduzidos e reinventados através das inúmeras produções culturais que os ressignificam.

5. EUCLIDES DA CUNHA E O TRABALHO DE PRODUÇÃO DE DISCURSIVIDADES

Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária... (CUNHA, 1997, p. 133).

Por sua potência seminal, a narrativa da viagem a Canudos produzida por Euclides da Cunha parece uma dessas “narrativas maiores” que Michel Foucault supõe haver em todas as sociedades. Maiores porque “se contam, se repetem e se fazem variar” (FOUCAULT, 2009a, p. 22). É o que ocorre com o livro a cada vez que reaparece, com variações, contando de novo os eventos da Guerra de Canudos: seja através de recursos e artifícios teatrais, televisivos, cinematográficos, pictóricos, coreográficos ou musicais que o revisitam para a elaboração de novos discursos; seja através dos diversos romances europeus e latino-americanos que o rememoram; seja através dos discursos que o retomam com ressalvas, por vezes com avaliações denegatórias, como é o caso das declarações de Mário de Andrade e José Lins do Rego, do depoimento atribuído a Siqueira Meneses, e das críticas de Moreira Guimarães e José de Campos Novaes (AMADO, 1956; ANDRADE, M., 2002; GUIMARÃES, 2003; NOVAES, 1903; REGO, 1942a e 1942b).

As “narrativas maiores”, segundo Foucault, são “[...] fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza.” Seriam os textos religiosos ou jurídicos e literários (FOUCAULT, 2009a, p. 22). Mesmo negadas – e também porque negadas, poderia ser acrescentado –, essas narrativas permanecem sendo contadas, repetidas e sujeitas a variações, já que o próprio ato de negar pressupõe contar de novo, repetir e transformar. Por existirem produções textuais com essas características é que, nas sociedades, ainda conforme o crítico francês, os discursos estariam desnivelados entre si, compondo dois grupos distintos. Num deles, estariam “os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou”. No outro, estariam “os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por

dizer.” (FOUCAULT, 2009a, p. 22, grifos do autor). Sob essa perspectiva teórica, no último grupo poderia ser inserida a narrativa de *Os sertões*, já que às suas páginas sempre há a possibilidade de retorno. O próprio autor aparenta requerer para seu livro uma vocação seminal, quando se recusa a narrar eventos finais da Guerra de Canudos:

Não há relatar o que houve a 3 e a 4.
[...].
Fechemos este livro.
[...].
Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. [...]. Esta página [...] cerramo-la vacilante e sem brilhos. (CUNHA, 2002a, p. 777-9).

Euclides não esteve em Canudos nos últimos momentos da guerra, embora não se possa dizer que não relatou os acontecimentos dos dias 03 e 04 de outubro por não os ter presenciado, já que eventos posteriores a estas datas são narrados no livro, como é o caso da exumação do cadáver de Conselheiro, ocorrida em 06 de outubro, assim também como outros episódios anteriores à sua chegada, em 16 de setembro. O silêncio não significa a falência da capacidade narrativa, mas o registro, na escrita, de que sobre a guerra sempre haveria algo a ser dito. Convocado a fechar o livro, o leitor parece inquirido a preencher a página “vacilante e sem brilhos” que o escritor optou por não escrever. Nesse sentido, o vazio da página funciona como um convite para rasurar as intenções autorais iniciais e dar continuidade à narrativa, outorgando-lhe múltiplas significações, assim como o fizera Euclides em suas muitas visitas aos textos alheios.

Textos com alta potência seminal, a exemplo da narrativa de Euclides da Cunha, concedem uma posição privilegiada a seus autores, possibilitando-lhes sua inserção dentre os “fundadores de discursividades” aos quais se refere Michel Foucault (FOUCAULT, 2009b, p. 58). Conforme o teórico, a função autor não é exercida da mesma maneira em todos os discursos. Na civilização ocidental, houve tempos em que os textos atualmente chamados de literários – contos, narrativas, epopeias, tragédias, comédias etc. – eram aceitos sem que sua autoria fosse considerada. O anonimato não constituía uma dificuldade para serem postos em circulação e valorizados. A antiguidade, real ou suposta, era a garantia suficiente para sua aceitabilidade. Em contrapartida, durante a Idade Média, os textos hoje chamados de científicos não eram aceitos como portadores do valor de verdade sem a marcação do nome do autor. Somente a partir dos séculos XVII e XVIII, começou-se a aceitar os discursos científicos pelo que apresentavam de “verdadeiro” ou “demonstrável”, sem a indicação de autoria. Nesse caso, apagou-se a função autor, e o nome do inventor passou a servir, no

máximo, para denominar teoremas, proposições, efeitos notáveis, propriedades, corpos, conjuntos de elementos etc. Por outro lado, não mais se aceitou o anonimato nos discursos literários. A qualquer texto de poesia ou de ficção, passou-se a perguntar pelo nome do autor, pela data da escrita, pelas circunstâncias em que foi escrito, pelo projeto a que pertence. O sentido que se lhe atribui e o valor que nele se reconhece dependem da maneira pela qual essas questões são respondidas (FOUCAULT, 2009b, p. 48-9).

Entretanto, na ordem do discurso, é possível ser mais que o autor de uma teoria, uma tradição ou uma disciplina dentro das quais outros livros e autores poderão se posicionar. Esse papel foi desempenhado por Homero, Aristóteles, os primeiros matemáticos e aqueles que estiveram na origem da tradição hipocrática. Estariam tais pensadores numa posição “transdiscursiva”. Na Europa, durante o século XIX, surgiram autores com características semelhantes, que não poderiam ser confundidos com escritores literários considerados grandes, tampouco com produtores de textos religiosos canônicos ou com construtores de postulados científicos (*ibid.*, p. 57-8). São os “fundadores de discursividade”, que se destacam não por serem os autores de suas obras e livros, mas por produzirem alguma coisa a mais: “a possibilidade e a regra de formação de outros textos.” (*ibid.*, p. 58).

Segundo Foucault, os primeiros e mais importantes “instauradores de discursividade” são Marx e Freud. Suas ações são diferenciadas das de um autor de romance ou fundador de ciência. Enquanto o autor de um romance abre espaço para certo número de semelhanças e analogias que partem de sua própria obra, com signos, figuras, relações e estruturas que podem ser reutilizadas por outros autores; os “instauradores de discursividade” não tornam possível apenas certo número de analogias, mas também certo número de diferenças. Eles possibilitam o surgimento de outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram (*ibid.*, p. 59-60). A instauração da discursividade também se diferencia da fundação de uma cientificidade, pois esta sempre pode ser reintroduzida no interior da maquinaria das transformações dela derivadas (*ibid.*, p. 60-1). Na obra dos “fundadores de discursividade” não se reconhecem certas proposições como falsas. Apenas são afastados os enunciados impertinentes, ou por serem considerados não essenciais, ou por serem provenientes de outro tipo de discursividade. Ao contrário da fundação de uma ciência, a instauração discursiva não faz parte das transformações ulteriores. Em relação a estas, ela permanece retirada e em desequilíbrio. O que caracteriza a instauração de discursividade é a exigência de “retorno”, que se diferencia dos fenômenos de “redescoberta” e “reatualização”, produzidos com frequência no campo das ciências. Na “redescoberta”, os fenômenos de analogia ou isomorfismo tornam perceptível uma figura que foi embaralhada ou que

desapareceu. Na “reatualização”, há a reinserção de um discurso num domínio novo de generalização, aplicação ou transformação (FOUCAULT, 2009b, p. 62-4). No “retorno”, é necessário que haja esquecimento, não esquecimento acidental, por alguma incompreensão, “[...] mas esquecimento essencial e constitutivo.” (*ibid.*, p. 64). Porém, o ato de instauração discursiva é de tal ordem que não pode ser esquecido. O que o manifesta e o que dele deriva é, ao mesmo tempo, o que estabelece a distância e o mascaramento. O esquecimento não é acrescentado do exterior. Ele faz parte da própria discursividade. Nesses moldes, a instauração discursiva é, simultaneamente, a razão de ser do esquecimento e a possibilidade de sua manifestação, de tal maneira que o esquecimento e o impedimento do retorno só podem ser interrompidos pelo próprio retorno. O retorno se dirige ao que está presente no texto, ao texto em sua nudez, e também aos seus vazios, ausências e lacunas (*ibid.*, p. 64-5). Ele se caracteriza por um jogo que consiste em dizer, por um lado, que tudo estava dito, precisando apenas ser lido: “foi preciso os olhos estarem muito fechados e os ouvidos muito tapados para que se não visse e ouvisse”; e, por outro, que nada estava dito: “[...] nenhuma das palavras visíveis e legíveis diz alguma coisa sobre o que está em questão, trata-se antes do que é dito, através das palavras, no seu espaçamento, na distância que as separa.” (*ibid.*, p. 65). É assim que, fazendo parte do discurso e nele sempre operando modificações, o retorno transforma a própria discursividade (*ibid.*, p. 65-6).

Algumas das características atribuídas por Michel Foucault aos “fundadores de discursividade” podem ser encontradas em Euclides da Cunha, notadamente porque parece ser sempre possível a formação de novos textos a partir de *Os sertões*, a mais seminal das obras do autor. O retorno ao livro torna possível certo número de analogias e também certo número de diferenças. Quando se fala em “analogias”, refere-se à utilização da obra como modelo ou princípio para outros autores – seus signos, figuras, imagens, relações e estruturas. Nessa categoria se inserem os diversos romances europeus e latino-americanos que rememoram *Os sertões*: *O mago do sertão* (1952), do francês Lucien Marchal; *A aldeia sagrada* (1953), de Francisco Marins; *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos; *Capitão jagunço* (1959), de Paulo Dantas; *Verdicto em Canudos* (1970), do húngaro Sándor Márai; *A guerra do fim do mundo* (1981), do peruano Mario Vargas Llosa; *A casca da serpente* (1989), de José J. Veiga; *As meninas do Belo Monte* (1993), de Júlio César Chiavenato; *Canudos* (1997), de Ayrton Marcondes; *O sertão vai virar mar* (2002), de Moacyr Scliar; *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca etc. Quando se fala em “diferenças”, refere-se a algo ausente da obra, mas que, simultaneamente, pertence ao que foi fundado no instante da instauração da discursividade. São diversas as produções culturais que retomam *Os sertões* como ponto de

partida, mesmo sem o interesse de rememorar os fenômenos da Guerra de Canudos. São exemplos dessa dinâmica o espetáculo *O berço do herói* (1963), de Alfredo Dias Gomes, que serviu de inspiração para a telenovela *Roque Santeiro*, exibida pela Rede Globo, em 1985; e o livro *Estação Carandiru* (1999), de Dráuzio Varella¹⁵⁶, que motivou as produções cinematográficas *Estação Carandiru* (2003) e *Carandiru outras histórias* (2005), ambas dirigidas por Hector Babenco. Também há produções que rememoram Canudos, indo buscar em *Os sertões*, enquanto texto de partida, o “segredo” ou a “riqueza” aos quais se refere Michel Foucault (FOUCAULT, 2009a, p. 22), ao mesmo tempo em que sentem a necessidade de demarcar o distanciamento em relação ao livro revisitado. Desse modo é que fazem emergir o que estava ausente da obra, embora pertencente ao que foi fundado no instante da instauração da discursividade. Podem ser mencionados os seguintes exemplos: os filmes *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), de Glauber Rocha, e *A Guerra de Canudos* (1997), de Sérgio Rezende; o balé Parabelo, do grupo *Corpo*, de Belo Horizonte; o Teatro oficina, dirigido por José Celso Martinez; e o samba-enredo “Os sertões”, de Edeor de Paula, inspirado na assertiva euclidiana “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2002a, p. 207). A composição carnavalesca animou o desfile da escola de samba *Em cima da hora*, do Rio de Janeiro, em 1976, contando com a presença de cerca de 2.000 figurantes, durante uma apresentação na Avenida Presidente Vargas¹⁵⁷.

Várias são as produções literárias, teatrais, televisivas, cinematográficas, pictóricas, coreográficas e musicais que rememoram *Os sertões*, partindo de seus vazios, ausências e lacunas, em busca do que está no texto à espera de decodificação, ou à procura do que não está dito no texto através de “palavras visíveis e legíveis”. O esquecimento é a condição primeira para o retorno. “Regressa-se a um certo vazio que o esquecimento tornou esquivo ou mascarou, que recobriu com uma falsa ou defeituosa plenitude, e o retorno deve

¹⁵⁶ Conforme Denise Carrascosa, é o próprio Dráuzio Varella quem enfatiza o diálogo com *Os sertões*. A afirmativa está no texto “Pra viver no país das calças bege”, publicado pela revista *Outros Sertões*. A autora declara ter obtido a informação através do professor Márcio Serelle da PUC-MG, durante uma das sessões de comunicações do Simpósio Literatura e Cultura das Mídias, da ABRALIC/2006. Conforme a pesquisadora, a divisão temática de *Estação Carandiru* equivale às três partes da obra euclidiana. De “Estação Carandiru” a “Pena capital”, quando se apresenta a casa de detenção com descrição minuciosa de sua organização física, as semelhanças estão relacionadas com “A terra” – a primeira parte do livro de Euclides da Cunha. De “Laranja” até “O filho pródigo”, em que são construídos perfis de homens encarcerados, as semelhanças são com “O homem” – a segunda parte de *Os sertões*. De “Aprendiz de feiticeiro” a “O rescaldo”, em que são narradas cenas do massacre, os diálogos são estabelecidos com “A luta” (CARRASCOSA, 2010, p. 141; VARELLA, 2010).

¹⁵⁷ A retomada de *Os sertões* por uma escola de samba do carnaval carioca é tema do artigo “Samba n’ *Os sertões* – Euclides da Cunha e cultura popular brasileira”, de Anabelle Loivos Considera Conde Sangenis (SANGENIS, 2008, p. 81-93). À semelhança do que ocorrera no Rio de Janeiro, também na cidade de São Paulo, em 2001, a Imperatriz do Ipiranga levantou multidões das arquibancadas com o samba-enredo “Imperador da Velha República”, tendo como destaque o carro alegórico da Revolta de Canudos. Os versos da produção musical ressaltam a história dos primeiros anos da República e lembram os motivos que trouxeram à cena brasileira líderes como Padre Cícero, Lampião e Antônio Conselheiro.

redescobrir essa lacuna e essa falta; daí o jogo perpétuo que caracteriza os retornos à instauração discursiva.” (FOUCAULT, 2009b, p. 65). Em 1896, a sociedade brasileira exigia do Exército ações efetivas no combate à insurreição nos sertões baianos. Em 1897, em alguns dos textos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, Euclides demonstra certo alinhamento com essa forma de pensar. Sua atuação como correspondente de guerra permite sua inserção dentre os corresponsáveis pelo desfecho trágico do conflito, já que o jornal participou da manipulação da opinião pública contra os conselheiristas. Porém, algum tempo depois, opera-se em Euclides, na rememoração dos eventos da Guerra de Canudos, o “esquecimento essencial e constitutivo” ao qual se refere Michel Foucault (*ibid.*, p. 64), sem o qual a escrita de *Os sertões* não seria possível, tampouco as diversas produções culturais que a ele retornam enquanto texto de partida.

Em “Notas à segunda edição”, de 27 de abril de 1903, Euclides se inscreve como um historiador comprometido com a exposição objetiva e honesta dos acontecimentos, atento aos depoimentos das testemunhas e aos documentos consultados, e avesso a qualquer postura tendenciosa que o identificasse como um aliado ou defensor de algum dos grupos envolvidos no conflito em Canudos. Por mais que *Os sertões*, desde a publicação, tenha se projetado no cenário nacional como um libelo em favor dos sertanejos, recebe do autor a ressalva de que não se trata de um livro de defesa:

Não tive o intuito de defender os sertanejos, porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque. Ataque franco e, devo dizê-lo, involuntário. Nesse investir, aparentemente desafiador, com os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticezas [...]. (CUNHA, 2002c, p. 784).

Por outro lado, à medida que condena a selvageria do Exército republicano, o escritor mais se aproxima da postura assumida no ano anterior, numa carta ao amigo Francisco Escobar, datada de 21 de abril de 1902, quando se esquece do entusiasmo republicano com o qual partira para Canudos em agosto de 1897, e se projeta como um advogado da causa sertaneja: “Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...” (CUNHA, 1997, p. 133). As palavras confessadas a Escobar permitem ser estendidas aos sertanejos da Amazônia, quando cotejadas com uma declaração inclusa numa correspondência a Coelho Neto, datada de 10 de março de 1905, em que o missivista se propõe a vingar, nas páginas de *Um paraíso perdido*, “[...] a *Hiloe* maravilhosa de todas as

brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal!” (CUNHA, 1997, p. 266).

Nessa época, a Amazônia já havia experimentado o malogro da primeira tentativa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, de 1878 a 1879. Ainda assim, em correspondências do ano de 1906, Euclides se esquece dos problemas relacionados ao empreendimento, uma das mais violentas intervenções do Estado em nome do progresso e da civilização, e declara apoio à retomada da construção, demonstrando entusiasmo com a possibilidade de retorno à região para o trabalho na fiscalização das obras (*ibid.*, p. 307, 310-13). Em 1909, com *À margem da história*, o escritor se esquece do entusiasmo anterior, e se projeta na história como o autor de um libelo em defesa das populações exploradas da Amazônia, ao mesmo tempo promovendo o esquecimento do tema motivador da viagem – o reconhecimento hidrográfico no Purus.

Conforme se observa em “Nota preliminar”, também é outro o assunto escolhido como principal para nortear a escrita de *Os sertões*, em substituição ao tema que se imagina esquecido ou se deseja esquecer – a Guerra de Canudos:

[...] este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a sua atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar. Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu. Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. (CUNHA, 2002b, p. 65).

Entretanto, à medida que se apresenta em substituição ao primeiro, o segundo assunto protagoniza seu próprio esquecimento, e a intenção de esquecer o conflito de Canudos se converte numa outra forma de trazê-lo à lembrança. Com o término da guerra e a divulgação de inúmeros relatos sobre as barbáries cometidas pelos republicanos, eclodem no país tensões advindas das constantes e incômodas lembranças daquilo que, por ser traumático, precisava ser esquecido, mas encontrava no próprio trauma as razões para o impedimento do esquecimento – a vitória ignominiosa do Exército republicano e a responsabilidade da sociedade por esse desfecho. A opinião pública se modifica, desencadeando um sentimento coletivo de *mea culpa*, que requeria um meio através do qual pudesse ser realizado um movimento catártico. Em 1902, com o lançamento de *Os sertões*, surge o mecanismo capaz de suprir a necessidade nacional. A obra rememora a temática inglória, por ser esta impossível de ser esquecida, mas também incita o esquecimento. Ao ser impresso no imaginário do leitor

como o discurso oficial sobre a Campanha de Canudos, tornando-se ele próprio objeto de rememoração, o livro promove o silenciamento não apenas de vozes não autorizadas e/ou não contempladas na leitura, como também o apagamento do próprio passado – pois, irremediavelmente perdido, já não havia (e não há) meios para ser evocado aquilo que aconteceu um dia. A cada vez que o leitor retorna a Canudos a partir de *Os sertões*, não é o acontecimento passado que experimenta rememoração, mas sua construção discursiva. Não há mais passado, portanto. O que existe é linguagem e interpretação.

A visibilidade de Canudos na atualidade induz os leitores a acreditarem que o interesse pelo tema manteve-se inalterado desde o ano de 1897, quando as notícias sobre a guerra foram amplamente divulgadas no Brasil e em vários países do mundo. Porém, nos anos posteriores ao acontecimento, tornou-se tendência na imprensa o esforço para esquecer Canudos¹⁵⁸. Em *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, nenhuma matéria foi publicada para lembrar o primeiro aniversário do término do conflito, ocorrido em 05 de outubro de 1898. O mesmo aconteceu no primeiro aniversário de *Os sertões* e no primeiro aniversário de morte de Euclides da Cunha. Em 05 de outubro de 1907, dez anos após o fim da guerra, nada foi publicado sobre o assunto. A data também foi ignorada em 1917, 1927, 1937, 1947, 1957, 1967 e 1977. Tampouco foram veiculadas nas páginas do jornal quaisquer matérias para rememorar os cinquentenários da fundação de Canudos, do início da guerra e da chegada de Euclides ao cenário dos confrontos, ocorridos em junho de 1943, novembro de 1946 e setembro de 1947, respectivamente (PINHEIRO, 2012, f. 215-6 e 220).

Nessas ausências, *O Estado de S. Paulo* inscreve o esquecimento de sua participação na história da destruição da comunidade. Porém, o silêncio em datas relevantes não significa indiferença ao tema, pois este aparece em outras oportunidades. Significa selecionar o que lembrar, quando esquecer é impossível. Conforme Lidiane Pinheiro, nas reportagens veiculadas em *O Estado de S. Paulo* sobre os temas Euclides da Cunha e Canudos, dos anos posteriores à guerra até os tempos contemporâneos, não há qualquer menção à recusa do jornal¹⁵⁹ a publicar *Os sertões*. Em contrapartida, são recorrentes as

¹⁵⁸ Em sua tese de doutorado, Lidiane Santos de Lima Pinheiro realiza uma discussão detalhada sobre o esquecimento do tema Canudos no jornal *O Estado de S. Paulo*, nos anos posteriores à guerra (PINHEIRO, 2012).

¹⁵⁹ Euclides da Cunha chegou a pensar em publicar *Os sertões* parceladamente, nas colunas de *O Estado de S. Paulo*, na tentativa de despertar o interesse de alguma editora. Porém, os originais do livro, confiados pessoalmente a Júlio Mesquita, na época dono do jornal, foram encontrados na redação, cobertos de poeira, seis meses depois da entrega, no mesmo local em que o escritor os deixara (RABELLO, 1983, p. 161). A difícil busca por um editor o levou a depender da interferência de amigos influentes, como José Veríssimo, Garcia Redondo e Lúcio de Mendonça. Conforme Euclides, José Veríssimo teria sido “um fiador de alto coturno”, levado à presença dos “honrados saxônios” da editora Laemmert (CUNHA, 1997, p. 129). O acadêmico Garcia Redondo destaca-se por ter escrito uma carta a Lúcio de Mendonça, encaminhando à Laemmert o escritor

referências ao convite para que Euclides da Cunha atuasse no cenário dos conflitos como correspondente de guerra. O jornal geralmente assume a responsabilidade pela emergência de condições favoráveis à escrita do livro lançado em 1902 (PINHEIRO, 2012, f. 222, 258 e 268). Numa reportagem publicada em 16 de agosto de 1909, ao noticiar o assassinato de Euclides da Cunha, *O Estado de S. Paulo* advoga para si a responsabilidade pelo início da carreira literária do autor, utilizando uma de suas correspondências como testemunho daquilo que é anunciado:

Nesta folha em que Euclides da Cunha começou a sua carreira literaria, acompanhavamos com carinho e entusiasmo os seus vôos de condor e, ao vel-o cair mortalmente ferido numa luta inglória, não podemos deixar de recordar com desesperadora saudade as palavras de uma das suas ultimas cartas:

“Nasci espiritualmente na ‘Província de S. Paulo’¹⁶⁰ e nunca mais me desliguei do seu destino e o meu mais justificado orgulho e maior prazer está em continuar a ser para os meus companheiros de esperanças e lutas desinteressadas, apenas o que sempre fui, simplesmente o – Euclides da Cunha.” (EUCLIDES..., 1909, p. 1).

Mais adiante, o jornal retoma a informação de que seria responsável pelo sucesso literário de Euclides da Cunha, atribuindo às produções jornalísticas sobre a Guerra de Canudos a visibilidade alcançada por sua escrita, seja em prosa ou em verso:

Vindo para S. Paulo, Euclides passou a ser frequentador assiduo desta folha, na qual iniciou, com o pseudonymo de Proudhon, uma secção diaria de critica politica. Desde então, o seu nome começou a apparecer no mundo literário, ora em trechos de prosa de um vigor masculino e de um colorido extraordinario, ora em versos robustos e retumbantes, de feição pronunciadamente hugoana. (*ibid.*, p. 1).

A reportagem converge para o direcionamento do leitor à crença em que o surgimento de *Os sertões* estaria associado à atuação do autor como correspondente de guerra. Nesse caso, o livro seria a reunião dos textos publicados durante a Campanha de Canudos: “As suas correspondencias, reunidas no volume ‘Os Sertões’, constituem no Brasil o maior acontecimento literario dos nossos tempos e asseguraram ao joven escriptor um posto culminante entre os nossos homens de letras.” (*ibid.*, p. 1). Em diversas publicações

estreado. É de posse dessa carta que Euclides parte para o Rio de Janeiro, em dezembro de 1901, para negociar a publicação de *Os sertões* (RABELLO, 1983, p. 161).

¹⁶⁰ *O Estado de S. Paulo* foi fundado em 1875, com a denominação *A Província de S. Paulo*. Em 1890, o jornal recebe a designação atual, em atenção à nomenclatura estabelecida pela República para as unidades da federação (PINHEIRO, 2012, f. 161).

posteriores, sob a alegação de que o escritor teria nascido em suas páginas, *O Estado de S. Paulo* se autorreferencia como o “jornal de Euclides” (PINHEIRO, 2012, f. 219, 229-30 e 284). Na edição de 13 de dezembro de 1952, o jornal destina uma página inteira à comemoração dos cinquenta anos de *Os sertões*. A página está dividida em três partes. A segunda, cuja autoria é assumida pelo próprio jornal, possui como título “‘Os Sertões’ e ‘O Estado’”. Logo no início do texto, a obra rememorada aparece como resultado dos escritos do autor à época da guerra:

“Os Sertões” – todos o sabem – nasceram na redação de “O Estado”. O moço jornalista [...] que seguiu para Canudos, em 1897, como correspondente especial desta folha, precisou, apenas, do tempo [...] para rever e ampliar o “Diário de uma expedição¹⁶¹”, dando-lhe as proporções gigantescas da obra-prima que legou às letras do Brasil. As páginas inigualáveis de “Os Sertões” estão, em germe, [...] na correspondência nervosa e viva, que Euclides da Cunha escreveu para “O Estado”. (“OS SERTÕES”..., 1952, p. 5).

Conforme o texto, Júlio Mesquita teria convidado Euclides da Cunha para assumir a função de correspondente de guerra por nele reconhecer potencial para a escrita de uma grande obra: “Em prodigiosa antevisão, percebera que autor e tema eram da mesma estatura, e antecipava mentalmente o que viriam a ser ‘Os Sertões’.” (*ibid.*, p. 5). A aceitação do convite é atribuída aos conselhos e insistência do dono do jornal ao “amigo íntimo”:

A primeira reação de Euclides foi negativa. Convicto de que não se enganava ao diagnosticar o instante decisivo da carreira literária de Euclides, Julio Mesquita, transbordando da generosa simpatia humana a que nunca deixaram de aludir os que os conheceram, insiste e esclarece. Não se tratava de apenas desempenhar corretamente uma difícil tarefa jornalística, mas de ir ao encontro de um grande tema, sobre o qual – tudo o indicava – se poderia erigir o monumento de um livro singular na história das letras nacionais. [...]. Euclides resiste. Pede tempo para refletir, cede aos estímulos contraditórios de seu temperamento nervoso, oscila entre os impulsos incontidos e a timidez doentia que assinalaram, tão indelevelmente, a sua personalidade de exceção. Julio Mesquita não se deixou vencer [...]. Graças a essa tenacidade, Euclides cedeu. ‘Os Sertões’ nascerão um dia, mercê do descortino e do poder de persuasão de Júlio Mesquita, que não só dá a primeira inspiração a seu autor, mas ainda quase o impele a reconhecer que está á frente de sua grande oportunidade. (*ibid.*, p. 5).

As duas reportagens publicadas em *O Estado de S. Paulo* nos dias 16 de agosto de 1909 e 13 de dezembro de 1952 são representativas da complexa relação entre esquecimento e

¹⁶¹ As reportagens de Euclides da Cunha enviadas ao *Estado de S. Paulo* eram publicadas na coluna “Canudos”, antecedidas pelo subtítulo “(Diário de uma expedição)”.

rememoração nas páginas do jornal sobre os temas relacionados à Guerra de Canudos. Em ambas as situações, não são feitas referências às circunstâncias em que *Os sertões* foi encaminhado para publicação, provavelmente porque a informação evidenciaria as dificuldades de Euclides na busca por um editor, pondo sob suspeição a participação efetiva de *O Estado de S. Paulo* na história do livro.

A publicação de “Um excerto de um livro inédito”, em 19 de janeiro de 1898, sinaliza a intenção do jornal paulistano de editar a obra de seu enviado especial. Euclides, porém, conforme assinala Leopoldo Bernucci, conclui o manuscrito de *Os sertões* em maio de 1900 (BERNUCCI, 2002c, p. 57). O tempo decorrido entre o término da guerra e a conclusão da obra fez o tema Canudos perder atualidade, sendo esta, talvez, a explicação para Júlio Mesquita declinar da proposta de publicá-la. O *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, pertencente a José Carlos Rodrigues, também recusa a publicação. A editora Laemmert assume a edição da obra, não sem o receio de repetir o malogro do editor Magalhães com a narrativa histórica *Marinha de outrora*, do Visconde do Ouro Preto. Afinal, tratava-se de um autor desconhecido¹⁶², com a intenção de publicar um texto bastante volumoso, versando sobre um tema datado, já abordado em livros e excessivamente divulgado na imprensa nacional e estrangeira. Somente após negociações, quando Euclides aceita arcar com metades do custo da edição, é que a editora decide publicá-lo. A quantia investida – um conto e quinhentos mil-réis – equivalia a quase o dobro de seu salário de engenheiro da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

No final de 1902, a opinião pública parece esquecida de Canudos e do líder Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro. Conforme Roberto Ventura, o interesse do momento é outro conselheiro¹⁶³, o político e fazendeiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, que assumira a Presidência da República em 15 de novembro, duas semanas antes do lançamento de *Os sertões*. No uso de suas atribuições, Rodrigues Alves logo nomeia para o cargo de prefeito da capital federal o engenheiro Francisco Pereira Passos¹⁶⁴, com a missão de urbanizar e higienizar a cidade, juntamente com o médico sanitário Oswaldo Cruz, e convertê-la em vitrine da *Belle Époque* tropical (VENTURA, 2002c, p. 9-10).

Anos antes, em 1893, quando se fundava, na Bahia, a comunidade de Belo Monte, o Rio de Janeiro viveu a violenta demolição do cortiço Cabeça de Porco, ordenada pelo

¹⁶² Até então, Euclides não publicara um único livro. Era conhecido na comunidade letrada brasileira pelos textos publicados em *O Estado de S. Paulo*, especialmente durante a guerra de Canudos.

¹⁶³ O título de conselheiro era atribuído àqueles que guiavam os fiéis em orações e davam orientações religiosas. Também designava o título honorífico concedido no Império a políticos renomados, que costumavam usufruir de assento vitalício no Senado Federal (VENTURA, 2002c, p. 10).

¹⁶⁴ Prefeito entre 30 de dezembro de 1902 e 16 de novembro de 1906.

prefeito Barata Ribeiro. A denominação está relacionada à figura de uma cabeça de porco que servia de ornamentação a um grande portal, em arcada, na entrada principal do cortiço. Conforme Sidney Chalhoub, há controvérsias quanto ao total de habitantes do Cabeça de Porco. Os números oscilam entre dois e quatro mil. Na noite da demolição, com toda a ala esquerda do local interdita há cerca de um ano pela Inspetoria Geral de Higiene, estima-se em quatrocentos o número de moradores. Às sete horas e trinta minutos do dia 26 de janeiro, uma tropa do primeiro Batalhão de Infantaria invade o cortiço, proibindo o ingresso e a saída de pessoas. Uma grande equipe trabalha na demolição. Os trabalhos prosseguem até a madrugada, sempre acompanhados pelo prefeito Barata Ribeiro. Na manhã seguinte, estava finalmente extinto o mais célebre cortiço carioca do período. Não se sabe do destino dos moradores. O prefeito teria permitido à população pobre do local retirar madeiras que pudessem ser reaproveitadas em outras construções. Provavelmente de posse desse material, suficiente para erguer casas precárias, alguns dos despejados teriam subido o morro que existia atrás do cortiço (CHALHOUB, 1996, p. 15-7).

Anos mais tarde, em 1897, estabeleceram-se nesse espaço os soldados egressos da Campanha de Canudos, com autorização dos chefes militares. O lugar passou, então, a ser chamado Morro da Favela, numa remissão a uma colina de onde se avistava a comunidade conselheirista e na qual se agruparam os acampamentos militares para os ataques finais. A destruição do cortiço e a transferência de alguns de seus moradores para um morro é um marco na história do Rio de Janeiro, pois nem bem se livrava de seus cortiços, já ingressava na era das favelas (*ibid.*, p. 17).

Assim como a demolição do cortiço Cabeça de Porco, as ações no vilarejo de Canudos durante o ano de 1897 também propõem a eliminação de um *outro* indesejado pela nação. Porém, aquilo que se imagina compor o outro que se deseja afastado por vezes surpreende aquele que impõe ou deseja o afastamento, acentuando ser frágil a distância imaginada entre um e outro. A consciência da fragilidade das fronteiras é o que justifica o desconforto de Euclides da Cunha ao narrar eventos relacionados à violência republicana instaurada na cidade do Rio de Janeiro, principalmente na rua do Ouvidor, após a morte do coronel Moreira César:

A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos. (CUNHA, 2002a, p. 501).

Para o escritor, as motivações desencadeadoras da Guerra de Canudos estavam alastradas por todo o país. O *mal* que se desejou combater nos sertões baianos também estava em outros espaços. A civilização que combatia a barbárie em Canudos era a mesma que coordenava atos bárbaros no Rio de Janeiro e se manifestava na imprensa a favor de uma barbárie efetiva no combate ao *outro* indesejado, representado pelos sertanejos baianos. A “correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro”, no contexto da movimentação republicana que protestava contra a morte do coronel Moreira César, porque já era parte integrante da configuração da cidade.

Com o término da guerra, quando parecia destruído o *outro* indesejado, este ressurge na cidade do Rio de Janeiro metaforizado nos soldados republicanos, que ocupam o morro próximo ao extinto cortiço Cabeça de Porco. Apenas aparentemente as marcas da miséria e da marginalização social estavam mais alinhadas à comunidade sertaneja. Incorporados ao contexto do morro, os soldados são desinvestidos de importância simbólica, revivendo ou ratificando a experiência vivida meses antes, em Canudos, quando a iminência da morte os fez fugir dos conselheiristas, abandonando armas e roupas:

E foi uma debandada.

Oitocentos homens desapareciam em fuga, abandonando as espingardas; arriando as padiolas, em que se estorciam feridos; jogando fora as peças de equipamento; desarmando-se; desapertando os cinturões, para a carreira desafoçada; e correndo, correndo ao acaso, correndo em grupos, em bandos erradios, correndo pelas estradas e pelas trilhas que as recortam, correndo para o recesso das caatingas, tontos, apavorados, sem chefes...

[...].

Pela estrada e pelos lugares próximos jaziam, esparsas, armas e munições, de envolta com as próprias peças do fardamento, dólmas e calças de listra carmesim, cujos vivos denunciadores demais no pardo da caatinga os tornavam incompatíveis com a fuga. De sorte que a maior parte da tropa não se desarmara apenas diante do adversário. Despira-se... (CUNHA, 2002a, p. 487-91).

O episódio rebaixa e reduz a estatura heróica do Exército brasileiro, não apenas pela fuga, que tornava os soldados da terceira expedição indignos das funções para as quais foram designados, como também pelo ato de desvestir-se, por designar um esvaziamento do poder representado pelo fardamento, pois metáfora da presença do Estado naquela localidade. Com a quarta expedição¹⁶⁵, apesar de bastante acentuada a disparidade de forças entre o

¹⁶⁵ Das quatro expedições militares enviadas a Canudos, a última se destaca pela força bélica dos seus 9500 combatentes. As expedições anteriores foram bem mais modestas: a primeira, de novembro de 1896, com 100

Estado e a comunidade conselheirista, os soldados continuam rebaixados, pois submetidos, no contexto da guerra, a experiências de fome e sede, que ofuscam a caracterização de representantes oficiais da República, e os transformam em duplos dos sertanejos, sobretudo pela adoção de estratégias de sobrevivência afins:

[...] os soldados principiaram a realizar, isolados ou em pequenos grupos, excursões perigosas pelas cercanias, talando as raras roças de milho ou mandioca, que existiam; caçando cabritos quase selvagens por ali desgarrados, em abandono desde o começo da guerra; e arrebanhando gado. [...]. A partir de 2 de julho só houve gêneros – farinha e sal, nada mais – para os doentes. As caçadas faziam-se, pois, obrigatoriamente, a despeito dos maiores riscos. E os que a elas se abalçavam – vestindo a pele do jagunço, copiando-lhe a astúcia requintada, a marcha cautelosa acobertando-se em todos os sulcos do terreno – aventuravam-se a extremos lances temerários. (CUNHA, 2002a, p. 581).

Em busca de sobrevivência, os soldados se desvestem de si mesmos e se permitem confundir com o outro indesejado, vestindo-lhe a pele, copiando-lhe a astúcia. Ainda que a estratégia possa ser interpretada como uma falsa aceitação da outridade sertaneja, ela insinua a desconfiança dos soldados em sua própria instituição e o reconhecimento de que no adversário haveria caracteres dignos de nota. Porque resistente e intrépido, o sertanejo é o *outro* que permite ou requer ser imitado. No campo oposto, quando em situações que lhes permitiam vestirem-se do outro, os sertanejos rejeitam a oportunidade.

Após a debandada da terceira expedição, são recolhidas armas e munições e abandonadas peças do fardamento dos soldados. A recusa se justifica sob o ponto de vista tático, pois as cores vibrantes das vestimentas facilitavam o apresamento daqueles que as utilizavam, mas também há de ser considerada a simbologia do ato. Enquanto os soldados encontravam nos sertanejos um modelo estratégico eficiente, a ser seguido para que suas vidas fossem talvez preservadas, os sertanejos consideravam o contato com peças que tivessem tocado o corpo do adversário uma forma de macular sua identidade de “combatentes sagrados”. A apreensão das armas e munições possui a função exclusiva de converter a “força do governo” em “fraqueza do governo”. Esvaziados daquilo que oferecia risco aos sertanejos, os representantes do Estado têm a fragilidade inscrita na própria caatinga, no cenário “cruelmente lúgubre” preparado para recepcionar a quarta expedição militar:

soldados; a segunda, de janeiro de 1897, com 600 soldados; a terceira, de fevereiro de 1897, com 1200 soldados (COSTA, 1990, p. 47).

Levaram para o arraial os quatro Krupps; substituíram nas mãos dos lutadores da primeira linha as espingardas velhas de carregamento moroso pelas Mannlichers e Comblains fulminantes; e como as fardas, cinturões e bonés, tudo quanto havia tocado o corpo maldito das praças, lhes maculariam a epiderme de combatentes sagrados, aproveitaram-nos de um modo cruelmente lúgubre.

[...].

Concluídas as pesquisas nos arredores, e recolhidas as armas e munições de guerra, os jagunços reuniram os cadáveres que jaziam esparsos em vários pontos. Decapitaram-nos. Queimaram os corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, fronteando-se, faces volvidas para o caminho. Por cima, nos arbustos marginais mais altos, dependuraram os restos de fardas, calças e dólãs multicores, selins, cinturões, quepes de listras rubras, capotes, mantas, cantis e mochilas...

A caatinga mirrada e nua, apareceu repentinamente desabrochando numa florescência extravagantemente colorida no vermelho forte das divisas, no azul desmaiado dos dólãs e nos brilhos vivos das chapas dos talins e estribos oscilantes...

Um pormenor doloroso completou esta encenação cruel: a uma banda avultava, empalado, erguido num galho seco, de angico, o corpo do coronel Tamarindo.

Era assombroso... Como um manequim terrivelmente lúgubre, o cadáver desaprumado, braços e pernas pendidos, oscilando à feição do vento no galho flexível e vergado, aparecia nos ermos feito uma visão demoníaca. (CUNHA, 2002a, p. 491-2).

Meses depois, com a exumação do cadáver de Antônio Conselheiro, outra visão demoníaca se inscreve na história da Campanha de Canudos, mais uma vez reiterando a conversão da “força do governo” em “fraqueza do governo”. Estava extinta a comunidade sertaneja, incendiadas as casas e mortos os combatentes, mas ao Estado pareceu necessário retomar a imagem da degola, vulgar no contexto da guerra e também acessada pelos sertanejos, para exibir ao país, subjugado, o antagonista que atraíra aos sertões e as derrotara três expedições militares:

Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa – único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra! – faziam-se mister os máximos resguardos para que se não desarticulasse ou deformasse, reduzindo-se a uma massa angulhenta de tecidos decompostos.

Fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto aquele terribilíssimo antagonista.

Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita – e como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores...

Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de

circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura... (CUNHA, 2002a, p. 780).

Antônio Conselheiro falece no dia 22 de setembro de 1897, aos 67 anos. Às 10 horas da manhã do dia 06 de outubro, o cadáver é encontrado e exumado pela equipe médica chefiada pelo Dr. Miranda Cúrio. A causa da morte é indeterminada. Não se sabe se em razão de uma disenteria ou em decorrência de um ferimento causado por estilhaços de granada. O corpo é fotografado por Flávio de Barros, a pedido do general Artur Oscar. Depois de exposto por alguns instantes à curiosidade dos soldados republicanos, o cadáver volta a ser enterrado no mesmo local onde fora encontrado. A cabeça, decepada na oportunidade, é posteriormente levada para a Escola de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus, em Salvador, para ser estudada pelo professor Nina Rodrigues, que atesta em laudo não existir no crânio analisado nenhuma anomalia que denunciasse traços de degenerescência. O crânio permanece no Museu de Medicina Legal da Escola de Medicina até ser destruído durante um incêndio, em 1905 (ALMEIDA, 1997, p. 80; VILLA, 1999, p. 218).

Sem fornecer maiores detalhes para fundamentar suas certezas, Edmundo Moniz anuncia: “Uma coisa era certa: não tinha nenhum ferimento.” O autor considera como provada “a identidade de Antônio Conselheiro”, embora reitere que “o corpo não foi autopsiado, conforme declararam o dr. Miranda Cúrio, chefe do serviço sanitário, e os acadêmicos de medicina João Pondé e Alvim Horcades, por encontrar-se em avançado estado de decomposição [...]” (MONIZ, 1981, p. 81). Marco Villa questiona a autenticidade da fotografia de Flávio de Barros, chamando a atenção para as circunstâncias em que se fez o reconhecimento do corpo. Sem autópsia, por já se encontrar em decomposição, o cadáver foi reconhecido pelo capitão Jesuíno Lima, antigo desafeto de Antônio Conselheiro, e por alguns prisioneiros não identificados. Para o historiador, não há como ser inteiramente descartada a possibilidade de o corpo encontrado ser de Manuel Quadrado, o médico informal da comunidade de Belo Monte, que se vestia do mesmo modo que o Conselheiro, usava barbas crescidas, e também morreu no dia 22 de setembro de 1897. Ademais, a fotografia do suposto cadáver do Conselheiro, com rosto, mãos e pés bem visíveis, não parece retratar um homem de 67 anos, submetido a uma vida difícil, com longos períodos de privações e jejuns. Não aparece com nitidez na imagem a barba grisalha descrita no relatório do frei João Evangelista de Monte Marciano (VILLA, 1999, p. 216-8). O religioso destaca em Antônio Conselheiro “[...] os cabellos crescidos, sem nenhum trato, a caírem sobre os ombros: as hirsutas barbas grisalhas, mais para brancas [...]” (MARCIANO, 1895, p. 4).

Após a derrota de três expedições militares, o Exército precisava se revestir da imagem de instituição vitoriosa. Para tanto, são mobilizados esforços para encontrar o corpo de Antônio Conselheiro e apresentá-lo à nação como um troféu de guerra. A estratégia, conforme destaca Marco Villa, é a mesma utilizada na Revolução Federalista, quando o corpo de Gumercindo Saraiva, o principal líder militar rebelde, é exumado, golpeado pelos soldados, tem a barba arrancada e vários órgãos do corpo mutilados (VILLA, 1999, p. 216). Nesses casos, o que parece importante não é necessariamente a identidade do corpo em exposição. Na história de Canudos em particular, pelos reveses sofridos pela força republicana, impunha-se como necessidade primeira para o Exército, mais do que a localização do corpo de Antônio Conselheiro, convencer a nação de que esta já se realizara e mobilizar a opinião pública para acreditar naquilo que se exibia como verdadeiro.

Sob esse aspecto, são procedentes as suspeitas de Marco Villa quanto à identidade do corpo fotografado, mesmo que seja frágil, sob o ponto de vista da prova documental e científica, a metodologia aplicada para a exposição dos argumentos, já que baseada em dados fornecidos por terceiros, de difícil comprovação. O historiador faz referências a informações registradas num estudo sobre o Lampião, de autoria do major Optato Gueiros, publicado em 1953. Gueiros teria ouvido de Pedrão, comandante de piquete que saiu do arraial dias antes da queda, que o corpo localizado pelo Exército não era de Antônio Conselheiro. Adalgisa, filha de Manuel Quadrado, teria dito para Pedrão que assistira à decapitação do pai – no caso, supostamente reconhecido e identificado de forma equivocada pelo Exército brasileiro como o líder do movimento sertanejo. As informações prestadas por Pedrão teriam sido confirmadas por Gueiros, em conversa com Adalgisa, numa viagem ao Pará (*ibid.*, p. 218).

São indiscutíveis as contribuições das pesquisas com os remanescentes de Canudos para o processo de revisão da história do conflito. As declarações para Optato Gueiros prestadas por Pedrão e pela filha de Manuel Quadrado inscrevem uma dúvida sobre a identidade do sujeito retratado na fotografia de Flávio de Barros. Ainda assim, não anulam a força simbólica da imagem. O fotógrafo baiano recebe do Exército a incumbência de documentar a Campanha de Canudos. Era a primeira vez no Brasil que a instituição fazia questão de registrar uma guerra através de fotografias. Quatro meses depois do término do conflito, em 02 de fevereiro de 1898, as imagens são exibidas em sessão pública de projeção elétrica no Rio de Janeiro. Segundo Berthold Zilly, as imagens representam um elemento significativo no conjunto dos esforços propagandísticos do Exército e das elites para forjar sua política de informação e desinformação da opinião pública no Brasil e no mundo. Flávio de Barros documenta o olhar do vencedor sobre o supostamente inculto, atrasado e selvagem.

Porém, por vezes, as fotografias acabam tendo um destino diverso daquele pretendido pelos vencedores. O registro fotográfico daquele que seria o cadáver de Antônio Conselheiro tinha por objetivo primeiro comprovar para a nação o aniquilamento do inimigo da República, mas acaba contribuindo para a permanência do retratado no imaginário nacional (ZILLY, 1999b, p. 107-9).

Há casos em que a imagem registrada se converte em “homenagem talvez involuntária ao inimigo domado” (*ibid.*, p. 109). A fotografia do jagunço preso, por exemplo, permite ser analisada a partir dessa perspectiva. Um prisioneiro humilhado, escoltado por quatro algozes, é o que o Exército pretende exibir para a nação através da imagem. Um prisioneiro forte e altivo, apesar de submetido a uma situação degradante, é o que o Exército acaba expondo. À revelia das intenções do Exército, o registro de Flávio de Barros possibilita sobre o sertanejo uma leitura que contraria as descrições oficiais. O prisioneiro não é um indivíduo derrotado, conforme pretendia fazer crer a política republicana, mas um combatente que não demonstra medo ou temor mesmo diante da iminência da morte, fazendo lembrar os valentes indígenas cuja força sobre-humana os tornava dignos de figurar em rituais antropofágicos. Para Cícero Almeida, a importância da imagem está justamente nesse registro de um sertanejo vivo, em poder das forças republicanas, num contexto em que não havia rendição (ALMEIDA, 1997, p. 74). A cena recebe de Berthold Zilly o seguinte comentário crítico:

[...] um vaqueiro alto, no seu traje de couro, orgulhoso e nobre, apesar do visível cansaço, escoltado por quatro soldados, mais baixos do que ele, ordinários, medíocres, brutos. Nesse grupo de cinco homens, os quatro vencedores, armados, inexpressivos, dois de cada lado, parecem só ter uma função: enaltecer o inimigo inerte que, porém, nos olha empertigado, impávido, imponente, um vencido vencedor. A tragicidade dessa cena [...] aumenta quando nos lembramos que [...] esse herói estava certamente, na hora da tomada, sendo levado para a degola, o que transforma os seus vigias em assassinos e a imagem numa implícita acusação. (ZILLY, 1999b, p. 109).

Foram necessários cem anos para que recebesse o formato de livro a coleção de sessenta e oito fotografias de Flávio de Barros sobre o conflito nos sertões baianos. A obra traz como título *Canudos: imagens da guerra*, e foi organizada por Cícero Antônio de Almeida – na oportunidade, chefe da Divisão de Pesquisas do Museu da República, onde se encontra preservada uma das duas coleções completas das fotografias ainda existentes, e ao qual se pode tributar, ao lado da editora Lacerda, a responsabilidade pelo sucesso do empreendimento, de inestimável valor para os estudos sobre a Campanha de Canudos

(ZILLY, 1999b, p. 106). Apesar do relativo esquecimento das fotografias, se comparadas ao alcance de *Os sertões*, a força simbólica das imagens as faz figurar em boa parte da historiografia sobre a Velha República. A capacidade de alocar outros sentidos, não necessariamente associados ao tempo de produção e exibição, é que garante a elas a sobrevivência na contemporaneidade.

De acordo com Berthold Zilly, as fotografias estão profundamente gravadas na memória coletiva nacional, podendo ser comparadas às imagens do padre Anchieta, do grito do Ipiranga, de Dom Pedro II com sua imponente barba, do enterro de Getúlio, de Vladimir Herzog assassinado, de Tancredo agonizante (*ibid.*, p. 105). A notoriedade das fotografias contrasta com o ostracismo de Flávio de Barros, sobre o qual não se tem atualmente nem mesmo informações sobre o ano de morte. Durante o conflito em Canudos, o fotógrafo também não era mencionado na imprensa, tampouco podia ser considerado um correspondente de guerra, já que não era possível na época a publicação de fotografias em jornais (*ibid.*, p. 111).

Três fotografias¹⁶⁶ de Flávio de Barros estão inclusas em *Os sertões*. Assim, a cada vez que se acessa Canudos através do discurso de Euclides da Cunha, também se acessa o fotógrafo imortalizado nas fotografias, e se motiva o acesso às demais imagens, de modo que se torna difícil precisar se gozariam da mesma repercussão nos dias atuais não fosse a potência seminal de *Os sertões*. Também há momentos em que as imagens visuais ensejadas pelo discurso de Euclides da Cunha assumem a aparência de composições elaboradas a partir das produções fotográficas de Flávio de Barros. A fotografia de Antônio Conselheiro morto, por exemplo, não faz parte do *corpus* fotográfico selecionado para *Os sertões*. Ainda assim, ao sujeito retratado na fotografia parece corresponder o sujeito descrito nas páginas do livro. Sob esse aspecto, a imagem atua como suplemento ao texto escrito, potencializando a força simbólica da cena da decapitação do cadáver do líder sertanejo e de outras cenas anteriores, igualmente bárbaras.

As imagens mobilizadas pela fotografia e pela produção textual despertam e fomentam uma intensa movimentação de esquecimento e rememoração. Num primeiro momento, exhibe-se na caatinga sertaneja o cadáver do coronel Tamarindo, para lembrar aos combatentes da quarta expedição a derrota sofrida antes, quando os soldados partiram em fuga, abandonando armas, munição e fardamento. Num segundo momento, exibem-se o

¹⁶⁶ São as seguintes as fotografias de Flávio de Barros inclusas em *Os sertões*: “Monte Santo (Base de operações)”, “Acampamento dentro de Canudos” e “As prisioneiras”. Na edição do livro organizada por Leopoldo Bernucci, as fotografias aparecem sem numeração. A primeira está entre as páginas 686 e 687; a segunda, entre as páginas 704 e 705; e a terceira, entre as páginas 772 e 773 (CUNHA, 2002a).

crânio do cadáver de Antônio Conselheiro, primeiro em Canudos, depois no litoral baiano, e a fotografia de Flávio de Barros, na cidade do Rio de Janeiro, como ícones representativos do triunfo da política de Estado, para fazer esquecer, no imaginário nacional, a dramática experiência anterior. Porém, a imagem de esquecimento é também imagem de lembrança, pois também deflagradora da vergonha nacional pela indignidade da vitória republicana.

O trauma decorrente da experiência de guerra parece ter desencadeado no país um sentimento de perda, bem próximo daquele analisado por Sigmund Freud no ensaio “Luto e melancolia”. Conforme o psicanalista, a melancolia apresenta pontos em comum com o sentimento de luto. Nas duas situações, em reação à perda, o sujeito é acometido por um sentimento doloroso. O luto é a reação à perda de um ente querido ou de alguma abstração que ocupa seu lugar, como a pátria, a liberdade ou algum ideal. Geralmente é superado após certo lapso de tempo, sendo inapropriado ou mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele. No sujeito em luto, há o desinteresse pelo mundo exterior – por não promover a rememoração do falecido –, a perda da capacidade de eleição de um novo objeto de amor – o que significaria substituir o pranteado – e o afastamento de toda memória que não esteja relacionada à figura do morto. No sujeito melancólico, esse quadro é acrescido da diminuição de autoestima. Além disso, nesse caso, mesmo que se admita a perda, não se pode discernir com clareza aquilo que se perdeu, nem é lícito afirmar sobre o doente que seja capaz de ver conscientemente o que perdeu. Em estado de melancolia, o ego não consegue libertar sua libido do objeto perdido. O fato de desaparecer após certo tempo sem deixar grandes marcas no sujeito é um traço que a melancolia partilha com o luto. Porém, é com o trabalho de luto que o ego consegue manter-se livre e desinibido (FREUD, 2010b, p. 172-86).

O tempo de luto necessário à libertação do ego em relação ao objeto perdido é um tempo de lembrança, e não há libertação se o objeto perdido não puder ser claramente reconhecido ou identificado. Sobre Canudos, não parece temerária a afirmativa de que os acontecimentos relacionados à campanha instauram como objeto perdido a sensação de unidade nacional, que se desfaz quando se expõe ao país a fragilidade simbólica do outro desconhecido, combatido exaustivamente por todo o potencial bélico do Estado até o extermínio completo. Nesse caso, em decorrência da crise com a perda do objeto perdido, aflora um sentimento coletivo de *mea culpa* pela participação no desenrolar dos acontecimentos, muitas vezes expressa sob a forma de omissão, já que poucas foram as vozes favoráveis a Canudos durante o conflito. A cura do trauma do *eu* coletivo se processa através desse movimento oportunizado e realizado pelo trabalho de lembrança.

O excesso de memória durante a guerra pode parecer, a princípio, desempenhar a função de libertar o ego nacional em relação ao objeto perdido. Porém, conforme sinaliza Sigmund Freud em “Recordar, repetir e elaborar”, repetir não é o mesmo que lembrar. Quando o paciente não se recorda de alguma coisa que esqueceu e reprimiu, ele não reproduz o fato esquecido em forma de lembrança, mas em forma de ação, obviamente sem a consciência de que o repete. Nesse caso, o ponto de partida da reflexão de Freud é a identificação do obstáculo principal para a recordação e perlaboração do trauma. Esse obstáculo, atribuído às resistências do recalque, é designado de compulsão de repetição, caracterizada pela tendência da passagem ao ato, que substitui a lembrança. Se, conforme o psicanalista, o paciente repete em vez de lembrar, a repetição equivale a esquecimento (FREUD, 2010a, p. 199-209).

Durante o tratamento, o paciente não pode fugir a esta compulsão à repetição, que é sua maneira de recordar. A transferência e a resistência são características da compulsão pela repetição. A transferência significa, ela própria, apenas um fragmento da repetição; e a repetição, uma transferência do passado esquecido. Também o papel desempenhado pela resistência é facilmente identificável. Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (repetição) substituirá o recordar. Ou seja, o paciente repete em vez de recordar, e repete sob as condições da resistência. Por isso, é aconselhável conceder ao paciente tempo suficiente para familiarizar-se com a resistência que o conduz à repetição, a fim de que lhe sejam fornecidas as condições necessárias para tornar-se capaz de elaborá-la, superá-la. Somente quando a resistência está no auge, é que o analista consegue ter acesso aos impulsos reprimidos que alimentam a resistência do paciente, tornando-se ao mesmo tempo apto para conduzi-lo à conscientização do impacto que tais impulsos exercem sobre sua vida. Nesse caso, a repetição dará lugar à lembrança, indispensável para a conscientização do acontecimento traumático e a conseqüente perlaboração (*ibid.*, p. 201-209).

Em suas leituras sobre memória e esquecimento, Paul Ricoeur ratifica três ensinamentos da psicanálise: primeiro, o trauma permanece mesmo quando inacessível, indisponível, dando ensejo aos fenômenos de substituição, aos sintomas; segundo, o passado vivenciado é indestrutível, de modo que, “em circunstâncias particulares, porções inteiras do passado reputadas esquecidas e perdidas podem voltar”; terceiro, a perlaboração em que consiste o trabalho de rememoração não ocorre sem o trabalho do luto, necessário para o desprendimento dos objetos perdidos do amor e do ódio (RICOEUR, 2007, p. 452-3). Ricoeur retoma os ensaios “Recordar, repetir e elaborar” e “Luto e melancolia”, de Sigmund Freud, para assinalar que memória impedida equivale a memória esquecida, e reiterar que a

compulsão de repetição impede a conscientização do acontecimento traumático (RICOEUR, 2007, p. 452). Nesse caso, conforme o teórico, a memória impedida é também uma memória ferida, uma memória enferma (*ibid.*, p. 83).

A retomada da teoria de Freud nos estudos de Ricoeur é relevante por possibilitar uma associação entre a melancolia e a compulsão de repetição, e entre o trabalho de luto e o trabalho de lembrança. Freud sinaliza não ser possível a perlaboração do trauma, se no lugar da lembrança persistir a repetição, e se no lugar do luto persistir a melancolia. Sobre o tema, Paul Ricoeur acrescenta:

É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado com o trabalho da lembrança. [...] pode-se sugerir que é enquanto trabalho da lembrança que o trabalho de luto se revela custosamente, mas também reciprocamente, libertador. O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto. (*ibid.*, p. 86).

A substituição da lembrança pela repetição e a substituição do luto pela melancolia são sintomas que marcam a história do trauma de Canudos. Durante o conflito e no período imediatamente posterior, observa-se um tempo de melancolia, expressa pela compulsão de repetição, uma ação substitutiva da lembrança, ineficiente, portanto, para promover a perlaboração. À repetição, que designa sobretudo esquecimento, sucede outra estratégia de esquecimento, o silenciamento sobre o tema – sintomático do trauma preservado pela melancolia repetitiva, e ao mesmo tempo necessário ao trabalho de luto, sem o qual o eu não se liberta da angústia desencadeada pela perda do objeto perdido. O silenciamento é um tempo de resistência à lembrança, mas é também ele que fornece à nação as condições para familiarizar-se com a melancolia repetitiva e se entregar ao trabalho de luto. Nesse contexto, a lembrança tende a substituir a repetição, e o luto tende a substituir a melancolia.

Na transição entre uma movimentação e outra, Euclides inscreve em *Os sertões* o esquecimento do tema Canudos, e inaugura o gênero das grandes interpretações do Brasil, ao qual posteriormente se filiariam nomes como Manuel Bonfim, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Porém, como o trabalho de luto não se processa distanciado do trabalho de lembrança, a intenção de esquecer Canudos é também um caminho para trazer o trauma à lembrança e oportunizar a perlaboração. Por sua vez, o retorno do trauma à lembrança não promove a recuperação do passado, posto que, apesar de indestrutível, é inacessível via linguagem. Realiza-se o trabalho de luto, após um tempo anterior de silenciamento, suficiente para o *eu* coletivo familiarizar-se com a resistência que o conduz à repetição, mas o que se diz lembrança é também esquecimento. Aquilo que retorna é uma construção discursiva de

eventos que aconteceram um dia. Sobre a narrativa como potência promotora do esquecimento de eventos passados, são oportunas as observações de Paul Ricoeur:

Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A idéia de narração exaustiva é uma idéia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. [...] a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. (RICOEUR, 2007, p. 455).

Para o teórico, por causa da função mediadora da narrativa e de seu caráter inelutavelmente seletivo, os abusos da memória tornam-se abusos do esquecimento. A própria configuração narrativa possui recursos de manipulação da memória. “É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração.” (*ibid.*, p. 98). A partir das reflexões de Paul Ricoeur, pode-se admitir a inscrição dupla de *Os sertões*, como uma narrativa de lembrança e uma narrativa de esquecimento. Ao rememorar o tema datado, Euclides da Cunha fornece as condições para que seja revertida sua intenção inicial – esquecer Canudos – e o livro se converta, no imaginário do leitor, durante um longo tempo, em discurso oficial sobre o acontecimento. Enquanto narrativa de rememoração, o livro inevitavelmente implica esquecimento, não apenas por suas seleções e escolhas, por ser sempre possível narrar de outra maneira, como também por realizar o desapossamento dos atores sociais do poder de narrarem a si mesmos. Nesse caso, há também de ser considerado o silenciamento dos sobreviventes da guerra. Passados mais de cem anos do conflito, o livro não apenas permanece lido, como também continua tornando possível, em diversas linguagens e contextos, a partir dos diversos textos que a ele retornam, a rememoração dos mortos do massacre de Canudos. Com isso, pouco enfoque tem sido dado aos infortúnios sofridos pelos sobreviventes – sejam estes sertanejos

ou soldados – todos igualmente sujeitados à marginalização social. Foram relegados ao esquecimento os soldados responsáveis pela destruição de Canudos, deslocados após a guerra para as proximidades do cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro. Receberam o mesmo tratamento os sertanejos sobreviventes, sobretudo mulheres e crianças, cujos dramas foram pouco contemplados nos diversos livros sobre o conflito publicados na época. Um dos poucos textos a abordar o drama dos sobreviventes conselheiristas é o *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, publicado em 1901, sob a coordenação de Lélis Piedade, e reeditado em 2002, com a organização de Antonio Olavo.

Em *Os sertões*, há um *eu* que manipula a memória sobre a guerra, já que se pronuncia em nome do outro e seleciona e interpreta os dados e informações que devem figurar na composição narrativa. Para Regina Dalcastagnè, falar em nome do outro é sempre um ato político, frequentemente autoritário. A legitimação de um discurso geralmente se justifica a partir do maior esclarecimento, maior competência ou maior eficiência social por parte daquele que fala (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 80). Por esse prisma, se for considerado o lugar de fala de Euclides da Cunha, há de se falar em discurso autoritário, já que se trata de uma voz que representa o saber científico de uma época, a instituição promotora da guerra¹⁶⁷ e um jornal conservador, *O Estado de S. Paulo*. Por outro lado, não há como negar que *Os sertões* tenha se convertido, desde a publicação, num libelo contrário ao Estado e favorável aos mártires de Canudos. As escolhas e seleções do autor na configuração narrativa permitem sua inscrição como aquele que assume, em relação aos sertanejos, o dever de memória.

Segundo Paul Ricoeur, “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si.” Dentre todas as virtudes, “a da justiça é a que, por excelência e por constituição, é voltada para outrem.” Ao extrair das lembranças traumatizantes um valor exemplar, é a justiça que transforma a memória em projeto (RICOEUR, 2007, p. 101). Nesse sentido, é pelo dever de memória, que é também dever de justiça, que Euclides não apenas faz aflorar no país um sentimento coletivo de *mea culpa* pelo desfecho trágico do conflito, como também se constitui a si mesmo, conforme se observa numa carta a Escobar datada de 21 de abril de 1902, o “advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...” (CUNHA, 1997, p. 133).

No dever de justiça, está implícita a necessidade de ser paga uma dívida. Conforme Ricoeur, porque somos devedores de parte daquilo que nos constitui àqueles que nos precederam, o dever de memória não se limita a guardar o rastro material de fatos

¹⁶⁷ Euclides da Cunha chega à Bahia como adido militar, acompanhando o Ministro da Guerra, o marechal Bittencourt.

passados. Ele detém o sentimento de dever ao outro (RICOEUR, 2007, p. 101). Ao mesmo tempo, alerta o teórico, “o modo como o dever de memória é proclamado pode parecer, sim, abuso de memória”. Não se trata, obviamente, de manipulações delimitadas pela relação ideológica do discurso com o poder, como nos casos em que se organiza a memória manipulada, mas de uma forma mais sutil de manipulação discursiva, “[...] no sentido de uma direção de consciência que, ela mesma, se proclama porta-voz da demanda de justiça das vítimas. É essa captação da palavra muda das vítimas que faz o uso se transformar em abuso.” (*ibid.*, p. 102).

Parece ser essa “memória obrigada”, pois dever de justiça, que também é uma “memória manipulada”, pois seletiva, que desencadeia o afloramento de outras leituras sobre Canudos, voltadas para a captação de olhares de remanescentes da guerra e/ou de seus descendentes. Nesse caso, a princípio, talvez se pudesse pensar que essas novas leituras desapossariam *Os sertões* de importância histórica. No entanto, conforme sugere Ricoeur nas suas reflexões sobre memória, história e esquecimento, a dívida resgatada pelo dever de memória e de justiça é inseparável da ideia de herança. Saldada a dívida, importa submeter a herança a inventário (*ibid.*, p. 101).

Sobre Canudos, o dever de justiça é trazer à lembrança os mártires da guerra, papel amplamente realizado pela narrativa de *Os sertões*, desde a publicação até os tempos atuais, sobrevivendo à deflagração dos discursos de revisão histórica. Para a sobrevivência do tema Canudos na contemporaneidade, mesmo sendo possível falar em supressão da voz do outro pela voz autorizada e digna de crédito, são notáveis as contribuições do discurso forjado pela narrativa reconhecida e valorizada como oficial. Esta é a herança que requer ser inventariada. A própria noção de revisão que orienta as leituras não euclidianas sobre o conflito nos sertões pressupõe a existência de um conteúdo a ser reescrito. Sob esse aspecto, os discursos de releitura histórica só parecem possíveis porque há uma narrativa autorizada que permite ou requer ser contestada. Numa entrevista publicada por Marco Antonio Villa, o historiador José Calasans contesta o caráter de narrativa oficial durante anos atribuído a *Os sertões*. Ao mesmo tempo, associa ao livro a visibilidade concedida à história de Canudos nos tempos atuais:

À proporção que eu fui estudando, eu não perdi a admiração por Euclides. Acho que não estaríamos conversando aqui se não tivesse *Os sertões*, não é isso? Não estaríamos de forma nenhuma. Porque veja você, o Centenário da Revolução Federalista passou quase em branco. (VILLA, 1998, p. 48).

Num texto anterior, Calasans da Silva faz referências ao esquecimento de Canudos no período posterior à guerra e ao retorno do interesse pelo tema com a publicação de *Os sertões*: “A obra do jovem engenheiro fluminense, aparecida cinco anos depois da luta sangrenta do interior da Bahia, recolocou em evidência os acontecimentos de 1897 [...]” (SILVA, 1997c, p. 11). A importância de *Os sertões* na história das interpretações sobre Canudos direciona o historiador a reconhecer três fases na historiografia sobre Antônio Conselheiro: a primeira, do surgimento do peregrino cearense na Bahia e em Sergipe, em 1874, até a publicação de *Os sertões*, em 1902; a segunda, da hegemonia euclidiana, até à década de 50; a terceira, com a revisão do tema Canudos, à luz de contribuições de feição histórica e sociológica (*ibid.*, p. 11). É nesse contexto que, desde 1950, quando torna público seu primeiro trabalho sobre o tema¹⁶⁸, o pesquisador alerta para a necessidade de serem ouvidas vozes não contempladas por Euclides da Cunha e outros escritores da época:

O estudo do importante evento, que encontrou [*sic*] no livro imortal de Euclides da Cunha um depoimento de extraordinária significação, precisa ser revisto, dentro das novas técnicas de pesquisa, considerando-se a perspectiva histórica, que o autor de *Os sertões* e outros escritores contemporâneos não estavam em condições de sentir. (SILVA, 2002, p. 101).

As observações de José Calasans são relevantes por assinalarem que, durante cerca de meio século, praticamente só se falava de Canudos a partir das leituras de Euclides da Cunha. Com o cinquentenário da guerra, sobretudo com os estudos realizados e incentivados pelo próprio historiador, é que as avaliações euclidianas passam a ser postas sob suspeição, dando ensejo ao processo de revisão da história da Guerra de Canudos. Iraci Rocha se refere ao crescimento, nesse período, do interesse pelos acontecimentos da guerra, pelas pesquisas com os remanescentes canudenses, pela releitura dos documentos, por uma abertura às versões da história contadas pelos vencidos e por uma leitura voltada a oportunizar outros olhares sobre o líder Antonio Conselheiro e sobre as motivações que deram origem ao conflito (ROCHA, 2007, f. 24).

Na entrevista a Marco Antonio Villa anteriormente mencionada, Calasans destaca estudos importantes para a projeção de Canudos no cenário nacional e para o processo de reavaliação da história da guerra: a reportagem de Odorico Tavares, publicada pela revista *O Cruzeiro*, em 1947; os dezesseis artigos sobre Canudos ou Euclides da Cunha, publicados pela *Revista Brasiliense*, entre 1956 e 1959; as obras de Rui Facó e de Edmundo Moniz,

¹⁶⁸ Trata-se da tese para livre docência, intitulada *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: uma contribuição ao estudo da campanha de Canudos*, apresentada à Universidade Federal da Bahia, em 1950.

publicadas a partir da década de 1960; e o livro *No calor da hora*, de Walnice Nogueira Galvão, publicado em 1972 (VILLA, 1998, p. 41-6). Conforme o historiador, “a reportagem de Odorico Tavares resgatou Canudos do esquecimento.” (*ibid.*, p. 41). Para a releitura da Campanha de Canudos e a consolidação de estudos não euclidianos sobre o tema, também contribuem os escritos de Antônio Conselheiro divulgados por Ataliba Nogueira, em meados de 1947.

Com os estudos de revisão histórica, as interpretações de Canudos orientadas pelo discurso de Euclides da Cunha, majoritárias até aproximadamente a década de 1950, são postas em confronto com abordagens voltadas para a captação de olhares dos vencidos. Por outro lado, com o abandono ou questionamento da primeira tendência, instaura-se o risco de legitimação de outros discursos centralizadores, em substituição ao anterior. Não são poucas as situações em que o desejo de revisão histórica se converte em ânsia de negação do discurso de Euclides da Cunha. É o que, por exemplo, sugere de início o título escolhido pelo professor Pedro Barboza para denominar sua tese de doutorado. O pesquisador põe em discussão obras relevantes para os estudos canudianos, como *Os jagunços*, de Afonso Arinos, e *O rei dos jagunços*, de Manuel Benício, mas o título *O relato de Canudos: uma ênfase não-euclidiana* camufla a importância da pesquisa, e direciona o leitor a retornar para o discurso contestado. A proposta é realizar uma leitura de Canudos distanciada das interpretações que compõem *Os sertões*, mas é o próprio autor quem declara ser “impossível” falar sobre o tema sem referências a Euclides da Cunha:

Por alguma razão, *Os sertões: campanha de Canudos* estabeleceu uma maneira de ver o acontecimento e pautou toda a literatura posterior. [...]. Euclides teve seu livro transformado no bem que intentou, um documento científico, de verdade histórica, sem contarmos que suas interpretações se tornaram também verdade estabelecida. [...]. A matéria canudiana torna-se seu sinônimo, até o questionamento por José Calasans em *Canudos não euclidiano*¹⁶⁹. Mesmo toda a obra ficcional anterior e posterior a Euclides desaparecerá ante o fulgor daquele livro. (BARBOZA, 2001, f. 59, grifos do autor).

O pesquisador confessa sentir dificuldades para divergir de Euclides da Cunha e tentar seguir um caminho distanciada de suas proposições. Suas palavras sinalizam certo desconforto em lidar com a autoridade de *Os sertões*:

¹⁶⁹ “Canudos não euclidiano” é o título de um artigo do historiador José Calasans, publicado inicialmente em *Canudos: subsídios para sua reavaliação histórica*, em 1996; e republicado em *Cartografia de Canudos*, em 1997. Porém, no texto, ao contrário do que a denominação poderia fazer crer, Calasans não se ocupa da negação do discurso de Euclides da Cunha. Sua proposta é apresentar e analisar textos sobre Canudos publicados no período anterior à guerra.

O menor gesto de distanciamento, no meio acadêmico, provoca reações de imediato. Quando, falando de Canudos e sem referir-me a ele, digo qualquer “heresia”, por mais educado que seja o interlocutor, salta com quatro pedras nas mãos, em defesa de *Os sertões*. (BARBOZA, 2001, f. 48).

O próprio Calasans, respeitado pelo trânsito entre os pesquisadores euclidianos e os pesquisadores conselheiristas e canudianos¹⁷⁰, por vezes incorre no equívoco de sugerir haver, nos estudos sobre Canudos pertencentes à fase da revisão histórica, um discurso da verdade em contraposição ao discurso da mentira:

Primeiro: eu me libertei de Euclides. E eu sinto mesmo que fui me libertando sem perder a admiração que todo brasileiro deve ter por ele. Segundo: eu comecei a ver o sertanejo real, não naquelas tiradas do Euclides. (VILLA, 1998, p. 46).

Uma história ou um evento sempre admitem outras formas de narração, pois não se pode acessar o passado senão pelo discurso e pela interpretação. A revisão histórica de Canudos merece destaque não por ensejar uma dicotomia entre verdade e mentira, mas por possibilitar a narração dos eventos do conflito sob a ótica dos vencidos. O “sertanejo real” é inacessível em linguagem. O que há são interpretações e discursos, que remetem continuamente a outras interpretações e discursos. Nesse caso, conforme sugere Michel Foucault, nada há de absolutamente primário a interpretar:

[...] se a interpretação nunca pode se concluir, é muito simplesmente porque nada há a interpretar. Nada há de absolutamente primeiro a interpretar, pois no fundo tudo já é interpretação; cada signo é nele mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas interpretação de outros signos. (FOUCAULT, 2000, p. 47).

Também na interpretação é decisivo o local de onde se fala. Iraci Rocha se refere aos estudiosos alinhados com a revisão histórica do movimento de Canudos como “canudófilos” ou “conselheiristas contemporâneos”. Para a autora, não há propriamente uma organização, mas “[...] uma espécie de irmandade sem estatuto, comunidade sem programa, grupo sem sede própria, corpo sem unidade.” Os integrantes dessa “estranha confraria” se

¹⁷⁰ Os estudos euclidianos e os estudos canudianos e conselheiristas são linhas de pesquisa distintas que sempre se entrecruzam, não apenas por muitas vezes coincidirem os pesquisadores, como também porque há uma tradição enraizada no imaginário nacional que associa Euclides da Cunha à guerra de Canudos. Mesmo com a consolidação das pesquisas não euclidianas a partir da década de 1950, Euclides da Cunha permanece rememorado nestes estudos, através das críticas e ressalvas feitas aos seus supostos equívocos históricos e científicos.

articulam em torno do interesse comum pela apresentação do tema Canudos a partir da visão dos vencidos. Nos diálogos entre eles, geralmente são utilizados termos, códigos e gestos peculiares e significativos. São comuns as expressões “jagunço”, “jaguncinho” e “irmão de luta”, a ovação “Viva o Conselheiro!” e a conhecida saudação conselheirista “Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo”, sempre seguida da resposta “Para sempre seja louvado tão bom Senhor!”. Ainda conforme Iraci Rocha, toda essa movimentação de adesão ao conselheirismo ocorre em situações de informalidade, geralmente em tom de brincadeira. As saudações religiosas, por exemplo, não significam demonstração de fé. Muitos desses intelectuais são ateus e/ou agnósticos e não professam nenhum credo religioso. “Contextualizadas e analisadas como sinais mais explícitos de um grupo, tais ocorrências podem ser lidas como expressões eletivas e identificadoras de afinidades com a utopia canudense.” (ROCHA, 2007, f. 227).

Nos discursos sobre Canudos construídos a partir do processo de revisão histórica, são comuns as leituras de filiação marxista, que inscrevem o conflito baiano como uma experiência socialista. São exemplos os livros *A guerra social de Canudos* e *Canudos a luta pela terra*, ambos de Edmundo Moniz, publicados em 1976 e 1981 respectivamente; e *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó, publicado em 1963. Embora reconheça que Antônio Conselheiro não poderia aplicar mecanicamente os princípios de Thomas Morus ao sertão brasileiro do final do século XIX, Edmundo Moniz destaca a ampla circulação mundial destas ideias. Nesse caso, não seria de estranhar que causas econômica e socialmente parecidas na Europa e na América do Norte pudessem determinar o surgimento de utopias socialistas nos sertões brasileiros: “Há muita semelhança entre Canudos de Antônio Conselheiro, os falanstérios de Fourier e a New Harmony de Owen.” (MONIZ, 1981, p. 82). Segundo o pesquisador, Canudos era um movimento de tendência socialista, fundamentado não no materialismo de Marx e de Engels, mas na utopia de Thomas Morus, no cristianismo primitivo e nos anseios das massas camponesas (*ibid.*, p. 82).

Para José Calasans, a ideia parece absurda: “[...] não dá para aceitar que o Conselheiro teria lido *A utopia* de Thomas Morus.” (VILLA, 1998, p. 46). Marco Villa partilha da mesma opinião ao questionar a argumentação teórica de Edmundo Moniz. Para o historiador, a utilização de postulados da tradição do marxismo brasileiro para a interpretação de Canudos desconsidera a importância da religião no movimento e suas formas de vivência comunitária. Ainda conforme Villa, Edmundo Moniz imputa ao líder sertanejo aquilo que ele nunca foi e nem pretendeu ser. É equivocada sua insistência em tentar provar que *A utopia* de Thomas Morus tenha servido de inspiração para a fundação de Belo Monte (VILLA, 1999, p.

237). Villa assinala dois pontos para refutar a leitura de Edmundo Moniz: primeiro, por não lhe parecer razoável acreditar que circulassem exemplares do livro de Morus em pleno sertão baiano, no final do século XIX; segundo, por considerar preconceituosa a associação entre a sublevação de Canudos e movimentos socialistas europeus. Conforme o historiador, apesar da tentativa de avaliar o movimento conselheirista a partir de uma “visão progressista”, Moniz sugere que os sertanejos não seriam capazes de fundar uma comunidade tomando por base sua própria tradição, tão rica de formas organizativas coletivas, necessitando de inspiração europeia. Nesse caso, conforme o crítico, o que se faz é desconsiderar a influência religiosa em Canudos, “como se a religião fosse somente um invólucro que encobrisse as razões de ordem material.” (VILLA, 1999, p. 237). Villa faz a mesma objeção a *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó, por considerar um equívoco teórico a tese de que os fenômenos do misticismo ou messianismo disseminados pelos sertões sejam uma fachada que encobre motivações de ordem material (*ibid.*, p. 238). Para o historiador, este tipo de leitura sobre Canudos é recorrente em historiadores e sociólogos de filiação marxista, e não contempla a complexidade do movimento:

Curiosamente, assim como o Estado brasileiro nunca soube reconhecer e conviver com a diferença, estes pesquisadores agiram da mesma forma. Desqualificaram a luta de milhares de sertanejos porque não se adaptava ao modelo revolucionário ocidental. O entendimento de Canudos por aquilo que realmente foi era tão complexo e exigia tamanha inversão analítica que optaram por ignorar estas especificidades, preferindo repetir a cantilena de que a religião não passava de uma ideologia típica de movimentos pré-políticos. (*ibid.*, p. 238-9).

A leitura de Marco Villa é relevante por reconhecer no conflito de Canudos a expressão de uma insatisfação nacional, com motivações, reivindicações e questionamentos próprios, excluindo a hipótese de inspiração em movimentos socialistas europeus. Para o historiador, as razões para o surgimento, a existência e a resistência de Canudos devem ser encontradas na organização e metodologia de funcionamento das comunidades sertanejas, em sua vivência religiosa e na luta cotidiana pela sobrevivência. “Não cabe incluir Canudos na linha evolutiva seqüencial das revoluções ocidentais.” (*ibid.*, p. 238). Villa ressalta ainda inexistir na comunidade o “socialismo utópico”, conforme poderia fazer supor a gratuidade na entrega da terra aos novos moradores. Em Canudos, havia um fundo comum, organizado com parte do excedente da produção da comunidade, a ser empregado em auxílio daqueles que não conseguiam subsistir dignamente, mas os moradores respeitavam o direito de propriedade sobre o que era produzido pelas famílias. “A organização econômica tinha como base o

comunitarismo, isto é, a responsabilidade de cada indivíduo pela manutenção da coletividade.” (VILLA, 1999, p. 65). Outros estudiosos do tema também destacam a existência da propriedade privada em Canudos, além de desigualdades sociais e acumulação de parte dos lucros. Para Walnice Nogueira Galvão, havia em Canudos distinção econômica entre as classes sociais, cabendo aos ricos prestar auxílio aos pobres, por meio do exercício da caridade, prática que estimulava o respeito ao direito de propriedade e a não usurpação das coisas alheias (GALVÃO, 2001, p. 106). Segundo Berthold Zilly, embora vivessem sob um regime que tinha por base o comunitarismo, havia ricos e pobres na comunidade, uns morando em precárias cabanas de taipa, outros morando em casas de alvenaria, cobertas de telha (ZILLY, 1999, p. 28).

Ao refutar o alinhamento de Canudos às experiências socialistas europeias, Marco Villa não subtrai da comunidade sua configuração política. O autor inscreve o comunitarismo conselheirista como produto da tradição sertaneja, e reconhece como mérito do grupo a concentração de milhares de sertanejos em uma área escassa em recursos naturais (VILLA, 1999, p. 237). Villa enaltece a importância da religiosidade na organização e funcionamento da comunidade. Em certo sentido, as palavras do historiador se confirmam quando postas em cotejo com a deferência inicial dos conselheiristas com a missão religiosa capitaneada pelo frei João Evangelista de Monte Marciano, algo que se expressa nos números registrados em *Os sertões* e no relatório do missionário capuchinho: “55 casamentos de amancebados, 102 batizados e mais de 400 confissões” (CUNHA, 2002a, p. 326; MARCIANO, 1895, p. 7). São números que sinalizam o respeito dos conselheiristas pelos rituais da Igreja e pelas pessoas investidas de autoridade religiosa. Sobre o assunto, em seu relatório, embora de forma indireta e involuntária, o frei João Evangelista de Monte Marciano fornece informações que depõem a favor da comunidade de Belo Monte. Na chegada ao arraial, o religioso declara ter sido saudado pelo líder sertanejo e seus seguidores com a pacífica¹⁷¹ expressão “*Louvido seja Nosso Senhor Jesus Christo*” (MARCIANO, 1895, p. 4, grifos da edição). Conforme o relatório, durante a permanência da missão religiosa na comunidade, Antônio Conselheiro não arrogou funções sacerdotais, não se pronunciou em público sobre temas de religião, e por

¹⁷¹ O frei João Evangelista de Monte Marciano chega a Canudos em maio de 1895, em missão religiosa promovida pela Igreja Católica, acompanhado do frei Caetano de S. Leo e do padre Vicente Sabino dos Santos, vigário da paróquia do Cumbe, atual Euclides da Cunha. Em *Os sertões*, a partir dos dados apresentados no *Relatório* do frei João Evangelista de Monte Marciano, Euclides da Cunha reitera como pacífica a saudação dos sertanejos aos religiosos: “Do ajuntamento temeroso parte animadora saudação de paz: ‘Louvido seja Nosso Senhor Jesus Cristo!’, à qual era de praxe a resposta: ‘Para sempre seja louvido tão bom Senhor!’ Entram no pequeno templo e acham-se diante de Antônio Conselheiro, que os acolhe com boa sombra; e, com a placabilidade habitual, dirige-lhes a mesma saudação pacífica.” (CUNHA, 2002a, p. 322).

duas vezes impediu seus seguidores de agirem de forma desrespeitosa ou pouco cavalheiresca com o representante da Igreja:

[...] a capella e o côro enchiam-se de gente, e ainda não acabava eu de falar, já elles a uma voz clamavam: “*Nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro*”. Este os fez calar, e voltando-se para mim, disse: “É para minha defeza que tenho commigo estes homens armados, porque v. revm. ha de saber que a policia atacou-me e quiz matar-me no logar chamado Maceté, onde houve mortes de um e de outro lado.

[...].

Interrompeu-me um dos da turba, gritando com arrogancia: “V. revm. é que tem uma doutrina falsa, e não o nosso Conselheiro”. D’esta vez ainda o velho impoz silencio, e por unica resposta me disse:

“Eu não desarmo a minha gente, mas tambem não estorvo a santa missão”.

[...].

[...].

Quanto a deveres e praticas religiosas, Antonio Conselheiro não se arroga nenhuma funcção sacerdotal [...].

Antonio Conselheiro costuma reunir em certos dias o seu povo, para dar-lhes conselhos, que se resentem sempre do seu fanatismo em assumpto de religião e da sua formal opposição ao actual regimen politico; mas, ou para mostrar deferencia com o missionario, ou por ter meios de dar instrucções secretas, absteve-se de falar em publico, emquanto eu lá estive. (MARCIANO, 1895, p. 4-5, grifos da edição).

O próprio comportamento de Antônio Conselheiro não permite que sejam ignoradas as manifestações religiosas da comunidade. Sobre o tema, Marco Villa insinua haver nos estudos sobre Canudos certa insistência deliberada em retirar o componente religioso do conflito, como se a presença da religião colocasse a sublevação numa posição inferior em relação a movimentos laicos (VILLA, 1999, p. 8-9). Para o historiador, Canudos é uma comunidade religiosa, liderada por um beato, e a migração para o local se explica pelo fascínio exercido pelo Conselheiro. O seu exemplo de vida, a entrega incondicional a Deus e a vinculação da religiosidade às necessidades materiais de um povo sofrido, abandonado pelo Estado, que só aparecia para recolher impostos, acabou transformando o movimento e a mensagem transmitida por seu líder em sinônimo de liberdade para o sertanejo, oprimido pelo latifúndio, pelo poder público e pela Igreja, distante e ausente. Apesar de não ser o Messias nem liderar um movimento milenarista, Conselheiro dispunha de grande popularidade e influência político-religiosa na região, de modo que o número de conselheiristas era maior fora do vilarejo de Canudos. A situação causava sérios transtornos às autoridades constituídas pela nova ordem republicana. O maior perigo de Canudos residia na proliferação do exemplo de uma comunidade religiosa, herdeira da tradição coletiva sertaneja, que mantinha contatos

regulares com outras vilas e lugarejos, propagando uma forma de organização social que colidia frontalmente com o Estado (VILLA, 1999, p. 243-4).

Não seria acertado afirmar que Euclides da Cunha concede à religiosidade da comunidade de Canudos a importância que Marco Villa lhe empresta. Ainda que as imagens relacionadas ao universo bíblico sejam recorrentes em *Os sertões* e contribuam para dar maior força à denúncia do massacre e da crueldade, estas por vezes recebem do autor uma conotação um tanto pejorativa, como nas referências à Canaã sagrada (CUNHA, 2002a, p. 295) e nas insinuações de que no grupo sertanejo prevaleceria um catolicismo rústico (*ibid.*, p. 241-3, 278-9). Marco Villa rejeita o conceito de catolicismo rústico, por entender que desqualifica as formas de religiosidade sertaneja, ao pressupor a existência de um modelo mais elaborado em confronto com outro, supostamente inferior, adotado por pessoas ignorantes, de pouco conhecimento sobre assuntos de religião (VILLA, 1999, p. 37). Porém, não se restringem a esse aspecto suas críticas ao texto de Euclides da Cunha. O historiador contesta a autoridade de *Os sertões* como fonte histórica oficial sobre Canudos:

É inegável a grandiosidade de *Os sertões* e seu impacto na cultura brasileira, mas para o conhecimento de todos os fatores que envolveram o conflito de 1896-1897, o “livro vingador”, como o autor chamou a sua obra, foi danoso. Obviamente que não cabe imputar a Euclides nenhuma culpa pela repetição *ad nauseum* das suas análises, pois o que ocorreu foi a substituição da pesquisa pela citação do argumento de autoridade. De livro vingador, *Os sertões* acabou se transformando em uma barreira para o conhecimento histórico da comunidade criada por Antônio Conselheiro. (*ibid.*, p. 7, grifos do autor).

O pesquisador acentua entraves para o conhecimento de Canudos ocasionados pela repercussão de *Os sertões*, e rejeita a assertiva, comum nos estudos euclidianos, de que sem o livro a história da comunidade teria caído no esquecimento: “Euclides da Cunha só produziu o livro vingador porque os conselheiristas forneceram a matéria-bruta: sem ela, não teríamos *Os sertões*.” (*ibid.*, p. 10). A hipótese parece próxima daquela defendida em entrevista por José Calasans, quando questionado se *Os sertões* manteria sua repercussão no cenário nacional até a comemoração do centenário, resistindo às polêmicas e discussões ensejadas pelos diversos textos sobre Canudos alinhados à proposta de revisão histórica: “Eu tenho minhas dúvidas, agora que apareceram vários trabalhos sobre Canudos, se o centenário de *Os sertões* vai ter a mesma repercussão. Como já disse e repito: até 1947, Canudos é um capítulo da biografia de Euclides.” (VILLA, 1998, p. 55).

Em 2002, com as inúmeras atividades realizadas no país em comemoração ao centenário do livro, desfaz-se a suspeita aventada pelo historiador José Calasans. Ainda nos dias atuais, *Os sertões* permanece dito e por se dizer, e Euclides da Cunha se impõe na cultura brasileira como um instaurador de discursividades, posto que a obra se realiza incompleta, sempre predisposta a atuar como texto de partida para novas produções culturais. O inacabamento da obra parece reproduzir o inacabamento do trabalho de luto ao qual se refere Paul Ricoeur, em suas leituras sobre o ensaio “Luto e melancolia”, de Sigmund Freud:

[...] o trabalho de luto, na medida em que exige tempo, projeta o artesão desse trabalho à frente de si mesmo: doravante, ele continuará a cortar um por um os vínculos que o submetem ao império dos objetos perdidos de seu amor e de seu ódio; quanto à reconciliação com a própria perda, ela permanece para sempre uma tarefa inacabada [...]. (RICOEUR, 2007, p. 100).

No luto, há um objeto perdido desencadeador de uma crise que requer um tempo de lembrança para ser superada. No conflito de Canudos, desencadeia a crise a percepção de que há um outro exaustivamente combatido pelo Estado, que desfaz a sensação de unidade nacional à medida que expõe a aquiescência da nação no desenrolar dos acontecimentos. Nesse caso, a nação se expõe fragmentada, tornando-se uma parte dela o objeto perdido pranteado durante a experiência que se inscreve como tempo de luto, e a outra parte a realidade que pranteia, sobretudo por se imaginar ou se propor em unidade. Sendo assim, o trabalho de luto necessita não apenas cortar os vínculos da nação com o objeto perdido, mas também promover a difícil e dolorosa reconciliação com a perda, sendo ela mesma uma tarefa em permanente inacabamento.

Conforme Ricoeur, não existe nenhuma comunidade histórica que não tenha nascido de uma relação que possa ser comparada sem hesitação com a guerra. Os acontecimentos celebrados como fundadores são em geral atos violentos legitimados por um estado de direito precário, de modo que a glória para uns significa humilhação para outros. De um lado, há celebração; de outro, execração. É dessa maneira que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas que pedem uma cura. Na experiência histórica surge, então, um paradoxo, marcado pelo excesso de memória num momento e insuficiência de memória em outro, que requerem ser reinterpretados dentro das categorias da resistência, da compulsão de repetição, e que são finalmente submetidos à prova do difícil trabalho de rememoração. Numa retomada dos ensinamentos de Freud, Ricoeur reitera que o excesso de

memória equivale à compulsão de repetição, que substitui a lembrança – pela qual o presente estaria reconciliado com o passado – pela passagem ao ato (RICOEUR, 2007, p. 92-5).

Nesse contexto, lembrar Canudos implica a necessidade de esquecimento, pois isoladamente o ato de lembrar significaria fazer reviver, de forma contínua, a humilhação de alguns – ela mesma consequência do inevitável encontro da nação que se inscreve em unidade com o objeto perdido desencadeador da experiência de luto. Para promover a difícil e dolorosa reconciliação da nação com o trauma provocado pelo objeto perdido, entra em cena *Os sertões* e seu duplo movimento de esquecimento e rememoração. A tarefa é permanentemente inacabada, pois, mesmo esquecidos, já que convertidos em linguagem e discurso, os atos de violência relacionados à história do conflito são também atos fundadores da República brasileira, que sempre retornam à lembrança para se fazerem esquecer de novo.

O livro promove essa movimentação, convertendo-se no inacabamento a que se propõe traduzir, sempre retornando a outros textos e permitindo que outros textos a ele retornem, num contínuo processo de adiamentos e remissões. Parece ser este o dizer de novo a que se refere Antoine Compagnon, quando declara ser próprio do texto literário, em oposição ao documento histórico, a capacidade para escapar de seu contexto de produção, e continuar a ser lido depois dele. Conforme o teórico, a significação de uma obra não se esgota e nem equivale à sua intenção primeira. A obra vive a sua vida, independente da vontade e pretensões do autor, de modo que sua significação não pode ser definida nos termos de sua primeira recepção – para o autor e seus contemporâneos. Nesse caso, a significação requer ser descrita como o produto de uma acumulação, em atenção à história de suas interpretações pelos leitores, desde a enunciação até o contexto atual (COMPAGNON, 2003, p. 82). É assim que as obras de arte transcendem a intenção primeira de seus autores e passam a significar algo novo a cada época. Nesse caso, a significação não fica vinculada à vontade do autor, tampouco ao contexto de produção, seja ele histórico, social ou cultural. Se uma obra de uma época produz efeito entre gerações futuras, mantendo interesse e valor, seu sentido não pode ser paralisado pela intenção do autor nem pelo instante de produção. A sobrevivência resulta de certa analogia entre o contexto de enunciação e o contexto atual de recepção (*ibid.*, p. 85).

Sobre *Os sertões*, a mais seminal das obras de Euclides da Cunha, seria impreciso dizer que permanece despertando interesse na contemporaneidade porque valorizado como documento literário, ou que permanece valorizado como documento literário porque continua despertando o interesse dos leitores contemporâneos. Antoine Compagnon atribui aos textos literários a capacidade para significar algo novo a cada época (*ibid.*, p. 82). Michel Foucault reconhece a característica nos textos literários, mas também pensa a partir dessa perspectiva

os textos religiosos ou jurídicos (FOUCAULT, 2009a, p. 22). Luiz Costa Lima relaciona a perenidade de uma obra – especificamente *Os sertões* – à sua predisposição para mostrar a perplexidade do analista perante a interpretação do país (LIMA, 1989, p. 239). São três leituras possíveis e não excludentes, pois o livro sobrevive simultaneamente como um documento literário e como um documento sobre a história e a cultura de um povo, perscrutado por estudiosos das mais variadas áreas do saber. Em sua pluralidade, o texto lembra quando parece esquecer, e esquece quando parece lembrar, com retornos contínuos que promovem o trabalho de produção de discursividades e o fazem permanecer por se dizer.

6. EUCLIDES DA CUNHA NOS SERTÕES BAIANOS E AMAZÔNICOS

[...] não desejo Europa, o *boulevard*, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, e a vida afanosa e triste de pioneiro. (CUNHA, 1997, p. 212, grifo do autor).

O deslocamento é uma ação recorrente na vida e na obra de Euclides da Cunha. Desde a infância até a vida adulta, circunstâncias de ordem pessoal o fazem mudar de cidade periodicamente. Quando bebê¹⁷², Euclides tem a saúde frágil, assim como a mãe, Eudóxia Moreira da Cunha, ambos portadores de tuberculose. Em busca de ares propícios para doentes do pulmão, a família deixa a fazenda Saudade, em Cantagalo, e se muda para a fazenda São Joaquim, em São Fidélis, de propriedade dos Garcez. Posteriormente, a família passa a residir em Conceição da Ponte Nova. Meses depois, em agosto de 1869, morre dona Eudóxia, deixando órfãos Euclides, com três anos, e a irmã Adélia, com dois anos. As crianças passam, então, a morar em Teresópolis, com Rosinda Gouveia, tia materna. Em 1871, com a morte desta, os infantes são deixados na fazenda São Joaquim, em São Fidélis, aos cuidados da senhora Laura Garcez, irmã de Eudóxia. Em 1874, os Garcez se mudam para a cidade de São Fidélis, já que os filhos Cândido e Trajano e os primos Euclides e Adélia precisavam iniciar os estudos. Em 1877, Euclides se muda novamente, para morar com o pai, no Rio de Janeiro. Porém, a pedido da avó paterna, Teresa Maria de Jesus, acaba indo para Salvador, onde permanece dos onze aos doze anos. Na cidade, é acolhido pela avó¹⁷³ e o marido, Joaquim Antônio Pereira Barreto. Em 1879, retorna ao Rio de Janeiro, para morar com o tio paterno, Antônio Pimenta da Cunha. No curto período de seis anos, passa por quatro colégios: o Anglo-Americano, o Vitória da Costa, o Menezes Vieira e o Aquino (VENTURA, 2003, p. 36-42). Em 1885, aos dezenove anos, ingressa no curso de engenharia da Escola Politécnica, do Rio. Em 1886, por razões de ordem financeira, abandona o curso e se matricula no curso de Estado-Maior e engenharia militar da Escola Militar, na Praia Vermelha, também no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1888, é desligado do Exército como punição por um comportamento de desacato ao Ministro da Guerra, Tomás Coelho (*ibid.*, p. 288-9). Em 1889,

¹⁷² Euclides da Cunha nasce em 20 de janeiro de 1866, na fazenda Saudade, em Santa Rita do Rio Negro, distrito de Cantagalo, Rio de Janeiro (VENTURA, 2002, p. 33).

¹⁷³ Teresa Maria de Jesus se casa com Joaquim Antônio Pereira Barreto algum tempo depois da morte do primeiro marido, o português Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, avô paterno de Euclides da Cunha. O pai do escritor também se chamava Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha.

após a proclamação da República, retorna ao Exército com o apoio do marechal Solon, o futuro sogro (VENTURA, 2003, p. 289). Em 1890, matricula-se na Escola Superior de Guerra. Em janeiro de 1892, conclui o curso de Estado-Maior e engenharia militar da Escola Superior de Guerra. Em dezembro de 1893, é designado para servir como oficial na Diretoria de Obras Militares. Em 28 de março de 1894, recebe do Exército a transferência para a cidade de Campanha, em Minas Gerais, como punição pelo envio de cartas à *Gazeta de Notícias*, nos dias 18 e 20 do mês anterior, em protesto contra a execução sumária de prisioneiros políticos. Em junho de 1895, obtém licença do Exército, por ser considerado incapaz para o serviço militar devido à tuberculose, e passa a trabalhar, a partir de agosto, como engenheiro-ajudante na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, posição que ocupa graças à intervenção de Júlio Mesquita. Em julho de 1896, obtém reforma no posto de tenente, e atua como engenheiro na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Reside em São Carlos do Pinhal, como chefe do 5º Distrito de Obras Públicas. Em agosto de 1897, parte para a Bahia como repórter de *O Estado de S. Paulo*. Em janeiro de 1898, reassume o cargo na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Mora em São José do Rio Pardo por três anos, de março de 1898 a maio de 1901, conduzindo os trabalhos de reconstrução da ponte que desabara. Em 1901, é nomeado mais uma vez chefe do 5º Distrito de Obras Públicas, com sede em São Carlos do Pinhal. Em novembro, é transferido para o 2º Distrito de Obras, com sede em Guaratinguetá. Em 02 de dezembro, muda-se para Lorena, no vale do Paraíba do Sul. Em dezembro de 1903, demite-se da Superintendência de Obras Públicas. Em 15 de janeiro de 1904, assume o cargo de engenheiro fiscal na Comissão de Saneamento de Santos. Permanece no emprego até o dia 24 de abril, quando pede demissão, após desentendimentos com o gerente da City of Santos Improvements e com o diretor da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Sem emprego fixo, retoma a colaboração com o jornal *O Estado de S. Paulo*, e passa a escrever para *O País*. Ainda no mês de abril, impulsionado por dificuldades financeiras, transfere para a editora Laemmert os direitos autorais de *Os sertões*. Em agosto, é nomeado pelo Barão do Rio Branco chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, na fronteira entre o Brasil e o Peru, com a missão de fazer o levantamento cartográfico do rio. Em dezembro, parte para a Amazônia, onde permanece por um ano. Em 05 de janeiro de 1906, regressa ao Rio de Janeiro. Tempos depois, passa a trabalhar como adido do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, com a missão de preparar mapas sobre questões de fronteiras, e redigir instruções técnicas para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré (*ibid.*, p. 289-95). Em 15 de julho de 1909, consegue o primeiro emprego fixo na vida: o cargo de professor de Lógica

no Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II. A carga horária é de apenas três aulas semanais, das onze da manhã ao meio-dia, às segundas, quartas e sextas-feiras. Ministra apenas dez aulas, já que morre assassinado na manhã chuvosa de 15 de agosto, dois dias depois de sua última aula (VENTURA, 2003, p. 297-8).

A vida de Euclides da Cunha é marcada por tragédias pessoais, talvez desencadeadoras do temperamento taciturno a que comumente lhe atribuem críticos e biógrafos, por vezes associando-o à predileção pela tranquilidade dos sertões, em contraponto à agitação dos grandes centros urbanos. Os muitos deslocamentos experimentados durante a infância e pré-adolescência se repetem na vida adulta, quando passam a ser desejados, e acabam ensejando a parte mais significativa de sua produção escrita. A crônica “Em viagem” é o título do primeiro texto em prosa documentado do escritor. Foi publicada em *O Democrata*, pequeno jornal dos alunos do Colégio Aquino, no Rio de Janeiro, em 04 de abril de 1884. No texto, motivado por sensações despertadas durante o percurso do bonde que o conduzia à escola, Euclides protesta contra o avanço da civilização e do progresso, representados pela estrada de ferro, referindo-se a esta como uma ameaça à natureza: “[...] o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! [...]. / Tudo isso me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!” (CUNHA, 1995i, p. 567). O cronista confessa ter escrito às “pressas, desordenadamente”, guiado pelas “[...] impressões fugitivas das multicores e variegadas telas de uma natureza esplêndida que o *tramway* me deixa presenciar de relance quase.” (*ibid.*, p. 567, grifo do autor). São palavras que anunciam um observador em compromisso com a objetividade no relato, ao mesmo tempo alerta ao caráter impreciso de suas observações. O sentimento é análogo ao expresso algum tempo depois, em *Os sertões*, quando o autor classifica como “vãs conjecturas” suas observações sobre os aspectos físicos do sertão baiano, pois visto apenas num período do ano, quando teria a pior das aparências, por estar “no prelúdio de um estio ardente”. Nesse caso, as palavras sobre o tema teriam “[...] o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra.” (CUNHA, 2002a, p. 102).

A glorificação da natureza e as ressalvas à vida nos grandes centros urbanos, características da crônica “Em viagem”, são traços sintomáticos da tendência romântica do autor, por ele muitas vezes rechaçada, porém nunca abandonada por completo, e tantas vezes manifesta através de ações e sentimentos revolucionários e dos muitos contrastes, antinomias e antíteses típicos de seu pensamento. A sensibilidade idílica marcante na crônica é também

recorrente em poemas do caderno *Ondas*, escritos no mesmo período: “Eu quero”, de 1883; “A cruz da estrada”, de 1884; “Fazendo versos”, de 1888; “Último canto”, sem data; e “As catas”, de 1895. Neste último poema, a preferência pela vida tranquila dos sertões assume ares de crítica ao modelo urbano de organização social:

Que outros adorem vastas capitais
 Aonde, deslumbrantes,
 Da Indústria e da Ciência as triunfais
 Vozes, se erguem em mágico concerto;
 Eu, não; eu prefiro antes
 As Catas desoladoras do deserto,
 – Cheias de sombra, de silêncio e paz...

Eu sei que a alma moderna – alta, e feliz,
 E grande, e iluminada,
 Não pode soffrear estes febris
 Assomos curiosos que a endoudecem
 De ir ver, emocionada,
 Os milagres da Indústria em Grand ou Essen,
 E a apoteose do século – em Paris!

Não invejo, porém, os que se vão
 Buscando, mar em fora,
 De outras terras a esplêndida visão...
 Fazem-me mal as multidões ruidosas
 E eu procuro, nesta hora,
 Cidades que se ocultam majestosas
 Na tristeza solene do sertão. (CUNHA, 2009d, p. 272-4).

Em diversas oportunidades na trajetória intelectual e profissional, bem como em correspondências a amigos e familiares, Euclides da Cunha reitera as palavras ditas a José Veríssimo na carta datada de 07 de julho de 1904, quando acentua seu apreço pelo sertão, em contraposição à indiferença pela Europa, pelo *boulevard*, pelos “brilhos de uma posição” (CUNHA, 1997, p. 212). Para Walnice Nogueira Galvão, o desejo do autor de adentrar o interior do país é uma fantasia que se realiza de diferentes formas, seja como engenheiro de obras públicas no estado de São Paulo, ou como repórter na Guerra de Canudos, ou como explorador na missão ao Alto Purus, na Amazônia – todas essas posições que demandaram esforços para serem conquistadas. Nesse caso, as viagens do escritor são motivadas por “[...] um ideal de bandeirante, ou de desbravador, ou de aventureiro, norteando uma vocação.” (GALVÃO, 2002, p. 170). As referências aos bandeirantes aparecem em pelo menos duas correspondências do autor: uma endereçada a Reinaldo Porchat, datada de 15 de maio de 1895; e outra a Pethion de Villar, sem data, escrita em 1897. No primeiro texto, há a solicitação de material bibliográfico sobre os bandeirantes: “Não terás por aí qualquer folheto,

qualquer velho alfarrábio, que trate da época colonial, de 1640 até 1715; qualquer coisa sobre a antiga S. Vicente, princípios de S. Paulo, excursões dos *bandeirantes* etc.?” (CUNHA, 1997, p. 76, grifo do autor). No segundo texto, escrito em Salvador, durante a Guerra de Canudos, percebe-se a continuidade do interesse do escritor pelo tema: “Ontem à noite procurei recordar alguns trechos dos ‘Holandeses’ e dos ‘Bandeirantes’. Aí vão truncados, mal recordados. É uma lembrança vaga e nada mais.” (*ibid.*, p. 109).

O ideal de bandeirante evidente em Euclides da Cunha também é característico de outros autores brasileiros, aparentando ser um traço constitutivo da nossa elite letrada. Walnice Nogueira Galvão destaca que “[...] nossa literatura sempre se voltou para a hinterlândia, desde o início com os cronistas e depois com os viajantes, e mais tarde transitando do sertanismo ao regionalismo.” (GALVÃO, 2002, p. 166). Desde o *Diário de navegação*, de Pero Lopes de Souza, já se percebe a preocupação com a interiorização (GIUCCI, 1993, p. 190). Em Euclides, o louvor à vida nos sertões e o desejo de perscrutá-los convivem com a idealização do progresso e da civilização. A mais antiga de suas referências a ambos os modelos – que de certo modo já prenunciam as antinomias e oxímoros que se tornariam suas figuras retóricas preferidas – surge numa correspondência a Reinado Porchat, datada de 26 de agosto de 1892. No texto, são feitas referências simultâneas a uma viagem à Europa e a uma “comissão qualquer arriscada” para os sertões brasileiros:

[...] não dou para a vida sedentária, tenho alguma coisa de árabe – já vivo a idealizar uma vida mais movimentada, numa comissão qualquer arriscada, aí por estes sertões desertos e vastos de nossa terra, distraíndo-me na convivência simples e feliz dos bugres. Se o meu velho for, agora como intenta, à Europa, irei com ele; eu sinto necessidade de abandonar por algum tempo o meio civilizado da nossa terra: assim ou aspiro os [*sic*] sertões desertos ou as [*sic*] grandes capitais estrangeiras – hei de seguir para um destes destinos daqui a alguns meses. (CUNHA, 1997, p. 38).

A viagem à Europa jamais acontece, e o projeto de dedicar-se a uma comissão arriscada se realiza posteriormente, com as duas viagens mais significativas para sua carreira. O tema da viagem ao exterior é retomado em outra correspondência a Reinado Porchat, datada de 25 de novembro de 1893, na qual o missivista demonstra simpatia pelo modelo de civilização europeu:

Felizmente – o meu pai pretende seguir comigo em março para a Europa e lá, graças à minha índole exagerada de fetichista, doido pelos modernos prodígios de civilização, talvez eu me esqueça um pouco do triste rebaixamento em que caiu esta nossa pátria – entregue inteiramente às

insânias dos caudilhos eleitorais e ao maquiavelismo grosseiro de uma política que é toda ela conspiração contra o futuro de uma nacionalidade... (CUNHA, 1997, p. 52-3).

Em todo caso, quando são cotejados os anseios de partir para o interior do país com os impulsos de viajar para o exterior, percebe-se a predominância da primeira opção no percurso de vida do escritor. O intelectual inquieto que estudara na Escola Militar absorve desta os ideais do período de efervescência republicano-abolicionista, e assume um caráter revolucionário, transformador, melhor expresso através de suas duas grandes oportunidades para a denúncia de mazelas e injustiças sociais que tanto o incomodavam. A primeira se efetiva ao ser enviado ao sertão baiano pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como correspondente de guerra. A segunda se relaciona à nomeação para o cargo de chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, na Amazônia. São duas viagens desgastantes. Euclides se retira de Canudos antes do término do conflito, doente, com acessos de febre. Na Amazônia, conforme assinala José Carlos Barreto de Santana, enfrenta situações as mais adversas, em virtude do esgotamento físico dos integrantes do grupo e da escassez de recursos materiais (SANTANA, 2001, p. 172), e tem a saúde ainda mais comprometida, chegando a contrair a malária. Num dos trechos da viagem, os expedicionários são obrigados a abandonar as lanchas a vapor e fazer grande parte do percurso a pé, com canoas arrastadas a pulso. O barco com os víveres e mantimentos naufraga, e eles chegam famintos e esfarrapados ao Cujar, uma das cabeceiras do Purus (VENTURA, 1998, p. 73; VENTURA, 2003, p. 241).

Antes de partir para a Amazônia, Euclides consulta relatos de viagem, relatórios administrativos e mapas de expedições anteriores. Lê Humboldt, Martius, Spix, Agassiz, Bates, Chandless, Tavares Bastos, Sousa Coutinho e Soares Pinto. A metodologia é semelhante à que antecede a viagem a Canudos, ocasião em que empreende leituras variadas sobre o tema. No primeiro artigo “A nossa Vendeia”, publicado em *O Estado de S. Paulo* em 14 de março de 1897, são citados viajantes e naturalistas, como Martius, Saint-Hilaire, Humboldt, Caminhoá e Livingstone. Uma das razões a mover Euclides às viagens é o desejo de prestar ao país contribuições científicas. A expectativa de descoberta é a força motriz nos meios científicos. Talvez seja essa uma possível explicação, conforme destaca José Carlos Barreto de Santana, para a persistência do chefe da Comissão Brasileira em prosseguir com os trabalhos no trecho final do rio Purus, mesmo em condições desfavoráveis (SANTANA, 2001, p. 172). A correspondência a Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, datada de 20 de fevereiro de 1903, sumaria a intenção do autor em apresentar à comunidade científica algum aspecto desconhecido: “Alimento há dias o sonho de um passeio

ao Acre. Mas não vejo como realizá-lo. Nesta terras [*sic*], para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino por isto a aspiração – é que talvez pudesse prestar alguns serviços.” (CUNHA, 1997, p. 149). Os serviços provavelmente seriam avançar “para lugares nunca cientificamente explorados”, conforme o escritor declara ter sido feito pela Comissão que presidiu na Amazônia:

Estávamos, finalmente, no ponto do grande rio de onde avançaríamos para *lugares nunca cientificamente explorados*. De fato, William Chandless, com a sua prodigiosa tenacidade, chegara até ali; mas no prosseguir tomara rumo diverso daquele que deveríamos seguir. Avançara pelo ramo extremo do norte, do qual percorreu mui poucas milhas, ao passo que nós prosseguiríamos pelo que investe francamente com o sul. Esta circunstância não pouco contribui para que nos refizéssemos de alentos. Tratava-se, realmente, de longo trecho do Purus, por certo bem conhecido de todos os caucheiros daquelas bandas, *mas não apresentado ainda à ciência geográfica*, como o revela a mesma circunstância de termos deparado ali o primeiro e talvez o único erro do ilustre Chandless no traçar o Cavaljani, como rumo de todo falso de leste para oeste. (CUNHA, 1994a, p. 117-8, grifos meus).

Para Euclides, que sempre se esforçou por demonstrar vocação para a atividade científica, apresentar à ciência geográfica um aspecto desconhecido significava um elemento de grande importância. As muitas referências científicas mobilizadas em seu relato concedem credibilidade ao discurso e, ao mesmo tempo, legitimam suas impressões sobre os viajantes predecessores, que seriam “geniais escrevedores de monografias”, porém superficiais nas análises e observações, responsáveis por manter a Amazônia como uma região desconhecida, embora bastante estudada:

[...] é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida. De Humboldt, a Em. [*sic*] Goeldi – do alvorar do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lede-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, d’Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, para citar os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias.

A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisionomia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso. (CUNHA, 1999e, p. 3).

A correspondência a Luís Cruls, de fevereiro de 1903, é o primeiro registro do interesse de Euclides da Cunha em realizar uma viagem ao Acre. E já que o destinatário da

carta esteve, entre os anos de 1900 e 1902, “à disposição do Ministério das Relações Exteriores, servindo como Diretor da Comissão de Limites e Chefe da Comissão de Limites com a Bolívia” (SANTANA, 2005, p. 37), a referência à intenção de partir para o Acre não parece aleatória. A mesma observação pode ser feita em relação aos cinco artigos sobre a Amazônia publicados em 1904, posteriormente incorporados ao livro *Contrastes e confrontos*: “Conflito inevitável”, “Contra os caucheiros”, “Entre o Madeira e o Javari”, “Contrastes e confrontos” e “Solidariedade sul-americana”. O posicionamento de Euclides na imprensa a respeito de acontecimentos relacionados à Amazônia o credenciava como apto a desempenhar atividades na região. O autor empreende esforço semelhante para viabilizar a viagem a Canudos. No intuito claro de convencer Júlio Mesquita, o dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, de que apresentava o perfil adequado para atuar como correspondente de guerra, Euclides publica neste jornal, nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897, os dois artigos “A nossa Vendaia”. Exitoso no propósito de conquistar a credibilidade do dono do jornal, parte para a Bahia no início de agosto de 1897, acompanhando o marechal Bittencourt, que provavelmente o incluiu em seu Estado-Maior atendendo a um pedido de Prudente de Moraes, a quem Júlio Mesquita enviou, em 29 de julho, o seguinte telegrama:

Quero dever-lhe o favor de conseguir que Carlos Machado nomeie para seu Estado-Maior o Tenente Euclides Cunha [*sic*]. Este é meu companheiro na redação do *Estado*. Tem talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano. Quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico. O sr. compreende quanto, como redator do *Estado*, me interesse por esta nomeação. Peço resposta hoje. Júlio Mesquita.¹⁷⁴ (MORAIS, 1990, p. 71).

A busca de informações que pudessem figurar num livro sobre Canudos é uma das motivações para a viagem. Nesse caso, a credibilidade do relato seria garantida pela própria experiência do viajante, testemunha ocular dos acontecimentos narrados. Para chamar a atenção do leitor para suas atividades de pesquisador e, ao mesmo tempo, ampliar seu grau de confiabilidade, Euclides desconsidera as contribuições dos viajantes que o precederam:

Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir.
Martius por lá passou, com a mira essencial de observar o aerólito, que tombara à margem do Bendengó¹⁷⁵ e era já, desde 1811, conhecido nas

¹⁷⁴ À margem do texto, há uma anotação do presidente Prudente de Moraes: “Atendido e respondido – Rio, 29 de julho de 1897.” (MORAIS, 1990, p. 71).

¹⁷⁵ Bendengó ou Bendegó é um riacho intermitente, tributário do rio Vaza-Barris. A denominação também se aplica ao aerólito descoberto por Joaquim da Mota Botelho, em 1784, nas proximidades do riacho, enquanto

academias européias, graças a F. D. Mornay e Wollaston. Rompendo, porém, a região selvagem, *desertus australis*, como a batizou, mal atentou para a terra recamada de uma flora extravagante, *silva horrida*, no seu latim alarmado. Os que o antecederam e sucederam, palmilharam, ferretoados da canícula, as mesmas trilhas rápidas, de quem foge. De sorte que, sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo. (CUNHA, 2002a, p. 102, grifos do autor).

A indiferença dispensada aos estudiosos predecessores chama a atenção de José de Campos Novaes, que transcreve o excerto supracitado para apontar incoerências na prosa de Euclides da Cunha. O botânico classifica como o “maior inconveniente” do livro “[...] a espécie de surpresa e da novidade das impressões de um paulista entrando num sertão sáfaro, quente e desolado como o das margens do S. Francisco [...]” (NOVAES, 2003, p. 115). Seria esse sentimento responsável por despertar no viajante enviado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* “[...] a convicção de que esse curioso pedaço do Brasil era evidentemente desconhecido pela Ciência.” (*ibid.*, p. 115). O procedimento adotado em *Os sertões* tem o propósito de sugerir e forjar argumentos demonstrativos de que seu autor estivera no sertão “[...] antes de outros cientistas, que evidentemente nada viram nem descreveram das impressões tão novas e desconhecidas, dos sulistas como ele próprio.” (*ibid.*, p. 115). A José de Campos Novaes parecem estranhas as restrições ao botânico Von Martius, pois notórias suas contribuições ao estudo do sertão baiano:

O que, porém, estranho mais nessa maneira de fazer tábula rasa atrás de si, é o mencionar o emérito botânico Von Martius, que chegou a Monte Santo para desenhar o Bendegó nessas serranias, e dizer que ele por lá passou às pressas sem observar a flora originalíssima dessa região.

Não sei mesmo como explicar a citação do título da magnífica *X Tabula Physiognomica* denominada exatamente *desertus australi*, onde vemos um quadro esquemático de todos os vegetais característicos do sertão desértico baiano, sem que ao menos completasse a leitura do texto, onde estão também as expressões de mato carrasquento, *silva horrida*, e onde se contém absolutamente tudo o que encontrou também de característico o Sr. Euclides da Cunha; páginas essas exaradas neste estilo latino magnífico que os botânicos citam como modelo; ao lado das melhores páginas do patriarca Lineus!

Dizer que Martius não deu atenção ao que via ao redor de si nessa flora, equivale a afirmar que um Virchow não deu atenção merecida a um caso interessante, na gíria médica. É mais para acreditar-se que o autor de *Os sertões* recuasse diante da leitura das 4 formidáveis páginas latinas dos infólios máximos da *Flora brasiliensis*. (*ibid.*, p. 115, grifos do autor).

cuidava de seu gado. Desde 1888, a rocha se encontra no Museu Nacional, no Rio de Janeiro (BERNUCCI, 2002a, p. 799).

Os argumentos de José de Campos Novaes em desfavor da leitura de Euclides da Cunha sobre o viajante alemão são reforçados por dados apresentados por Valter Guimarães Soares, numa pesquisa recente, em que acentua a importância de Spix e Martius para os estudos científicos. O historiador baiano lembra que os dois cientistas chegam em 1817 ao Rio de Janeiro, onde permanecem durante alguns meses coletando material da fauna e da flora e preparando o roteiro para a viagem ao interior. Com o propósito de explorar regiões pouco conhecidas pela ciência, seguem inicialmente para São Paulo, depois para Minas Gerais. Penetrando cada vez mais no interior, percorrem a região do rio São Francisco, chegando até a fronteira com o estado de Goiás. De volta ao litoral, cruzam a Bahia, chegando a Salvador em novembro de 1818. Seguem, então, para os sertões de Pernambuco, do Piauí e do Maranhão. De São Luís, já em julho de 1919, navegam até Belém, em viagem pela bacia do Amazonas, até as fronteiras atuais do Peru e da Colômbia. Em abril de 1820, retornam a Belém, de onde partem para a Europa. Ao final da expedição, além do material mineralógico e etnográfico, outros objetos de pesquisa são entregues ao gabinete da Academia de Ciência de Munique: 6500 espécies de plantas, 85 espécies de mamíferos, 350 de aves, 130 de anfíbios, 116 de peixes, 2700 espécies de insetos, 80 de aracnídeos e mais algumas de crustáceos (SOARES, 2014, f. 2-3).

No primeiro artigo “A nossa Vendaia”, publicado em 14 de março de 1897, Euclides acentua a contribuição dos estudos de Caminhoá, Martius e Saint-Hilaire e do relatório apresentado em 1888 por José Carlos de Carvalho sobre o meteorito de Bendegó, para não ser totalmente desconhecida “[...] a região do extremo norte da Bahia determinada pelo vale do Irapiranga ou Vaza-Barris, rio em cuja margem se levanta a povoação que os últimos acontecimentos tornaram história – Canudos.” (CUNHA, 2000b, p. 43-4). Ainda assim, em *Os sertões*, insiste em apresentar a cidadela como uma “região desconhecida e bárbara”. Para o autor, sua “flora estranha”, seu “fácies topográfico atormentado”, sua “estrutura geognóstica ainda não estudada” estavam “[...] escritas numa página revolta da terra que ainda ninguém lera.” (CUNHA, 2002a, p. 521-2). No *Diário de uma expedição*, numa reportagem escrita em Canudos no dia 28 de setembro de 1897, seus estudos em parceria com o coronel Siqueira Meneses sobre a temperatura, a pressão e altitude em Canudos aparecem como as primeiras observações “[...] realizadas nestas regiões e das quais se derivará a definição mais ou menos aproximada do clima destes sertões.” (CUNHA, 2000a, p. 197). As mesmas impressões estão na reportagem datada de 10 de setembro de 1897, quando o autor considera inéditos aspectos geológicos da região de Canudos, que teriam sido ignorados por viajantes predecessores: “É extraordinário que os que aqui têm estado e escrito

ou prestado informações sobre esta campanha, nada tenham dito ainda acerca de um terreno cuja disposição topográfica e constituição geológica são simplesmente surpreendedoras.” (CUNHA, 2000a, p. 174).

Para valorizar sua própria realização, o escritor minimiza a importância de cientistas predecessores, desconsiderando, ao mesmo tempo, os trabalhos de jornalistas e pesquisadores que o antecederam nos estudos sobre a Guerra de Canudos nos arquivos baianos. É o que se observa, por exemplo, numa reportagem datada de 21 de agosto de 1897: “A poeira dos arquivos de que muita gente fala sem nunca a ter visto ou sentido [...] levanto-a diariamente. (*ibid.*, p. 117, grifos do autor). Quer de forma presencial, seja por intermédio de leituras, Euclides assume o desafio de ser o desbravador de uma terra e de um povo supostamente desconhecidos e de dar ao país importantes contribuições científicas. Ao subestimar os trabalhos de viajantes antecessores, que teriam sido superficiais em suas leituras, o autor se inventa como o descobridor de uma região de certo modo já conhecida pela ciência, apresentando como inéditos muitos aspectos já abordados por outros pesquisadores. Uma vez inventado o descobridor, inventa-se, por extensão, a descoberta. Conforme registrado nos artigos e telegramas de Euclides da Cunha enviados a *O Estado de S. Paulo*, nada havia em Canudos que sugerisse qualquer superioridade em relação a outras localidades, fossem sertanejas ou não. Tanto em Canudos quanto em outras cidadelas circunvizinhas, o que sobrepujava era a pobreza, a miséria, os labirintos de becos substituindo ruas, as casas acumuladas em grande desordem. Numa reportagem escrita em Canudos¹⁷⁶, datada de 10 de setembro de 1897, o autor atribui à cidadela uma aparência de morte: “[...] e não se lobriga um único habitante. Lembra uma cidade bíblica fulminada pela maldição tremenda dos profetas.” (*ibid.*, p. 178). A impressão reverbera na correspondência datada de 29 de setembro, também escrita em Canudos: “Nos quintais abandonados nem o mais tênue traço de um canteiro, um arremedo qualquer de jardim; em compensação enche-os toda a velharia de trastes inservíveis das casas; não tinham talvez outra função. Nem uma árvore, nem um pé de

¹⁷⁶ As primeiras palavras da reportagem sugerem uma referência aos primeiros contatos visuais e presenciais de Euclides da Cunha com o arraial de Canudos: “E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos.” (CUNHA, 2000a, p. 174). Porém, a suposta data da escrita do texto, 10 de setembro, parece tratar-se de um equívoco. Em 10 de setembro, o autor se encontrava em Monte Santo. Em referência rápida, no texto “O batalhão de São Paulo”, Euclides declara ter chegado a Canudos em 15 de setembro: “[...] ao chegar a Canudos, no dia 15 de setembro [...]” (CUNHA, 2000d, p. 271). Numa descrição mais detalhada, que se encontra na *Caderneta de campo*, o escritor assegura ter chegado a Canudos em 16 de setembro: “No outro dia 16 seguimos para Canudos. [...]. Chegamos a Favela à 1 hora da tarde e a Canudos (depois de breve demora) às 2.” (CUNHA, 2009b, p. 138). Essa é a data que a crítica euclidiana tende a aceitar como a mais provável para a chegada do correspondente ao vilarejo de Canudos (VENTURA, 2002a, p. 54; VILLA, 2002, p. 30). Segundo Marco Villa, o artigo em questão teria sido escrito em 17 de setembro (VILLA, 2002, p. 31). De fato, na *Caderneta de campo*, Euclides declara ter escrito algo para São Paulo neste dia: “Dia 17 [...]. Escrevi p.^a S. Paulo.” (CUNHA, 2009b, p. 138).

flor.” (CUNHA, 2000a, p. 202). Não havendo beleza em Canudos, esta necessitava ser construída através de estratégias discursivas, conforme realizado no artigo de 1º de outubro¹⁷⁷ de 1897, escrito em Canudos:

Não há manhãs que se comparem às de Canudos; nem as manhãs sulmineiras, nem as manhãs douradas do planalto central de S. Paulo se equiparam às que aqui se expandem num firmamento puríssimo, com irradiações fantásticas de apoteose. Douram-se primeiro as cristas altas de Cocorobó, Poço de Cima e Canabrava e a onda luminosa do dia sulca-lhes, lentamente ascendendo, os flancos abruptos e ásperos semelhando uma queimada longínqua, nas serras. A orla iluminada amplia-se, vagarosamente, descendo pelos contrafortes e gargantas das montanhas fimbradas de centelhas... Depois, a pouco e pouco, um raio de sol escapa-se, tangenciando as quebradas mais baixas, e sucedem-se rapidamente outros e vingando logo após a barreira das montanhas o dia desdobra-se deslumbrante sobre a planície ondulada, iluminando-se repentinamente todas as vertentes das serras do Cambaio, Caipã e Calumbi, até então imersas na penumbra. (*ibid.*, p. 204-5).

Deslumbrado pela paisagem canudense, Euclides assegura ter visto pela primeira vez no arraial “[...] uma manhã enevoadada e úmida – persistentemente varada por uma garoa impertinente e fina; uma manhã de inverno paulista.” (*ibid.*, p. 205-6). A partir de informações de *A Guerra de Canudos*, do tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, Marco Villa avança a hipótese de que o dia 1º de outubro tenha rompido claro e brilhante (VILLA, 1999, p. 254). A contestação é questionável, já que pressupõe a existência de um discurso verdadeiro sobre Canudos em contraposição a uma leitura falseada. Por outro lado, se não houve garoa em Canudos em 1º de outubro, o correspondente especial de *O Estado de S. Paulo* provavelmente o saberia, já que se encontrava na região. Nesse caso, e não sendo possível desconsiderar inteiramente a informação do tenente Macedo Soares, a descrição de névoas adornando a manhã se reveste de efeitos simbólicos. O 1º de outubro foi um dos dias mais violentos e lúgubres da campanha. Seria, então, mais coerente que se tivesse iniciado com uma manhã nublada e fria. As supostas luz e a claridade do romper do dia não se harmonizavam com a atmosfera da cidadela, de escuridão, pavor e luto:

Penetrando pelos tetos e pelas paredes as granadas implodiam nos quartos minúsculos despedaçando homens, mulheres e crianças sobre as quais descia, às vezes, o pesado teto de argila, pesadamente, como a laje de um

¹⁷⁷ O artigo de 1º de outubro de 1897 é parte integrante do *corpus* de pesquisa de minha dissertação de mestrado, intitulada *O destecer de enredos: uma leitura d’Os sertões, de Euclides da Cunha*, defendida na Universidade Estadual de Feira de Santana. Algumas observações sobre o artigo apresentadas na dissertação foram retomadas nesta tese, modificadas e acrescidas de outras informações (DIAS, 2003, f. 32-4).

túmulo, completando o estrago. [...] os malferidos mesmo sofreavam os brados da agonia e os próprios tímidos evitavam a fuga, tal o silêncio, tal a quietude soberana e estranha, que pairavam sobre as ruínas fumegantes [...]. (CUNHA, 2000a, p. 207).

Como a luz que havia em Canudos vinha dos incêndios, das explosões das granadas (*ibid.*, p. 206), da fuzilaria imensa e da saraivada de balas (*ibid.*, p. 208), convinha que o ambiente onde ocorriam os acontecimentos também fosse revestido de um aspecto sombrio. A turvação, ainda que ilusória, possibilitava isso, pois firmava no espaço textual uma “coincidência bizarra” entre a névoa da manhã e a “poeira intensa dos escombros”. É o próprio Euclides quem propõe a inter-relação:

E quando os primeiros tiros da artilharia ressoaram, dando começo a mais um encontro crudelíssimo com os nossos selvagens adversários, parece-me que mais lúgubre se tornou a manhã, agravada pela fumarada negra e espessa do bombardeio. (*ibid.*, p. 205-6).

Com o passar das horas, um sol claríssimo dissipava as névoas da manhã, as quais Euclides afirma ter encontrado em Canudos (*ibid.*, p. 213). De modo semelhante, as ruínas que fumegavam faziam com que paulatinamente fossem dissolvidas suas certezas quanto ao acontecimento de Canudos, e se instalassem questionamentos muito profundos na forma de entender o Brasil. Não há como negar, portanto, para o amadurecimento das ideias transmutadas dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* para *Os sertões*, a representatividade das cenas registradas em 1º de outubro, data em que as reportagens de Euclides da Cunha se interromperam.

Outro aspecto relevante no artigo supracitado são as medições do novo que se desconhece pelo filtro do já conhecido: às manhãs de Canudos contrapõem-se “as manhãs sul-mineiras”, “as manhãs douradas do planalto central de S. Paulo”, “uma manhã de inverno paulista” (*ibid.*, p. 204-6). Diante das lacunas produzidas pelo real com o qual se depara, Euclides as preenche com o que supõe ver ou com aquilo que o visto possibilita uma aproximação. Na composição de *Os sertões*, o autor não abandona por completo a metáfora da Vendaia, motivadora dos dois artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* antes da viagem a Canudos, e são recorrentes imagens do mundo estimado à época como culto e civilizado, como símbolos relacionados à história da França e de Portugal, mitos da Antiguidade Clássica, signos e histórias da literatura bíblica e diálogos com autores franceses, como Hippolyte Taine e Victor Hugo.

As referências a elementos importantes para a história francesa são características da comunidade letrada do período. Sendo assim, conforme lembra Roberto Ventura, não figura como fora de contexto a comemoração do dia de aniversário da queda da Bastilha, 14 de julho, nas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro ao som do hino francês, canção preferida dos cadetes da Escola Militar (VENTURA, 1996, p. 278). Mesmo em tempo de guerra, os oficiais em Canudos festejam a data, feriado não só na França como no Brasil da Primeira República (ZILLY, 1999c, p. 10):

O comboio chegou ao alto da Favela a 13 de julho; e no dia subsequente, convocados os comandantes de brigadas, na tenda do general Savaget, enfermo do ferimento recebido em Cocorobó, concertaram sobre o assalto. O dia era propício: uma data de festa nacional. Logo pela manhã uma salva de 21 tiros de bala a comemorara. (CUNHA, 2002a, p. 597).

Dentre as imagens construídas em *Os sertões* em diálogo com a história de países europeus, destaca-se a aproximação entre Antonio Conselheiro e o rei português D. Sebastião, desaparecido em Alcácer-Quibir, na África, em 1578. Os estudiosos de Canudos declaram não haver qualquer menção ao sebastianismo nos relatos dos sobreviventes da guerra (VILLA, 1999, p. 234; GALVÃO, 2001, p. 108). Porém, há remissão ao rei português nos folhetos proféticos encontrados no arraial e transcritos por diversos autores, o que é confirmado pela poesia popular (GALVÃO, 2001, p. 108). A literatura da época comumente utilizava o termo sebastianismo para nomear todos os que defendiam a restauração monárquica (VILLA, 1999, p. 234). Apesar das ressalvas aos versos encontrados em Canudos, por considerá-los o registro de “ingênuos absurdos”, Euclides da Cunha segue a tendência de seus contemporâneos, e cita em *Os sertões* quadras da poesia popular, sugerindo relações entre os sebastianistas portugueses e os militantes conselheiristas:

D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civil
E fazendo o casamento!
[...]
Visita nos vem fazer
Nosso rei D. Sebastião,
Coitado daquelle pobre
Que estiver na lei do *cão!* (CUNHA, 2002a, p. 320).

Por reiteradas vezes no livro, Euclides da Cunha compara particularidades da vida em Canudos com elementos importantes para a tradição europeia. Apesar de marcada pela

destruição e morte que o signo guerra implica, para os sertanejos atraídos à região, Canudos era, conforme o autor, a “[...] Canaã sagrada, que o Bom Jesus isolara do resto do mundo por uma cintura de serras...” (CUNHA, 2002a, p. 295). Nela não seria necessário nem mesmo o trabalho, pois “[...] é a terra da promessa, onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho as barrancas¹⁷⁸.” (*ibid.*, p. 308).

Nas leituras sobre o sertanejo, às imagens bíblicas se associam imagens da Antiguidade Clássica. Pela facilidade para conviver com as dificuldades climáticas, o sertanejo é um “Anteu¹⁷⁹, indomável” (*ibid.*, p. 363), que vive “em função imediata da terra” (*ibid.*, p. 241). Porém, embora forte, conforme demonstra a predisposição para conviver com os longos períodos de estiagens, apresenta uma aparência de fraqueza e debilidade. Nesse caso, a imagem que melhor se lhe adéqua é a do Hércules-Quasímodo, fusão entre o Hércules, herói bravo e corajoso da mitologia grega, e o Quasímodo, monstruoso personagem do livro *Notre-Dame de Paris*, de Victor Hugo.

A metodologia de aproximação entre o novo e o conhecido também pode ser observada nas leituras de Euclides da Cunha sobre a região amazônica. É assim que, de imediato, a Amazônia lhe parece “[...] uma página inédita e contemporânea do *Gênesis*.” (CUNHA, 1995m, p. 230). O próprio título do livro em que registraria suas impressões sobre a Amazônia, *Um paraíso perdido*, rememora o poema épico de John Milton, *Paradise lost* (1674), sobre a queda de Adão e sua expulsão do paraíso. À semelhança do que já ocorrera perante as manhãs de Canudos, é o espanto que conduz o autor a comparar a cidade de Belém, no estado do Pará, com outras realidades já conhecidas. É o que se percebe numa carta ao pai, escrita em Manaus, em 30 de dezembro de 1904:

Nunca S. Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina no resto do Brasil, o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem. (CUNHA, 1997, p. 249).

¹⁷⁸ Para a construção dessa imagem, Euclides da Cunha retoma o discurso do frei João Evangelista de Monte Marciano. O trecho a seguir aparece transcrito em *Os sertões* de forma literal: “Os alliciadores da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquelle que quizer se salvar precisa vir para os Canudos, porque nos outros logares tudo está contaminado e perdido pela Republica: alli, porem, nem é preciso trabalhar; é a terra da promessa, onde corre um rio de leite, e são de cuscuz de milho os barrancos.” (MARCIANO, 1895, p. 5).

¹⁷⁹ Anteu é filho de Posídon e de Géia. Extremamente forte, o gigante obrigava a todos os que passavam pelo deserto líbico a lutarem com ele, e sempre os vencia e matava. Quando em perigo de ser vencido, Anteu apoiava firmemente os pés na terra, sua mãe, e dela recebia energias dobradas. Numa batalha, ao perceber as necessidades do oponente, Hércules o deteve no ar e o sufocou, conseguindo derrotá-lo (BRANDÃO, 1999, p. 115).

Euclides jamais viajou para fora do país. Suas impressões sobre a Europa são oriundas de leituras ou de conversas com personalidades com as quais mantinha relações de amizade. Assim, a “gente de hábitos europeus” que julga ter encontrado em Belém é duplamente imaginada: por um lado, porque as impressões a respeito do objeto visto são sempre traduções daquele que vê; por outro, porque, não tendo sido a Europa vista anteriormente, o que lhe teria possibilitado o confronto entre o novo e o velho, o novo que se vê configura-se como uma tradução que se realiza a partir de algo visto e filtrado pelo olhar de um outro, que também empreendeu traduções a respeito daquilo que viu e imaginou ver.

Porém, nas relações entre o novo e o velho, muitas vezes a analogia não se consolida. Há dúvidas se, em 1º de outubro de 1897, houve em Canudos “uma manhã enevoada e úmida”, conforme sugere Euclides da Cunha em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* (CUNHA, 2000a, p. 205-6). A univocidade e o fechamento propostos pela metáfora da Vendaia tornaram-na inviável para designar o livro sobre o movimento desencadeado no interior baiano. Também não estavam em Belém o atraso e a barbárie, o que não apenas contrariava as expectativas prévias do autor, como também lhe causava a “maior surpresa de toda a viagem” (CUNHA, 1997, p. 249). Ao associar o desconhecido a realidades conhecidas, Euclides acrescenta à escrita componentes que permitem um alinhamento à tradição das narrativas de viagens. Conforme Francisco Ferreira de Lima:

Em toda e qualquer narrativa de viagens, o medir, pesar e comparar são atividades básicas fundamentais, por uma razão muito simples. Trata-se de aproximar o inaproximável, de maneira que esse real estranho ganhe um contorno de credibilidade e possa ser, mercê do modelo prévio, visualmente compreendido. É o meio mais eficaz para conter o desamparo do leitor, que só sabe ver o novo pelo velho. (LIMA, 1998, p. 92).

A literatura de viagens é de natureza compósita e interdisciplinar, com textos que entrecruzam literatura, história e antropologia (CRISTÓVÃO, 2002a, p. 16 e 35; CRISTÓVÃO, 2009a, p. 9). Conforme Fernando Cristóvão, a tradição das narrativas de viagens se manteve viva do século XV até o final do século XIX, visando corresponder à insaciável procura dos leitores por novidade, indo buscar à viagem real ou imaginária, por mar, terra e ar, seus temas, motivos e formas (CRISTÓVÃO, 2002a, p. 15 e 35). O estudioso se refere especificamente a textos de tradição ou filiação europeia, delimitando características que os impedem de serem confundidos com as narrativas de viagens de outros povos e continentes, tributários de outras motivações e formas artísticas (*ibid.*, p. 36). Nesse contexto, há três etapas para demarcar as narrativas de viagens: a literatura de viagens tradicional, a

nova literatura de viagens e a novíssima literatura de viagens. Na primeira etapa, iniciada por volta do século XV, os textos se constituem como uma tradução da cultura tradicional europeia. Nos textos da segunda etapa, iniciada no século XIX, com o advento do turismo e o progresso da ciência, a curiosidade típica dos viajantes cede espaço à busca pela exatidão científica. Na terceira etapa, os textos se utilizam dos avanços propiciados pelos computadores e outros meios de comunicação rápida de escrita, som e imagem (CRISTÓVÃO, 2009a, p. 9-18). Em qualquer das etapas, a literatura de viagens apresenta marcas linguísticas, literárias e históricas próprias, temas recorrentes e metáforismos que, embora não sejam exclusivamente seus, impõem-se pela frequência, originalidade ou modo de tratamento (*ibid.*, p. 9). Por essa perspectiva teórica, são as seguintes as principais marcas da literatura de viagens: o desejo de ver; a indiferença pelos riscos da viagem; o compromisso com a verdade; a associação entre fé e império; a busca pelo paraíso perdido; o encantamento com a nudez edênica dos índios; o maravilhamento, posteriormente colocado em crise pelas descobertas científicas; a busca de mensagens escondidas na natureza, cujas significações estariam nos *Bestiários*, *Lapidários* e na *Bíblia*; as narrações e descrições em obediência aos tópicos retóricos da grandeza, abundância e similitude; e a ânsia por medir, pesar e classificar (*ibid.*, p. 11). Das marcas elencadas, a maioria caracteriza os textos da segunda etapa da literatura de viagens, da qual se aproximam as narrativas de Euclides da Cunha sobre os sertões baianos e amazônicos.

O desejo de ver espaços não adequadamente mapeados pela ciência ou pela história impulsiona o escritor brasileiro a fazer duas viagens arriscadas e se colocar à disposição para realizar uma terceira, mais uma vez para a Amazônia, para acompanhar os trabalhos de construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Parece impossível viajar se não for maior que o medo o desejo de descobrir. Em Canudos, a guerra e suas conseqüências eram uma ameaça constante à integridade física e mental do autor. Na região amazônica, eram as doenças tropicais que punham em risco sua vida. Se consideradas as condições em que outras viagens se realizaram, pode-se inferir que os perigos jamais foram fortes o suficiente para fazer os viajantes desistirem de partir em direção ao desconhecido. Silvio Figueiredo lembra que, durante a Idade Média, o medo do desconhecido era um grande empecilho às viagens. Cruzar o território europeu significava um grande desafio, não apenas porque os assaltos eram frequentes, como também pelo que se esperava encontrar em terras além da Europa: dragões marinhos, sereias que encantavam navios, dentre outras figuras mitológicas. Também eram recorrentes certas concepções sobre o formato do mundo, como o de uma bandeja, que

representava para as embarcações o risco de despencarem no vazio e desaparecerem para sempre (FIGUEIREDO, 2010, p. 43).

Ainda sobre os riscos das viagens, Francisco Ferreira de Lima se apoia nos estudos de Charles Boxer para destacar as altas taxas de mortandade durante a expansão ultramarina portuguesa. Na primeira metade do século XVII, num curto período de seis anos, de uma soma de cinco mil, duzentos e vinte e oito viajantes com destino à Índia, morreram exatamente dois mil setecentos e trinta e três, ou seja, 52% do total. Isso numa época em que a rota para a Índia era absolutamente familiar aos nautas portugueses, posto que já a percorriam há dois séculos. Segundo Francisco Lima, apesar de alarmantes, as cifras são rotineiras, em concerto com os padrões de normalidade vigentes, e não estão relacionadas a quaisquer contratempos ou catástrofes aterradoras (LIMA, F. F., 2009, p. 56).

Nos viajantes do descobrimento, a disposição para o enfrentamento dos riscos está associada a uma sincera e sempre almejada preocupação com a verdade. Os relatos que não podiam ser considerados verdadeiros perdiam totalmente sua legitimidade e credibilidade. Também em Euclides da Cunha a busca pela verdade é constante, ainda que a subjetividade narrativa por vezes se converta em oscilações discursivas que dão a aparência de que é deslocado para segundo plano o compromisso com a exposição de dados históricos e científicos. Não há a associação entre fé e império, como nas narrativas de viagens tradicionais, mas a voz do narrador é orientada pela crença na República e na ciência, por vezes ironizadas pelo próprio discurso que as promove. Para que as viagens aos sertões baianos e amazônicos se efetivassem, foram muitos os esforços do viajante para partir em busca de seus *paraísos perdidos*, embora estes muitas vezes estivessem mais alinhados à representação do inferno, como também é característico dos espaços mapeados pelas narrativas tradicionais sobre as viagens de descobrimento.

O trânsito entre paraíso e inferno é destaque nas leituras de Laura Souza sobre representações do Brasil colonial. Conforme a autora, a edenização da América aproximava o Novo e o Velho Mundo, permitindo ver “o que se queria ver”, e ouvir “o que se ouvira dizer”. No entanto, com a emergência do novo continente, a edenização ficou ameaçada. A América não era o espaço imaginado, e até os mais entusiastas humanistas tiveram que reconhecer que os habitantes desse mundo idílico podiam ser também viciosos e belicosos, e às vezes antropófagos (SOUZA, 2002, p. 43). Nos sertões euclidianos, os *paraísos* também remetem ao que se desejava ver e ao que se ouvira dizer. De início, a abundância das águas e das paisagens verdes na região amazônica lembra o paraíso terreal outrora perseguido pelos viajantes portugueses e espanhóis. Posteriormente, com a experiência da viagem, Euclides é

levado a substituir a imagem paradisíaca pelo *inferno verde* da vida nos seringais. Não se pode dizer da cidadela de Canudos que, à época do conflito, tenha estado associada por algum momento à conotação de paraíso, pois sempre inscrita no cenário nacional como um espaço de guerra. Porém, a imagem parece oportuna para designar o objeto de interesse do historiador e homem das ciências Euclides da Cunha, que assumia o desafio de trazer o vilarejo ao centro das atenções, com sua aparência de “[...] tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada a sem-número das nossas tradições.” (CUNHA, 2002a, p. 502). Se, antes da viagem, por sua aparência de novidade, o objeto desconhecido parece um *paraíso*, é como *inferno* que emerge ao final da visitação do autor à região, conforme se observa em sua última reportagem¹⁸⁰ publicada em *O Estado de S. Paulo*:

[...] compreendi o gênio sombrio e prodigioso de Dante. Porque há uma coisa que só ele soube definir e que eu vi naquela sanga estreitíssima, abafada e ardente [,] mais lúgubre que o mais lúgubre vale do *Inferno*: a blasfêmia orvalhada de lágrimas, rugindo nas bocas simultaneamente com os gemidos da dor e os soluços extremos da morte.

[...].

Felizes os que não presenciaram nunca um cenário igual! (CUNHA, 2000a, p. 216-8).

Mais consistentes ou convincentes são as reportagens na busca pelo outro, quando associadas às viagens do eu que procura descobrir em direção ao outro a ser descoberto. Isabel Nery se refere a distâncias outras, que não são apenas geográficas, e que somente os viajantes da escrita e das emoções conseguem percorrer. Para a autora, a vocação da literatura de viagens sempre foi “levar novos mundos ao mundo”, mesmo quando “parece que já todos os lugares foram descobertos”, “sobretudo quando parece que já todos os lugares foram descobertos.” (NERY, 2009, p. 129). O gênero surge a pretexto das descobertas ultramarinas, mas sobrevive no tempo, sempre buscando e encontrando motivações para se reinventar. A reportagem é um dos caminhos que impulsionam ou promovem sua sobrevivência. Não sem propósito foram considerados repórteres muitos dos fundadores da literatura de viagens portuguesa, como Fernão Mendes Pinto e Pero Vaz de Caminha (*ibid.*, p. 133).

A fidelidade ao observado e a objetividade no relato são aspirações dos autores de reportagens, como também de todos os narradores de viagens, por mais fantasiosos que seus escritos possam parecer ao leitor. Porém, ninguém pode ficar imune aos efeitos da não correspondência entre o que se espera e o que se vê e observa a que todo e qualquer encontro

¹⁸⁰ Reportagem escrita em Canudos, datada de 1º de outubro de 1897, e publicada no dia 25 do mesmo mês.

inaugural possui potencial para promover. A emergência da subjetividade é a resposta ao desconcerto que o encontro com o outro desencadeia. Nessas situações, Francisco Ferreira de Lima considera mais apropriado referir-se a “[...] um encontro, cuja característica básica é a de ser um desencontro total.” O que o olho vê não cabe em nenhum arcabouço, nem é passível de qualquer explicação, por mínima que seja. A visão do desconhecido desequilibra aqueles que se observam, tornando inúteis os mecanismos de que dispõem para estabelecer conexões entre ver e valorar (LIMA, 1998, p. 123). Onde não pode haver compreensão, pois os sujeitos que se observam já se inscrevem em distância, a comparação entra em cena para tornar menos incômodo o desencontro. Na reportagem para *O Estado de S. Paulo* de 1º de outubro de 1897, o inferno de Dante não traduz o pavor encontrado em Canudos, mas é um meio eficaz para viabilizar o acesso ao outro, para oportunizar saberes sobre o outro.

Nos textos de viagens tradicionais, ainda conforme Francisco Lima, dois “inimigos ferozes” precisaram ser enfrentados pelos narradores, no afã de fixar um novo saber. De um lado, um conhecimento legitimado pelo poder soberano da Igreja. De outro, um real novo, que surgia sem aguardar tempo suficiente para ser emoldurado em arcabouços teóricos que pudessem contê-lo, de modo a poder ser submetido às formas várias de classificação. Trata-se de dois excessos, portanto: um excesso de saber e um excesso de real, ou um excesso de nomes e um excesso de coisas. Nesse caso, um dilema se apresenta aos viajantes: primeiro, porque apesar de todo o prestígio da tradição, havia nomes sem coisas por nomear; segundo, pelas coisas ainda sem nome, que se acumulavam de maneira incalculável, à espera de serem nomeadas (LIMA, F. F., 2009, p. 105). Uma experiência semelhante vivencia Euclides da Cunha quando exposto à tradição dos saberes instituídos e ao novo que se lhe apresenta aos sentidos, ao excesso de real a solicitar algum tipo de nomeação e classificação. A viagem a Canudos se processa a cargo do jornal que o designara como correspondente de guerra, mas inicialmente parece prescindível, destinada à função exclusiva de comprovar leituras ou impressões prévias. Sob esse aspecto, Euclides parte para ver o já visto. E para viajantes com tais características, conforme lembra Francisco Lima, o não visto será sempre rigorosamente simétrico ao já visto:

E quando tal simetria não puder ser engendrada – na verdade ela jamais o é – tanto pior para o novo, obrigado a travestir-se de velho e familiar conhecido. Mas, ainda que obrigado, rebelde, porque nada mais enganoso do que esse pretenso rigor na simetria visto/não-visto. Mesmo nos mais resistentes à novidade – essa, por excessiva, isto é, por não poder ser contida pelo paradigma anterior, evidenciando sua completa impotência para mostrar o

que vê –, faz transbordar do texto aquilo que ele pretende calar, por assustador, espantoso ou maravilhoso. (LIMA, F. F., 2009, p. 106).

Enfim, mesmo quando se tenta desconsiderar o impacto do encontrado, há um inevitável confronto do olho com o real, independente da formação livresca do viajante autor. Euclides da Cunha não consegue adequar Canudos à forma pré-estabelecida por suas leituras, crenças e convicções pessoais. A visão clara e precisa dos fatos se desestabiliza. A experiência se repete com a Amazônia. O contato com o desconhecido torna inviável a correspondência entre a imagem mental e a imagem apresentada aos olhos. Na escrita, emerge um observador desnortado perante o que vê, muitas vezes oscilante entre a fidelidade às suas próprias conclusões e o compromisso de interpretar o novo a partir do arsenal teórico de que dispõe. Há um eu extasiado perante um real que ultrapassa expectativas prévias e precisa ser nomeado e transformado em linguagem. Na Amazônia, o narrador se depara com um “excesso de céus por cima de um excesso de águas” (CUNHA, 1995m, p. 230). Em Canudos, há um excesso de informações, muitas vezes controversas, diante das quais o eu que as organiza se reconhece incapaz de operar uma síntese. Para designar essa relação deslumbrada do eu com o real, bem se aplica o termo alteridade, conforme acepção aceita por Francisco Ferreira de Lima em seus textos sobre literatura de viagens (1998 e 2009).

Tomando por base os estudos de Victor Segalen¹⁸¹ sobre o exotismo e a estética do diverso (SEGALEN, 2009), Francisco Lima inscreve a experiência da alteridade “[...]”

¹⁸¹ Os estudos de Victor Segalen são importantes porque chamam a atenção para o outro, o diverso, aquele que não é o mesmo. Em *Essai sur l'exotisme: une esthétique du divers*, Segalen compreende o exotismo como uma forma de reconhecimento da existência do outro. Para o autor, o outro não é necessariamente aquele que se encontra geograficamente distante, pois também o fator tempo desencadeia o exotismo: “Puis, dépouiller ensuite le mot d'exotisme de son acception seulement tropicale, seulement géographique. L'exotisme n'est pas seulement donné dans l'espace, mais également en fonction du temps. / Et en arriver très vite à définir, à poser la sensation d'Exotisme: qui n'est autre que la notion du différent; la perception du Divers; la connaissance que quelque chose n'est pas soi-même; et le pouvoir d'exotisme, qui n'est que le pouvoir de concevoir autre.” (SEGALEN, 2009, p. 41). Conforme o autor, a experiência do outro é uma atividade prazerosa, orientada pela subjetividade daquele que olha. Nela prevalece o choque do encontro de uma individualidade com o outro, o exótico, o que se mostra incompreensível: “Ne peuvent sentir la Différence que ceux qui possèdent une Individualité forte. / En vertu de la loi: tout sujet pensant suppose un objet, nous devons poser que la notion de Différence implique aussitôt un point de départ individuel. / Que ceux-là goûteront pleinement l'admirable sensation, qui sentiront ce qu'ils sont et ce qu'ils ne sont pas. / L'exotisme n'est donc pas cet état kaléidoscopique du touriste et du médiocre spectateur, mais la réaction vive et curieuse au choc d'une individualité forte contre une objectivité dont elle perçoit et déguste la distance. (Les sensations d'Exotisme et d'Individualisme sont complémentaires). / L'exotisme n'est donc pas une adaptation; n'est donc pas la compréhension parfaite d'un hors soi-même qu'on étreindrait en soi, mais la perception aiguë et immédiate d'une incompréhensibilité éternelle. / Partons donc de cet aveu d'impénétrabilité. Ne nous flattons pas d'assimiler les moeurs, les races, les nations, les autres; mais au contraire éjouissons-nous de ne le pouvoir jamais; nous réservant ainsi la durabilité du plaisir de sentir le Divers. (C'est ici que pourrait se placer ce doute: augmenter notre faculté de percevoir le Divers, est-ce rétrécir notre personnalité ou l'enrichir? Est-ce lui voler quelque chose ou la rendre plus nombreuse? Nul doute: c'est l'enrichir abondamment, de tout l'Univers.)” (*ibid.*, p. 43-4).

como o único meio possível para uma relação de fato igualitária com o *Outro* civilizacional, isenta de etnocentrismos e outros *ismos*, dentre os quais preconceitos de ordem vária.” (LIMA, F. F., 2009, p. 107, grifos do autor). Por essa perspectiva, em vez de descrever aquilo que supostamente vê ou observa, o eu inscreve-se no visto para daí vir-se a ver. A quimera da objetividade é substituída por uma subjetividade sem receios na relação com o outro, pois somente através da troca intersubjetiva o objeto da descoberta pode erigir-se sujeito, e não por meio de uma concessão ou magnanimidade do descobridor. Nenhum viajante está imune à experiência da alteridade. O esforço usualmente feito para que se correspondam o novo e o velho é a maneira mais prática, nunca totalmente eficaz, de exorcizá-la. O comparativismo obrigatório que se segue a toda descoberta é consequência da não observância de uma relação intersubjetiva entre o eu que descobre e o outro que se dá a descobrir. Desse modo, a comparação será sempre em desfavor do novo, por falta de moldura que lhe seja adequada (*ibid.*, p. 107-8).

É mínimo o tempo de duração do fenômeno da alteridade, não apenas porque se trata efetivamente de um gozo dos olhos, mas sobretudo porque o preço a ser pago pelo observador é a obstrução da atividade comparativa. E sem esta não pode haver domínio, sem o qual não existe poder, nem império. Retomada a faculdade de comparar, elimina-se a alteridade, e o real observado passa a provocar prudência e distância. “*Ver* converte-se em *saber* que, por sua vez, legitima o *apropriar-se* desse real agora domado.” (LIMA, 1998, p. 124, grifos do autor). Ou seja, passado o encantamento breve e fugaz propiciado pela experiência do olhar, o eu (narrador) que se compraz em ver retoma seus parâmetros, valores e códigos. A vivência da alteridade cede lugar à comparação, em que se medem a superioridade ou inferioridade do descoberto:

Já não se trata mais de uma relação intersubjetiva entre descobridores, senão de uma outra entre sujeito e objeto, na qual o sujeito estuda atentamente seu objeto com o fim de dominá-lo ou seduzi-lo, a depender de como se ponha a correlação de forças entre eles.

O desejo de ver é substituído pelo desejo de saber que, a seguir, organizará a apropriação. Saiu-se, enfim, da esfera da alteridade para a da diferença [...]. (*ibid.*, p. 62).

Conforme Guillermo Giucci, a consciência da alteridade não é um fenômeno novo nas relações entre os povos. A novidade é a valorização da diferença cultural. A partir do momento em que as ideologias conquistadoras passaram a ser reconhecidas como estratégias retóricas e ficções de manipulação, perderam legitimidade as políticas

expansionistas que defendem seus avanços territoriais tomando por base a crença em superioridade e inferioridade cultural (GIUCCI, 1993, p. 47). Nas viagens de descobrimento da primeira etapa da literatura de viagens, não se apreende positivamente a diferença cultural. Por mais que haja o encantamento inicial no encontro com o desconhecido, o que prevalece é o desejo de apropriação.

Porém, no ato de interpretar/nomear o outro, muitas coisas escapam dos limites da segurança científica. A fascinação exercida pelo que se desconhece – a alteridade – não pode ser facilmente exorcizada. Nos textos euclidianos, ela se expressa sob a forma de tensão entre a subjetividade do narrador e a busca pela objetividade científica e histórica. As leituras e releituras do autor feitas a partir das experiências de viagem deslocam o saber previamente elaborado. Entra em cena, então, a figura de um viajante que parte com uma função objetiva – apresentar aos brasileiros aspectos desconhecidos do país –, mas que, diante do novo, percebe-se desorientado pela realidade a que se propõe perscrutar. Nessa dinâmica, o eu que (re)descobre é orientado pela própria (re)descoberta, não apenas apresentando ao outro o que acredita saber, mas o que passa a saber. O choque do não saber transmutado em saber propicia a Euclides experiências inusitadas, que requerem um longo tempo para serem repensadas e reorganizadas em linguagem: cinco anos são necessários para que *Os sertões* seja apresentado à nação como livro vingador; os três anos e meio que separam o desaparecimento do autor de seu retorno da Amazônia são insuficientes para que venha a público seu segundo livro vingador – *Um paraíso perdido*.

Na tradução em linguagem de seus muitos desejos de ver e saber, Euclides da Cunha se vê invadido pela crise interpretativa provocada pelo outro que parece recusar nomeação. Sob esse aspecto, às experiências do autor nos sertões baianos e amazônicos convém a designação de “viagens de descobrimentos”, assim como àquelas relacionadas à expansão ultramarina, nos séculos XV e XVI. Nas duas situações, à medida que descobre o outro, o viajante descobre a si mesmo. Por sua vez, ao ser descoberto, o outro descobre a si mesmo e aquele que busca conhecê-lo. Francisco Ferreira de Lima admite o fenômeno nas viagens da expansão ultramarina. Não sugere o pesquisador que as viagens tivessem essa finalidade, pois organizadas com o objetivo específico de acumular riqueza e poder. Porém, o ato de descobrir-se não se contrapõe aos interesses pragmáticos que regem as viagens:

No momento do encontro inaugural, [...], ele é soberano e totalizador, eliminando todo e qualquer outro interesse. Só depois de esgotado o ato, que é rápido, ele volta à condição de lastro ou pode mesmo desaparecer, como ocorre mais freqüentemente.

[...]. Espanto e deslumbramento são as marcas dessa descoberta, para a qual faltam palavras, como não se cansam de dizer os viajantes.

E não se trata de mera retórica, como se poderia pensar à primeira vista. É que o choque do novo põe os descobridores (seja o que descobre, seja o que é descoberto) em estado de perplexidade e desorientação. Frente com o novo em estado puro, os homens vêem repentinamente suas ferramentas mentais perderem utilidade. E, embora alguns estejam vestidos, é como se estivessem todos nus, pois nenhum princípio regulador funciona. Por momentos, vive-se a vertigem de um vazio completo, que provoca uma espécie de catástrofe nos saberes organizados dos descobridores. Nada explica nada. Nada se adequa a nada, como se o homem pudesse viver fora das noções de espaço e tempo. (LIMA, 1998, p. 61-2).

Nas “viagens de descobrimentos” protagonizadas por Euclides da Cunha, o novo que se vê expõe a fragilidade e insuficiência dos saberes prévios nos quais seria emoldurado. Em *Os sertões*, são diversos os instantes em que o autor demonstra sensibilidade para perceber que nenhum observador pode manter completa objetividade e parcialidade na apreensão das cenas que contempla. A “página” sobre o coronel Moreira César, por exemplo, é mantida suspensa, pois considerada perigosa, provavelmente pelo que traria da subjetividade do eu narrador:

É cedo ainda para que se lhe defina a altitude relativa e a depressão do meio em que surgiu. Na apreciação dos fatos o tempo substitui o espaço para a focalização das imagens: o historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla.

Cerremos esta página perigosa... (CUNHA, 2002a, p. 430).

Mais adiante, Euclides mantém outra “página” suspensa, não permitindo ao leitor ter acesso às suas impressões sobre a degola de prisioneiros que se entregaram às forças republicanas, confiantes na promessa de que suas vidas seriam poupadas. Nela também não há referências à prostituição e/ou escravização de crianças órfãs e mulheres, no período posterior ao término do conflito. Em substituição aos comentários e julgamentos esperados pelo leitor, há a simbologia das alusões à força extremada dos sertanejos e à sua incompreensível e aparentemente inesgotável capacidade de resistência:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.

Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?...

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera [...]? (CUNHA, 2002a, p. 778-9, grifos meus).

O narrador direciona o leitor a inferir sobre a possibilidade de degola, um dos momentos mais representativos da disparidade de forças entre os conselheiristas e os soldados republicanos, já que a prática era corriqueira no cenário da guerra, e estavam desaparecidos “os prisioneiros válidos colhidos na véspera”. Porém, outra é a cena selecionada para aludir à inquestionável superioridade do poder bélico republicano contra os sertanejos. Há uma tentativa de afastamento emocional das cenas contempladas, como convém a um historiador, mas o escritor é profundamente tocado pelos dramáticos eventos da campanha, que o comprimem sobre o peso da insuficiência da palavra para traduzir aquilo que recusa qualquer forma de enquadramento em linguagem. A cena que o desnorteia e desafia a “incredibilidade do futuro” é o confronto final entre cinco mil soldados fortemente armados e os quatro últimos defensores do arraial sertanejo, em minoria simbólica, bélica e numérica, debilitados ao limite máximo da resistência humana. O acontecimento envergonha o Exército brasileiro, pois não eram militantes que se enfrentavam em igualdade de condições. Era toda a força do Estado contra a fragilidade de uma comunidade totalmente banida do acesso a direitos que a política republicana se mostrava incapaz de disponibilizar. No livro, não há um protesto explícito contra a degola dos prisioneiros. O protesto é substituído pelo próprio texto, que realiza o duplo movimento de instaurar e exibir uma ferida na consciência nacional pelo descumprimento, pelas forças republicanas, do acordo de rendição dos conselheiristas, que se entregaram convictos de que não seriam mortos. Texto também exibido pelos corpos das mulheres lançadas às “fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos”, talvez por renunciarem a desonra de uma vida prostituída e/ou escravizada, ou a degola, a terrível morte “a ferro frio”, que lhes significaria a perda das almas:

Como se sabia, o supremo pavor dos sertanejos era morrer a ferro frio, não pelo temor da morte senão pelas suas conseqüências, porque acreditavam que, por tal forma, não se lhes salvaria a alma.

Exploravam esta superstição ingênua. Prometiam-lhes não raro a esmola de um tiro, à custa de revelações. Raros as faziam. (*ibid.*, p. 730).

As alusões do narrador ao drama das crianças órfãs ou afastadas dos pais pelos acontecimentos da guerra sugerem que estas, caso sobrevivessem, não estariam livres de infortúnios:

Aos lados, desorientadamente, procurando os pais que ali estavam entre os bandos ou lá embaixo mortos, adolescentes franzinos, chorando, clamando, correndo. Os menores vinham às costas dos soldados agarrados às grenhas despenteadas há três meses daqueles valentes que havia meia hora ainda jogavam a vida nas trincheiras e ali estavam, agora, resolvendo desastrosamente, canhestas amas-secas, o problema difícil de carregar uma criança. (CUNHA, 2002a, p. 775).

Mais do que sinalizarem uma inaptidão específica, as “canhestas amas-secas” representadas pelos soldados republicanos metaforizam a aridez e as poucas oportunidades que a vida reservaria às crianças de Canudos, pois desamparadas pelo Estado e pela sociedade, sem quaisquer recursos que lhes pudessem garantir a sobrevivência. O desconcerto do olhar atinge o narrador, que olha como se não visse, numa relação em que parece optar pelo silêncio, para que se inscreva como sujeito o outro observado, até então filtrado por seus parâmetros, valores e códigos – não por concessão sua, mas porque em crise os mecanismos que fundamentam a demarcação da diferença. Suas ferramentas mentais não se adéquam à compreensão do desconhecido. Por momentos, vive-se aquilo que Francisco Ferreira de Lima classifica como a vertigem de um vazio completo, que desequilibra os saberes organizados (LIMA, 1998, p. 61-2). Parece ser essa a sensação que acomete o narrador nos instantes finais da obra, quando insuficientes as palavras para aludir àquilo que não se permite compreender ou ser emoldurado em linguagem. A ciência orienta a escrita do texto, e são inquestionáveis os esforços do autor para ser reconhecido como integrante da comunidade científica de seu tempo, e bem elaboradas as supostas certezas quanto ao objeto de investigação, expressas nos telegramas e reportagens publicados em *O Estado de S. Paulo*. Porém, é sob a perspectiva de “vertigem” que o escritor alude aos acontecimentos de Canudos dos dias 03 e 04 de outubro (CUNHA, 2002a, p. 779). O desconforto com a inadequação entre os pressupostos teóricos da prática científica e as molduras para enquadrar o desconhecido também é sugerido pelas reticências que finalizam as sintéticas palavras que compõem “Duas linhas”, o último e menor capítulo de *Os sertões*: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (*ibid.*, p. 781).

A vertigem experimentada em Canudos se repete na Amazônia, quando não se equiparam o que se vê e o que se espera. A sensação talvez melhor se exprima ou se explique numa correspondência endereçada a Artur Lemos, escrita em Manaus, em 1905. O desconhecido desordena os sentidos e os saberes de Euclides da Cunha. A segurança científica é substituída pelo caos e pelo tumulto:

Se escrevesse agora esboçaria miniaturas do caos incompreensíveis e tumultuárias, uma mistura formidável de vastas florestas inundadas de vastos céus resplandecentes.

Entre tais extremos está, com as suas inumeráveis modalidades, um novo mundo que me era inteiramente desconhecido...

Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se em si mesma. *O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem.*

Ela só lhe aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente.

É uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas: é um infinito que deve ser dosado.

Quem terá envergadura para tanto? Por mim não a terei. A notícia que aqui chegou num telegrama de um meu novo livro, tem fundamento: escrevo, como fumo, por vício. Mas irei dar a impressão de um escritor esmagado pelo assunto. (CUNHA, 1997, p. 268-9, grifos meus).

Porque sempre rebelde, o objeto impõe ao observador uma forma própria de apresentação, que requer saberes novos, provavelmente apenas possíveis *in loco*, pois se mostram lentamente, à medida que o viajante se entrega à aventura do ver e do conhecer, e vai paulatinamente se afastando daquilo que contempla e se desvencilhando do embotamento dos sentidos, para ver aos poucos, como num microscópio, e somente então ser capaz de elaborar uma visão de conjunto. Talvez por essa razão Euclides da Cunha almejasse a “situação de equilíbrio” a que se refere numa correspondência ao amigo Oliveira Lima, datada de 16 de janeiro de 1905:

[...] o desapontamento que me causou o Amazonas, menos que o Amazonas que eu trazia na imaginação; a estranha tristeza que nos causa esta terra amplíssima, maravilhosa e chata, sem um relevo onde o olhar descansa; e, principalmente, o tumulto, a desordem indescritível, a grande vida à gandaia dos que a habitam... Estou numa verdadeira sobrecarga de impressões todas novas, todas vivíssimas e empolgantes. Preciso de uma situação de equilíbrio para o espírito. (*ibid.*, p. 254-5).

A Amazônia não se adéqua às impressões de um *eu observador*, que percebe suas informações teóricas perderem a utilidade. As primeiras reações do narrador são a decepção e o desnortamento. O desapontamento decorrente da não correspondência entre o visto e o

desejado reaparece no primeiro capítulo de *À margem da história*, acrescido de impressões que permitem a inscrição do que se vê como algo imenso, desmedido, porém menor que a imagem mental previamente configurada:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapurú, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* a que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disso, sob o conceito estritamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país. (CUNHA, 1999e, p. 1, grifos do autor).

As expectativas do autor são mediadas por leituras de cientistas, viajantes, cronistas e cartógrafos, que imprimem em sua mente uma imagem desmedida daquilo que se espera ver, já imaginado antes, através do desejo. Ao mesmo tempo, as mediações confundem seu desejo com o daqueles que o inspiram a ver ou a desejar ver. Parece ser despertado no viajante outro desejo, e fundado outro objeto desconhecido. Seria o caso de uma triangulação do olhar, nos moldes de René Girard, quando há “[...] um desejo *segundo o Outro* que se opõe ao desejo *segundo Si próprio* [...]” (GIRARD, 2009, p. 27, grifos do autor). O autor busca nas leituras aquilo que deseja ver, permite-se desejar a partir do outro, e se decepciona quando não se correspondem a imagem livresca e o objeto com o qual se depara na experiência de viagem. Flora Süssekind acentua as dificuldades dos viajantes para falarem da “paisagem brasileira real, que lá está de fato”, quando as leituras a serem feitas são pré-dadas, quando a maneira de percebê-la é previamente determinada por “[...] uma série de crônicas, relatos, notícias, romances, por uma sucessão de miradas, estrangeiras ou não, que lhe demarcam os contornos, tonalidades, sombreados.” (SÜSSEKIND, 2008, p. 32).

Euclides da Cunha não atribui unicamente às leituras prévias seu desapontamento no confronto inicial entre o Amazonas ideal e o Amazonas real:

Mas a intensidade da expectativa, a imagem prévia, são decisivas. Como se uma rede de relatos, descrições, páginas e páginas de viajantes armasse o seu olhar e a simples aparição da paisagem sonhada o desarmasse logo. É a partir desse confronto entre olhar previamente direcionado, paisagem real e olhar agora desarmado – mas consciente da figuração utópica que o habita –

que Euclides constrói o seu relato sobre a Amazônia. Não deixa de observar a paisagem em prol da manutenção da velha “imagem subjetiva”. Tampouco abandona as descrições anteriores para se deixar “impregnar” ou impressionar diretamente pelo que vê. (SÜSSEKIND, 2008, p. 32-3).

A decepção inicial com a região amazônica também marca as primeiras palavras de Euclides da Cunha no discurso de recepção pronunciado na Academia Brasileira de Letras, em 18 de dezembro de 1906. Prevalece a ausência de espanto com o que se vê, porque este se mostra bem menor do que o espaço esperado e imaginado:

Há dois anos entrei pela primeira vez naquele estuário do Pará, “que já é rio e ainda é oceano”, tão ineridos estes fâceis geográficos se mostram à entrada da Amazônia.

Mas contra o que esperava não me surpreendi...

Afinal, o que prefigurara grande era um diminutivo: o diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura. [...].

Calei um desapontamento; e no obstinado propósito de achar tudo aquilo prodigioso, de sentir o másculo lirismo de Frederico [*sic*] Hartt ou as impressões “gloriosas” de Walter Bates, retraí-me a um recanto do convés e alinhei nas folhas da carteira os mais peregrinos adjetivos, os mais roçantes substantivos e refulgentes verbos com que me acudiu um caprichoso vocabulário... para ao cabo desse esforço rasgar as páginas inúteis onde alguns períodos muito sonoros bolhavam, empolando-se, inexpressivos e vazios. (CUNHA, 1995m, p. 229).

Em substituição às páginas destruídas logo após a escrita, pois inexpressivas e vazias de sentido, inscreve-se uma página mantida em suspenso, como metáfora da frustração do viajante em suas expectativas de exprimir em linguagem alguma supressa ou impressão que se alinhasse às emoções sentidas antes, quando o acesso ao desconhecido era mediado por leituras e pelo desejo de ver. A sensação despertada pela paisagem é de aminguamento, como se correspondessem ao observado *in loco* as imagens reduzidas inscritas nos muitos mapas consultados. O desafio que se apresenta ao escritor é sair da visão de aminguamento mediada pelos mapas, para ver a paisagem desmedida que lá se encontra e, após a reordenação dos sentidos embotados pela necessária passagem de uma imagem à outra, fundar outra imagem de aminguamento, pois o objetivo prático da viagem ao Purus era estabelecer coordenadas geográficas e preparar um mapa da região em litígio entre o Brasil e o Peru.

O mapa é um elemento importante na dinâmica das viagens. Sem ele, conforme Francisco Ferreira de Lima, não se tem a antevisão daquilo que se deseja ver:

[...] o mapa, cada vez mais preciso, faz antever o mundo e seu impensável elenco de maravilhas, pois, [...], ele incita a ver antes o que se verá depois.

[...] o mapa obriga a esforço extra, uma vez que é, por excelência, mais que qualquer outro, um modelo suposto no lacunar: ele só pode dar a ver o mundo num aminguamento, pálida imagem de sua real fulguração, que requer o olhar *in loco* para dar-se por inteiro [...]. (LIMA, F. F., 2009, p. 19, grifos do autor).

Ao mesmo tempo, sem a viagem, não se pode ter o mapa, a antevisão. Por dois motivos é preciso viajar, portanto: primeiro para ver, em tempo e espaço reais, medir o visto, e promover a apropriação; segundo, para realimentar os elementos do mapa, a fim de que seja aprimorada a antevisão ali exposta, e continue esta “[...] a ser o que sempre foi: lacunar que seja, inesgotável fonte de desejo.” (LIMA, F. F., 2009, p. 19). Não é sem propósito, pois, que Euclides consulta mapas e os leva na viagem ao Purus:

Não nos iludíamos quanto às dificuldades que nos aguardavam. Aparentemente, à simples inspeção de um mapa, já havíamos avançado muito. Estávamos a cerca de 1,5 milhas itinerárias da foz, ou sejam, aproximadamente, três quartos de todo o Purus já percorrido. (CUNHA, 1994a, p. 113-4).

São os mapas, juntamente com as leituras, que o impulsionam a desejar ver e conhecer. São também eles que o preparam para a viagem, alertando sobre dificuldades e sinalizando possibilidades de desbravamento, e o orientam no registro de impressões sobre aquilo que se vê, para que sejam eficientes no despertar em viajantes futuros o desejo de também ver e conhecer. É nesse contexto que, mais de um século depois, o mapa elaborado por Euclides da Cunha e suas impressões de viagem impelem o jornalista Daniel Piza a partir para a Amazônia, assumindo como propósito rememorar o projeto do predecessor mais conhecido, e seguir o exemplo daquele que, em suas palavras, seria um “[...] um dos primeiros intelectuais a deixar o gabinete – ou a ‘patuscada’ da rua do ouvidor – e ir observar *in loco* a vida brasileira longe dos grandes centros.” (PIZA, 2010, p. 24, grifos do autor). E como sucedera com o escritor que o impulsionara a viajar, também na experiência do jornalista o que se vê não corresponde ao visto antes, através das leituras prévias:

Nos cerca de 800 quilômetros de navegação que fizemos Purus acima, do Iaco ao Curanja, não encontramos nenhum seringal ativo. Tudo que encontramos foram seringueiros aposentados, vivendo em pequenos povoados familiares, com filhos e netos longe da lida do látex. *Em todos os aspectos, a geografia humana é praticamente oposta àquela que Euclides divisou e planejou.* (*ibid.*, p. 65, grifos meus).

Na região de Paysandu, duas horas acima (num ritmo 50% mais veloz que o da expedição de Euclides, segundo confronto dos diários), *vimos outra coisa que o escritor não viu*: a rodovia BR-364, a mesma Transacreaana que nos levara de Rio Branco a Sena. Ainda coberta por uma terra avermelhada e úmida, a larga estrada está sendo asfaltada naquele trecho, onde também ganhará uma ponte de 400 metros de comprimento – que será a primeira do Alto Purus em toda a sua história. [...]. Euclides, que imaginou uma ferrovia em traçado semelhante, se espantaria com o fato de não ter sido construída em 104 anos de intervalo. (*ibid.*, p. 76-7, grifos meus).

A chegada à boca do Chandless, 104 anos depois, no dia 9 de março, ainda debaixo de sol forte, nos trouxe *uma paisagem bastante diferente da que Euclides viu*. Não em sua topografia nem em sua fauna e flora. Mas no que diz respeito à geografia humana. A partir dali, veríamos bem menos vilas ocupadas por ex-seringueiros ou nômades recentes – e bem mais aldeias indígenas, estimadas em cerca de trinta até a fronteira peruana. *São índios de um tipo que Euclides jamais viu*, ele que sonhou tanto com subida cada vez mais densa dos caboclos da borracha. (PIZA, 2010, p. 86, grifos meus).

Para ver, parecem necessárias ao viajante as comparações, ainda que a pretensão de simetria por vezes não passe de uma quimera. O título do livro de Daniel Piza – *Amazônia de Euclides: viagem de volta a um paraíso perdido* – sugere que a viagem é um retorno ao espaço visitado por Euclides da Cunha. Porém, o que suas palavras registram é o encontro com outra Amazônia, não vista antes pelo autor rememorado. Por outro lado, ao tempo que demarca assimetrias em toda parte, o jornalista revive em si a experiência do outro que o incita à viagem, pois também exposto ao confronto entre o que se vê e o que não se adéqua às suas expectativas. Há o contato com a novidade, interessante para fins jornalísticos, como outrora em Euclides da Cunha, por fins científicos. Para Daniel Piza, o distanciamento entre o novo e o velho é requisito indispensável para justificar, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a importância da expedição que custeara, assim também como são valiosas as comparações com o escritor rememorado, para acentuar a relevância de sua própria empreitada.

Para Euclides, a descoberta de aspectos desconhecidos sobre os espaços perscrutados é um elemento importante para atestar seu pertencimento à comunidade científica. Os retornos aos viajantes antecessores têm por objetivo garantir a credibilidade de suas assertivas e conclusões. Nesse contexto, instantes depois da chegada à Amazônia, como em busca da imensidão que há muito acessara em desejo, o escritor passa “inolvidáveis” momentos no Museu do Pará, ao lado dos naturalistas Emílio Goeldi e Jacques Huber, conversando sobre a região que lhe parecera tão “desnuda e monótona” (CUNHA, 1995m, p. 230). Ao tornar a bordo, leva uma monografia de Jacques Huber, e se permite mais uma vez ter o olhar mediado por palavras alheias. Como numa vertigem que desequilibra as certezas e os saberes organizados, o desejo de ver lhe perturba o sono, e prepara uma visão nova para

aquilo que se verá de novo. Aos poucos, a ausência de espanto inicial ou o espanto pela exiguidade daquilo que se lhe apresenta aos olhos são substituídos por um espanto por sua exorbitância, por seus excessos:

Deletreei-me a noite toda: e na antemanhã do outro dia – um daqueles *glorious days* de que nos fala Bates, subi para o convés, de onde, com os olhos ardidos da insônia, vi, pela primeira vez, o Amazonas...

Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira. A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) uma página inédita e contemporânea do *Gênesis*.

Compreendi o ingênuo anelo de Cristóvão da Cunha: o grande rio devera nascer no Paraíso...

Atentei outra vez nos baixios indecisos, nas ilhas ou pré-ilhas meio diluídas nas marejadas – e vi a gestação de um mundo. O que se me afigurara um bracejo angustioso era um arranco de triunfo. (CUNHA, 1995m, p. 230, grifos do autor).

Em 30 de dezembro de 1904, já em Manaus, onde permanece por três meses, de janeiro a abril, às voltas com os preparativos da expedição ao Purus, Euclides da Cunha escreve ao pai, com o qual compartilha seu encantamento com a cidade de Belém, provavelmente ainda sob o impacto da comoção impulsionada e mediada pelas impressões dos estrangeiros Emílio Goeldi e Jacques Huber: “Acabamos de chegar [...]. / No Pará tive uma lancha especial oferecida pelo senador Lemos e alguns rapazes de talento. [...] nunca esquecerei a surpresa que me causou aquela cidade.” (CUNHA, 1997, p. 249). Pela ação dinâmica e estética do prefeito Antonio Lemos, Belém se antecipara ao surto de modernidade da capital da República. A cidade, que crescia sob o impulso econômico da borracha, encanta e surpreende Euclides da Cunha, com suas avenidas largas e arborizadas, seus edifícios majestosos, suas praças aprazíveis e sua gente de hábitos europeus, pondo em xeque as perspectivas negativas de filósofos que proclamavam a impossibilidade de civilização nos trópicos (TOCANTINS, 1992, p. 45; VENTURA, 2003, p. 239).

No século XIX, conforme Flora Süssekind, o narrador romântico da prosa de ficção brasileira incorpora em seus escritos a visão pictórica dos desenhos dos paisagistas e as estratégias discursivas dos relatos de viagem, ao mesmo tempo mantendo diálogos com o narrador de viagens, o cartógrafo e o paisagista, e atuando como historiador e cronista de costumes. A composição de relatos é orientada por uma “sensação de não estar de todo”, que faz prevalecer em nossos autores a necessidade de ver e perceber o país a partir de um “olhar-de-fora” (SÜSSEKIND, 2008, p. 21):

Necessidade que funciona como uma espécie de indicador prévio de deslocamento, distância, desenraizamento, marcas registradas – ora presentes sem que seus autores se apercebam disso, ora trabalhadas propositadamente por eles – da escrita de ficção brasileira. Como se o narrador literário procurasse por vezes incorporar à sua voz por desejo próprio, como traço a ser minuciosamente modulado, desterro – para empregar expressão de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* – que de qualquer modo o acompanharia. Sobretudo em se tratando, de um lado, de uma sociedade em que literatos parecem sempre falar entre si, sem maiores aproximações com outras camadas sociais que não a burocracia a que pertencem ou a classe senhorial de que dependem, e, de outro, de país sempre dependente, como é o caso do Brasil. (SÜSSEKIND, 2008, p. 21).

Nesses casos, o que parece garantir a confiabilidade do relato, além da experiência da viagem, é o fato de ser elaborado a partir de um “olhar de estrangeiro”, “de alguém de fora”, que teria testemunhado aquilo que narra (*ibid.*, p. 49). Parece ser esse, a princípio, o posicionamento de Euclides da Cunha, que vem de “fora” para ver a Amazônia e elaborar saberes sobre ela mediado por viajantes estrangeiros, como Humboldt, Spix, Martius, Agassiz, Bates, Chandless, Emílio Goeldi e Jacques Huber. Porém, sua viagem aos sertões amazônicos ganha peculiaridades diferenciadas, assim como outrora a viagem aos sertões baianos. Instigado à busca da autenticidade nacional, à semelhança de tantos outros pensadores de seu tempo e de períodos anteriores, o autor se recusa a ver o país com “um olhar-de-fora”, como se fosse um desterrado na pátria, e procura romper com a “sensação de não estar de todo”, típica de muitos viajantes e paisagistas que propuseram hipóteses de Brasil. A atitude intelectual de Euclides é oposta àquela verificada em nossos primeiros ficcionistas, que se identificavam como autores de obras locais e originais, mas prescindiam, em suas observações, da paisagem brasileira real. Suas viagens são movidas pelo desejo de ver e estudar de perto os sertões brasileiros, para chamar a atenção de seus compatriotas para o *outro* indesejado, mantido à margem da história, da geografia e da literatura nacionais. Em textos que antecedem a viagem ao Acre, Euclides destaca o alheamento dos intelectuais brasileiros dos temas nacionais. Em maio de 1904, menos de dois anos depois do lançamento de *Os sertões*, publica em *O País* o segundo artigo “Plano de uma cruzada”, alertando para o desconhecimento dos brasileiros do “verdadeiro Brasil”:

Porque afinal é lastimável que ainda hoje procuremos nas velhas páginas de Saint-Hilaire... notícias do Brasil. Alheamo-nos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo, que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido.

Daí, em grande parte, os desfalecimentos da nossa atividade e do nosso espírito. O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa, *desertus*; e, a exemplo dos cartógrafos medievos, ao idealizarem a África portentosa, podíamos escrever em alguns trechos dos nossos mapas a nossa ignorância e o nosso espanto: *hic habent leones...*

[...]. É que a nossa história natural ainda balbucia em seis ou sete línguas estrangeiras, e a nossa geografia física é um livro inédito. (CUNHA, 1995k, p. 158, grifos do autor).

O posicionamento do escritor é uma crítica à intelectualidade da época, mais afeita aos costumes e valores europeus, e ao mesmo tempo uma sinalização de que nele haveria um diferencial, por se voltar para os sertões brasileiros, que legitimaria suas leituras sobre o país. A primeira viagem e a grande repercussão do livro que condensava suas impressões sobre os espaços visitados o credenciavam como apto a desempenhar outras viagens com objetivos afins. Numa carta a José Veríssimo datada de 24 de junho de 1904, quando ainda pleiteava a viagem ao Acre, Euclides sugere como mais importante do que demarcar fronteiras – a motivação inicial da expedição – o estudo de regiões brasileiras ainda não mapeadas adequadamente pela ciência e/ou ignoradas pela própria nação:

[...] vi com a maior satisfação que o sr. aplaude o meu intento de seguir para os remotos pontos da nossa terra que desejo ver e estudar de perto. [...].

Para mim esse seguir para Mato Grosso, ou para o Acre, ou para o Alto Juruá, ou para as ribas extremas do Mahú, é um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima. [...].

Se por acaso for tardia a organização das comissões demarcadoras dos nossos limites, poderei seguir só – com o objetivo de dizer sobre os aspectos físicos e riquezas essenciais daquelas regiões. [...]. Além disto, se as nações estrangeiras mandam cientistas ao Brasil, que absurdo haverá no encarregar-se de idêntico objetivo um brasileiro? (CUNHA, 1997, p. 208).

Nas duas viagens, a despeito das peculiaridades que as caracterizam, o tema central é o Brasil e seus sertões e desertos. Os embargos da instabilidade profissional e financeira aliados à morte prematura impediram Euclides da Cunha de escrever *Um paraíso perdido*. Sobre os sertões baianos, há uma obra concluída, por mais que esteja sempre por se dizer, que permite o cotejo entre o texto final – *Os sertões* – e os textos predecessores. Sobre os sertões amazônicos, há uma obra inconclusa, duplamente por se dizer, que apresenta características reincidentes na obra do autor alinhadas a um projeto estético e temático previamente estabelecido. Os ensaios sinalizam o que seria abordado em *Um paraíso perdido*, certamente com uma nova roupagem, assim como a *Caderneta de campo*, o *Diário de uma*

expedição e os dois artigos “A nossa vendeia”, quando transformados e incorporados ao discurso de *Os sertões*. Com *Os sertões*, conforme se observa em “Nota preliminar”, Euclides intenta fazer o assunto primeiro – a Guerra de Canudos – ser suplantado por um assunto segundo – “[...] os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil.” (CUNHA, 2002b, p. 65). Por sua vez, desde a publicação da obra, o assunto segundo experimenta a suplantação. De início, pelo primeiro assunto, quando o texto se transforma em discurso oficial sobre a Campanha de Canudos. Depois, quando questionadas e abandonadas as teorias que o orientam, por outras acepções e significados, que garantem ao livro sua permanência nos estudos contemporâneos, como uma tentativa de compreensão ou interpretação de questões nacionais. Com o processo de revisão da história da Campanha de Canudos, a recepção de *Os sertões* se modifica e outros sentidos lhe são acrescentados. Nos ensaios amazônicos, os assuntos primeiros – a demarcação de fronteiras e o reconhecimento hidrográfico no Purus – também são suplantados por assuntos segundos – o mapeamento de regiões desconhecidas pela ciência e/ou ignoradas pela própria nação e a denúncia de injustiças sociais, que também orientam a escrita e a recepção dos textos sobre Canudos. Nos dois casos, os textos permanecem valorizados como documentos sobre a história e a cultura de um povo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se diga que sejam erros de revisão, são defeitos meus, só meus. [...]. Hei de consertar isto por toda a vida. Até já nem abro *Os sertões* porque fico atormentado, a encontrar imperfeições a cada passo¹⁸². (CORREIA, 1995, p. 520).

Nesse instante em que urge a apresentação de palavras conclusivas sobre as impressões de Euclides da Cunha sobre os espaços visitados em viagem ou em linguagem, prevalece o desejo de recomeçar, para dizer de novo, de outra maneira. Traduz essa sensação de inacabamento certa reflexão de Rosemary Arrojo, quando destaca ser demasiado ingênuo e simplista o estabelecimento de normas de leitura que visem ao resgate total dos significados “originais” de um texto ou das intenções do autor. Conforme Arrojo, o leitor não pode proteger os significados “originais” de um texto porque, a rigor, nem o próprio autor poderia estar plenamente consciente de todas as intenções e aspectos que motivaram a produção e a divulgação de seu texto. Da mesma forma, no ato da leitura, o leitor não está livre de tudo aquilo que o constitui como sujeito – suas circunstâncias, seu momento histórico, sua visão de mundo, seu próprio inconsciente. As relações com o texto são sempre mediadas por um processo de interpretação, muito mais “criativo” que “conservador”, muito mais “produtor” que “protetor”. O significado não está depositado no texto à espera de ser decifrado de maneira adequada por algum leitor. Ele somente se delineia e se cria num ato de interpretação, sempre provisória e temporária, baseada na ideologia, nos padrões estéticos, éticos e morais, nas circunstâncias históricas e na psicologia que constituem a “comunidade interpretativa” em que o texto é lido. O que se compreende de um texto é aquilo que a “comunidade interpretativa” permite compreender, mesmo que tenha sido estabelecido como objetivo o resgate dos significados supostamente “originais” ou que tenha havido o propósito de manter distância em relação ao que se lê. Assim como não é possível ignorar aquilo que o leitor é ou pensa em suas relações com o mundo, também não é possível a leitura de um texto sem que o leitor projete nessa leitura sua história como membro de uma determinada comunidade (ARROJO, 1993b, p. 18-9).

¹⁸² Declaração de Euclides da Cunha, em sua última entrevista, concedida a Viriato Correia, e publicada por este, na *Ilustração Brasileira*, no dia do assassinato.

As reflexões de Rosemary Arrojo sobre as relações entre texto e leitor oportunizam um retorno à noção de tradução nas modalidades interlingual, intralingual, intersemiótica e intercultural, em suas tentativas de apreensão da complexidade que envolve a obra de Euclides da Cunha, pois todas provisórias e temporárias, sempre mediadas por contínuos e ininterruptos processos de interpretação. Pensar a tradução a partir dessa perspectiva também implica uma reformulação dos conceitos tradicionais de original e fidelidade. Conforme Arrojo, a tradução sempre faz retomadas de interpretações de um determinado texto, de leituras produzidas pela ideologia, pela localização temporal, geográfica e política de um leitor, por sua psicologia, por suas circunstâncias. Nesse contexto, nenhuma tradução será exatamente fiel ao texto “original”, porque este não existe como um “objeto estável”, “guardião das intenções originais” do autor. Sendo assim, “[...] ao avaliarmos uma tradução, ao compararmos o texto traduzido ao ‘original’, estaremos apenas e tão-somente comparando a tradução à nossa interpretação do ‘original’ que, por sua vez, jamais poderá ser exatamente a ‘mesma’ do tradutor.” (ARROJO, 1993b, p. 19-20).

O lugar provisório, subjetivo e sempre inacabado da tradução é o que se reivindica para esta tese de doutorado. O texto reflete sobre Euclides da Cunha, sua obra crítica, seus textos sobre Canudos e os ensaios amazônicos, sem que os temas sejam tratados como indissociáveis ou hierarquizados entre si. Embora sempre por se dizer, *Os sertões* ganha maior enfoque ao longo das discussões por se tratar de uma obra concluída, que permite o cotejo com os textos predecessores. É necessário mencionar essa decisão de reunir num único texto aspectos variados da produção de Euclides da Cunha, porque é possível falar do autor sem fazer alusões a Canudos e *Os sertões*, já que vasta é sua obra, assim também como são muitas as possibilidades de acesso ao tema Canudos, não sendo imperiosa, portanto, a necessidade de negação ou afirmação da narrativa mais conhecida. Se, por um lado, o discurso da afirmação desconsidera as vozes dissonantes e inviabiliza o diálogo; por outro lado, o discurso da negação hierarquiza saberes, por pressupor a existência de uma leitura superior a outra, ou de uma verdade em contraposição a uma mentira, muitas vezes desconsiderando as pretensões históricas, documentais e científicas de Euclides da Cunha. Nesse contexto, a escolha mais acertada parece ser a de olhar para o passado como discurso, linguagem e interpretação, e assumir a postura de quem faz interpretação de interpretações, muitas vezes mediando o confronto entre leituras e posicionamentos divergentes, sem qualquer perspectiva de confirmar ou rejeitar uma verdade sobre o objeto perscrutado.

Desde a publicação até os dias atuais, *Os sertões* suscita discussões em torno de sua ontologia discursiva. Os constantes debates não apenas ilustram como também expressam

as dificuldades da inteligência brasileira para compreender o registro, no espaço narrativo, das impressões de viagem de Euclides da Cunha. A tradição crítica euclidiana tende a aceitar o livro como um texto híbrido, caracterizado pelo consórcio entre ciência e arte, mantendo uma estabilidade interpretativa iniciada com a tese de dupla inscrição, defendida em artigo de José Veríssimo publicado no *Correio da Manhã* em 03 de dezembro de 1902; e confirmada pelo autor resenhado, numa carta ao crítico, de mesma data. O tema permanece rememorado mesmo quando alvo de contestações, como ocorre nos estudos desenvolvidos por Luiz Costa Lima (1989, 1997, 2006 e 2009). Nas duas linhas críticas, há oportunidades em que, inadvertidamente, a ficcionalidade e a literariedade são tomadas como atributos afins. Também é recorrente, em alguns segmentos dos estudos euclidianos e canadenses, a atribuição dos equívocos científicos e históricos de Euclides da Cunha à imaginação poética, à literariedade. Nesse caso, as análises ajuizadas pertenceriam à ciência, ao discurso supostamente verdadeiro. Por sua vez, a oposição entre ciência e arte firmada nesses princípios é invalidada pela própria postura assumida pelo narrador em *Os sertões*, pois, consciente da incidência da subjetividade na elaboração discursiva, jamais assumiu o compromisso de transmitir verdades inquestionáveis ao leitor. A proposta para sua narrativa de guerra é o registro das impressões de um *eu observador* sobre um povo, um acontecimento e um tempo específicos:

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos. (CUNHA, 2002a, p. 205).

O encontro com impressões demandadoras do registro escrito se repete com a viagem aos sertões amazônicos, conforme partilhado ao amigo Oliveira Lima, numa correspondência datada de 16 de janeiro de 1905: “Estou numa verdadeira sobrecarga de impressões todas novas, todas vivíssimas e empolgantes. Preciso de uma situação de equilíbrio para o espírito.” (CUNHA, 1997, p. 255). O narrador que se permite orientar pelas impressões de viagem e as registra em linguagem convoca o leitor a um encontro com paisagens discursivamente elaboradas. Nestes instantes de apreensão daquilo que se vê ou se imagina ver, o viajante se inscreve como o cronista de terras e povos desconhecidos. A dinâmica instaura um descobridor e uma descoberta, numa relação em que os objetos acessados são revestidos pelo olhar do observador com a aparência de novidade, pois ignorados ou considerados insuficientes os trabalhos dos viajantes predecessores.

Registradas em linguagem, as impressões do eu narrador sobre os sertões baianos e amazônicos continuamente se dão a traduzir. Quando se acentua, ao longo desta tese, a sobrevivência da obra de Euclides da Cunha nos tempos contemporâneos, são arroladas leituras profícuas para a compreensão do escritor como um instaurador de discursividades, com uma produção sempre requisitada a permanecer inacabada, como um suplemento que aloca outros suplementos, por sua incontestável potência para evocar discursos passados e se projetar em textos futuros. No entanto, ao mesmo tempo em que se adota uma postura de reverência à figura canônica, também são evidenciados acontecimentos biográficos pouco favoráveis à sua imagem de homem ético, de conduta ilibada: as atitudes ríspidas e grosseiras com a esposa e com os filhos (VENTURA, 2003, p. 235); a utilização de arma de fogo para ameaçar um subordinado, na Amazônia; a postura autoritária, e também com a utilização de arma de fogo, que culminou com a transferência de um bar em São José do Rio Pardo para outro local na cidade, distante da residência em que o escritor trabalhava na escrita de *Os sertões* e nas obras de reconstrução da ponte metálica (AMORY, 2009, p. 393; ANDRADE, O. S., 2009, p. 286-7); a suposta coação, após seu retorno da Amazônia, para que a esposa grávida bebesse o sangue que escorria de sua boca nas crises de tuberculose, como prova de amor e fidelidade conjugal (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 44); a suposta responsabilidade pela morte do menino Mauro, quando a mãe teria sido aprisionada no quarto momentos depois do parto, e posteriormente mantida por alguns dias, impedida de amamentá-lo, pois fruto do relacionamento com Dilermando de Assis (*ibid.*, p. 45); a atitude violenta ao entrar na casa dos irmãos Assis atirando, pondo em risco não apenas suas vidas e a da esposa Anna, como também a vida dos filhos Solon e Luís – este último posteriormente reconhecido como filho de Dilermando de Assis (ANDRADE; ASSIS, 2009, p. 57; DEL PRIORE, 2009, p. 74; ELUF, 2009, p. 16-9).

Ainda no debate sobre a potência seminal e permanência da obra de Euclides da Cunha na contemporaneidade, o movimento euclidiano riopardense é reconhecido como uma ação importante no processo de canonização do autor e de sua consolidação como fenômeno midiático, mas não se ignora sua história de autoritarismo e intolerância com a diferença. Nesse contexto, é que são convocados para a discussão falares sobre os polêmicos e inéditos *Cânticos euclidianos*, objeto desencadeador do processo 998/94, instaurado pela Promotoria Pública de São José do Rio Pardo contra os diretores d'A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos. O mesmo tratamento é dado ao livro *Anna de Assis*, de Judith Ribeiro de Assis e Jeferson de Andrade, também alvo de um processo judicial, justificado pela necessidade de defesa da memória de Euclides da Cunha.

Há aspectos questionáveis na biografia de Euclides da Cunha, muitos largamente conhecidos do público leitor, mas estes em nada interferem na qualidade da obra, cuja força seminal adquirida ao longo do tempo desafia a capacidade de compreensão dos críticos mais experimentados. Conforme Derrida, “se o tradutor não restitui nem copia um original, é que este sobrevive e se transforma. A tradução será na verdade um momento de seu próprio crescimento, ele aí completar-se-á engrandecendo-se.” (DERRIDA, 2006, p. 46). Como documento que sobrevive e se transforma é que se impõe na cultura brasileira a obra euclidiana, mais destacadamente a narrativa de *Os sertões*, pois sempre ressurgue, transformada, nas diversas produções culturais que a rememoram. Além dos diversos romances europeus e latino-americanos que retornam à Guerra de Canudos a partir de *Os sertões*, há também as inúmeras produções culturais que retomam o texto como ponto de partida para a elaboração de outras leituras, mesmo sem o interesse de aludir aos acontecimentos de Canudos. Nesta tese, aparecem de forma rápida, como exemplos de produções discursivas que se apropriam de trechos veiculados no livro para acrescentar a estes significados novos, o espetáculo teatral *O berço do herói* e a telenovela *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, e o filme *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha. São obras que, talvez tanto quanto o texto primeiro, permanecem à busca de outros sentidos e significações, ao lado de tantas outras narrativas e produções culturais que também parecem perseguir o “segredo” ou a “riqueza” aos quais se refere Michel Foucault (FOUCAULT, 2009a, p. 22).

Em suas reflexões sobre autoria, Foucault destaca que os constantes retornos à obra que se entrega à instauração discursiva se dirigem ao que está presente no texto e também aos seus vazios, ausências e lacunas, oportunizando certo número de analogias e diferenças (FOUCAULT, 2009b, p. 59-65). Nesse contexto se inscreve a obra euclidiana, por sua inesgotável capacidade para permanecer por se dizer. Este trabalho de tese, que requer para si o caráter de texto provisório e incompleto, revive a própria natureza da obra perscrutada, fazendo constantes retornos a informações por ele mesmo enunciadas, e dando sinais de que ainda há muitas leituras por se realizar. Se prevalecer, nos textos que se seguirão a este, a decisão por um estudo sobre as “analogias” ensejadas pela obra de Euclides da Cunha, há os diversos romances europeus e latino-americanos transformadores de *Os sertões* que requerem ser investigados. Se, ao contrário, prevalecer a busca pelas “diferenças”, são também diversas as produções culturais que retomam *Os sertões* como ponto de partida, algumas sem o interesse de rememorar o acontecimento de Canudos, outras com o interesse de falar sobre Canudos, mas com distanciamento do livro revisitado. Há também as inúmeras possibilidades de estudos sobre a Guerra de Canudos sem referências à narrativa mais

conhecida, ou as diversas leituras continuamente requeridas pelos ensaios amazônicos ou pelo Euclides da Cunha crítico de linguagem. O texto Euclides da Cunha e seus desdobramentos não cabem numa pesquisa única. Euclides da Cunha é signo que desnorteia, pois sempre se referindo a outros signos, num infinito processo de adiamentos e remissões, em que cada signo reiteradamente transfere para outro o rastro da origem perseguida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Modesto de. **Estilo e personalidade de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, 213p. (Coleção Vera Cruz).

ABREU, Regina. **O enigma de *Os sertões***. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, Rocco, 1998. 412p.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009. 878p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. 340p.

ALENCAR, Mauro. Mito e realidade. In: GOMES, Dias. **Roque Santeiro**. Coautoria de Aguinaldo Silva e Adaptação de Mauro Alencar. São Paulo: Globo, 2008. p. 5-11. (Grandes Novelas).

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. **Canudos: imagens da guerra. Fotografias Flávio de Barros**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, Museu da República, 1997. 180p.

AMADO, Gilberto. **Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 454p.

AMORY, Frederic. **Euclides da Cunha: uma odisseia nos trópicos**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. 430p.

ANDRADE, Juan Carlos Pires de. A biblioteca de Euclides da Cunha. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 3, p. 105-26, dez. 2009.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. 330p. (Obras de Mário de Andrade, v. 20).

ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de *Os sertões***. Organização e Introdução de Walnice Nogueira Galvão. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. 496p.

ANDRADE, Olímpio de Souza. Introdução: Um caderno de bolso de Euclides da Cunha em Canudos. Nascedouro de *Os sertões*. In: CUNHA, Euclides da. **Caderneta de campo**. Introdução, notas e comentário de Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. p. 23-64. (Cadernos da Biblioteca Nacional, 6). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1283650.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

ANTONIO Conselheiro. Várias versões. **Jornal de Notícias**, Bahia (Salvador), 11 mar. 1897a.

ANTONIO Conselheiro. O cabo Roque. **Jornal de Notícias**, Bahia (Salvador), 26 mar. 1897b.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. 370p.

ARISTÓTELES. **Poética, Organon, Política, Constituição de Atenas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 316p. (Coleção Os pensadores).

ARROJO, Rosemary. A tradução passada a limpo e a visibilidade do tradutor. **Tradução, desconstrução e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1993a. p. 71-89.

ARROJO, Rosemary. A que são fiéis tradutores e críticos de tradução? Paulo Vizioli e Nelson Ascher discutem John Donne. **Tradução, desconstrução e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1993b. p. 15-26.

ANDRADE, Jeferson de; ASSIS, Judith Ribeiro de. **Anna de Assis: história de um trágico amor**. Judith Ribeiro de Assis em depoimento a Jeferson de Andrade. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009. 252p.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. **Obra completa: homenagem aos 100 anos do falecimento de Machado de Assis**. [S.I]: Portal Domínio Público, Biblioteca digital do MEC, Núcleo de Pesquisa em Informática, Literatura e Linguística da Universidade Federal de Santana Catarina, 2008. 8p. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf>>. Acesso em: 16. mar. 2013.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. **Crítica. Obra completa**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. v. 3, p. 801-9.

AZEVEDO, Alexandre; AZEVEDO, Elisa Bechuate. Euclides da Cunha, um tapuia na mesma Academia de Machado, Nabuco e Geraldo de Holanda Cavalcanti e a luta euclidiana pela ecologia para transformar utopia em realidade nacional. **Revista Cultura Euclidiana**, São José do Rio Pardo, Casa de Cultura Euclides da Cunha, n. 2, p. 13-16, ago. 2010.

BALDINI, Mário Eduardo Bianconi. Encontro de paralelos. O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 2, n. 3, p. 4-5, jan.-fev. 1994. (Edição fechada no momento em que a onça foi beber água). Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impresos/berrante3.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

BALIEIRO, Humberto Luiz; DAIBES, André Luiz de Lima. A resposta d'A AEE. O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). Edição de aniversário, com 20 páginas; acrescida de “Caderno de idéias e ideais”, com 04 páginas. São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 3, n. 5, p. 06-09, out. 1994. (Edição fechada no divã enquanto os redatores estavam em crise). Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impresos/berrante5.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

BARBOZA, Pedro. **O relato de Canudos: uma ênfase não-euclidiana**. 2001. 305f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

BARROS, Carlos Juliano Marcondes e Ferreira de Toledo. **O sonho se faz a mão e sem permissão: “escravidão temporária” e reforma agrária no sudeste do Pará**. 2011. 250f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24102011-113106/>. Acesso em: 20 jan. 2013.

BARROS, Lourival Holanda. Historiografia a tintas nada neutras. **Revista USP**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 13, p. 44-7, mar./abr./mai. 1992.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet e Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 165-96. (Obras Escolhidas, v. 1).

BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos**: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: EDUSP, 1995. 352p.

BERNUCCI, Leopoldo M. Índice onomástico. In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002a. p. 793-858. (Clássicos Comentados, I).

BERNUCCI, Leopoldo. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os sertões*. **Revista USP**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 54, p. 6-15, jun./jul./ago. 2002b.

BERNUCCI, Leopoldo M. Cronologia. In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002c. p. 51-61. (Clássicos Comentados, I).

BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002d. p. 13-49. (Clássicos Comentados, I).

BERNUCCI, Leopoldo. Interdiscursividade, rasuras e leituras de Euclides da Cunha. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 3, p. 13-29, dez. 2009.

BERNUCCI, Leopoldo M. Imagens utópicas e distópicas do deserto e da floresta em Euclides da Cunha. 16f. Conferência ministrada na Universidade de São Paulo, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas / Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, no dia 16 de junho de 2011. (Texto disponibilizado pelo autor através de e-mail).

BERNUCCI, Leopoldo; HARDMAN, Francisco Foot. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. **Poesia reunida**. Organização, estabelecimento de texto, introduções, notas e índices de Leopoldo Bernucci e Francisco Foot Hardman. São Paulo: UNESP, 2009. p. 13-8.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. 75. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1991.

BOLLE, Willi. O mediterrâneo da América Latina: a Amazônia na visão de Euclides da Cunha. **Revista USP**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 66, p. 140-55, jun./ago. 2005.

BRAGA, Rubem. A cabana de Euclides. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 23 ago. 1940. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19400823-21768-nac-0002-999-2-not/tela/fullscreen>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

BRANDÃO, Adelino. **Euclides da Cunha**: bibliografia comentada. Jundiaí, São Paulo: Literarte, 2001. 756p.

BRANDÃO, Adelino; TOSTES, Joel Bicalho. **Águas de amargura**: o drama de Euclides da Cunha e Anna. Joel Bicalho Tostes em depoimento a Adelino Brandão. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990. 188p.

BRANDÃO, Junito de Souza. Hércules e os doze trabalhos. **Mitologia grega**. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. v. 3, p. 89-147.

CANÁRIO, Eldon. **Canudos: sob as águas da ilusão**. Salvador: UNEB, CEEC, 2002. 100p.

CARRASCOSA, Denise. Pra viver no país das calças bege. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 4, p. 140-50, dez. 2010.

CARTA de (ilegível) sobre *O tupi na geografia nacional e Os sertões*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Arquivo Teodoro Sampaio, Caixa 7, Documento 7, 1914. 4f. (Documento datilografado).

CASTRO, Plácido de. Relatório do prefeito interino. In: CASTRO, Genesco de. **O estado independente do Acre e J. Plácido de Castro**: excertos históricos. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 161-212. (Edições do Senado Federal, 56).

CAVALCANTI, Dirce de Assis. **O pai**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. 192p.

CAVALIERI, Ruth Villela. Prefácio da 2ª edição, Apresentação da 1ª edição e Introdução. In: VILLELA JÚNIOR, Marcos Evangelista da Costa. **Canudos: memórias de um combatente**. Introdução, estabelecimento do texto, notas e dados biográficos de Ruth Villela Cavalieri. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. p. 09-26.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 254p.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 303p. (Humanitas).

COSTA, Nicola S. **Canudos**: ordem e progresso no sertão. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1990. 55 p.

CORREIA, Viriato. A última entrevista. In: CUNHA, Euclides da. **Outros contrastes e confrontos. Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. v. 1, p. 518-23.

COUTINHO, Afrânio. *Os sertões*, obra de ficção. In: CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Organização Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. v. 2, p. 61-6.

CRISTÓVÃO, Fernando. Para uma teoria da literatura de viagens. In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). **Condicionantes culturais da literatura de viagens**: estudos e bibliografias. Coimbra: Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002a. p. 13-52.

CRISTÓVÃO, Fernando. A literatura de viagens e a história natural. In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). **Condicionantes culturais da literatura de viagens**: estudos e bibliografias. Coimbra: Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002b. p. 183-218.

CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). **Condicionantes culturais da literatura de viagens**: estudos e bibliografias. Coimbra: Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002c. 438p.

CRISTÓVÃO, Fernando. Introdução – Literatura de viagens: da tradicional à nova e à novíssima. In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). **Literatura de viagens**: da tradicional à nova e à novíssima – marcas e temas. Coimbra: Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2009a. p. 07-18.

CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). **Literatura de viagens**: da tradicional à nova e à novíssima – marcas e temas. Coimbra: Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2009b. 424p.

CUNHA, Euclides da. Canudos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 25 set. 1897. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970925-6888-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

CUNHA, Euclides da. **Caderneta de campo**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975. 197p.

CUNHA, Euclides da. O rio Purus (Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus). **Um paraíso perdido**: ensaios e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994a. p. 109-39.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: ensaios e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994b. 280p.

CUNHA, Euclides da. Notas de leitura. Fragmentos e relíquias. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995a. v. 1, p. 572-3.

CUNHA, Euclides da. A dinamite. Fragmentos e relíquias. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995b. v. 1, p. 573-5.

CUNHA, Euclides da. Castro Alves e seu tempo. Outros contrastes e confrontos. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995c. v. 1, p. 464-82.

CUNHA, Euclides da. Estudos sobre higiene. Outros contrastes e confrontos. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995d. v. 1, p. 435-41.

CUNHA, Euclides da. Dia a dia. Crônica. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995e. v. 1, p. 645-91.

CUNHA, Euclides da. Antes dos versos. Outros contrastes e confrontos. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995f. v. 1, p. 483-92.

CUNHA, Euclides da. A verdade e o erro. Outros contrastes e confrontos. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995g. v. 1, p. 505-9.

CUNHA, Euclides da. A idéia do ser. Outros contrastes e confrontos. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995h. v. 1, p. 509-18.

CUNHA, Euclides da. Em viagem. Fragmentos e relíquias. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995i. v. 1, p. 567.

CUNHA, Euclides da. Solidariedade sul-americana. Contrastes e confrontos. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995j. v. 1, p. 190-3.

CUNHA, Euclides da. Plano de uma cruzada I e II. Contrastes e confrontos. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995k. v. 1, p. 153-60.

CUNHA, Euclides da. Entre os seringais. À margem da geografia. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995l. v. 1, p. 558-60.

CUNHA, Euclides da. Academia Brasileira de Letras (Discurso de recepção). Contrastes e confrontos. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995m. v. 1, p. 229-45.

CUNHA, Euclides da. Peru versus Bolívia. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995n. v. 1, p. 811-93.

CUNHA, Euclides da. **Correspondência de Euclides da Cunha (1890-1909)**. Organização de Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti. São Paulo: EDUSP, 1997. 456p.

CUNHA, Euclides da. Estrelas indecifráveis. **À margem da história**. São Paulo, Martins Fontes, 1999a. p. 199-209.

CUNHA, Euclides da. A Transaccreana. **À margem da história**. São Paulo, Martins Fontes, 1999b. p. 71-84.

CUNHA, Euclides da. Viação sul-americana. **À margem da história**. São Paulo, Martins Fontes, 1999c. p. 85-102.

CUNHA, Euclides da. Judas-Asvero. **À margem da história**. São Paulo, Martins Fontes, 1999d. p. 52-8.

CUNHA, Euclides da. Impressões gerais. **À margem da história**. São Paulo, Martins Fontes, 1999e. p. 01-16.

CUNHA, Euclides da. Os caucheros. **À margem da história**. São Paulo, Martins Fontes, 1999f. p. 40-52.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo, Martins Fontes, 1999g. 212p.

CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a. 304p. (Coleção Retratos do Brasil).

CUNHA, Euclides da. A nossa Vendaia I. **Diário de uma expedição**. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b. p. 43-52. (Coleção Retratos do Brasil).

CUNHA, Euclides da. A nossa Vendaia II. **Diário de uma expedição**. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000c. p. 52-61. (Coleção Retratos do Brasil).

CUNHA, Euclides da. O batalhão de São Paulo. **Diário de uma expedição**. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000d. p. 269-73. (Coleção Retratos do Brasil).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002a. 928p. (Clássicos Comentados, I).

CUNHA, Euclides da. Nota preliminar. **Os sertões**: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002b. p. 65-7. (Clássicos Comentados, I).

CUNHA, Euclides da. Notas à segunda edição. **Os sertões**: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002c. p. 783-92. (Clássicos Comentados, I).

CUNHA, Euclides da. Carta a José Veríssimo (Lorena, 24 de dezembro de 1901). In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana**: ensaios sobre Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a. p. 200.

CUNHA, Euclides da. **Caderneta de campo**. Introdução, notas e comentário de Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009b. 388p. (Cadernos da Biblioteca Nacional, 6). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1283650.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

CUNHA, Euclides da. **Autos do processo sobre sua morte**. Organização e apresentação de Walnice Nogueira Galvão, consultoria de Domício Pacheco e Silva Neto. 2. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2009c. 232p.

CUNHA, Euclides da. **Poesia reunida**. Organização, estabelecimento de texto, introduções, notas e índices de Leopoldo Bernucci e Francisco Foot Hardman. São Paulo: UNESP, 2009d. 496p.

DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes nas sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina (Org.). **Ver e imaginar o outro**: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea. São Paulo: Horizonte, 2008. p. 78-107.

DEL GUERRA, Rodolpho José. **Conhecendo Euclides da Cunha**: ano 100 (1898-1998). São José do Rio Pardo: Graf-Center, 1998. v. 2, 44p. (Coleção Municipal).

DEL PRIORE, Mary. **Matar para não morrer**: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 174p.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 76p.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Marques, Nizza da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola de Carvalho. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 407-26. (Estudos, 271).

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 390p. (Estudos, 16).

DIAS, Léa Costa Santana. **O (des)tecer de enredos**: uma leitura d'*Os sertões*, de Euclides da Cunha. 2003. 134f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2003.

DIAS, Léa Costa Santana. Euclides da Cunha e Canudos: um homem, uma viagem e a busca de expressão. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 2, p. 27-43, dez. 2008.

DIAS, Léa Costa Santana. O consórcio da ciência e da arte enquanto projeto estético norteador d'*Os sertões*, de Euclides da Cunha. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, UEFS, n. 10, p. 133-47, 2009.

DIAS, Léa Costa Santana. Euclides da Cunha e Canudos: um homem, uma viagem e a busca de expressão. **Revista Cultura Euclidiana**, São José do Rio Pardo, Casa de Cultura Euclides da Cunha, n. 3, p. 51-60, ago. 2011.

DIAS, Léa Costa Santana. O aspecto biográfico no processo de construção do fenômeno Euclides da Cunha. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL LITERATURA E CULTURA, 4., 2012, São Cristóvão. **Anais eletrônicos...** São Cristóvão, Sergipe: GELIC/Universidade Federal do Sergipe, 2012. 14f. Disponível em:

<http://200.17.141.110/senalic/IV_senalic/textoscompletosIVSENALIC/TEXTO_IV_SENALIC_140.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2012.

DIAS, Léa Costa Santana. Euclides da Cunha nos sertões baianos e amazônicos. **Revista Inventário**, Salvador, Universidade Federal da Bahia, ano 10, f. 1-16, jan./jun. 2012.

Disponível em:

<<http://www.inventario.ufba.br/10/EUCLIDES%20DA%20CUNHA%20NOS%20SERTÕES.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

DIAS, Léa Costa Santana. Considerações sobre o consórcio entre ciência e arte na obra de Euclides da Cunha. **Revista Inventário**, Salvador, Universidade Federal da Bahia, ano 12, f. 1-16, jan./jul. 2013. Disponível em:

<<http://www.inventario.ufba.br/12/Considerações%20sobre%20o%20consórcio.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.

DIAS, Léa Costa Santana. O jogo da tradução no forjamento e sobrevivência dos fenômenos midiáticos Euclides da Cunha, *Os sertões* e a Guerra de Canudos. **Revista Cultura Euclidiana**, São José do Rio Pardo, São Paulo, Casa de Cultura Euclides da Cunha, ano 04, p. 43-50, ago. 2012.

DIAS, Léa Costa Santana. O jogo da tradução no forjamento e sobrevivência dos fenômenos midiáticos Euclides da Cunha, *Os sertões* e a Guerra de Canudos. In: VIII ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 8., 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT / Universidade Federal da Bahia, 2012. 15f. Disponível em:

http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page_id=1566. Acesso em: 22 dez. 2014.

DR. EUCLYDES Cunha. **A Bahia**, Bahia (Salvador), anno II, n. 488, p. 2, domingo, 08 ago. 1897.

EXPEDIÇÃO a Canudos. **Diário da Bahia**, Bahia (Salvador), anno XLIII, n. 54, p. 1, quinta-feira, 11 mar. 1897.

DUTRA, Firmo. Euclides da Cunha: um capítulo da sua vida. In: CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: ensaios e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 273-6.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 350p.

ELUF, Luiza Nagib. **Matar ou morrer**: o caso Euclides da Cunha. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 152p.

EUCLYDES da Cunha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 16 ago. 1909. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19090816-11206-nac-0001-999-1-not/tela/fullscreen>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

FACIOLI, Valentim A. **Euclides da Cunha**: a gênese da forma. 1990. 172f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

FACIOLI, Valentim A. Euclides da Cunha: consórcio de ciência e arte (Canudos: o sertão em delírio). In: BRAIT, Beth (Org.). **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. p. 35-59.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Viagens & viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010. 326p.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução de Elisa Monteiro e organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 40-55. (Ditos e escritos, II).

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 10. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007. 568p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009a. 80p.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 7. ed. Lisboa: Vega, 2009b. 164p.

FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: Record, 1987. 214p.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 193-209. (Obras completas, 10).

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 170-194. (Obras completas, 12).

FUJITA, Fábio. Fogo na usina do desenvolvimento acelerado. **Revista Piauí**, São Paulo, Abril, ano 5, n. 56, p. 38-42, mai. 2011.

GALVÃO, Walnice Nogueira. De sertões e jagunços. **Saco de gatos: ensaios críticos**. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. p. 65-85.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Ciclo de *Os sertões*. **Gatos de outro saco: ensaios críticos**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 61-110.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Os sertões*: uma análise literária. In: MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de; ARRUDA, João (Org.). **Canudos: as falas e os olhares**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1993. p. 23-30.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. In: PIZARRO, Ana. (Org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994a. v. 2, p. 615-33.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª expedição. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994b. 512p. (Ensaio,1).

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O império do Belo Monte**: vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 128p.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Anseios de amplidão. **Cadernos de literatura brasileira: Euclides da Cunha**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, n. 13 e 14, p. 162-200, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana**: ensaios sobre Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 328p.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Entrevista à **Revista E**. São Paulo, SESC, n. 154, mar. 2010. Disponível em:

<http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=368&Artigo_ID=5629&IDCategoria=6482&reftype=2>. Acesso em: 11 dez. 2011.

GIRARD, René. **Mentira romântica e verdade romanesca**. Tradução de Lilia Ledon da Silva. São Paulo: É Realizações, 2009. 368p.

GIUCCI, Guilherme. **Sem fé, lei ou rei**: Brasil 1500-1532. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. 240p.

GOMES, Alfredo Dias. **Apenas um subversivo**: autobiografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 368p.

GOMES, Alfredo Dias. **O berço do herói**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 176p.

GOMES, Alfredo Dias. **Roque Santeiro**. Coautoria de Aguinaldo Silva e Adaptação de Mauro Alencar. São Paulo: Globo, 2008. 224p. (Grandes Novelas).

GUERRA, Sérgio. **Universos em confronto**: Canudos versus Bello Monte. Salvador: UNEB, CEEC, 2000. 196p.

GUIMARÃES, Moreira. O livro de Euclides da Cunha. In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Juízos críticos: Os sertões** e os olhares de sua época. São Paulo: Nankin Editorial, UNESP, 2003. p. 87-101.

HARDMAN, Francisco Foot. Euclides e os sertões amazônicos. **Amazonas em tempo**, Manaus, domingo, 03 mai. 1992. Caderno Cultura em Dia, col. 1 a 4.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 350p.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **A vingança da hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009a. p. 113-26.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. **A vingança da hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009b. p. 167-86.

HARDMAN, Francisco Foot. Estrelas indecifráveis: ou um sonhador quer sempre mais. **A vingança da hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009c. p. 81-96.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009d. 376p.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado**: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia da Letras, 1998. 384p

JAKOBSON, Roman. Aspectos lingüísticos da tradução. **Lingüística e comunicação**. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2003. p. 42-8. Disponível em: <http://www.cantinhodarevisao.com.br/resources/Roman%20Jakobson%20-%20Ling%20C3%BC%20C3%ADstica%20e%20Comunica%20C3%A7%C3%A3o_--WwW.LivrosGratis.Net--_.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2013.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 03 de agosto a 23 de outubro de 1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª expedição. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 237-340. (Ensaio,1).

CANUDOS. O trem de hoje. **Jornal de notícias**, Bahia (Salvador), p. 2, 27 out. 1897.

LAURIA, Márcio José. Nota. In: MASCHIETTO, Cármen Cecília Trovatto. **A tradição euclidiana**: uma ponte entre a história e a memória. São Paulo: Arte & Ciência, UNIRIO, 2002. p. 17-8.

LEVINE, Robert M. **O sertão prometido**: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro. Tradução de Monica Dantas. São Paulo: EDUSP, 1995. 400p.

LIMA, Francisco Ferreira de. **O outro livro das maravilhas**: a peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998. 208p.

LIMA, Francisco Ferreira de. **O Brasil de Gabriel Soares de Sousa & outras viagens**. Rio de Janeiro: 7 Letras; Feira de Santana: UEFS, 2009. 178p.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**: razão e imaginação nos tempos modernos. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 282p.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 304p.

LIMA, Luiz Costa. **Euclides da Cunha**: contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, PETROBRAS, 2000. 60p.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 440p.

LIMA, Luiz Costa. A estabilidade interpretativa de *Os Sertões*. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, fase VII, ano XV, n. 59, p. 111-35, abr.-mai.-jun. 2009.

LOPES, Marcelo José Abreu. Volta Euclides, fora Parreira! O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação da Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, n. 2, p. 1, set. 1993. (Edição fechada aos 46 do segundo tempo). Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impessos/berrante2.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

LOPES, Marcelo José Abreu. O sonho acabou. Acabou? O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 3, n. 7, p. 6-8, ago. 1995a. (Edição fechada enquanto os redatores chutavam o pau da barraca). Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impessos/berrante7.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

LOPES, Marcelo José Abreu. Doces de fel. O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 3, n. 7, p. 1, ago. 1995b. (Edição fechada enquanto os redatores chutavam o pau da barraca). Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impessos/berrante7.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

LOPES, Marcelo José Abreu. Sonhos de uma noite de verão. O BERRANTE (Órgão informativo do CECEC – Centro de Estudos Culturais Euclides da Cunha). São Paulo: CECEC – Centro de Estudos Culturais Euclides da Cunha, n. 8, p. 1, ago. 1997. (Edição fechada em 12 de agosto de 1997, 2h13, enquanto o jacaré nadava de costas porque o Rio Pardo estava cheio de piranha). Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impessos/berrante8.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

MARCIANO, João Evangelista de Monte. Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu sequito no Arraial de Canudos. Bahia: Typographia do *Correio de Noticias*, 1895. 8p. (Edição facsimilada). In: MARCIANO, João Evangelista de Monte. **Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu sequito no Arraial de Canudos – 1895**. Nota explicativa de Fernando da Rocha Peres e Apresentação de José Calasans. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1987. (Publicação 130).

MARIUZZO, Patricia. Trens e cana-de-açúcar (Reportagem). **Patrimônio – Revista Eletrônica do Iphan**, Laboratório de Estudos Avançado em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Labjor / UNICAMP) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), n. 4 (Dossiê Herança industrial), mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=167>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

MASCHIETTO, Cármen Cecília Trovatto. **A tradição euclidiana**: uma ponte entre a história e a memória. São Paulo: Arte & Ciência, UNIRIO, 2002. 204p.

MENESES, Siqueira. Reportagens publicadas em *O País*, Rio de Janeiro, 8 a 26 de setembro de 1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª expedição**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 457-95. (Ensaio, 1).

MONIZ, Edmundo. **A Guerra de Canudos**. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1981. (Coleção História Popular, 1). 92p.

MORAES, Evaristo de. **Reminiscências de um rábula criminalista**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1989. 304p. (Coleção Minerva, 1).

MORAIS, Prudente de. **Arquivos presidenciais 1**. Introdução, comentários e notas de Herculano Gomes Mathias. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990. 144p.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **A nossa Vendeia: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de *Os sertões***. 2007. 354f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Evando. **Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 80p. (Filosofia passo a passo, 43).

NERY, Isabel. O inferno aqui tão perto. Literatura de viagens e reportagem de guerra. CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). **Literatura de viagens: da tradicional à novíssima – marcas e temas**. Coimbra: Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2009. p. 127-54.

NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

NOVAES, José de Campos. *Os sertões* (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha). In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Juízos críticos: *Os sertões* e os olhares de sua época**. São Paulo: Nankin Editorial, UNESP, 2003. p. 112-22.

O BERRANTE (Órgão Informativo d'A Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, n. 1, out.-dez. 1992. 2p. Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impressos/berrante1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação da Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, n. 2, set. 1993. 4p. (Edição fechada aos 46 do segundo tempo). Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impressos/berrante2.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 2, n. 3, jan.-fev. 1994a. 8p. (Edição fechada no momento em que a onça foi beber água). Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/impressos/berrante3.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 2, n. 4, ago. 1994b. 12p. (Edição

fechada enquanto a raposa foi tomar conta do galinheiro). Disponível em:
<<http://berrante.orgfree.com/impressos/berrante4.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). Edição de aniversário, com 20 páginas, acrescida de "Caderno de idéias e ideais", com 04 páginas. São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 3, n. 5, out. 1994c. 24p. (Edição fechada no divã enquanto os redatores estavam em crise). Disponível em:
<<http://berrante.orgfree.com/impressos/berrante5.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). Edição com 12 páginas, acrescida de "Caderno de idéias e ideais", com 12 páginas. São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 3, n. 6, jan.-fev. 1995a. 24p. (Edição fechada no banco dos réus). Disponível em:
<<http://berrante.orgfree.com/impressos/berrante6.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

O BERRANTE (Órgão oficial de divulgação d'A Associação de Estudos Euclidianos). São Paulo: A AEE – A Associação de Estudos Euclidianos, ano 3, n. 7, ago. 1995b. 10p. (Edição fechada enquanto os redatores chutavam o pau da barraca). Disponível em:
<<http://berrante.orgfree.com/impressos/berrante7.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

O BERRANTE (Órgão informativo do CECEC – Centro de Estudos Culturais Euclides da Cunha). São Paulo: CECEC – Centro de Estudos Culturais Euclides da Cunha, n. 8, ago. 1997. 4p. (Edição fechada em 12 de agosto de 1997, 2h13, enquanto o jacaré nadava de costas porque o Rio Pardo estava cheio de piranha). Disponível em:
<<http://berrante.orgfree.com/impressos/berrante8.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

OLIVEIRA, Franklin de. **Euclides, a espada e a letra**: uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 147p. (Coleção Literatura e Teoria Literária).

"OS SERTÕES" e "O Estado". **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 13 dez. 1952. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19521213-23802-nac-0005-999-5-not/tela/fullscreen>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

PEIXOTO, Afrânio. Euclides da Cunha: o homem, a obra. Discurso de recepção na Academia Brasileira (vaga de Euclides da Cunha), em 15 de agosto de 1911. **Poeira da estrada**: ensaios de crítica e de história. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1947. p. 11-44.

PIEDADE, Lélis. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia**. Edição, apresentação, notas e projeto gráfico de Antonio Olavo. 2. ed. Salvador: Portfolium, 2002. 288p.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. **Comunicação em tempo de guerra**: Euclides da Cunha, os jornais e a Campanha de Canudos. 2004. 170f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2004.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. Acontecimento e mídia: a Guerra de Canudos na imprensa contemporânea. In: COLÓQUIO EM COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE –

COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA: INSTITUIÇÕES, VALORES E CULTURAS, 1., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. 16f.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. **A construção do acontecimento histórico**: o discurso do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário. 2012. 315f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PIZA, Daniel. **Amazônia de Euclides**: viagem de volta a um paraíso perdido. Fotos de Tiago Queiroz e textos de Euclides da Cunha, Milton Hatoum e Arquilau de Castro Melo. São Paulo: Leya, 2010. 192p.

RABELLO, Sylvio. **Euclides da Cunha**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983. 361p. (Coleção Vera Cruz).

REGO, José Lins do. Eu não vi o sertanejo de Euclides. **Gordos e magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942a. p. 216-9.

REGO, José Lins do. Os jangadeiros. **Gordos e magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942b. p. 220-3.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2005. 96p.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2007. 536p.

RISSATO, Felipe Pereira. Iconografia de Euclides da Cunha – um excerto. In: PIETRANI, Anélia Montechiari (Org.). **Euclides da Cunha: presente e plural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 79-97.

RISSATO, Felipe Pereira. **Iconografia de Euclides da Cunha**: comentários e bibliografia. Curitiba: Instituto Memória, 2011. 120p.

ROCHA, Iraci Simões da. **Imagens do intelectual Euclides da Cunha**: permanência e deslocamentos. 2007. 298f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ROCHA, Iraci Simões da. Do humano e do divino: identidade e representação em Euclides da Cunha. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 2, p. 71-79, dez. 2008.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Ambivalência e conflito: **tradução e diferença**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 163-215. (Coleção Prismas / PROPP).

ROMANELLI, Cristina. A ferro e sangue. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, SABIN – Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 7, n. 83, p. 40-4, ago. 2012.

ROMERO, Sílvio. Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras. In: FACIOLI,

Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Juízos críticos: *Os sertões*** e os olhares de sua época. São Paulo: Nankin Editorial, UNESP, 2003. p. 123-58.

SAMPAIO, Teodoro Fernandes. A' memoria de Euclides da Cunha no decimo anniversario de sua morte – Discurso do Dr. Theodoro Sampaio. **Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia**. Salvador, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ano 26, n. 45, p. 247-55, jan./dez. 1919.

SANGENIS, Anabelle Loivos Considera Conde. Samba n' *Os sertões* – Euclides da Cunha e cultura popular brasileira. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 2, p. 81-93, dez. 2008.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais**. São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001. 216p.

SANTANA, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 1, p. 35-49, dez. 2005.

SANTIAGO, Silviano (Org.). **Glossário de Derrida**. Trabalho realizado em parceria com os alunos de pós-graduação do Departamento de Letras da PUC/RJ. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 104p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995. 59p.

SANTOS NETO, Manoel Antonio dos. Infância ultrajada: as crianças de Canudos. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 2, p. 13-25, dez. 2008.

SEGALEN, Victor. **Essai sur l'exotisme**. 3. ed. Paris: Fata Morgana, 2009. 192p.

SERPA, Élio. **A guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 75p.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 260p.

SILVA, Alfredo. Reportagens publicadas em *A notícia*, Rio de Janeiro, 10/11 de agosto a 18/19 de outubro de 1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª expedição**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 412-44. (Ensaio,1).

SILVA, José Calasans Brandão da. Algumas fontes de *Os sertões*. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, Conselho Estadual de Cultura, n. 6, p. 37-44, jul.-dez. 1971.

SILVA, José Calasans Brandão da. Euclides da Cunha nos jornais da Bahia. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997a. p. 129-31. (Coleção Memória da Bahia, 5).

SILVA, José Calasans Brandão da. Euclides da Cunha e Siqueira Menezes. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997b. p. 121-8. (Coleção Memória da Bahia, 5).

SILVA, José Calasans Brandão da. Canudos não euclidiano. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997c. p. 11-24. (Coleção Memória da Bahia, 5).

SILVA, José Calasans Brandão da. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: uma contribuição ao estudo da campanha de Canudos**. Apresentação de Fernando da Rocha Peres. Salvador: EDUFBA / Centro de Estudos Baianos, 2002. 114p. (Edição fac-similada).

SILVA, Rachel Aparecida Bueno da. **Aconteceu em agosto: casos e causos das Semanas Euclidianas**. São Paulo: Casa do Novo Autor, 2012. 68p.

SOARES, Valter Guimarães. Literatura de viagem: a mirada de Spix e Martius sobre o sertão baiano. Disponível em: <<http://www.viencontroanpuhba.ufba.br/modulos/submissao/upload/44399.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 402p.

STEINER, George. Presenças verdadeiras. **Nenhuma paixão desperdiçada: ensaios**. Tradução de Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 33-50.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 320p.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Valer, EDUA, 2009. 198p.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido: tentativa de interpretação de uma presença singular na Amazônia e a conseqüente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica e social brasileira, alargando-se nos horizontes da história transcontinental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992. (Coleção General Benício, v. 287). 280p.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 328p.

TOLEDO, Marleine Paula Marcondes e Ferreira de. **Relações internacionais em Euclides da Cunha: cartas de sete léguas**. São Paulo: Nankin Editorial, Instituto Cultural ESPM, 2012. 216p.

TUMA FILHO, Fadel David Antonio. Riqueza e miséria do ciclo da borracha na Amazônia brasileira: um olhar geográfico através de Euclides da Cunha. **Revista Outros Sertões**, Salvador, UNEB, n. 3, p. 61-73, dez. 2009.

UNTERMAN, Alan. **Dicionário judaico de lendas e tradições**. Tradução de Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, Companhia de Bolso, 2010. 232p.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Terra das promessas, Jerusalém maldita**: memórias bíblicas sobre Belo Monte (Canudos). 2004. 402f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Carta a Lúcia Vitto (Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2010). **Revista Cultura Euclidiana**, São José do Rio Pardo, Casa de Cultura Euclides da Cunha, n. 3, p. 04, ago. 2011.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Retrato humano. In: CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Organização de Afrânio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. v. 1, p. 33-44.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: **Limites. 3º Congresso Abralic**. São Paulo: EDUSP; Niterói: Abralic, 1995. p. 605-10.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. **Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 10, n. 26, p. 275-91, jan.-abr. 1996.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: BRAIT, Beth (Org.). **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. p. 63-76.

VENTURA, Roberto. Do mar se fez o sertão: Euclides da Cunha e Canudos. **Revista Canudos**, Salvador, UNEB, ano 7, n. 6/7, p. 39-69, jan./dez. 2002a.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no vale da morte. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração**: cem anos de *Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002b. p. 439-59.

VENTURA, Roberto. **Os sertões**. São Paulo: Publifolha, 2002c. 104p. (Folha Explica).

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha esboço biográfico**: retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha. Organização de Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 352p.

VERÍSSIMO, José. Revista litteraria. **Jornal do Commercio**, ano 82, n. 6, Rio de Janeiro, segunda-feira, 06 jan. 1908.

VERÍSSIMO, José. Uma história dos sertões e da Campanha de Canudos (*Os sertões*, Campanha de Canudos por Euclides da Cunha, Laemmert & C., editores). In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Juízos críticos**: *Os sertões* e os olhares de sua época. São Paulo: Nankin Editorial, UNESP, 2003. p. 46-54.

VERÍSSIMO, José. Carta a Mário de Alencar (Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1909). In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana**: ensaios sobre Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 303-4.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. 203p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000116.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

VILLA, Marco Antonio. **Calasans, um depoimento para a história**. Colaboração de José Carlos da Costa Pinheiro. Salvador: UNEB, 1998. 137p.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos: o povo da terra**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999. 280p.

VILLA, Marco Antonio. O “Diário de uma expedição” e a construção de *Os sertões*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Os sertões de Euclides da Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo, UNESP, 2002. p. 11-39.

VILLELA JÚNIOR, Marcos Evangelista da Costa. **Canudos: memórias de um combatente**. Introdução, estabelecimento do texto, notas e dados biográficos de Ruth Villela Cavalieri. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. 138p.

ZILLY, Berthold. Canudos telegrafado: a guerra do fim do mundo como *evento de mídia* na Europa de 1897. Palestra proferida no Simpósio Internacional “O Movimento socio-religioso de Canudos”. Universidade de Colônia, Alemanha, mai. 1997a. 43f. (Texto disponibilizado pelo autor, através de e-mail).

ZILLY, Berthold. A guerra do sertão como “evento de mídia” na Europa de 1897. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 5, n. 7, p. 59-87, jul. 1997b.

ZILLY, Berthold. Canudos telegrafado: a guerra do fim do mundo como *evento de mídia* na Europa de 1897. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 160, n. 405, p. 785-812, out./dez. 1999a.

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da Guerra de Canudos: as fotografias que Euclides da Cunha gostaria de ter tirado. **Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 13, n. 35, p. 105-13, mai.-ago. 1999b.

ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, n. 12, p. 5-45, abr. 1999c.

ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em *Os sertões* de Euclides da Cunha. In: MARTINS FILHO, Antônio; LANDIM, Teoberto (Org.). **Colheita tropical**: homenagem ao Professor Dr. Helmut Feldmann. Fortaleza: Casa de José de Alencar, Programa Editorial, 2000. p. 290-343.

ZILLY, Berthold. A Guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja em *Os sertões*, de Euclides da Cunha. In: CHIAPPINI, Lúcia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). **Literatura e**

história na América Latina: Seminário Internacional, 09 a 13 de setembro de 1991. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 37-47.

ZILLY, Berthold. Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: *Os sertões* de Euclides da Cunha, cem anos depois. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). ***Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos***. São Paulo: UNESP, 2002. p. 63-72.